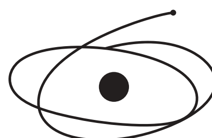
REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Ano I | nº 4 | 1958



ISSN 0034-7329





INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Revista Brasileira de Política Internacional
(Rio de Janeiro: 1958-1992; Brasília: 1993-)

Instituto Brasileiro de Relações Internacionais

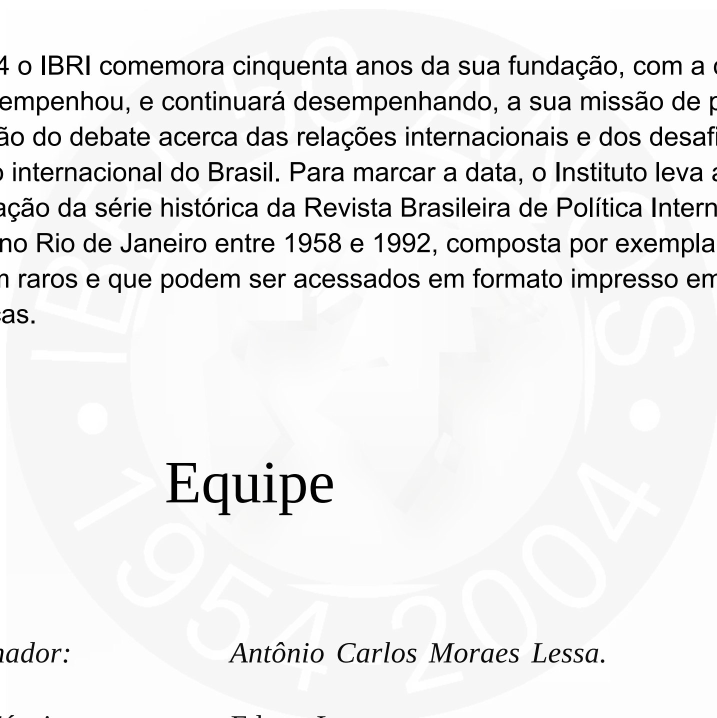
Sede: *Universidade de Brasília*
Pós-Graduação em História - ICC - Ala Norte
70910-900 Brasília DF, Brasil

Correspondência: Caixa Postal 4400
70919-970 Brasília - DF, Brasil
Fax: (55.61) 307 1655
E-mail: ibri@unb.br
http://www.ibri-rbpi.org.br
Site Brasileiro de Relações Internacionais:
http://www.relnet.com.br

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais - IBRI, é uma organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos. Fundado em 1954 no Rio de Janeiro, onde atuou por quase quarenta anos, e reestruturado e reconstituído em Brasília em 1993, o IBRI desempenha desde as suas origens um importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil. O IBRI atua em colaboração com instituições culturais e acadêmicas brasileiras e estrangeiras, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo atividades de formação e atualização para o grande público (conferências, seminários e cursos). O IBRI mantém um dinâmico programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI, Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais e livros sobre os mais diversos temas da agenda internacional contemporânea e de especial relevância para a formação de recursos humanos na área no país.

Projeto de Digitalização

Em 2004 o IBRI comemora cinquenta anos da sua fundação, com a convicção de que desempenhou, e continuará desempenhando, a sua missão de promover a ampliação do debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção internacional do Brasil. Para marcar a data, o Instituto leva a público a digitalização da série histórica da Revista Brasileira de Política Internacional, editada no Rio de Janeiro entre 1958 e 1992, composta por exemplares que se tornaram raros e que podem ser acessados em formato impresso em poucas bibliotecas.



Equipe

Coordenador: *Antônio Carlos Moraes Lessa.*

Apoio Técnico: Ednete Lessa.

Assistentes de Pesquisa*:* *Paula Nonaka, Felipe Bragança, Augusto Passalaqua, João Gabriel Leite, Rogério Farias, Carlos Augusto Rollemberg, Luiza Castello e Priscila Tanaami.*

RBPI

Ano I nº 4 Dezembro 1958

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Fundado em 1954

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais é uma associação cultural independente, sem fins lucrativos, mantida por contribuições de seus associados, doações de entidades privadas e subvenções dos podêres públicos. É seu objetivo promover e estimular o estudo imparcial dos problemas internacionais, especialmente dos que interessam à política exterior do Brasil.

AVENIDA TREZE DE MAIO, 23 — SALA 1204

RIO DE JANEIRO, D. F. — BRASIL

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

A **Revista Brasileira de Política Internacional**, editada trimestralmente pelo **Instituto Brasileiro de Relações Internacionais**, sob a orientação de seu Conselho Curador, não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organização ou movimento partidário. As opiniões expressas nos estudos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Diretor:

OSWALDO TRIGUEIRO

Direção e Administração:

Avenida Treze de Maio, 23 — Sala 1204 — Tel. 52-4557
Rio de Janeiro

Assinatura anual — Cr$ 300,00; Para o estrangeiro — Cr$ 350,00
Número avulso — Cr$ 80,00

* * *

Escrevem neste número: JOSÉ FERREIRA DE SOUZA, Professor da Faculdade Nacional de Direito, ex-Deputado Federal, Ex-Senador; SIR ASHLEY CLARKE, Embaixador da Grã-Bretanha na Itália; ROESLAN ABDULGANI, Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores da Indonésia, ex-Ministro de Estado; OTÁVIO AUGUSTO DIAS CARNEIRO, Diplomata, ex-Delegado do Brasil a reuniões do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, do GATT e da Agência Internacional de Energia Atômica; JOÃO FRANK DA COSTA, Diplomata, Autor de "Souveraineté sur l'Antarctique."

Revista Brasileira de Política Internacional

Ano I Dezembro de 1958 Número 4

SUMARIO

PÔRTO RICO — ESTADO LIVRE ASSOCIADO

José Ferreira de Souza

Estatuindo, em seu Capítulo XI, sôbre as entidades de direito político interno designadas até então como colônias — por cuja sorte a comunidade internacional era jurìdicamente indiferente, pois que as colônias caíam sob o arbítrio e a jurisdição exclusiva das metrópoles — a Carta das Nações Unidas tornou-se objeto de um instituto *sui-generis* do Direito das Gentes.

A Carta, em realidade, transformou essas colônias em territórios que não mais dependem arbitràriamente do poder jurídico das potências que os colonizavam, cuja soberania se acha assim limitada. Admitindo que essas entidades político-jurídicas continuem sob a administração e sob a responsabilidade de membros das Nações Unidas, o Capítulo XI colocou-as, entretanto, sob a égide ou sob a legislação indireta da Organização. Esta transformação ou, por outras palavras, esta atribuição de individualidade às antigas colônias em face da Organização, é uma conseqüência lógica da aplicação dos princípios de respeito à dignidade do homem, e de proteção ao seus direitos fundamentais, que inspiraram a criação das Nações Unidas.

Sem desconhecer os interêsses adquiridos do Estado Administrador, e sem discutir a liberdade de aquisição dos seus direitos e dos seus interêsses, a Carta limitou-lhe

expressamente a soberania sôbre as possessões coloniais, evitando empregar o têrmo "colônia", sem dúvida em repugnância à filosofia política e econômica que havia gerado uma expressão hoje perempta.

A jurisdição indireta da Organização sôbre os territórios dependentes afirma-se na determinação de direitos e obrigações contidas no artigo 73, e no poder que as Nações Unidas se reservaram de apreciar as informações apresentadas pelo Estado Administrador, conforme o disposto na alínea e. O exercício efetivo da jurisdição assim reservada manifesta-se sob a forma de recomendações e sugestões quanto ao modo pelo qual a administração direta deve aplicar-se e mesmo, quando fôr o caso, pela aplicação das penalidades previstas nos artigos V, X, XI, e XIV.

A proteção dispensada pelas Nações Unidas não pode determinar senão quando perde seu objeto específico, isto é, quando o território perde a sua qualificação legal de território dependente ou não autônomo, seja: primeiro, por sua transformação em Estado de Direito Internacional, isoladamente, ou em fusão com outros territórios ou outros Estados, para a formação de um novo Estado; segundo, quando o território voluntàriamente se incorpora em outro Estado, como entidade que gozará dos mesmos direitos e prerrogativas das outras divisões político-administrativas do Estado; terceiro, quando o território aceita um estatuto constitucional, numa fórmula qualquer de associação que assegure à população do antigo território não autônomo plena capacidade de dirigir seus negócios, isto é, uma soma de atributos derivados da soberania política, que lhe permite atender por si mesmo, segundo a vontade não condicionada do povo, às finalidades que êste haja determinado, como senhor incontestável do seu desenvolvimento politico, econômico e cultural.

Interpretando a Carta das Nações Unidas, é-nos perfeitamente possível considerar que entre os territórios não-autônomos, segundo o disposto no artigo 73, e o Estado independente — plenamente soberano, no mais alto grau da evolução política, e cuja característica é a plena personalidade jurídica em Direito Interno e Internacional — existe um *tertius genus*. Êste *tertius genus* de nenhum modo seria essa figura irreal de território nem autônomo nem não autônomo, porém uma entidade política que goza de todos os atributos do Estado na vida interna, o que pressupõe um território definido e sôbre o qual o govêrno, escolhido na forma das leis votadas pelo povo, exerce a soberania política, sem sofrer a interferência de qualquer outro poder estrangeiro. Esta é uma situação de *self-government*, pouco importando que ela não seja imediatamente acompanhada de personalidade internacional, contanto que essa restrição tenha sido livremente consentida, sob uma forma de associação que reconheça a representação ao outro participante do pacto político eventualmente estabelecido.

Este fenômeno político-jurídico difere fundamentalmente daquele que caracteriza uma situação de dependência, isto é, uma situação de não autonomia. Evidentemente a forma de associação considerada não é uma associação que tenha a significação jurídica clássica, no sentido do Direito Privado, a associação que se estabelece como o resultado do encontro de duas vontades, que antes eram absolutamente independentes uma da outra, e que se acordam para instituir uma nova entidade, ou para regular interêsses recíprocos.

Não cremos tampouco que seja necessário restringir as possibilidades de tal associação aos casos em que as partes em presença guardassem intactas as suas respectivas personalidades internacionais, porque, nessa hipótese, não se admitiria senão a existência da confede-

ração, das uniões reais ou das comunidades *sui-generis*, tais como a *Commonwealth* britânica. A associação pode também aparecer quando apenas um dos Estados-membros do Estado composto é provido da representação internacional. Esta idéia não é contrária ao conceito de *self-government*. Ela não o exclui. Bem ao contrário, ela baseia-se sôbre uma situação de *self-government*.

A expressão *associação*, a que, na ausência de terminologia própria o Direito Público recorre — como o faz com outros institutos de Direito Privado — não é mal empregada nem mal aplicada, pois que, como no domínio do Direito Privado, ela pressupõe o acôrdo de vontades que se exprime pelas vias democráticas. Êste acôrdo manifesta-se diretamente, no caso do antigo território não autônomo e, direta ou indiretamente, no caso do Estado Administrador, sempre em conformidade com as suas leis. Uma vez estabelecida esta forma de união, o antigo território eleva-se à categoria estatal e adquire personalidade juridica definida, como tal reconhecida pelo antigo Estado Administrador. O ato final do acôrdo de vontades tem a fôrça de um pacto bilateral.

Sua admissão e aceitação pelas Nações Unidas dão-lhe fôrça de pacto internacional, porque êle constitui um contrato estabelecido como resultado de uma evolução que recaia sob a jurisdição da Organização.

Sem qualquer dúvida, não poderemos para êsse efeito aceitar uma simples declaração de vontade, mesmo se se atribui a essa declaração um valor preponderante, a qual desdenhe nossos respeitos ao direito dos povos de disporem de si mesmos. É preciso, antes de tudo, que a manifestação da vontade seja dirigida no sentido da afirmação da autonomia do antigo território dependente. É preciso que ela intervenha como elemento que efetivamente complete o processo de transferência, à popula-

ção dêsse território, dos podêres que identificam a soberania interna.

A medida desta autonomia ou *self-government* é dada indiretamente pelo artigo 73 da Carta. Pode-se considerar como autônoma tôda população dirigida por govêrno por ela livremente escolhido, e que esteja investido de poder político que lhe permita realizar, por si mesmo, o seu progresso e a sua felicidade. Negar esta conclusão seria chegar a um absurdo lógico, pois que, se o antigo Estado Administrador não tem mais o comando político sôbre o território, se êle deixa de ser responsável pela escolha da política governamental, se êle perde as atribuições de administrador, não poderá ser mais o sujeito da obrigação jurídica prevista no artigo 73.

Seria grave êrro desconhecer essas verdades; seria, além disso, falta grave desconhecer que semelhantes situações político-jurídicas marcam o fim do regime colonial e negar que elas se ajustam perfeitamente aos objetivos da Carta. Condenando o colonialismo de maneira implícita, a Carta relega-o a um período já ultrapassado da evolução política e das relações entre os grupos humanos. Entretanto, esta condenação não pode nem deve ser interpretada num sentido que desprezasse o direito dos povos de escolherem as suas instituições políticas. Admiti-lo importaria em levá-los à revolução ou em atribuir às Nações Unidas o poder de criar, de modo arbitrário, sistemas políticos contra a vontade e à revelia das populações diretamente interessadas.

II

É à luz dêsses princípios que deve ser examinada a situação de Pôrto Rico, após a sua organização político-constitucional como "estado livre associado" dos Estados Unidos da América.

A antiga colônia, conquistada da Espanha pela fôrça das armas americanas — comunidade de cultura latina que, pelo valor de seu trabalho, pelo desenvolvimento de sua consciência nacional, por seu aporte à causa da Democracia, adquiriu lugar de relêvo no cenário continental — já venceu a primeira fase da sua evolução política.

Se ela preferiu não reclamar um estatuto de independência completa, se escolheu manter uma forma de associação com a antiga Metrópole, se não reclamou ainda uma personalidade jurídica internacional separada, já conquistou o poder de decidir o seu destino. Com efeito, Pôrto Rico já acedeu a uma posição constitucional em que é fácil identificar todos os atributos do *self-government*, atributos de poder soberano que permitem a seu govêrno realizar, em seu território, os altos desígnios do Estado, isto é, decidir livremente da orientação política a dar aos negócios culturais, econômicos e sociais, de modo a proteger e defender as aspirações políticas de seus habitantes, a prover ao desenvolvimento de instituições políticas livres e assegurar os direitos dos indivíduos e dos cidadãos.

A Constituição votada pelo povo pôrto-riquenho, no quadro da associação com os Estados Unidos da América, é uma garantia da expansão do regime democrático numa comunidade que atingiu a maioridade política. As prerrogativas individuais nela são definidas, de sorte que o "Estado de direito" limita a ação do Poder Público em relação aos indivíduos. Os diferentes órgãos do Estado acham-se perfeitamente estruturados. O povo, segundo os processos criados e desenvolvidos pela ciência política ocidental, participa diretamente da escolha dos membros do Congresso e do Chefe do Executivo. A nomeação dos juízes, feita pelo Executivo com a aprovação do Senado, obedece a regras vigentes em vários países, entre os quais os Estados Unidos e o Brasil.

Cada poder do Estado age na esfera de sua competência, sem subordinação a qualquer autoridade estrangeira. No quadro jurídico estabelecido parece duvidosa a legalidade dos recursos para tribunais americanos, e as decisões da Côrte de Boston confirmam êsse ponto de vista. Os podêres do Estado determinam e regulam o regime da fiscalidade, estabelecem o orçamento, autorizam as despesas públicas, legislam sôbre as relações dos indivíduos com o Poder Público local, assim como sôbre o regime da propriedade. O fato de que as emendas à Constituição continuam subordinadas às determinações da Lei 600 deve-se à própria natureza do Pacto de associação: são limitações que decorrem da natureza dessa associação, do seu caráter especial e particular.

Do mesmo modo, a Lei 600, do Congresso Americano, deixou de ser uma lei americana para tornar-se o instrumento jurídico da associação: votada e aceita em *referendum* popular, transformou-se em tratado que não pode mais ser alterado, salvo mediante novo acôrdo de vontades. As limitações consentidas ao exercício da soberania plena, isto é, à personalidade internacional de Pôrto Rico, decorrem ainda do caráter do Pacto. As restrições relativas às questões aduaneiras não são, sob certos aspectos, senão uma conseqüência das limitações de soberania livremente admitidas para o plano internacional.

De nenhum modo se poderá negar que a política das tarifas aduaneiras tem duplo aspecto: de um ponto de vista puramente fiscal e de proteção à indústria nacional, afeta os negócios internos ou domésticos; de outro ponto de vista, participa do sistema de relações internacionais do Estado. Ela abre e fecha mercados; por outras palavras, obedece aos têrmos e à orientação da política internacional. Êste aspecto tem sido pôsto em relêvo tal, que se faz da política aduaneira o objeto de acôrdos interna-

cionais, tais como os de Havana, de Genebra, de Torquay e de Annecy. Ora, se o Pacto deixa a um dos Estados participantes da associação a condução dos negócios do outro sôbre o plano internacional, não repugna admitir-se, ao menos por uma questão de lógica, a transferência do poder soberano sôbre êste ponto específico. Não nos cabe, tampouco, indagar se o povo que assim consentiu agiu bem ou mal; basta-nos saber se êle consentiu.

As conclusões da análise jurídica confirmam, dessa maneira, que Pôrto Rico adquiriu a plena prerrogativa do autogovêrno. O processo em que se desenvolveu essa conquista assegura, por outro lado, que tôdas as manifestações do corpo eleitoral que levaram a êsse resultado não sofreram qualquer espécie de coerção: o corpo eleitoral escolheu livre e soberanamente o caminho que o fêz atravessar a barreira do colonialismo. Êle o fêz de uma maneira que não deixa dúvidas sôbre a verdadeira expressão da sua vontade. É o que demonstram as fases principais dêsse *processus*, bem como os dados essenciais do problema.

Êstes dados são os seguintes: o Estatuto Constitucional de Pôrto Rico modificou-se em virtude da entrada em vigor da Constituição de 1952; êste documento foi elaborado por uma Assembléia Constituinte no quadro de um acôrdo de natureza contratual, estabelecido entre o povo de Pôrto Rico e a União Federal Americana; êste acôrdo foi sancionado, da parte pôrto-riquenha, no momento em que o povo de Pôrto Rico aceitou a Lei 600 do Congresso Federal; o projeto de Constituição, submetido ao corpo eleitoral, mereceu a sua aprovação. Em três oportunidades consecutivas o povo fêz conhecer a sua vontade, através do sufrágio secreto e universal: O direito de propaganda política foi garantido a todos os partidos. A conclusão é inevitável: os resultados da consulta eleitoral traduziram fielmente a vontade do povo.

Pronunciando-se sem constrangimento e em todo o conhecimento de causa sôbre o seu estatuto político e internacional, o povo exerceu, *ipso facto*, o seu direito de livre disposição. A Constituição promulgada assegura ao govêrno pôrto-riquenho plena autonomia interna. As limitações à competência política, isto é, as restrições ao exercício não condicionado do poder soberano, são devidas aos têrmos de um certo tipo de união política, livremente aceita pela maioria dos eleitores qualificados, segundo os *standards* e as regras democráticas.

III

Nestas condições, o Brasil agiu acertadamente ao apoiar, nas Nações Unidas, o projeto que dispunha sôbre a exclusão de Pôrto Rico da lista dos territórios não autônomos. De resto, êsse projeto, aprovado na Assembléia Geral de 1953, não recusa ao povo de Pôrto Rico o direito de aspirar à independência integral e, conseqüentemente, a um lugar nas Nações Unidas. O que êle *simplesmente fêz foi reconhecer uma situação de fato*, tal como esta se manifestava, uma situação característica de autogovêrno, em perfeita conformidade com os fins previstos no Capítulo XI da Carta de Organização, em relação aos povos não autônomos.

Como quer que seja, a mudança do estatuto atual no sentido da independência completa, ou no sentido da recessão da associação atual, não pode ser uma iniciativa das Nações Unidas. Isso *equivaleria, na realidade*, a forçar todo um povo a tomar uma decisão que êle ainda não quis tomar. Seria êste um método democrático? Agindo como o fêz, a delegação do Brasil não se afastou da sua vocação anticolonialista, nem renegou a política que o Brasil vem seguindo desde a Independência, e que

visa a contribuir para a extinção de todos os vestígios de colonialismo no nosso Continente.

Acreditamos que o ideal de uma América composta de Estados livres e independentes pode ser atingido, no mundo contemporâneo, por outros meios que não os da violência, da imposição exterior, da propaganda totalitária e comunizante. Acreditamos também — e o caso do Pôrto Rico disso é belo exemplo — que as últimas populações que ainda não gozam de um estatuto de *self-government* adquirem cada dia maior consciência de suas possibilidades e de seus direitos.

Por outro lado, constatamos com tôda lealdade que os Estados Administradores, fiéis à missão civilizadora que empreenderam e fiéis, sobretudo, aos seus próprios sentimentos de liberdade, já compreenderam que esta missão deve ter novo sentido político e que é chegado o momento de transferir aos povos que administram, e que preparam para a vida autônoma, os podêres de soberania de que ainda se acham privados. Como disse o Presidente Getúlio Vargas, em discurso pronunciado em 1953, "a América não pode ficar insensível às aspirações de emancipação política e social que dominam o mundo moderno, quando sob a bandeira de tais idéias os velhos povos despertam de uma letargia milenar. Nutrimos a esperança de que não tardará o dia em que todos os territórios americanos, relegados ainda à condição inferior do estatuto colonial, saberão encontrar, por meios pacíficos e com a compreensão e o auxílio das antigas Metrópoles, a via que os conduzirá à categoria de novos membros, laboriosos e ciosos da ordem, na comunidade das nações."

Não temos razões para duvidar de que êstes ideais tenham sido realizados em Pôrto Rico, com a compreensão e o auxílio do povo e do Govêrno dos Estados

Unidos da América que, por suas tradições e por sua história, não podem ser acusados de mentalidade colonialista. A verdade é que o povo de Pôrto Rico é mais senhor de si mesmo, e muito mais democrático sob seu estatuto atual, do que muitos países jurìdicamente independentes. Se ainda não exerce os atributos da soberania no plano do Direito das Gentes, é fora de dúvida que Pôrto Rico goza das prerrogativas da autodeterminação política, estando assim apto a, pacífica e democràticamente, escolher os rumos do seu destino.

COMMONWEALTH OU COLONIALISMO?

Sir Ashley Clarke

Colonialismo é uma dessas palavras que, para diferentes pessoas, significam coisas diferentes. Em certo sentido isso é natural, porquanto todos os Impérios que o mundo tem visto têm sido diferentes e as suas colônias apresentam variedade quase ilimitada. Na verdade, não há período da História em que não se tenham verificado ondas de expansão, tanto dentro dos continentes como de um continente para outro. A Grécia e Roma são casos clássicos de expansão. Na Idade Média tivemos ondas vindas da Mongólia e da Turquia e, a partir do fim do século XV — isto é, a partir da Era dos Descobrimentos — as ondas começaram a fluir em outras direções, da Europa ocidental e meridional para a Ásia, a África e a América. Estas ondas começaram a amainar no século XVIII, porém continuaram até certo ponto durante o XIX, quando nova onda, vinda da Rússia, começou.

Os impérios assim criados — ou que melhor nome tenham — têm apresentado certos traços comuns, pelo menos de início. Êles promoveram a anexação de territórios distantes e a sujeição dos seus povos a um contrôle ou jurisdição central. Mas a maioria tem tido características distintivas especiais. Que eu saiba, houve apenas um que, desde o seu começo, fêz da descentralização a base da sua política: apenas um que não sòmente ensinou os seus súditos a governarem-se, como deliberada-

mente os preparou para a independência e criou uma estrutura dentro da qual as nações emancipadas podem, se o quiserem, continuar associadas à Metrópole. É dêste Império — sem constrangimento e até com orgulho — que desejo tratar particularmente neste artigo.

É curiosa a falácia de que a expansão de um país por territórios contíguos é respeitável e mesmo digna de elogios, enquanto, a expansão no ultramar é por comparação iníqua. Como a Grã-Bretanha é uma ilha relativamente pequena, a extensão da sua jurisdição verificou-se em terras de além-mar, estando, segundo essa teoria, sujeita a graves objeções, que não se aplicam, por exemplo, à expansão dos treze Estados Unidos originais em direção ao sul e ao leste até o Oceano Pacífico. Do mesmo modo, estas graves objeções cabem em relação à expansão da influência de Estados como a França, Portugal, Países Baixos e Bélgica, porém não em relação às conquistas czaristas da Ásia central e oriental, às atividades da China comunista no Tibete, às ambições do Egito no Sudão, à absorção dos Estados Bálticos pela Rússia em seus enormes acréscimos territoriais desde a última guerra.

Considerando a verdadeira significação de "colonialismo" e a verdadeira natureza do "anticolonialismo", devemos afastar do nosso espírito essa hipocrisia. Em vez disso vejamos quais são as diferenças reais entre o sistema britânico, tal como corporificado na *Commonwealth*, e alguns outros sistemas.

II

O que constitui hoje a Ásia Soviética foi a última grande área do Oriente a ser esmagada por uma potência imperialista. Efetivamente, isso ocorreu no fim do século XIX. É verdade que o Império Russo alcançara

as margens do Pacífico em fins do século XVII. Mas a colonização da Sibéria sòmente começou a sério em 1892, com a construção da Estrada de Ferro Transiberiana. A conquista czarista do Turquestão Ocidental (atualmente Ásia Central Soviética) só foi completada em 1882. A Transcaucásia entrou na órbita russa no fim do século XVIII, porém não foi pacificada até 1864. Durante a confusão e a guerra civil que se seguiram à revolução russa de 1917, vários dêsses povos subjugados da Ásia tentaram conquistar a independência. Em todos os casos foram impedidos de fazê-lo pela fôrça das armas bolcheviques. A imposição, direta ou indireta, do contrôle russo, sôbre vasta área da Europa Central e Oriental é demasiado recente e dispensa particularização.

Essa nova onda de expansão tem sido acompanhada por uma onda de propaganda, que é tanto mais maciça quanto os nossos modernos meios de comunicação alcançaram um alto nível de eficiência técnica. Um dos mais desagradáveis aspectos dessa propaganda é a distorção das palavras. Nobres palavras, como "Paz" e "Democracia", têm sido torcidas ao ponto de expressarem verdadeira negação dêsses conceitos. "Colonialismo" é outra palavra que tem sido desvirtuada para significar tirania estrangeira e opressão, ou mais especìficamente, tirania e opressão ocidentais.

Recentes acontecimentos na Hungria e na Polônia dão-nos a êsse respeito um terrível comentário. Ètnicamente a Hungria é o único caso de um povo asiático, deixado na Europa por uma das invasões orientais, que, embora mantendo sua individualidade, se tornou completamente europeu pela civilização. Por um notável exemplo de trágica ironia, esta relativamente pequena nação, pela segunda vez em pouco mais de cem anos, tornou-se símbolo heróico de resistência à opressão estrangeira. Estava além do escopo dêste trabalho indagar se a cora-

gem dos húngaros terá a sua recompensa. Mas o que é relevante é que o povo húngaro mostrou, por sua ação, o que pensa do colonialismo a que está submetido. É relevante porque aquêles que usam o labéu do colonialismo, como um meio de estimular a hostilidade do Ocidente, são precisamente os que arruinaram a economia húngara e sufocaram as aspirações húngaras de liberdade.

Mas, que entende o Ocidente por colonialismo? Quando nós comparamos as incursões dos Godos, Vândalos e Mongóis, com a expansão da Grécia, Roma, França e Grã-Bretanha, poderemos concluir quais dêsses movimentos foram destrutivos e quais foram construtivos; quais os que levaram consigo um padrão de civilização superior e quais os que não o levaram. Mesmo deixando de lado a capacidade técnica dos povos de procedência européia, o que contribuiu para elevar o nível material de vida em largas áreas do mundo, o Ocidente — com tôdas as faltas das suas dissenções internas — tem sido arauto de novas idéias de liberdade, de justiça e de tolerância entre os homens. Naturalmente tais idéias são excitantes, intoxicantes mesmo e, em presença do estímulo do sentimento nacionalista, podem gerar situações perigosas. Mas êste é um desafio que o Ocidente teve que aceitar. E existe outro desafio básico, constituído pela antítese aparentemente insuperável entre Oriente e Ocidente.

III

É ambição da *Commonwealth* britânica aceitar ambos os desafios numa base de liberdade e igualdade de direitos. A *Commonwealth* é um fenômeno político singular. É talvez por isso que é difícil compreendê-lo e explicá-lo. Primeiramente, vejamos alguns fatos.

A *Commonwealth* cobre uma área de quase 12 milhões de milhas quadradas (não computando 2 a 3 milhões de milhas quadradas da Antártida) e abrange 650 milhões de almas. Os membros da *Commonwealt* são dez: Austrália, Canadá, Ceilão Gana, Índia, Malásia, Nova Zelândia, Paquistão, África do Sul e o Reino Unido. Êstes países são completamente independentes e, como associados, são livres e iguais. Todos, exceto o Canadá, têm sua moeda vinculada à libra esterlina. Não existe, porém, autoridade suprema ou govêrno supranacional; e, embora o Reino Unido seja o centro da *Commonwealth*, não tem êle direito em relação aos outros membros que êstes não tenham também em relação a êle. Há vários países dentro da *Commonwealth* que são dependências do Reino Unido ou de outros membros. Muitos dêstes já se acham a caminho da independência dentro da *Commonwealth* ou — se enventualmente o desejarem — fora dela. Por outras palavras, a *Commonwealth* é, ao mesmo tempo, uma combinação de Estados independentes e soberanos e um mundo em evolução.

A *Commonwealth* contorna o mundo: ela abrange a mais ampla variedade de raças e religiões; inclui algumas das mais velhas e algumas das mais novas civilizações; seu climas vão das neves eternas aos trópicos; suas línguas são inúmeráveis. Como Mr. Nehru disse certa vez, ela é uma "curiosa coleção de nações, que de algum modo encontraram alguma forma de liame invisível ao verificarem que pràticamente não existe vínculo entre elas e ao darem a quantos fazem parte dela completa independência e liberdade". Vejamos se posso explicar o que é êsse "liame invisível".

Em primeiro lugar, a *Commonwealth* não tem Carta nem leis ou regulamentos. A Grã-Bretanha também não tem Constituição escrita. Naturalmente — assim como a prática constituicional na Grã-Bretanha tem derivado de

tais atos como a Magna Carta, a Lei do *Habeas Corpus* e a Declaração de Direitos — há documentos importantes que marcam os períodos do desenvolvimento da *Commonwealth*, como o Relatório de Lorde Durham, em 1839, sôbre o descontentamento nas colônias canadenses, a resolução da Conferência Imperial de 1926 e o Estatuto de Westminster, de 1931. Êste último documento tem fôrça de lei na Grã-Bretanha e, em graus variáveis, nos territórios dos primitivos membros da *Commonwealth*. Êle serviu de modêlo para os atos que fizeram a Índia, Paquistão e Ceilão membros da *Commonwealth*, ao mesmo tempo que forneceu base legal para que a Irlanda do Sul dela se afastasse. Cada membro da *Commonwealth* tem a sua própria Constituição e muitas destas Constituições foram originalmente outorgadas pela Grã-Bretanha e precederam o Estatuto de Westminster, sendo a mais antiga a Lei da Nova Zelândia de 1852. Em suas linhas gerais essas Constituições são semelhantes, embora algumas delas sejam diferentes na forma (o Paquistão, por exemplo, é uma "República Islâmica"). Mas, onde elas diferem, as diferenças não alcançam os princípios básicos, sendo meras adaptações para atenderem a peculiaridades dos vários países.

Portanto, até onde se possa dizer que a *Commonwealth* tem uma Constituição, esta é uma amálgama das diversas Constituições nacionais, do Estatuto de Westminster e das interpretações que têm sido dadas, de tempos em tempos, pelas Conferências dos Primeiros Ministros da *Commonwealth*.

Há um aspecto dêsses arranjos constitucionais que é idêntico em todos os países membros, isto é, o de que a Rainha da Grã-Bretanha é o Chefe da *Commonwealth*. Na Índia e no Paquistão, que são Repúblicas, existe um Presidente. Eventualmente será êste também o caso do Ceilão. Na Federação da Malásia há um Príncipe Supremo. Em todos os outros membros é o Chefe do Es-

tado. Tanto ela é Rainha do Canadá, da Austrália e de Gana, quanto da Inglaterra. A sua posição é naturalmente a de um monarca constitucional e, em cada um dêsses países, é representada por um Governador-Geral que é, muitas vêzes, mas não sempre, um nacional do país. Como em outras Constituições nacionais, é quem assegura o elemento de continuidade nas respectivas administrações. Além disso, em sua capacidade de Chefe da *Commonwealth*, é a única corporificação visível da sua unidade.

Isto pôsto, poder-se-á perguntar: até onde essa unidade é real? Tem consistência a lealdade dos membros entre si? É isso algo mais que uma espécie de clube nostálgico de reacionários, que se reúnem vez por outra para verter algumas lágrimas sôbre a decadência do outrora esplêndido Império Britânico?

Não é difícil responder a estas perguntas, nem eu precisarei para isso de recorrer à história antiga. Em 1940 vivemos na Grã-Bretanha dias tenebrosos e sofremos terríveis derrotas. "Era então, como disse Sir Winston Churchill três anos depois, o momento para que o Império se esfacelasse, para que cada uma das suas esparsas e longínquas comunidades procurasse salvar-se ao lado dos vencedores, para que os que se julgavam oprimidos se livrassem do seu jugo... Que aconteceu? Ficou provado que os laços que nos unem, apesar de flexíveis e elásticos, são mais fortes do que o aço mais rígido".

Desde então — imergimos em outros tempos que, se não exigem as heróicas emoções da guerra, exigem firmeza e fé. Poder-se-á perguntar se em tempos como êstes a *Commonwealth*, transformada como foi pela adição de novos membros de origem não britânica, ainda pode ser tida como uma fôrça política ativa nas relações internacionais. Para compreender porque uma resposta afir-

mativa pode ser dada com tanta confiança, será necessário um breve relato de como surgiu a idéia da *Commonwealth*.

IV

O primeiro grande período de comércio e ocupação ultramarina da Grã-Bretanha começou nos últimos anos da Rainha Elisabeth I e continuou sob os Stuarts. Um retrocesso ocorreu no fim do século XVIII, quando as treze Colônias da margem oriental da América do Norte se revoltaram e conquistaram a independência. A razão dessa revolução é normalmente resumida em dizer-se que nós não concedemos às novas Colônias uma intervenção proporcional na política da Metrópole em retribuição às contribuições que delas esperávamos. A matéria é mais complexa do que isso. Se as comunicações através do Atlântico tivessem sido tão boas quanto o são agora, quem sabe se não teríamos chegado a algum acôrdo? Psicològicamente é possível que o govêrno central esquecesse que os colonizadores eram predominantemente inglêses como êles próprios, e conseqüentemente independentes e autoconfiantes até à obstinação, quando se tratava de uma questão de *self-government*.

De todo modo, aprendemos muito dessa experiência. Mas foi o Canadá que nos deu a lição completa. Muitos inglêses estabelecidos nas Colônias americanas, embora mal satisfeitos com as condições reinantes, não estavam preparados para ser desleais ao seu Rei e, quando as Colônias americanas declararam a sua independência, mudaram-se para o Canadá, a fim de permanecerem súditos britânicos. O longo processo pelo qual os elementos franceses e britânicos do Canadá se fundiram para formar uma nação é uma história que não pode ser narrada aqui. O que é importante é que ambos êsses elementos, en-

quanto indiscutìvelmente leais à Coroa, conheciam bastante as instituições políticas da Europa, especialmente as da Inglaterra, para desejarem controlar os seus próprios negócios. De início, como nas treze Colônias da América, as Colônias do Canadá receberam Constituições que dispunham sôbre um Governador, um Conselho de nomeação e uma Assembléia eletiva. Não demorou que essa forma de Constituição começasse a revelar-se inadequada e, como resultado das revoltas ocorridas em 1837, pequenas em escala mas importantes em suas conseqüências, Lorde Durham foi enviado como Governador-Geral, para informar quanto às causas de descontentamento. O relatório de Lorde Durham foi o ponto de partida para as sucessivas medidas de mais amplo *self-government* para o Canadá, começando com os novos arranjos constitucionais baseados no sistema britânico de gabinete. Isso por sua vez gerou uma relação que era nova para o mundo, por não ser *Império* no sentido ordinário da palavra. Essa nova forma de relação operou primeiro no Canadá e determinou desenvolvimentos semelhantes nas relações entre a Grã-Bretanha e as Colônias da Austrália, da Nova Zelândia e, depois, da África do Sul. Êsses quatro territórios conquistaram a sua completa independência pela contribuição ao esfôrço aliado na guerra de 1914 — 1918, se bem que o reconhecimento definitivo e formal viesse sòmente como resultado da Conferência Imperial de 1926 e da elaboração do Estatuto de Westminster.

V

Durante êsse processo outro Império vinha sendo construído no subcontinente indiano. Aqui é necessário observar que o Império Britânico, por onde quer que se expandiu, não cresceu como resultado de planos coerentes e lógicos do Govêrno britânico, porém como resultado

de ações de cidadãos britânicos, aos quais o Govêrno era induzido a dar apoio. Os motivos dêsses indivíduos eram vários: comércio, catequese missionária, exploração, desejo de vida mais livre ou puro amor à aventura. Podemos admitir francamente que êsses motivos variavam da devoção desinteressada à cobiça sem escrúpulos. Mas, onde quer que os britânicos, por esta ou aquela razão, exercessem o comando político, consideravam-se por isso mesmo no dever de estabelecer o regime da lei, como êles o concebiam, e se julgavam responsáveis pelo bem-estar do povo.

Chegamos ao govêrno da Índia quase por acidente. O desmoronamento do Império Mongol, na primeira metade do século XVIII, levou ao desastre e ao caos e, quando o Govêrno britânico ali interveio militarmente, fê-lo, a princípio, tanto por motivo de rivalidade com os franceses, quanto para proteger o nosso comércio e outros interêsses. O que quer que se possa dizer do domínio britânico na Índia, êle deu às áreas sob o nosso contrôle direto um sério sistema de administração e justiça e instituiu um serviço civil que, por mais de cem anos, manteve uma indubitável reputação de integridade e eficiência. Quando deixamos a Índia, em visível contraste com o que encontramos ali, duas jovens e vigorosas nações emergiram, bem equipadas para desempenharem o seu papel nas complexas condições internacionais de hoje.

O fim do século XIX e o comêço do século XX viram a emergência do nacionalismo organizado na forma do Congresso Nacional Indiano e, depois, da Liga Muçulmana. Para êles, podemos notar sem surprêsa, a presença dos inglêses na Índia, por mais de duzentos anos, parecia demasiado longo e, já no fim, crescentemente intolerável. Mas é justo reconhecer que êsse nacionalismo teve a forma que tomou, ao menos em parte, por causa dos passos que nós próprios demos, especialmente a partir de

1861, para associar hindus e muçulmanos na administração do país. Por quase um quarto de século, antes da outorga da soberania, a Índia era virtualmente independente na sua administração interna, nos seus negócios econômicos, em finanças e em tudo o mais, exceto em negócios exteriores e de defesa.

Nem os administradores britânicos nem os estadistas britânicos esperaram jamais que o domínio britânico na Índia durasse para sempre. Em 1818, Lorde Hastings, então Governador-Geral, disse o seguinte: "Chegará uma época, não muito remota, em que a Inglaterra, baseada em bons princípios políticos, desejará abrir mão do domínio que tem gradual e não intencionalmente assumido sôbre êste país e do qual não pode presentemente retroceder". Novamente em 1844, Sir Henry Lawrence, Residente Britânico em Lahore, no Punjab, dizia: "Nós não podemos manter o domínio da Índia para sempre. Devemos conduzir-nos de tal maneira... que, quando cessar essa subordinação, isso ocorra não com convulsões mas com mútua estima e afeição, e que a Inglaterra possa ter na Índia um nobre aliado, trazido para o seio das nações sob a sua direção e diligente cuidado."

Se êsse prenúncio foi confirmado, não são os inglêses que poderão dizê-lo. Mas o que é certo é que, quando se verificou a transferência do poder, e a Índia, o Paquistão e, depois, o Ceilão, eram livres de escolher se permaneceriam ou não na *Comonwealth*, como membro de pleno direito, tivemos um teste difícil. Não admira que a *Commonwealth* houvesse parado a respiração.

Falando de Nova Delhi, pelo rádio, dois anos depois, disse Mr. Nehru: "as alianças normalmente significam compromissos mútuos; a livre associação das nações soberanas da *Commonwealth* não envolve tais compromissos. A sua fôrça reside na sua flexibilidade e na sua completa liberdade. Penso ser um bom augúrio, que os velhos

conflitos entre a Índia e a Inglaterra sejam dissolvidos por essa forma amistosa, a qual é honrosa para ambos os países".

A facilidade com que as três novas nações foram recebidas, nos lugares adequados, provou que a *Commonwealth* era não apenas um organismo vivo, mas capaz de adaptar-se às condições mutáveis do mundo. Dentro do grupo dos países da *Commonwealth* que, em maior ou menor grau, ainda são dependências, o processo de preparação para o *self-government* avança seguramente sob o impulso da Grã-Bretanha. Em março de 1957, o novo e independente Estado de Gana tornou-se membro independente da família da *Commonwealth*. Nessa ocasião disse o Dr. Nkrumah: "Nós nos separamos da Grã-Bretanha, antigo poder imperial, com calorosos sentimentos de amizade e boa vontade. Isto porque sucessivos governos do Reino Unido reconheceram as realidades da situação na Costa do Ouro e a elas adaptaram a sua política. Assim, em vez daquele sentimento de amargura, que tantas vêzes nasce da luta colonial, ao tornar-mo-nos independentes, entramos em associação com a Grã-Bretanha com as nossas boas relações inalteradas."

VI

Em agôsto de 1957 a Federação da Malásia também se tornou membro independente da *Commonwealth*. Na palavra do Primeiro Ministro da nova nação a decisão de permanecer dentro da *Commonwealth* "é irrevogável."

Quatro outros territórios, ou grupos de territórios — dois africanos, um asiático e um americano — deram recentemente passos decisivos na mesma direção. Na Nigéria a Constituição foi revista e um passo mais avançado é esperado para 1960, quando o Govêrno Federal

espera discutir uma resolução em favor do *self-government* Representantes da Federação da Rodésia e Niassalândia e do Govêrno britânico concordaram em convocar uma conferência, para 1960, a fim de examinar de que maneira a Federação pode alcançar o *status* de membro independente da *Commonwealth*. Nas Antilhas dez territórios coloniais reuniram-se numa única Federação, adotou-se uma Constituição e as primeiras eleições federais realizaram-se em março de 1958. Naturalmente esperamos que esta Federação, quando se tornar independente, decida permanecer na *Commonwealth*. E esperamos que estas novas nações sintam, como Mr. Peter Fraser, quando primeiro Ministro da Nova Zelândia, que a condição de membro da *Commonwealth* não deve ser vista "como uma espécie de independência imperfeita. Ao contrário, é uma independência com alguma coisa a mais e não uma independência com alguma coisa a menos".

VII

Isso traz-nos de volta à pergunta que formulei de comêço: qual é o liame invisível, ou antes, quais são os liames invisíveis que prendem a *Commonwealth*? O grande arquiteto da *Commonwealth*, que foi o Marechal Smunts, da África do Sul, disse, em 1943, que ela era "sustentada pelo espírito de camaradagem e pelo sistema comum de vida que todos partilhamos." O fato é que temos em comum uma tradição constitucional de democracia parlamentar e de processo judicial formado através dos séculos. Os nossos métodos de administração derivam da mesma fonte. A nossa jurisprudência é amplamente baseada na *common law* inglêsa, adaptada aos usos e necessidades locais, embora em algumas partes da *Commonwealth* o Direito Romano e o Direito Islâmico desempenhem importante papel. Tudo isso tem contri-

buído para formar hábitos comuns de pensamento, diversificados pelas tradições e circunstâncias particulares de cada país membro. A qualidade peculiar da contribuição britânica à arte do govêrno reside em duas coisas — praticabilidade e tolerância. Estas duas qualidades estão presentes, em larga medida, nas relações existentes entre os membros dessa associação *sui-generis*.

Nem sempre estamos todos de acôrdo: na realidade existem, entre alguns de nós, alguns pontos de sério desacôrdo. Mas nós não impomos, uns aos outros, os nossos pontos de vista e fazemos o possível para harmonizá-los, no mesmo espírito de camaradagem com que discutimos os grandes problemas mundiais que afetam a todos nós. O Sr. Menzies, Primeiro Ministro da Austrália, reflete a atmosfera em que isso se verifica quando diz: "cada membro de uma família pode num verdadeiro sentido afirmar a sua independência, mas em igual sentido ela sabe que pode contar com a família." O nosso sistema de consulta é variado e amplo, indo desde a troca diária de informações até às reuniões periódicas dos Primeiros Ministros. Êste hábito de partilhar o nosso conhecimento e de conferir os nossos pontos de vista é mais um laço invisível, porém efetivo, entre nós.

Exemplo da ação combinada da *Commonwealth* é o especial interêsse dispensado ao Plano de Colombo. Êste é um plano de amparo econômico e auxílio mútuo elaborado, em 1950, para os territórios subdesenvolvidos do Sul e do Sudeste da Ásia, pelos Ministros da *Commonwealth*, então reunidos em Colombo. O plano logo se expandiu a outros países fora da *Commonwealth*, e conta hoje com o apoio do Japão, dos Estados Unidos e das Nações Unidas. O seu especial interêsse, nas condições atuais, é que, tendo começado na base da mútua confiança, que existe dentro da *Commonwealth*, êle oferece o exemplo de como países subdesenvolvidos podem ser aju-

dados sem se verem envolvidos em servidões políticas inaceitáveis. Perguntar-se-á, porém: e a crise de Suez? A *Commonwealth* não foi por ela abalada nas suas fundações? Não abandonou a Índia a sua proclamada neutralidade para ficar ao lado dos nossos inimigos?

A explicação da ação anglo-francesa em Pôrto Saíd não cabe neste artigo. De início, ou seja, quando foi lançada, a nossa ação certamente melindrou os membros da *Commonwealth* e as suas reações imediatas foram diversas. Mas o que é interessante e encorajador é que os laços invisíveis se mantiveram firmes. Alguns membros da *Commonwealth*, de pronto, colocaram-se ao lado do Reino Unido; alguns permaneceram neutros; outros assumiram uma posição crítica. Todos, entretanto, a Índia inclusive, manifestaram-se preocupados com o futuro da *Commonwealth*.

Penso que, para estas reações, existiam três motivos. Primeiro, não consultamos a *Commonwealth* antes de agir; segundo, a nossa ação pareceu divergente do nosso bem conhecido apoio ao predomínio do Direito nas relações internacionais; terceiro — e isso aplica-se mais particularmente aos membros asiáticos — a nossa ação parecia justificar as imputações ao colonialismo. Agora que a poeira em grande parte assentou, parece mais claro que, por mal julgada ou mal-executada que muitos considerem a ação anglo-francesa, ela resultou de uma situação não criada por nós e foi tomada num espírito de autodefesa, e não de imperialismo ou de expansão colonial.

VIII

Uma das lições que ficaram dessa experiência é, todavia, a de mostrar até que ponto o nacionalismo torna os países vulneráveis à propaganda baseada no chamado

anticolonialismo. O nacionalismo não é fenômeno nacional, mas emocional. Por outras palavras, o nacionalismo é como o vinho novo. Tomado com moderação, êle pode não sòmente alegrar o coração de um homem mas dar-lhe saúde e fôrça para executar grandes tarefas. Tomado em excesso, torna-o incapaz e faz dêle prêsa fácil a desígnios de outrem. O nacionalismo bem dirigido pode ajudar uma nação a disciplinar os seus esforços para alcançar nobres objetivos, através de formidáveis obstáculos, como ocorreu na Grã-Bretanha, em 1940 e 1941. Então pode ser identificado com as mais altas formas de patriotismo. Porém, o nacionalismo fàcilmente degenera em excessos e nunca é seguro para uma nação guiar-se exclusivamente por êle.

Isso é especialmente verdadeiro nos dias que correm, quando as nações se tornam mais do que nunca dependentes umas das outras. Entramos nesta era de interdependência com a Primeira Grande Guerra. Em certo sentido, é paradoxal que a primeira tentativa de reconhecimento político dessa interdependência — a criação da Sociedade das Nações — consagrasse ao mesmo tempo o princípio da interdependência crescente sob o *slogan* da autodeterminação. A virtude da *Commonwealth*, e a significação capital da sua existência no mundo de hoje é que ela tem tido êxito em conciliar êstes dois grandes princípios: autodeterminação e interdependência.

À luz dêstes precedentes e das realidades da *Commonwealth*, que significa a acusação de colonialismo? Em nossas relações com os territórios dependentes temos confessadamente praticado erros, de tempos em tempos. Também temos tido alguns insucessos. Um país, a República da Irlanda, separou-se; e a Birmânia, que podia ter aderido, não o fêz. Mas êstes dois países exerceram um direito que é plenamente reconhecido na filosofia que está por trás da *Commonwealth*. Nós consideramos a filiação a ela não como alguma coisa que possa ser imposta a um

povo relutante, porém como um privilégio a ser outorgado sòmente aos que o desejam e estão cônscios das suas obrigações, tanto quanto das suas vantagens. Essa filosofia pode remontar a sua inspiração a Runnymede onde, em 1215, a Magna Carta foi assinada.

Penso não ser ofensivo dizer-se que um país recém--independente ou uma nação recém-formada não está necessàriamente livre das fraquezas inerentes à vida humana. Se consideramos os numerosos países que nos últimos dois séculos conquistaram a independência, podemos observar que vários dêles se firmaram ràpidamente e se revelaram orgulhosos e autoconfiantes. Outros mostraram-se mais lentos em assumirem as suas responsabilidades como nações e procuraram suster-se, em momentos de dificuldades com longas e intoxicantes campanhas de nacionalismo e de críticas nostálgicas ao antigo poder tutelar. Estas devem ser consideradas como fraquezas humanas normais, para as quais não há outro consôlo do que a esperança de melhores tempos no futuro. Mas, devemos ser indulgentes para com aquêles que, como o Sr. Krushev, em sua famosa *tournée* pela Índia, Paquistão e Birmânia, procuram explorar estas suscetibilidades em seu próprio interêsse? Um famoso novelista do século XIX escreveu certa vez: "se desejais fazer mal ao nosso inimigo, ou mesmo arruinar a sua reputação, imputai-lhe os próprios vícios de que padeceis". O nome dêsse escritor era Ivan Sergeyevich Turgenev.

A *Commonwealth* sustenta um modo de vida livre e democrático, em que cada nação tem plena liberdade de expressar-se. Ela também advoga a cooperação internacional em defesa dessas liberdades. Dentro das Nações Unidas, esperamos poder provar que somos uma fôrça coesiva e talvez mesmo um exemplo de como, enquanto preservando a sua individualidade, as nações do mundo podem viver e trabalhar entre si pelo bem-estar da humanidade.

IDEOLOGIA POLÍTICA INDONÉSIA

Roeslan Abdulgani

Diversamente do Parlamento, que tem o dever de traçar as linhas gerais das leis orgânicas e determinar a política do Govêrno, a Assembléia Constituinte da Indonésia tem o encargo de estabelecer os princípios vitais do Estado e da sociedade, em benefício da presente e das futuras gerações.

Ao lado dos princípios que regem os instrumentos de poder, e a orientação política do Estado em relação a todos os aspectos da vida social, a Constituição também determina uma coisa fundamental, que é a visão do Estado e da sociedade a respeito da nossa vida, tanto no presente quanto no futuro.

A nossa filosofia do Estado e da sociedade constituirá a fundação do edifício que estamos a construir. A nossa filosofia estatal é a fonte primária de tôdas as reflexões filosóficas, que guiarão o nosso pensamento a respeito dos instrumentos do poder em nossa sociedade.

É geralmente sabido que, como ser divino, o homem exerce influência sôbre o meio em que vive, mas que, por outro lado, é também por êste influenciado. Considerando essa interação entre o homem e o meio como uma realidade, quisemos, ao organizar a nossa Assembléia Constituinte, levar em conta as situações que, dentro e fora do país, influem sôbre a nossa sociedade.

Estudamos já muitas constituições, quer do Ocidente, quer do Oriente, e eu estou convencido de que êsses es-

tudos foram úteis. Precisamos, todavia, atentar em que essas constituições foram elaboradas em circunstâncias históricas diferentes umas das outras. A Constituição Americana foi redigida no século XVIII, numa época em que a situação do mundo dependia das potências colonizadoras da Europa Ocidental. Muitas das constituições da Europa foram outorgadas nos séculos XVIII e XIX, quando a Europa se encontrava no auge do seu poder, e quando os Estados do oeste europeu eram guiados por um nacionalismo estreito e por um capitalismo usurário.

Adotar os princípios básicos dessas constituições, sem propósito adequado e sem tomar em consideração o tempo em que elas foram concebidas, não será para nós uma contribuição feliz. Conseqüentemente, temos que examinar essa contribuição do ponto de vista histórico, porque uma constituição não representa apenas o reflexo dos valores aceitos por um povo considerado, mas é também produto de uma determinada era.

II

É inegável que, no século XX, a Europa Ocidental já não era a única fonte de poder na política internacional. A sua posição como berço da Ciência, da Filosofia e do Poder, começa a declinar depois que os seus próprios povos se viram envolvidos na guerra civil que foi, para êles, a Primeira Guerra Mundial.

Foi logo após que a Ásia e a África, que prèviamente haviam sido vítimas de tôda sorte de "ismos", cocomeçaram a despertar. Na África do Norte e na Ásia Ocidental o poder islâmico começou a erguer-se e a renascer, depois de uma decadência de longos séculos. Na Ásia do Sul e do Sudeste, os podêres espirituais do hin-

duísmo e do budismo, conjuntamente com a influência do Islão, começaram a desenvolver-se, enquanto na Ásia do Norte e do Leste antigos ensinamentos filosóficos, impregnados de elementos do confucionismo e do budismo, começaram a encontrar aceitação.

A consciência de que os destinos das massas da Ásia e da África não podem ser confiados, sem discussão, às mãos dos povos ocidentais da Europa, penetrava cada vez mais profundamente no espírito dos povos asiáticos e africanos. Em fusão com a fôrça material e as condições naturais dos países ásio-africanos, essa consciência transformou-se em nova potência, entre as outras potências internacionais. Êste é agora o poder do nacionalismo das nações da Ásia e da África que aspiram, cada uma de per si: do ponto de vista político, ao estabelecimento do estado nacional; do ponto de vista social e econômico, à criação de uma nação fundada na justiça social; do ponto de vista cultural, à restauração dos valores da sua própria civilização, adaptados aos tempos modernos.

Êsse despertar da Ásia e da África começou então a obscurecer a preeminência da Europa. E, depois que a Europa atravessou a Segunda Guerra Mundial, pode-se dizer que a Ásia e a África, em geral, se têm sucedido em formar Estados nacionais, como lares para os respectivos povos, que nêles podem ser senhores de si próprios, em vez de serem escravos de outros povos. Assim sendo, a fundação de um lar nacional com base numa constituição, não pode ser considerada fora das atuais mudanças do poder internacional, que hoje representam ideològicamente os desejos econômicos e sociais dos povos ásio-africanos, entre os quais o povo indonésio é apenas um elo na cadeia dêsse processo evolutivo.

Embora êsse processo, em seu conjunto, seja visto como uma reação em cadeia, existem diferenciações dis-

tintas entre os vários elos, como resultado das condições geográficas, históricas e sociais de cada povo. Os povos árabes, por exemplo, formaram os seus Estados nacionais pela restauração dos dogmas do Islão que outrora, entre os séculos VII e XI, empregaram como fôrça liberadora das nações mediterrâneas, que estavam sendo oprimidas pelas potências européias e bizantinas. Os povos do Sul e do Sudeste da Ásia estão também em busca de novas potencialidades em sua própria História.

Dessa forma vemos que, embora os problemas e desafios, que as novas nações livres da Ásia enfrentam, sejam semelhantes por natureza, podemos distinguir diferenciações nas reações dêsses povos. Essas diferenciações têm determinado alguma variação nas suas filosofias de govêrno. Em conseqüência, todos os Estados criam ideologias distintas, as quais em sua opinião servem melhor aos interêsses dos respectivos povos.

Nós, indonésios, estamos agora no meio de um processo de formulação da nossa filosofia nacional e estatal, ou da nossa "Weltanschauung", que possa ser usada como fundamento do nosso Estado e apontada como nossa filosofia estatal. Procurando uma formulação da nossa ideologia política, devemos ter em mente a realidade que nos rodeia. Na órbita da Ásia e da África podemos discernir três realidades, a saber: a) a presença de Estados que, em sua ideologia política, dão ênfase aos preceitos do Islão; b) a presença de Estados que são baseados na ideologia do liberalismo e do capitalismo; c) a presença de Estados que se fundam na ideologia socialista e comunista.

III

Os Estados baseados nos ensinamentos do Islão pertencem aos que foram criados pelos povos árabes do

Egito, Síria, Iraque, Arábia Saudita, Jordânia, Iemen e Líbano. Êsses Estados expressam nas suas constituições, com as palavras mais diversas, o *status* daquela religião, e adotaram o árabe como língua oficial.

O Egito, que presentemente está empenhado numa revolução dirigida pelo Exército, já tem uma nova constituição, em que à religião muçulmana é dada a mesma posição que tinha ao tempo do Rei Farouk. Síria e Líbano, nas suas constituições, não fizeram menção da religião, salvo a estipulação feita pelo primeiro de que o seu Presidente deve ser muçulmano.

A maioria dos Estados árabes — com exceção da Síria, do Líbano e do Egito — optaram pela monarquia em sua estrutura constitucional. Entretanto, de acôrdo com o Dr. Khalifa A. Hakim, da Universidade de Osmânia, em seu livro IDEOLOGIA ISLÂMICA, "o Estado islâmico é uma república socialista. A monarquia não tem lugar no Islão, e muito menos a monarquia hereditária." "O Estado islâmico é democrático e teocrático, sem igreja e sem padres. Êle é teocrático por interpretação e tem em Deus a origem da sua Soberania. Deus é a fonte de tôda a justiça social." Assim, o Dr. Hakim categòricamente rejeita o sistema monárquico, que ainda é praticado na maioria dos países árabes.

A indagação a respeito do caráter secular do Islamismo foi respondida pelo Paquistão. O sentido da palavra "secular" está ìntimamente ligado ao conceito da distinção entre Igreja e Estado. O Estado secular é aquêle que orienta o seu poder exclusivamente para as matérias mundanas. Uma vez que o Islão também tem preceitos referentes ao Estado e às questões mundanas, o autor Kemal A. Faruki, em seu livro CONSTITUIÇÃO ISLÂMICA, qualifica a palavra "secular" da seguinte forma: "concernente aos problemas mundanos, pelo que o Islão é, neste sentido, uma religião secular."

Nesse contexto a Turquia atrai a nossa atenção por causa do artigo 2º da sua Constituição, o qual estipula que o Estado turco deve ser uma república nacional, secular e revolucionária. Essa Constituição reflete a revolução e modernização da Turquia, geradas nos sentimentos nacionalistas do povo turco.

Se os países árabes e o Paquistão respondem ao desafio do Ocidente com apoio nos ensinamentos islâmicos, a Turquia do século XX, que nos anteriores era conhecida como o "escudo dos mulçumanos", encontra a resposta na mobilização do seu potencial nacionalista e na absorção de tôdas as técnicas ocidentais como armas próprias. Embora o Estado dê ao Islão tôda a atenção, dentro de certos limites, é certo que êle não tem um lugar permanente na Constituição turca. De acôrdo com o historiador Arnald J. Toynbee, a Turquia é um país que experimentou a mais intensiva revolução nacional. É êle o único que, no espaço de uma geração, atravessou as seguintes fases: Renascença, Revolução Francesa, Revolução Industrial, Emancipação da Mulher, Transição do Alfabeto Arabe para o Alfabeto Latino. Dessa maneira, a Turquia demonstrou ao mundo que a sua população muçulmana era capaz de formar um Estado de acôrdo com a sua própria identidade, e que o Islão é de todo flexível às solicitações do Tempo e da História.

IV

O melhor exemplo de Estado baseado no socialismo e no comunismo é a União Soviética. A Constituição soviética menciona dois pontos positivos: o partido comunista e a religião. Ela dá um *status* oficial ao partido comunista como o único cuja existência é permitida, com o rótulo de "vanguarda" e "núcleo dirigente" de todo

o povo russo. Ao lado disso, a Constituição também toma posição em matéria religiosa: a liberdade de religião é garantida, juntamente com a liberdade, assegurada a todo cidadão, de fazer propaganda anti-religiosa. Todavia, se consideramos as Constituições de outros Estados que foram estabelecidos depois da Segunda Grande Guerra, com ideologias constitucionais algo semelhantes à da União Soviética (entre outros Hungria, Romênia, Tcheco-Eslováquia, Polônia, Bulgária, Iugoslávia, na Europa Oriental, e China e Vietnam do Norte, na Ásia Setentrional) temos que concluir, afinal, que os dois pontos votados na Constituição soviética não aparecem ostensivamente como características essenciais do Estado comunista ou socialista.

A Constituição da China Comunista menciona também, ao lado do partido comunista, o papel dos partidos e grupos democráticos e bem assim o das organizações dos povos. Em relação à religião diz que "os cidadãos da República Popular Chinesa têm a liberdade de professar uma religião." A diferença saliente entre as Constituições chinesa e soviética, a respeito do partido comunista e da religião, não é razão suficiente para concluir-se que, em princípio, a China Comunista seja diferente da União Soviética. Por outro lado, ainda não está suficientemente provado que a China Comunista seja uma imitação da União Soviética.

Do ponto de vista histórico a China Comunista pode ser tida como uma forma degenerada da ideologia comunista, em uma nova situação. E depende inteiramente do desenvolvimento futuro dessa situação saber-se se essa degenerescência é apenas uma tática, numa forma predeterminada da estratégia do comunismo mundial. Virá ela congelar-se numa ideologia própria? Ou talvez cair num impasse, cujo desenvolvimento terá atingido o ponto de fermentação? Como quer que seja, porém,

êsses novos Estados que, como as Repúblicas Soviéticas, são criações do século XX, constituem um fenômeno que merece a nossa atenção.

V

Como ideologia de Estado, liberalismo e capitalismo são adotados, na Ásia, pelas Filipinas e pelo Japão. O ponto central dêsse princípio é a liberdade individual. Na prática, contudo, essa liberdade tem conseguido revelar certos fatos que negam os dogmas em que ela se baseia. Ela tem mesmo trazido injustiça, enquanto em seu estágio avançado tem dado lugar ao aparecimento do colonialismo, por causa do sistema capitalista. O princípio da liberdade individual que "an sich" pode ser chamado ideal, provou em seu posterior desenvolvimento conduzir a excessos que impediram outros povos e outras nações de adotarem o princípio como próprio.

Onde quer que êsse princípio foi praticado, evidenciou-se que só trouxe benefícios positivos no campo político, enquanto, nos campos econômico e social, ainda não estamos convencidos se êle traz na verdade uma solução aos problemas de importância vital para o nosso povo.

Depois de passar em revista as ideologias políticas dos Estados que nos rodeiam, a primeira coisa que temos de fazer, para achar a nossa identidade nacional, é restaurar os elementos ideológicos da vida do nosso próprio povo indonésio e, depois, enriquecê-lo com elementos do mundo exterior. A êsse respeito temos de descobrir se os padrões básicos, escolhidos pelos Estados vizinhos, contêm elementos que possam servir para aprimorar o molde básico da nossa própria vida constitucional e nacional.

Qual a nossa opinião sôbre a ideologia islâmica, como possível princípio básico de nosso Estado e sociedade? Como muçulmanos — a maioria do povo indonésio é muçulmana — devemos sustentar os ensinamentos islâmicas como formando, quer física quer espiritualmente, um abrigo duradouro das nossas vidas. Entretanto, se atentarmos para os acontecimentos históricos, para as experiências do nosso e de outros povos, a discussão dos problemas concernentes ao Estado e à sociedade leva-nos a considerar outros fatos.

Até o presente não tivemos nenhum modêlo constitucional, baseado na ideologia islâmica, que tenha sido bem sucedido em resolver os problemas que o Estado moderno confronta. Enquanto há ainda a necessidade de sólida adesão, tornou-se evidente que a ideologia islâmica ainda tolera o sistema monárquico, conforme vimos nos exemplos anteriormente mencionados. Os próprios mestres do constitucionalismo islâmico ainda consideram êsse problema como não resolvido.

A estipulação de determinada religião como oficial, em preceito da Constituição, certamente limitará o desenvolvimento das outras religiões e credos. Além disso, essa determinação constitucional estaria em contradição com um dos traços caracteristicos da nossa sociedade, que é multi-religiosa, no sentido de que existem, em nosso povo, diferentes convicções espirituais. No campo econômico, também, não pudemos encontrar nenhum Estado Islâmico que, por sua base religiosa, tenha tido êxito em promover a justiça social e a prosperidade pública.

VI

Podemos utilizar o comunismo-socialismo como modêlo básico do nosso Estado? Um aspecto notável dos

sistemas de govêrno dos atuais países comunistas é o *status* constitucional do partido comunista, porque graças a isso os Estados comunistas necessàriamente têm um traço ditatorial escondido por trás de não importa que nome ou dogma. Êsse aspecto é difícil de ser aceito no nosso país por causa da prevalência do espírito de deliberação, acôrdo e assistência mútuas, que caracterizam a vida diária do nosso povo. Se, em um sistema ditatorial, não se dá à individualidade humana a mais larga possibilidade de desenvolver-se, então o sistema de deliberação e de acôrdo mútuo é, ao contrário, um reflexo da alta medida de consideração com que a individualidade humana é apreciada em nossa sociedade.

Embora o comunismo apresente um sistema muito eficiente de estimar a vida econômica do homem, os seus aspectos culturais não deixam bastante lugar para a vida religiosa. Desde que sabemos que a maioria do nosso povo professa uma ou outra religião, o comunismo está em contradição com a índole e o caráter religioso do nosso povo.

Podemos usar o liberalismo-capitalismo como base da nossa filosofia de Estado? Esta pergunta pode ser respondida com um não definitivo. Porque a essência da nossa revolução e da nossa luta nacional implica em luta do povo contra o colonialismo, até onde o desenvolvimento histórico dêsse "ismo" fôr visto como filho do capitalismo e neto do liberalismo. A adesão a essa ideologia significaria naturalmente uma negação da essência da nossa luta e, conseqüentemente, não se sincronizaria com o curso histórico dessa luta.

A experiência do nosso povo, que já viveu em atmosfera colonial, fortalece ainda mais a convicção e a consciência de que o liberalismo, em estágio avançado, levará

o povo a um sistema capitalista e colonialista, exatamente às coisas que êle repeliu em sua luta nacional.

Liberalismo e capitalismo ensinam-nos a presença de igual oportunidade na vida e tolera a livre competição. Na realidade, porém, a igualdade só existe no sentido político, porque essa ideologia cria, no campo econômico, grupos fracos e grupos mais fortes, disso resultando controvérsias agudas entre êsses grupos. As diferenças em fôrça econômica, que deram origem a certos paradoxos na sociedade, foram, afinal de contas, a verdadeira razão por que certas antigas colônias sentiram profundamente o alcance de tal discriminação na vida do seu povo. Em conseqüência, nenhum outro grupo tem, como o povo indonésio, maior título para rejeitar o liberalismo-capitalismo.

Uma orientação das diferentes ideologias têm-nos, assim, evidenciado que a vida social e política dos vários povos é multiforme e multivariada. De tudo isso, porém, uma coisa ressalta clara e seguramente, e é que todo Estado tem a sua própria identidade. A vontade de ter uma identidade nacional é um fato inerente no despertar das fôrças do nacionalismo ásio-africano, no século XX. Se estudarmos a história dos povos do mundo, veremos claramente que a idéia que alertou o povo indonésio para a luta, e para fazer os sacrifícios com que conquistou a independência, é efetivamente a mesma idéia de conseguir uma identidade nacional, identidade tanto na forma do Estado como no conteúdo da vida social. Sem a identidade nacional acima referida, a Indonésia cairá numa forma monolítica, isto é, na situação em que um certo país domina outros, reduzindo-os a satélites. Em tal situação, o sentido de revolução nacional, e a proclamação que já exigiu tantos sacrifícios, estariam totalmente perdidos.

VII

É a idéia contida em nossa proclamação de independência, em nossa revolução nacional, que, entre tôdas, inspirou a criação da República da Indonésia. Esta idéia é, especìficamente, o *Pantja Sila* (Cinco Princípios). Foi pelo *Pantja Sila* que a Indonésia conquistou no mundo a sua identidade nacional. Êstes cinco princípios são não sòmente um registro dos traços da personalidade do povo indonésio, como constituem ainda um poder diretivo para o futuro. A negação do *Pantja Sila* equivale à negação da ciência e do objetivo da nossa revolução nacional. Idéia que teve o condão de conduzir a luta de um povo pela independência, mostrou-se ela igualmente capaz de exercer decisiva influência na vida dêsse povo. O nosso *Pantja Sila* é uma resposta ao desafio da vida do nosso próprio povo, que havia perdido a sua identidade nacional, desde o declínio do Reino de Madjapahit.

A idéia da Onipotência Divina, como primeiro dos Cinco Princípios, proporciona ao povo indonésio uma base sólida porque, afinal, êsse princípio é uma garantia da liberdade de culto. A idéia de humanidade ilustra, com clareza, o caráter do povo indonésio, que ama a liberdade e a paz, também em relação aos outros povos. Êste princípio orientador é a garantia de que o povo indonésio atribui alto aprêço à pessoa humana, sem discriminação de raça, sexo ou ancestralidade. A idéia do nacionalismo é o reflexo da luta dos povos da Ásia e da África, no século XX, para a conquista da sua liberdade, soberania e identidade nacionais. A idéia da soberania do povo é a expressão do sistema da nossa vida quotidiana, que é baseada em deliberações, acôrdo e assistência mútuos, e inspirada pela vontade de devotamento à vida da comunidade. A idéia da justiça social é o princípio

pelo qual nós procuramos realizar uma sociedade justa, na qual a prosperidade seja dividida igualmente, como reação ao processo de pauperização que veio do passado. Foram êstes, pois, os princípios orientadores do *Pantja Sila,* que inspiraram a nossa revolução e se tornaram um forte guia para a liderança do nosso Estado e do nosso povo, no futuro.

VIII

Por fim, gostaríamos de fazer algumas considerações sôbre as noções de cultura e soberania do povo. Quanto à soberania do povo, queremos que ela se afirme em todos os aspectos da vida social, nomeadamente nos planos político e cultural. No plano político, pretendemos o poder distribuído igualmente por todos os cidadãos; no campo econômico, uma prosperidade igualmente dividida e, no campo cultural, um progresso idêntico. Fazer com que direitos e deveres desçam a todos os níveis da vida significa a realização de progresso igual para todos. Esta é a mais alta medida de justiça e humanidade. Uma sociedade que acolhe esta idéia estará em posição de criar a prosperidade do povo, baseada na cultura nacional, no seu sentido mais favorável.

Numa sociedade feudal e capitalista, como é a nossa sociedade atual, sòmente os *upper ten,* as classes aristocráticas e a gente abastada, têm oportunidade de progredir. Essa pequena parte do povo constitui a camada social que detém o mais alto poder do Estado. Pelo progresso que realiza, essa gente exerce inteiro domínio sôbre a nossa cultura. Essas circunstâncias devem ser modificadas e isso sòmente é possível pela educação de todo o povo. Para isso, cada cidadão deve, ao menos, passar pela escola secundária e ter oportunidade de exer-

cer funções adequadas à sua capacidade. Isso terá como conseqüência que se conseguirá uma cultura nacional no verdadeiro sentido, ou seja, uma cultura que o povo possa manter constantemente viva.

Para conduzir o nosso povo nessa direção, e evitar que sòmente certas camadas mais altas da sociedade possam receber os benefícios do progresso, é desejável incluir na Constituição preceito que assegure garantias de iguais oportunidades de progresso a todos os cidadãos. Todos os jovens, desde que tenham a capacidade exigida, devem ter a oportunidade de beneficiar-se com o melhor treinamento e a melhor educação, sem subordinação à sua condição econômica ou social. Então, uma cultura igualmente distribuída será patrimônio do povo, pois todos os cidadãos terão possibilidades de atingir o mais alto grau de cultura, na medida do seu talento.

A demanda de iguais oportunidades de educação não é um sintoma histórico isolado. A História do Mundo tem demonstrado como, em alguns países, foram violentas as tendências que lutaram por essa realização, especialmente na presente conjuntura. Uma oportunidade de progresso igualmente dividida pode, na verdade, contribuir para dar conteúdo real à idéia de soberania do povo, a que damos a nossa adesão.

O povo indonésio, que se compõe de centenas de grandes e pequenas tribos, vivendo em ilhas largamente afastadas, possui naturalmente características culturais divergentes, porém encontra essencialmente uma base comum. Dessa forma, a nossa cultura nacional é caracterizada, ao mesmo tempo, por aspectos nacionais ou unitários e por aspectos regionais. Isso pode ser notado, de modo especial, nas artes, na língua, na indumentária. É imperativo observar aqui que entre os fenômenos culturais nacionais e regionais não deve necessàriamente existir contradição. Isso é verdadeiro, pois que há numerosos

fenômenos culturais, a princípio regionais, que gradualmente adquirem caráter nacional, como resultado do fato de que a cultura não é fruto apenas de uma região, mas também de outra ou de tôdas as regiões de determinado país. Na Indonésia, isso pode ser observado, de modo especial, nos trajes e danças regionais.

O desenvolvimento de uma cultura rigorosa, e de espírito nacional, pode contribuir para uma evolução favorável da nossa vida social. Conseqüentemente, é desejável que se assegurem garantias de educação igualitária para o povo, quando menos pela isenção de tôdas as taxas escolares e pela concessão de amparo aos bons estudantes. A educação popular deve fortalecer a alma, o espírito, o sentimento, a intuição e a vontade humanos. Pelo desenvolvimento proporcional das potencialidades da alma humana, a cultura nacional, que queremos realizar, adquirirá caráter nacional, de tal sorte que poderá trazer a prosperidade em benefício de todo o povo.

Os princípios fundamentais da nossa Constituição prevêem amplas garantias para a segurança da nossa República e para o futuro do nosso povo e sociedade. Isso, entretanto, não deve impedir-nos de ver as nossas deficiências. Agora que o nosso país está atingido por tôda a sorte de tensões, controvérsias e crises, temos que, em definitivo, tomar consciência do nosso dever de trazer a uma boa conclusão a tarefa da nossa Assembléia Constituinte. E, em face dessas dificuldades, temos que agir com rapidez.

Um dos requisitos para uma ação rápida é a preservação dos princípios da proclamação — Constituição de 1945 que, em seu espírito dinâmico e revolucionário, consistiu apenas de 37 artigos. Entretanto, êstes 37 artigos foram depois, pela situação de compromisso verificada em fins de 1949, diluídos para 197, dada a vastidão do território dos Estados Unidos da Indonésia e as neces-

sidades emergentes dessa conjuntura. Sob a influência do processo de racionalização, determinado pela transformação do Estado federal em unitário, o número de artigos por fim reduziu-se a 146.

Êste pensamento leva-nos a agir com decisão e rapidez, tendo em consideração que, em doze anos de independência, o *Pantja Sila* resistiu incólume e, ainda, o fato de que o mundo do século XX tem na sua dianteira a identidade ásio-africana.

INTERÊSSES POLÍTICOS E ECONÔMICOS DOS ESTADOS UNIDOS NA AMÉRICA LATINA

O. A. Dias Carneiro

De início, interpretaremos "interêsses" como "interêsses nacionais" que definimos como a orientação normativa que é dada ao govêrno de um país, no sentido de se atingirem certos fins de caráter positivo, tais como resistir à agressão, elevar padrões de vida e manter condições de estabilidade nacional e internacional. Cabe, assim, ao govêrno conhecer, examinar e precisar os interêsses nacionais; estabelecer, dentro do espírito dêsses interêsses, os objetivos de caráter positivo, cuja realização deve almejar a ação governamental; e, por fim, selecionar os meios de que dispõe para atingir êsses objetivos.

De acôrdo com esta interpretação do título dêste ensaio, restringiremos o seu tema, não ao estudo das causas dos interêsses nacionais dos Estados Unidos, mas à análise de suas manifestações objetivas, tal como se concretizam nas diretrizes políticas e econômicas do Govêrno americano, ao procurar realizar na América Latina aquêles interêsses nacionais. Basearemos a nossa argumentação na premissa de que os interêsses nacionais dos Esta-

dos Unidos se podem classificar em interêsses ideológicos, políticos e econômicos: os interêsses ideológicos definem os interêsses políticos e êstes, os econômicos. Êsses interêsses nacionais indicam três finalidades positivas à ação do Govêrno americano na América Latina: defender a região contra a agressão ideológica do comunismo soviético, propagar a adoção efetiva do regime de govêrno liberal democrático e contribuir para a melhoria das condições econômicas nos países latino-americanos.

Desdobraremos a análise em três partes, na primeira das quais, que se segue a esta introdução, estudaremos alguns dos inúmeros fatôres que contribuem para a formação das normas de conduta política e econômica do Govêrno americano, ao salvaguardar os interêsses daquele país na América Latina. Verificaremos, nesta primeira parte, que são justamente certas características uniformes e comuns a todos os países latino-americanos que parecem preponderar sôbre o espírito do Govêrno americano ao adotar êste Govêrno certa atitude bem definida com relação a êsses países. Na segunda e terceira partes, examinaremos, em exemplos específicos, o comportamento do Govêrno americano, ao atender aos interêsses nacionais dos Estados Unidos, no sentido de promover a adoção da democracia representativa e de fomentar o desenvolvimento econômico nos países latino-americanos, como condições fundamentais à segurança e à defesa ideológica do hemisfério. Concluiremos com algumas palavras que resumirão a nossa tese e o que dela se poderá deduzir.

Os Fatôres

No exame dos fatôres condicionantes da atitude do Govêrno americano relativamente à América Latina, omi-

tiremos as influências dos fatôres internos. Seriam tais fatôres a atitude do Poder Executivo, a influência do Congresso e do Partido político que detenha o poder, a opinião pessoal dêsse ou daquele Presidente ou Secretário de Estado, a opinião da imprensa e nela de certos jornais e certos comentaristas, a pressão de grupos econômicos e militares, a influência de certas universidades, da própria vida da cidade de Washington e do povo americano em geral. Não queremos, com esta omissão, menosprezar a influência dêsses fatôres internos. Mas como nosso intuito é o de condensar impiedosamente o tema escolhido a um número reduzido de circunstâncias capitais, estudaremos apenas a influência de fatôres externos, geográficos, históricos, sociais, psicológicos e culturais, que contribuem para a cristalização da conduta governamental dos Estados Unidos em face das condições políticas e e conômicas da América Latina. O nosso propósito é demonstrar que são os traços comuns, físicos e culturais, uniformizadores das regiões e povos da América Latina, que preponderam para a padronização do comportamento governamental americano relativamente aos países latino-americanos.

Os primeiros fatôres a citar, cuja influência uniformizadora é óbvia, são os fatôres físicos, da localização geográfica meridional, e climática tropical ou subtropical. Outros fatôres se seguem, de influência padronizadora igualmente óbvia, tais como características raciais de povos morenos, e lingüísticas, das línguas neolatinas. A influência, neste particular, da religião católica romana é preponderante na formação da atitude governamental dos Estados Unidos na América Latina. Pretendemos apenas mencionar êsses fatôres, sem entrarmos em maiores detalhes. Concentraremos agora a nossa atenção sôbre a influência de fatôres econômicos e políticos.

Econômicamente, a América Latina é fonte de matérias-primas para a indústria americana; políticamente, caracteriza a América Latina a sua adesão aos princípios democráticos, senão na prática, pelo menos em teoria. Sôbre essa inferioridade econômica efetiva e essa inferioridade política potencial, estende o chamado sistema interamericano à aplicação irrestrita do conceito de igualdade jurídica, o que conduz, não raro, a perplexidade e hesitações do Govêrno americano ao lidar com os Govêrnos latino-americanos e conseqüente irritação dêstes com relação àquele. A adoção irrestrita da doutrina da igualdade jurídica, teria como corolário a aplicação irrestrita do princípio político da não intervenção, assim como do princípio econômico de "laissez-faire". Como tais princípios não se aplicam satisfatòriamente às condições políticas e econômicas de fato existentes na América Latina tomada como um todo, é inevitável que se ergam, de parte a parte, resistências contra a adoção de medidas específicas baseadas, entretanto, na doutrina geralmente aceita da igualdade jurídica.

A América Latina, sendo rica em recursos produtivos, é retardada no desenvolvimento econômico dêsses recursos. A região consiste de países possuidores de economias reflexas, dependentes do nível das exportações cuja receita constitui forma quase exclusiva de investimento capital. Tais economias de exportação acham-se inteiramente à mercê de flutuações de procura efetiva irradiadas de regiões industrialmente desenvolvidas. Além disto, os recursos produtivos dos países latino-americanos dependem, para serem explorados, da cooperação daquele fator de produção de que a região mais carece que seja bem dirigido e administrado, que é o capital. Finalmente, vivem êsses países sob o pêso de uma pressão demográfica que, ultrapassando freqüentemente a proporção de inversões de capital, desgastam extraordinàriamente o fator relativamente fixo que é a terra.

As causas dessas condições econômicas encontram-se, em grande parte, na evolução histórica da América Latina. Por mais de três séculos, foram os países latino-americanos colônias da Espanha e Portugal. Assim, as instituições políticas, econômicas e sociais dêsses países desenvolveram-se em tôrno de complexos feudais de reino e vice-reino, metrópole e capitania, senhor e vassalo ou escravo. Embora tenham os libertadores conseguido sacudir o jugo espanhol e português, a vida do "peón", do escravo no bangüê, do índio "reduzido", permaneceu intacta, sob a fachada de instituições políticas liberais imitadas da Revolução Francesa, do parlamentarismo inglês e da Constituição dos Estados Unidos. Essa estrutura, com modificações regionais, caracterizou-se, tìpicamente, pela concentração da riqueza nas mãos de pequena minoria, pela ausência de classe média numerosa e influente, pelo domínio que sôbre os governos exercem os latifundiários, as fôrças armadas e o clero. Tal estrutura econômica resultou em pobreza generalizada e instabilidade política.

Ao iniciar-se a Segunda Grande Guerra o panorama latino-americano ainda era êste. A situação do povo contrastava abruptamente com a situação da classe alta. Salários ínfimos, vida miserável no campo e na cidade, subnutrição, baixa vida média, alta incidência de doenças, analfabetismo e, em contraste, lucros extraordinários, cultura e luxo requintados. Mas um elemento novo se insinuara nesta estrutura de equilíbrio estável. Os meios modernos de comunicação, tais como o cinema, o rádio, o avião e, em muito menor grau, a imprensa, vieram transmitir a essas populações, econômica e pòliticamente submergidas, as condições de vida nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, daí resultando uma contínua fermentação de descontentamento contra os governos, causado pela influência de interêsses privados poderosos

e voltados inteiramente para a satisfação dêsses interêsses, em prejuízo de populações inteiras de desprotegidos e desamparados. A irrupção de Bogotá, em abril de 1948, tornou patente ao próprio Govêrno americano a fragilidade de alicerces de tôda a estrutura política e social da América Latina. O incidente com o Vice-presidente Nixon veio apenas recordar que a situação não se resolvera.

Data do após-guerra, portanto, a consideração das condições econômicas em que vivem os países latino-americanos, como influência importante sôbre a formação e a seleção das normas de conduta do Govêrno americano com relação à América Latina. Até então a influência latino-americana sôbre as decisões do Govêrno americano tinha-se limitado ao campo jurídico. O efeito conjunto da tendência jurídica da cultura latino-americana concorreu para que houvesse, desde os primórdios das relações diplomáticas entre os Estados Unidos e a América Latina, certo princípio uniformizador do comportamento do Govêrno americano com referência a êsses países. Devido ao fato de o Govêrno dos Estados Unidos evitar intervir nas emprêsas comerciais que possuíam interêsses privados na América Latina e limitar o seu conhecimento dêsses povos ao que era conhecido e filtrado através de relações diplomáticas, a influência diversificadora das peculiaridades nacionais de cada país foi sobrepujada pela influência uniformizadora de fatôres culturais, principalmente jurídicos. Foi, a nosso ver, essa influência jurídica que incutiu nas relações políticas interamericanas a crença em certas regras de conduta internacional, daí resultando, durante os últimos cinqüenta anos, o chamado sistema interamericano, cuja expressão mais recente é a Organização dos Estados Americanos.

Êsse sistema iniciou-se formalmente com a Primeira Conferência Internacional dos Estados Americanos, reu-

nida em Washington, a convite dos Estados Unidos, em 1889, culminando a evolução aí iniciada com o Tratado do Rio de Janeiro, em 1947, e com a Carta da Organização dos Estados Americanos de 1948, que servem de base à organização atual. Não nos parece cabível, aqui, examinar o funcionamento do atual sistema, mas queremos apenas ressaltar que é através dêle que os interêsses nacionais dos Estados Unidos, concretizados em objetivos de defesa contra a agressão externa, de propagação da Democracia e de desenvolvimento econômico, se fazem sentir na América Latina. Foi também com a experiência adquirida nessa organização que os Estados Unidos resolveram abandonar o processo de intervenção e conduzir, desde 1933, seus interêsses na América Latina à base de cooperação e respeito mútuo. Podemos mesmo sugerir que tenha sido em contato com a mentalidade jurídica latino-americana que os Estados Unidos adquiriram o necessário tato diplomático que os leva hoje a estenderem ao Pacto do Atlântico Norte os mesmos princípios do Pacto do Rio de Janeiro e a não usarem da fôrça armada para resolver contendas tais como as que, por duas vêzes, se manifestaram na região das Antilhas.

Mas se a influência do fator jurídico ao equiparar em relação à atitude do Govêrno americano situações nacionais diversas, tem acarretado vantagens diplomáticas para os países latino-americanos em conjunto relativamente aos Estados Unidos, essa mesma influência tem contribuído grandemente para que os Estados Unidos padronizem o seu comportamento governamental em relação à América Latina, sem distinção das circunstâncias nacionais, políticas e econômicas, que diversificam os países componentes dessa região. Assim, sempre que aos Estados Unidos se anteparam problemas específicos, militares, políticos e econômicos, a atitude do Govêrno americano é de hesitação e perplexidade, o que tem resultado geralmente em soluções simplistas.

Do ponto de vista do interêsse nacional dos Estados Unidos em propagar na América Latina a adoção efetiva de princípios democráticos, a adesão geral, no sistema interamericano, ao princípio de não intervenção tem servido de obstáculo ao Govêrno americano ao tentar conseguir a derrota ideológica de extremismos da direita e da esquerda nessa região. De acôrdo com êste princípio, os países integrantes do sistema interamericano não poderão intervir na política interna de um dêles, cujo govêrno, reconhecidamente democrático, estiver ameaçado de subversão por fôrças não democráticas. Foi ao procurar contornar as dificuldades políticas específicas que surgiram como exceções à aplicação irrestrita da doutrina de igualdade jurídica, que os Estados Unidos tiveram que acabar reconhecendo que a ameaça comunista não é menor na América Latina do que em qualquer outra parte do mundo e que a expansão do comunismo está também, e principalmente nessa região, intimamente ligada a imperativos econômicos. Melhor do que intervir pòliticamente seria fortalecer as instituições democráticas incentivando o esfôrço privado no desenvolvimento da produção. Com referência a êste ângulo da questão, os países latino-americanos têm sido particularmente insistentes, quer em negociações bilaterais com os Estados Unidos, quer em negociações multilaterais nas Nações Unidas e na Organização dos Estados Americanos. Só no decorrer dos últimos anos, porém, é que os Estados Unidos têm sido forçados a admitir a necessidade política de proverem assistência técnica e financeira, efetivas, aos países latino-americanos.

Mas não sòmente neste particular, de haver retardado a desistência ao Govêrno americano em permanecer para sempre no comodismo de um comportamento rotulado e classificado, prejudicou os países latino-americanos a sua mentalidade literária, artística, mais do que cien-

tífica ou técnica. O próprio sistema interamericano ressentiu-se, durante a maior parte da sua existência, da incapacidade de transmitirem os Governos latino-americanos ao Govêrno americano, em linguagem compreensível a êste último, os seus problemas políticos e econômicos específicos. Ao tratar com representantes de países latino-americanos colocava o Govêrno americano os antolhos que julgava adequados a tratar com essa espécie de pessoas, e, o que é mais grave, os representantes dêsses países faziam jus a êsse tratamento estereotipado, colocando-se dentro dêsse ângulo de visão. Assim, quando por motivos especiais, surgiu na política exterior americana o programa conhecido por "Ponto Quatro", a dificuldade em aplicá-lo à América Latina não se originou apenas de uma compreensível deficiência estatística dos países latino-americanos, mas de uma quase incapacidade em se fazerem entender na linguagem técnica que o Govêrno americano estava acostumado a ouvir de representantes hindus, egípcios, sul-africanos etc..

O Interêsse Político

Dissemos que o Govêrno americano já se rendeu à evidência de que a instabilidade política dos países latino-americanos decorre em grande parte de causas econômicas. Durante a Segunda Grande Guerra, forneceu a América Latina aos Estados Unidos substancial porção das matérias-primas consumidas pelas indústrias bélica e civil daquele país. A posição dêsses países, uma vez cortado o fluxo de abastecimento de outras regiões, foi a de tornar--se cada vez mais monopolística em face da procura americana. Dificuldades de transporte e outras restrições menos involuntárias fizeram com que o preço médio dessas matérias-primas se elevasse constantemente durante todo o decorrer da guerra. Essa elevação de pre-

ços não encontrava resistência no consumidor industrial americano, o qual tinha seus lucros assegurados pelo subsídio governamental ao esfôrço de guerra. Além disto, localmente, nos diversos países latino-americanos, tal tendência altista encontrava combustível nas continuadas emissões de moeda e crédito bancário, sem que a inflação daí resultante encontrasse os limites impostos por um sistema eficaz de contrôle de preços, ou por uma política de banco central de reservas ou redescontos ou, ainda, por um sistema fiscal baseado em tributação progressiva sôbre as rendas. O resultado dessa constelação de circunstâncias fêz com que, ao findar-se a guerra, se visse o Govêrno americano fortemente premido, pelo interêsse público, para retirar os subsídios ao esfôrço de guerra que já não tinham mais razão de ser, e pelos interêsses privados de grupos industriais que não queriam abrir mão dos seus lucros, para retirar os "tetos" sôbre os preços das manufaturas. Na América Latina, o término das hostilidades marcou uma queda brusca na procura das suas matérias-primas, o que causou de pronto dois efeitos: o reajustamento dos fatôres de produção às novas condições de mercado e a ânsia, por parte dos que se haviam locupletado largamente, em despenderem, o mais depressa possível, uma renda acumulada que a inflação geral dos preços consumia dia a dia. Êsses efeitos foram imediatos. Em primeiro lugar manifestou-se, por tôda a América Latina, uma tendência para a liquidação da classe média, alargando-se ainda mais o abismo entre o rico e o pobre. Em segundo lugar, houve rápido esgotamento, em importações não essenciais, das reservas em dólar acumuladas nos Estados Unidos. Em conseqüência, a situação política dos vários Governos latino-americanos tornou-se sobremaneira precária. O povo exigia dêsses governos o mesmo padrão de vida que lhe era transmitido pelo rádio, o cinema e imprensa, como sendo o padrão de vida médio nos Estados Unidos. E os governos, para se manterem

em face da maré montante de agravo popular, tiveram de tomar uma série de medidas, mais ou menos formais, que demonstrasse o interêsse dos responsáveis pelo bem-estar econômico do povo. Como, porém, nenhuma medida eficaz foi tomada no sentido de racionar o emprêgo das reservas em dólar, a possibilidade de se levar avante planos de desenvolvimento econômico a longo prazo ficou desde logo prejudicada pela premência de problemas imediatos de balanço de pagamentos. Dêsse conjunto de circunstâncias resultaram inquietação social, revoluções armadas de caráter messiânico e um geral insuflamento de tendências para soluções extremistas, tanto de direita quanto de esquerda, na totalidade da América Latina.

Foi para cuidar dêsses vários problemas e adaptar o sistema jurídico interamericano a essas novas circunstâncias políticas e econômicas que se assinou o Tratado do Rio de Janeiro, com o beneplácito das Nações Unidas. O obstáculo a um tratado mais adequado a atender à situação política dos países latino-americanos, foi justamente o apoio geral e irrestrito ao princípio de não intervenção. Já houve pelo menos duas oportunidades específicas para se pôr à prova a solidez da estrutura dêsse tratado, mas nenhuma dessas duas oportunidades teve caráter concludente. A primeira ocorreu em dezembro de 1948, quando a Nicarágua acusou a Costa Rica de planejar a invasão armada do seu território. Por influência da Organização dos Estados Americanos foi pôsto um têrmo à questão, que terminou com um tratado de amizade entre os dois países. A segunda ocorrência deu-se em 1949, quando uma situação áspera se desenvolveu entre Cuba, a República Dominicana, Guatemala e Haiti. Nesse caso foram baldados os esforços do Comitê Interamericano da Paz. Em fins de 1949, o Haiti acusou formalmente a República Dominicana de tentar subverter o Govêrno haitiano, ao que a República Dominicana retorquiu haverem Cuba, Guatemala e Haiti conspirado a

queda do Govêrno dominicano. Uma comissão de investigação apurou que, de fato, houvera intervenção mútua entre êsses países. Em abril de 1950, o Conselho da Organização aprovou as cinco resoluções propostas pela comissão de investigação, no sentido de os Governos latino-americanos não tolerarem atividades intervencionistas nos seus territórios. O triunfo da Organização dos Estados Americanos nas Antilhas poderá ter sido exclusivamente devido a acharem-se envolvidos apenas países pequenos. No caso em que o conflito envolva países de maior importância hemisférica, a questão das sanções poderá surgir e nessa conjuntura ver-se-á qual será a atitude dos Estados Unidos ao ter de arcar com a maior parte da responsabilidade em aplicar sanções sôbre o Estado contraventor. Tal eventualidade, entretanto, até agora ainda não se manifestou.

O mecanismo da Organização dos Estados Americanos poderá, assim, resolver ou não os problemas de paz e segurança do hemisfério, mas de qualquer forma a sua existência e operação não serão suficientes para resolver o persistente e fundamental problema de caráter político, que ocorre, freqüente e multiforme, dentro do sistema jurídico interamericano. Êsse problema, que é, para o Govêrno americano, o de propagar e manter as instituições democráticas nas estruturas políticas dos vários Estados membros do sistema, vincula-se a dois outros, que são como estender e aplicar os princípios democráticos nas circunstâncias sociais e políticas atualmente existentes na América Latina, e como defensor, coletivamente, as instituições democráticas na América Latina sem transgredir quer seja o princípio de não intervenção quer seja a doutrina do reconhecimento àquele relacionada. Ambas as questões vieram à baila em conexão com a disputa entre o Haiti e a República Dominicana, cujas relações instáveis foram aplicadas pelo fato de que êstes Governos não es-

tavam aplicando nas suas políticas internas princípios democráticos.

Para serem solucionadas questões específicas dessa ordem, seria necessário reconciliar o princípio de não intervenção com a doutrina do reconhecimento, que aparentemente se antagonizam dentro do sistema regional. O princípio de não intervenção declara que "nenhum Estado ou grupo de Estados tem o direito de intervir, direta ou indiretamente, por qualquer que seja a razão, nos negócios internos e externos de outro Estado". Êste preceito contradiz o que declara "que o exercício efetivo da democracia representativa é essencial aos altos propósitos de solidariedade interamericana". Ambos êstes preceitos estão contidos no artigo 5º da Carta de Bogotá. Tem-se sugerido que, devidamente interpretado, o artigo 19º daquele instrumento tenderia a reconciliar estas contradições aparentes. Êste artigo diz que as medidas tomadas, de acôrdo com tratados em vigor, para manter a paz e a segurança, não constituem violação do princípio de não intervenção. Desde que se estabeleça inconfundível relação de causalidade entre as condições políticas internas e a pressão externa, a manutenção da paz no sistema interamericano poderá ser tornada extensiva à preservação da Democracia nos Estados individualmente. Mas se esta conexão se presta a uma solução puramente legal da questão, não oferece ela solução positiva a problemas da realidade política, que se basearia, antes de mais nada, em uma caracterização do conceito de Democracia. O tira-teimas desta questão foi a intervenção americana na Guatemala, contra o govêrno de Arbentz, o que, de resto mereceria uma análise especial.

Dêste modo se evidencia nìtidamente o caráter jurídico do sistema interamericano, ao qual já repetidamente aludimos. A tendência constitucionalista do temperamento latino, transmitida à América Latina através do Di-

reito Romano e do Código de Napoleão, faz com que geralmente se coloque o texto legal antes da realização das condições sociais e econômicas das quais deveria provir o texto legal. A esta tendência para soluções apriorísticas se contrapõe a tendência para soluções empíricas transmitida aos Estados Unidos pela herança jurística e cultural do espírito inglês. Esquecem-se freqüentemente os latino-americanos que a eficácia e adequabilidade das leis dependem da existência anterior de certas condições políticas, econômicas e culturais. De nada servirá uma Constituição democrática em país que não esteja social e històricamente orientado para a Democracia. Nas repúblicas latino-americanas, constituições doutrinàriamente perfeitas não encontram raízes na tradição de caudilhismo ou personalismo político, nem no baixo nível cultural e econômico do povo, nem na ausência de senso de responsabilidade cívica dos seus dirigentes.

Diante dêste complexo estado de coisas, duas atitudes têm alternadamente preponderado no comportamento do Govêrno americano em relação à América Latina, ao tentar atender nessa região o seu objetivo político primordial, que é, como já dissemos, propagar e manter a adoção efetiva de princípios democráticos. A primeira atitude, que chamaremos de "impaciente", caracteriza-se pelos Estados Unidos usarem da sua posição para exercer pressão no sentido de conseguirem a rápida e radical democratização da América Latina. Esta atitude impaciente tem sido ùltimamente modificada, pois a experiência tem demonstrado ao Govêrno americano que ela só poderá incentivar resistências à Democracia mais do que propagar a própria Democracia. Não só uma Democracia imposta seria uma contradição em têrmos como também a sua adoção levaria ràpidamente à desintegração do sistema interamericano. A segunda atitude, que chamaremos "natural", seria a de se tentar conseguir esta democratização gradualmente. Esta alternativa é eviden-

temente mais realista, exigindo, entretanto, a continuidade a longo prazo de uma lenta elaboração política por parte dos Estados Unidos, muitas vêzes prejudicada pela falta no Govêrno americano de "escola", de experiência e de tradição de conduta da política exterior. Mas é justamente lá, onde êsse comportamento já se burocratizou, que residem muitas das dificuldades inerentes à adoção dessa atitude paternal por parte do Govêrno americano, de vez que êsse comportamento se padronizou em relação à visão excessivamente simplista da realidade política e econômica latino-americana.

Quanto à questão relativa ao uso do reconhecimento diplomático à guisa de sanção contra governos não democráticos, duas propostas foram sugeridas na Organização dos Estados Americanos, a de não reconhecimento e a de reconhecimento automático. Essas soluções extremas foram rejeitadas em favor do que é agora a Resolução 35 do Pacto de Bogotá, que preceitua ser desejável a continuidade das relações entre as Repúblicas americanas, mas que tal manutenção de relações diplomáticas não deve ser interpretada como aprovação ou desaprovação das formas ou práticas adotadas pelos governos que são assim diplomàticamente reconhecidos. Nesta questão, como na anterior, a caracterização positiva de "govêrno democrático", "democracia" etc., representa papel importantíssimo e, mais uma vez, surge o problema da colocação da essência legal antes da existência social e econômica dos alicerces sôbre os quais são edificadas as democracias representativas.

Ao ver-se o Govêrno americano obrigado a abandonar, para fins de defesa ideológica do hemisfério, a atitude indiferenciada em relação a cada país integrante da América Latina, o problema que então imediatamente o confrontou foi o de exame dos fatôres conducentes ao desenvolvimento da produção nos países latino-america-

nos, como preliminar à solução do problema político de promover a Democracia na região.

O Interêsse Econômico

O objetivo da defesa ideológica da América Latina pressupõe como atendido o objetivo de propagar a adoção efetiva do regime democrático, o qual, por sua vez, pressupõe a existência das condições econômicas favoráveis ao estabelecimento e manutenção dêste regime. Objetivamos demonstrar, sucintamente, que a política econômica indiferenciada do Govêrno americano com relação aos países latino-americanos, ao tentar, em obediência a princípios inflexíveis de multilateralismo e livre-cambismo, promover o desenvolvimento econômico da produção, da distribuição e do consumo nessa região, só tem resultado até agora em melhoria relativa das condições econômicas da América Latina e um efeito quase nulo sôbre as condições políticas que aí prevalecem, redundando apenas em agravar a vulnerabilidade dos países latino-americanos à agressão ideológica do comunismo soviético.

No panorama econômico do mundo, os países latino-americanos ainda desempenham o papel de economias semicoloniais, por dependerem em larga escala da emprêsa e capital estrangeiros, assim como da exportação de um ou de poucos produtos de base. Já dissemos como êsse semicolonialismo econômico se origina da política mercantilista da Espanha e Portugal; da economia baseada, até bem pouco, no braço escravo; da limitação, que ainda persiste, de acesso ao poder político, à educação e à saúde; da relativa limitação da imigração européia; da distribuição inadequada da população e da riqueza. Essas coisas determinaram na América Latina economias estacionárias, senão declinantes; populações sem capital,

sem conhecimento técnico, sem a experiência necessária à iniciativa individual na lavoura e na indústria; preeminência desproporcionada do Govêrno sôbre o povo, das paixões políticas sôbre as razões econômicas; baixo poder aquisitivo, em virtude de subemprêgo e baixa procura de produtos manufaturados; baixo nível de vida, causado por nutrição insuficiente e saúde precária; baixo desenvolvimento da educação popular e descrença no progresso material.

Se algum progresso conseguiu a América Latina desde a sua independência política, deve a maior parte ao esfôrço da imigração recente e ao investimento do capital estrangeiro, que, naturalmente, passou a exercer forte influência na política interna e a ocasionar desproporcionado desenvolvimento do comércio de exportação e importação, em relação à economia doméstica. A monocultura e a monoexportação daí resultantes, embora correspondessem perfeitamente ao princípio clássico da especialização e divisão internacional do trabalho baseado em vantagens comparativas, vieram agravar sobremaneira a dependência dêsses países de mercados externos, quer para suas exportações, quer para as importações de bens essenciais e produtos manufaturados. Cada depressão ou guerra no exterior, cada colheita magra do produto monoculturado no mercado interno se refletia em declínio da exportação vital, do nível de emprêgo, das rendas governamentais, e em inquietação social e subversão política. Duas tendências, portanto, se manifestaram nas economias latino-americanas, a tendência para a diversificação da produção e a tendência para a autarquia. O Govêrno americano evidentemente não ignora tais tendências. O que êsse Govêrno não vê ou não quer ver é a capacidade diversa que cada um dêsses países possui para efetivar tais tendências na realidade.

Econômicamente, da mesma forma que politicamente, a América Latina não é um todo homogêneo. Encontram-se nessa região todos os estágios de desenvolvimento econômico, desde o tribal até o das indústrias pesadas. Com referência às exportações podem êsses países ser divididos em três grupos distintos: o dos países exportadores de minérios, petróleo e nitratos, que são Brasil, México, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia e Chile; e dos países exportadores de produtos da economia pastoril e de cereais, que são a Argentina, Paraguai, Uruguai e o sul do Brasil; e dos países exportadores de produtos da econômia agrícola tropical, que são Cuba, América Central e Brasil.

Êsses diferentes grupos tendem a dirigir normalmente as suas exportações para diferentes destinos; as dos países do primeiro grupo, para os países altamente industrializados: Grã-Bretanha, Alemanha, França e Estados Unidos; as do segundo grupo, que em geral competem com as exportações dos Estados Unidos, canalizam-se em situação normal para as áreas de população densa da Europa, incluindo-se nesse grupo as exportações de algodão; os países do terceiro grupo tendem a exportar seus produtos para os Estados Unidos e para a Europa. Baseada nesta distribuição, distingue-se uma escala decrescente de intensidade de relações comerciais entre a América Latina e os Estados Unidos, de norte a sul, partindo de Cuba e terminando no Uruguai com a Argentina em penúltimo lugar e o Brasil em situação mediana. Distingue-se, também, em situação normal, um comércio triangular e compensado entre a América Latina, a Europa Ocidental e os Estados Unidos.

Depois da Primeira Guerra Mundial, porém, o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos colocou êste país fora do alcance da competição européia em inúmeras manufaturas, sem um equivalente aumento de co-

mércio entre os Estados Unidos e a América Latina. Os Estados Unidos encontraram mais vantagens em se suprirem de produtos tropicais e subtropicais do Extremo Oriente, restringindo assim as suas importações de produtos de base da América Latina. Com a transição dos Estados Unidos de país devedor para país credor, as exportações invisíveis latino-americanas para os Estados Unidos aumentaram, à medida que a Grã-Bretanha declinava em importância como país credor da América Latina. A Alemanha nazista conseguiu, por meio de acôrdos bilaterais e de compensação, recuperar um pouco da sua situação perdida e o Japão passou a intensificar igualmente seu intercâmbio com a América Latina, mas êsses ganhos foram precários e sem importância absoluta, em virtude da Segunda Guerra Mundial.

Essa última guerra causou o imediato e grave deslocamento da economia regional latino-americana, que perdeu todo o intercâmbio com a Alemanha e mais tarde com a Itália e todos os países ocupados, isto é, quase todo o continente europeu Sofreu, em seguida, a América Latina, a suspensão das exportações da Grã-Bretanha, o que redundou na incapacidade desta em saldar as importações daquela, na final liquidação das duas exigibilidades nessa região e na extinção das exportações invisíveis do Reino Unido para aquêle destino. Êsses fatos ocasionaram um aumento da dependência da América Latina para com os Estados Unidos, que se tornaram seu único supridor em larga escala, no gradual aumento de estoques na América Latina de mercadorias anteriormente exportáveis para a Europa e no aparecimento do problema urgente de como intensificar as exportações latino-americanas para os Estados Unidos, em troca de produtos manufaturados essenciais americanos.

Com a entrada dos Estados Unidos e do Japão na guerra, a situação modificou-se de vários modos. Os Estados Unidos perderam acesso às matérias-primas do Extremo Oriente e voltaram-se para a América Latina, a fim de obter borracha, petróleo, estanho, quinino, óleos vegetais, cânhamo, manganês, tungstênio e antimônio. Ao mesmo tempo, estabeleceram os Estados Unidos restrições sôbre a exportação de mercadorias de suprimento escasso, enquanto se criavam comitês interaliados com capacidade para distribuir internacionalmente produtos tais como ferro, aço, tecidos, carvão, madeira e vários gêneros alimentícios. Por seu lado, a guerra submarina, concorrendo para tornar ainda mais severas as restrições ao comércio internacional, resultou em forte impulso às indústrias domésticas na América Latina, à base de empréstimos americanos para investimento na produção de bens de consumo e mesmo na indústria pesada e na mineração. Essas circunstâncias ocasionaram bastante progresso na diversificação da economia latino-americana, juntamente com a permanência da América Latina em balança de comércio favorável com os Estados Unidos. Saldos em dólar se acumularam, não podendo ser convertidos em importações. O nível de emprêgo e a circulação monetária e crediária ultrapassaram os seus máximos anteriores, estimulando uma inflação que não detinha nenhum sistema eficiente de contrôle de preços e de racionamento.

Com a paz e a volta a uma situação mais normal, reabriram-se as fontes de suprimento de matérias-primas no Extremo Oriente. Em parte por motivos econômicos e em parte políticos, voltaram-se os Estados Unidos para seus antigos abastecedores na Ásia, deixando caducar muitos dos acôrdos com os latino-americanos e restaurando mesmo algumas das suas tarifas sôbre mercadorias importadas da América Latina. Isto causou justo res-

sentimento contra os Estados Unidos por parte dos latino-americanos, que passaram então a requerer, em nome da ajuda aos aliados em tempo de guerra, a abolição das licenças prévias de exportação para as manufaturas americanas destinadas à América Latina. Essa pressão coincidiu com a eleição da maioria republicana para o Congresso, resultando na abolição dos contrôles de preço e das restrições à exportação, o que iniciou a compra indiscriminada pelos latino-americanos de mercadorias não essenciais fabricadas nos Estados Unidos já a preço inflacionado. Em princípios de 1946, já a balança de comércio com os Estados Unidos se tornara desfavorável à América Latina, cujos governos, por medida de precaução, embora tardia, passaram a estabelecer contrôles, cada vez mais estritos, sôbre as importações de proveniência dos Estados Unidos, ao mesmo tempo que procuravam estabelecer o seu comércio tradicional com a Europa, mas, desta vez, à base de dólar. Isto aconteceu justamente quando os Estados Unidos faziam um apêlo ao resto do mundo para que fôssem abolidas as barreiras ao comércio internacional, as tarifas protecionistas, os subsídios governamentais, as restrições quantitativas, os acôrdos bilaterais preferenciais e outras medidas discriminatórias. Reconhecendo os latino-americanos que tais estímulos eram essenciais à sobrevivência das suas indústrias recém-criadas, o conflito inevitável não tardou a irromper.

De 1947 em diante, foram apresentados pelos países latino-americanos vários programas de entendimento econômico entre a América Latina e os Estados Unidos. Êsses programas podem ser resumidos em planos de empréstimos, a longo prazo, destinado ao desenvolvimento de projetos econômicos em larga escala; no direito de manter ou mesmo de intensificar a política protecionista às indústrias nascentes contra a competição americana e facilidades para maiores e mais estáveis exportações para

o resto do mundo, especialmente para os Estados Unidos e preferìvelmente sob a forma de contratos de compra de quantidades específicas de matérias-primas a preço garantido. Êsses vários planos dos governos dos países latino-americanos entraram em conflito aberto com a política econômica externa dos Estados Unidos em quatro pontos cruciais; o das preferências regionais contra a expansão mundial e multilateral do comércio; o do incentivo às indústrias nacionais contra o interêsse do comércio internacional; o do nacionalismo econômico irrestrito contra a necessidade de capital estrangeiro; o da economia controlada contra o livre-cambismo. E' justamente ao procurar solucionar êsses quatro pontos de atrito que o comportamento econômico do Govêrno americano, não levando em consideração as peculiaridades da economia de cada país, mas persistindo em ver a América Latina apenas em seus traços gerais, não tem conseguido atender substancialmente ao interêsse nacional dos Estados Unidos em desenvolver econômicamente a região.

A diretriz geral da política econômica da América Latina em relação aos Estados Unidos orientou-se, no após-guerra, no sentido da formação de um sistema de cooperação econômica hemisférica. Raciocinam os latino-americanos que se Estados Unidos procuram estabelecer um sistema regional de cooperação política e militar, nada mais natural que essa cooperação também se estenda à esfera econômica, sob forma de facilidade para a introdução de produtos latino-americanos no mercado dos Estados Unidos, assim como para a modernização e expansão da produção na América Latina. Tal cooperação implicaria na exclusão, no mercado americano, de produtos oriundos de regiões não compreendidas neste hemisfério, que competem naquele mercado com produtos latino-americanos. Ao Govêrno americano tal sistema tem parecido desaconselhável. Seria contraditório com a

política que, desde 1934, vem sendo seguida por êsse país, no sentido de fomentar o livre intercâmbio internacional de bens compreendidos em acôrdos bilaterais, contendo a cláusula de nação-mais-favorecida. Acarretaria em abandonar definitivamente as regiões asiáticas às depressões econômicas, à instabilidade política e à penetração soviética. Criaria, na América Latina, uma série de interêsses que se arraigariam no protecionismo pan-americano, dificultando a integração global de economias regionais. Resultaria em monopólio dos Estados Unidos sôbre o resto do hemisfério. Provocaria medidas retaliatórias de outros países não compreendidos no sistema, principalmente países europeus. Enfraqueceria ainda mais o continente europeu e a economia britânica, à qual criaria obstáculos adicionais, forçando os países europeus a adotarem o mesmo sistema de blocos regionais, restritivos do comércio internacional.

No referente ao segundo conflito, a diretriz econômica externa da América Latina tem sido orientada no sentido de proteger a indústria doméstica de bens de consumo e mesmo a produção agrícola. Essa orientação tem sido motivada por diversas causas, tais como a insuficiência de arrecadação de impostos diretos, como o impôsto sôbre a renda; a necessidade de estabelecer contrôles de importação e exportação, quando seja desaconselhável o estabelecimento de contrôles cambiais ou de um aparelho administrador de quotas e restrições quantitativas e a necessidade de diversificar o sistema de monocultura e monoexportação, como medida de defesa econômica. A essa tendência protecionista, replica o Govêrno americano com as razões clássicas da teoria econômica estática. Tal protecionismo resultaria em preços mais altos para o produto doméstico do que para o importado, em quota da produção no exterior, em agravo inflacionário para o consumidor doméstico em troca de vanta-

gens concedidas a grupos de industriais influentes e em monopólios. Acarretaria, naturalmente, na manutenção ou elevação das tarifas existentes, na introdução de tarifas adicionais protetoras de indústrias novas, no estabelecimento de contrôles cambiais ou em sua preservação, na criação de restrições diretas à importação como proteção supletiva à tarifária e na provável desvalorização da moeda. A essas razões, os países latino-americanos replicam que a eficiência das indústrias latino-americanas sofre de falta de base diversificada de matéria-prima, de deficiência de meios de transporte, de escassa procura por produtos manufaturados resultante do baixo poder aquisitivo de populações esparsas, da dificuldade técnica em introduzir métodos de produção em massa em indústrias destinadas a atender mercados reduzidos, da escassez de mão-de-obra especializada e da limitação de capital. Nessas circunstâncias é imperativo proteger as indústrias nascentes, preservar as reservas monetárias, conseguir constante balança favorável e, principalmente, basear a liberação do comércio internacional no desenvolvimento econômico e não na preservação de situações históricas.

Êsse nacionalismo econômico dos países da América Latina entra em conflito com a necessidade dêsses países de capital e conhecimento técnico provenientes dos Estados Unidos. Os latino-americanos argumentam que as emprêsas estrangeiras colhem lucros extraordinários a expensas do operariado nacional, que exigem preços exorbitantes ao consumidor doméstico, que contribuem pouco à renda nacional, que interferem na política interna, que provocam fricção internacional na proteção de seus interêsses, que não reinvestem os lucros no país onde os adquiriram, que dão preferência de emprêgo ao técnico estrangeiro e que são geridas por diretores ausentes. Dêsse modo, os latino-americanos têm exercido expro-

priações e confiscos, têm encampado tais emprêsas, têm restringido a transferência de capital e gravado êsse capital de impostos excepcionais, têm fixado o número de empregados nacionais nessas emprêsas e têm excluído os estrangeiros de certas profissões. Històricamente, as emprêsas estrangeiras exerceram na América Latina funções indispensáveis, que não podiam então ser exercidas pelos vários governos ou por emprêsas nacionais, tais como mineração, levantamentos petrolíferos, construção de estradas de rodagem e obras públicas, desenvolvimento científico de certas plantações, serviços de navegação, obras portuárias, telecomunicações, rêde de esgotos etc.. Quando a maior parte dêsses empreendimentos puderam ser exercidos pelos governos nacionais, manifestou-se reação contra a emprêsa estrangeira. Com o esgotamento de divisas, voltou a América Latina a necessitar de capital, iniciativa e experiência técnica estrangeiras, manifestando-se mesmo em alguns dêsses países o aparecimento de medidas legislativas condizentes com essa nova tendência.

Resta-nos agora, finalmente, examinar de modo sumário o conflito resultante do choque de interêsses entre a filosofia das economias controladas e o livre-cambismo americano. Desde sua independência política que a América Latina foi sempre a Meca da emprêsa privada, livre de contrôle estatal. Para êsse estado de coisas concorriam várias causas: govêrnos fracos, instáveis, desorganizados; a influência dos economistas liberais, franceses e inglêses; a inexistência de legislação trabalhista, "antitruste" ou de seguro social; a estrutura semifeudal das instituições sociais, que impedia a expansão econômica de regiões inexploradas, que causava falta de interêsse no progresso material, que mantinha devolutas terras acessíveis e que prevenia um largo surto de educação popular. Essas mesmas condições que libertavam a em-

prêsa privada do contrôle do Estado, impediam ao mesmo tempo que o sistema capitalista do livre-cambismo atingisse a plenitude das suas possibilidades. Nos últimos decênios, entretanto, por influência de duas guerras mundiais e de uma depressão de grandes proporções, mudança radical ocorreu nas relações entre os governos e a economia privada em todos os países da América Latina. Muitos fatôres contribuíram para essa mudança de atitudes: a necessidade de industrialização, de diversificação da produção, de plena utilização de recursos inaproveitados, por meio de um programa de planejamento a longo prazo que só podia ser levado a efeito pelo govêrno; a promulgação de legislação trabalhista moderna e o estabelecimento do seguro social; a complexidade crescente de responsabilidades governamentais, fruto de populações crescentes, mais bem informadas, mais econômicamente ativas e mais conscientes das suas reivindicações; a necessidade de fazer a nação prosperar, ser mais respeitada no campo das relações internacionais. Enquanto, porém, os países da América Latina assim se orientavam, os Estados Unidos reagiam contra a crescente intervenção do Estado na vida econômica, muito característica da administração de Roosevelt. À medida que os latino-americanos mais se impressionavam com as experiências do *New Deal*, da *Commodity Credit Corporation*, da *Reconstruction Finance Corporation*, da *Tennessee Valley Authority*, assim como pela mágica de Schacht, na Alemanha, e pelos ensinamentos aparentemente revolucionários de Keynes, na Inglaterra, os americanos, senão efetivamente, pelo menos teòricamente e para efeitos na América Latina, pregavam doutrinas opostas de livre competição, multilateralismo e livre-cambismo,de onde nasceram as iniciativas da Carta de Havana e do Acôrdo Geral de Tarifas, em sua forma inicial. Tal atitude, ao impacto da escassez de dólares, das restrições cambiais e quantitativas e, ùltimamente, da pre-

paração militar contra a agressão comunista, tem sofrido modificações profundas. Entretanto, é preciso que se note que é ponto de vista ainda bastante firme do Govêrno americano que os países latino-americanos devem procurar atrair capital privado, mais do que esperarem vultosos empréstimos governamentais nos Estados Unidos. Entende o Govêrno americano que assim, indiretamente, conseguiriam os governos latino-americanos promoverem condições políticas estáveis, sem que houvesse necessidade de uma intervenção, direta ou indireta, daquele Govêrno na política interna dêsses países. E' nesta insistência que mais uma vez se verifica a influência retardadora do comportamento padronizado do Govêrno americano ao promover na América Latina os interêsses nacionais dos Estados Unidos. Justamente por não levar em consideração condições específicas de cada país é que o Govêrno americano estabelece um critério geral para tratar de circunstâncias particulares. A abstenção do Govêrno americano em não inverter capital substancialmente em certos países, cujas circunstâncias econômicas já permitem um emprêgo criterioso dessas inversões, é interpretado pelo capital privado americano como indicação de pouca confiança que o Govêrno dos Estados Unidos deposita nesses países. Por outro lado, êsses mesmos países, que já no passado sofreram os desmandos do capital privado estrangeiro, recusam-se, não apenas por motivo de pura emotividade nacionalista, a oferecer a êsse capital as vantagens que lhe nega o próprio govêrno de seu país de origem. Aí, mais do que nunca, a comédia de erros se torna tragédia.

ANTÁRTIDA: O PROBLEMA POLÍTICO (II) *

João Frank da Costa

A POLÍTICA BRITÂNICA

A contribuição dos britânicos ao conhecimento das regiões antárticas tem sido considerável, e isso desde a viagem de circunavegação austral de Cook. A maior parte do continente foi aliás reivindicada pela Coroa britânica, e colocada sob a administração de autoridades do Reino Unido, da Nova Zelândia e da Austrália, sem falar de algumas ilhas subantárticas ocupadas pela União Sul-Africana.

As Dependências das Ilhas Falkland

Inútil seria relembrar a movimentada história das Ilhas Malvinas ou Falkland, e a controvérsia que até hoje existe entre a República Argentina e o Reino Unido, no que diz respeito à sua soberania. O fato é que desde 1833 os britânicos ocupam as Ilhas, que o Govêrno de

(*) A primeira parte dêste trabalho — que apresenta uma introdução ao estudo da Antártida e analisa, em particular, a politica dos Estados Unidos da América — foi publicada pela *Revista Brasileira de Política Internacional* de setembro de 1958 (Nº 3, página 41). Nesta segunda parte o A. estuda o desenvolvimento da Politica Britânica e da Política Norueguesa, em relação às descobertas antárticas.

Buenos Aires continua considerando suas. Embora as controvérsias territoriais antárticas sejam independentes da questão das Malvinas, não se podem negar certas repercussões recíprocas, já que: 1) êsse arquipélago fica geogràficamente situado no limite da zona subantártica; 2) os territórios do chamado quadrante americano reivindicados pelo Reino Unido são administrativamente ligados às Malvinas; 3) a República Argentina, que proclamou a sua soberania sôbre grande parte dos mesmos territórios, não reconhece o domínio britânico sôbre as Malvinas (1).

Apesar de certos atos anteriores, foi em 1908 que a Coroa britânica, pelas Cartas Patentes de 21 de julho, definiu formalmente os limites das suas reivindicações, ao submeter à autoridade do Governador das Ilhas Falkland o grupo de ilhas conhecidas sob o nome de Geórgia do Sul, Órcades do Sul, Shetland do Sul, Sandwich do Sul, e o território conhecido por Terra de Graham, "situados no Oceano Atlântico meridional, ao sul do 50° S, e que se estendem entre 20° e 80° W".

Em razão de certas dúvidas levantadas por êsses limites, que incluíam inadvertidamente, segundo parece, a Terra do Fogo e uma parte da Patagônia, novas Cartas Patentes, expedidas em 28 de março de 1917, determinaram *definitivamente* as "Dependências das Ilhas Falkland": "Declaramos pelas presentes que, a partir da publicação destas Cartas Patentes na Gazeta do Govêrno da nossa Colônia das Ilhas Falkland, as Dependências

(1) Existe abundante literatura sôbre o assunto, que tentei consignar na seção 22 da *bibliografia do meu* estudo *Souveraineté sur l'Antarctique*, Paris, 1957. Na terceira parte do mesmo trabalho serão encontradas tôdas as referências bibliográficas essenciais sôbre os problemas jurídicos e políticos da Antártida.

dessa nossa Colônia serão reputadas como incluindo, e tendo incluído todos os territórios e ilhas, quaisquer que sejam, entre 20° W e 50° W ao sul de 50° S; e todos os territórios e ilhas quaisquer que sejam, entre 50° W e 80° W, ao sul de 58° S".

Quais os fundamentos dessas reivindicações? Segundo a tese oficial sustentada pelo Reino Unido, a soberania sôbre êsses territórios antárticos e subantárticos foi adquirida por títulos legais, antigos e reconhecidos, datando de 1775 a 1843 ao mais tardar. As Cartas Patentes de 1908 e 1917 só teriam sido destinadas a precisar a extensão do continente antártico e dos arquipélagos costeiros pertencentes à Grã-Bretanha desde longa data. A origem dos títulos britânicos seria derivada de descobertas e atos de apropriação por parte de cidadãos britânicos.

Sabe-se, entretanto, que as vastas regiões compreendidas nos limites das Cartas Patentes de 1917 foram paulatinamente exploradas por indivíduos de diversas nacionalidades, e que algumas das suas partes ainda são desconhecidas. Os britânicos estimam que tal fato é de diminuta importância, e que, em cada um dos casos, a *descoberta inicial* dos principais grupos e sua anexação foram praticadas por súditos de S. M. Britânica. As descobertas posteriores teriam apenas caráter complementar e não poderiam alterar o título originário. Alegam os britânicos que seis regiões principais constituem as Dependências das Falkland, e que:

1º) a *Geórgia do Sul*, talvez inicialmente descoberta pelo negociante britânico Anthony de la Roche, em 1675, foi de qualquer modo redescoberta em 1775 por James Cook que, em 17 de janeiro dêsse ano, abordou a

ilha em três lugares diferentes e efetuou atos de posse formal em nome do rei Jorge III;

2º) as *Sandwich do Sul* foram igualmente descobertas por Cook em 1775;

3º) as *Shetland do Sul* foram descobertas pelo capitão inglês William Smith em 18 de fevereiro de 1819, que delas tomou posse formal em outubro do mesmo ano em nome de Jorge III; em janeiro-fevereiro de 1820, Edward Bransfield, da Armada Real, acompanhado por W. Smith, explorou completamente o arquipélago e desembarcou na ilha principal, dela tomando posse oficialmente em nome de Jorge IV;

4º) as *Órcades do Sul* foram descobertas pelo navegador inglês George Powell, em 6 de dezembro de 1821, que no dia seguinte, tomou posse em nome do Rei da maior ilha do arquipélago;

5º) a *Terra de Graham*, que constitui a extremidade septentrional do continente antártico, foi achada em 30 de janeiro de 1820 por Edward Bransfield, cuja descoberta seria anterior às de Palmer, Bellingshausen e Dumont d'Urville. Em 1829, o capitão H. Foster, do *Chanticleer*, desembarcou na ilha Hoseason, a leste da costa continental, e depositou um cilindro de cobre contendo a ata da tomada de posse em nome de Jorge IV. Em 21 de fevereiro de 1832, o capitão inglês John Biscoe desembarcou numa ilha do arquipélago Palmer, sem perceber que a mesma não fazia parte do continente, e realizou ato de posse em nome de Guilherme IV, batizando a região Terra de Graham. Em 6 de janeiro de 1843, o capitão James C. Ross, comandante dos navios *Erebus* e *Terror*, desembarcou em ilha próxima da costa oriental

da península de Graham, e tomou posse dessa terra e das "regiões contíguas" para a Coroa Britânica;

6º) a *Terra Coats*, no limite orietal das atuais Dependências das Falkland, foi descoberta em 1904 pelo explorador escocês Dr. W. S. Bruce, a bordo do *Scotia*.

Manifestações de soberania entre 1843 e 1908

Por conseguinte (com exceção da Terra Coats), o Reino Unido teria adquirido, entre 1775 e 1843, um título inicial sôbre todos os territórios posteriormente agrupados sob o nome de Dependências das Ilhas Falkland. Desde aquela última data até à expedição das Cartas Patentes de 1908, êsse título teria sido reforçado pelo exercício público e pacífico da soberania britânica, e especialmente por meio de:

a) medidas de legislação e de administração (referências às "Dependências" das Falkland nas Cartas Patentes de 23 de junho de 1843, 28 de abril de 1876, 25 de fevereiro de 1892, sem falar nas de 21 de julho de 1908; referências idênticas nas patentes outorgadas a onze Governadores das Ilhas Falkland a partir de novembro de 1847; menção das "Dependências" em numerosas leis; referência específica à Geórgia do Sul no Anuário do Departamento das Colônias em 1887 etc.);

b) atos de exploração e descobertas complementares;

c) concessões de direitos mineiros e outros na Geórgia do Sul, a companhia argentina e chilena;

d) concessão de licenças de pesca de baleia e exigências fiscais correspondentes;

e) regulamentação da pesca da baleia (Ordenança de 1906);

f) atividade internacional a respeito das Dependências (resposta à consulta do Govêrno norueguês, em 1905 sôbre o estatuto dos territórios compreendidos entre 35° e 80° W e 45° e 65° S).

Manifestações de soberania de 1908 até à Segunda Guerra Mundial

Sempre, segundo o ponto de vista oficial britânico, o título sôbre as Dependências, a partir de 1908, foi conservado e consolidado graças a novas manifestações e exercício efetivo de soberania. Em virtude dos podêres estipulados nas Cartas Patentes de 1908, foi promulgado no mesmo ano um decreto que autorizava o Governador, assistido pelo Conselho, a declarar aplicável às Dependências qualquer lei votada para a Colônia das Falkland. Em tais bases, foram tomadas diversas medidas interessando a administração da Justiça e o Direito Civil. Ordenações relativas à pesca da baleia e da foca foram promulgadas a partir de 1900-1909, e subseqüentemente completadas. Concessões de terras na Geórgia do Sul e de pesca em tôdas as seções das Dependências foram outorgadas a companhias britânicas e estrangeiras. A partir de 1930, todavia, em virtude da generalização da pesca palágica, essas atividades administrativas diminuíram sensìvelmente.

A soberania britânica teria sido igualmente exercida através de magistrados nomeados pelo Governador das Ilhas Falkland. Na Geórgia do Sul, existe um magistrado residente desde 1909. Êsse rudimento de admi-

nistração foi completado por autoridades alfandegárias e policiais, pela instalação de uma agência postal em 1912 e, a partir de 1925, por instalações radiotelegráficas e científicas. Port Foster, na ilha Deception, foi declarado "pôrto de entrada" das Shetland do Sul e da Terra de Graham. De 1910 a 1930, um magistrado britânico ali residia durante o verão. De 1912 a 1930, verificou-se o funcionamento de uma agência postal. No que diz respeito às Órcades do Sul, a atividade administrativa britânica foi mais irregular, com envio de autoridades sòmente em certos verões austrais. Na Sandwich do Sul e na Terra Coats, houve carência quase total de administração, em virtude, segundo os Britânicos, do fato de que essas zonas não eram freqüentadas.

É ainda invocado o considerável esfôrço desenvolvido pela Grã-Bretanha no domínio da ciência e da descoberta. Em 1917 foi estabelecida uma comissão encarregada de estudar as possibilidades econômicas das Dependências. Três anos mais tarde, a comissão apresentou o seu relatório ao Parlamento Britânico e, em 1923, foi criado um organismo permanente, o *Discovery Committee*, colocado sob a autoridade do Secretário de Estado das Colônias. Entre 1925 e 1939, os navios do Comitê, *Discovery I*, *Discovery II* e *William Scoresby*, efetuaram pormenorizados estudos nas diversas regiões das Dependências, com descoberta de sete territórios ainda desconhecidos.

Durante o mesmo período, a utilização do avião por Wilkins e Hearst favoreceu o reconhecimento da Terra de Graham e a descoberta de novas terras (1928), enquanto a expedição Rymill de 1934-1937 (*British Graham Land Expedition*) retificava e completava os resultados de precedentes explorações.

Atividades britânicas desde a Segunda Guerra Mundial

Sabe-se que, durante os primeiros anos da Segunda Guerra Mundial, os alemães desenvolveram grande atividade naval nos mares subantárticos, capturando ou pondo a pique numerosos navios aliados. Com a finalidade de suprimir possibilidades de refúgio para o inimigo, o *H. M. S. Queen of Bermuda*, em março de 1941, destruiu as instalações de uma companhia norueguesa na ilha Deception, nas Shetland do Sul. Em janeiro de 1943, o *H. M. S. Carnavon Castle*, com a mesma finalidade, visitou as Órcades e as Shetland do Sul, removendo os documentos e outras testemunhas de atos de soberania praticados pelo navio argentino *Primero de Mayo*. A fim de contrabalançar as reivindicações da Argentina e do Chile, a Grã-Bretanha, em fins de 1943, decidiu estabelecer bases permanentes nas Dependências (*Operation Tabarin*). As expedições do *William Scoresby* e do *Fitzroy* (janeiro-fevereiro de 1944) inauguraram a prática desde então seguida anualmente.

Paralelamente, as atividades científicas e administrativas nas Dependências passaram a ser organizadas por novo organismo, o *Falkland Islands Dependencies Survey* (F.I.D.S.), colocado, a partir de 1945, sob a jurisdição exclusiva do *Colonial Office*. Trabalha sob as ordens do Governador das Falkland, com a cooperação do *Scott Polar Research Institute* e do *Discovery Committee*. Numerosas bases foram desde então estabelecidas. Para seu uso, as autoridades britânicas procederam à emissão de selos postais especiais, a partir de 1944, o que provocou os protestos dos Governos que proclamam igualmente a sua soberania sôbre essas regiões.

Até fins de 1955, as bases e depósitos instalados pelos britânicos nas Dependências das ilhas Falkland foram os seguintes:

Nome	*Localidade*	*Região*	*Estabelecida em*
Base A	Port Lockroy (Ilha Wiencke)	Adjacente à Terra de Graham	fev. 1944
Base B	Whalers Bay (Ilha Deception)	Shetland do S.	fev. 1944
Base C	Cape Geddes (Ilha Laurie)	Órcades do S.	jan. 1946
Base D	Hope Bay (Peninsula Trinity)	T. de Graham	fev. 1945
Base E	Ilha Stonington (Baía Marguerite)	Adjacente à T. de Graham	fev. 1946 (evacuada em fev. 1950)
Base F	Marina Point (Ilhas Argentinas)	Adjacente à T. de Graham	jan. 1947 (originalmente em fev. de 1935)
Base G	Baía Admiralty (Ilha do Rei Jorge)	Shetland do S.	jan. 1947
Base H	Ilha Signy	Órcades do S.	mar. 1947
Base N	Ilha Anvers (Arquipélago Palmer)	Adjacente à T. de Graham	fev. 1955
Base Y	Ilha Horseshoe (Baía Marguerite)	Adjacente à T. de Graham	mar. 1955
Abrigo	Ilha Barry (Baía Marguerite)	Adjacente à T. de Graham	1946 (originalmente 1936, destruído em 1951)
Abrigo	Baía Sandefjord (Ilha Coronation)	Órcades do S.	fev. 1945
Abrigo	Baía Duse (Peninsula Trinity)	T. de Graham	fev. 1953

A Dependência de Ross

Uma das mais notáveis viagens das descobertas realizadas na Antártica foi a do capitão James Clark Ross, que descobriu, nas regiões situadas ao Sul da Nova Ze-

lândia, o Cabo Adare, em 1.° de janeiro de 1841; tomou posse formal do continente em nome da Rainha Vitória, ao desembarcar na ilha Possession; chegou à vista da Terra Vitória do Sul, descobriu a Ilha Ross e seus dois vulcões, aos quais deu o nome dos seus navios (*Erebus* e *Terror*), e chegou à Grande Barreira, por 78° 4'-S. No curso da segunda viagem, em 1842, avistou a costa oriental do Mar Ross. Renovou as suas tentativas em 1843, mas foi parado pelos gelos.

Durante mais de meio século, deixaram de ser feitas nessa zona descobertas de alguma importância. A Expedição Nacional Antártica de 1901, sob o comando do Capitão R. F. Scott, com o *Discovery*, explorou a Grande Barreira e descobriu a Terra Eduardo VII, hibernando dois anos. Scott avançou até 82° 17' S, descobrindo destarte o plano polar. Alguns anos mais tarde, um dos companheiros de Scott, o Tenente Ernest R. Shackleton, organizou nova expedição, cuja base foi a Ilha Ross. Tomou posse do Cabo Bernacchi e da Terra Vitória em outubro de 1908, chegou a 170 quilômetros do Pólo, plantando a bandeira britânica por 88°22'S. e tomando posse do planalto polar em nome do Rei.

Durante a expedição da *Terra Nova* (1911-1912) onde encontrou a morte com alguns companheiros, Scott explorou a Terra Eduardo VII, descobriu a Terra Oates e chegou ao Pólo em 18 de janeiro de 1912, alguns dias depois do norueguês Roald Amundsen.

A Ordem-em-Conselho de 1923

Enquanto a anexação das Dependências das Ilhas Falkland foi proclamada por meio de Cartas Patentes, a Dependência de Ross foi reivindicada por Ordem-em--Conselho, em 30 de julho de 1933: "As costas do Mar de Ross, com as ilhas e terras adjacentes, entre 160°

E e 150° W, situadas ao sul de 60° S, constituem um estabelecimento britânico e serão denominadas Dependência de Ross".

Êste texto submetia o setor à autoridade do Governador-Geral e Comandante-chefe da Nova Zelândia, e submetia-o às leis e regulamentos neozelandeses, assim como à legislação direta. Em virtude dos seus podêres, o Governador Jellicoe, em 14 de novembro de 1923, determinou medidas necessárias à aplicação da legislação neozelandesa e designou um funcionário especial dotado dos podêres suficientes para assegurar a sua observância.

No caso da Dependência de Ross, como no do setor das Falkland, foi o interêsse fiscal e o desejo de regulamentar a pesca da baleia que motivaram a reivindicação. Contudo, à diferença do que se verifica na região da Terra de Grahm onde a extração do óleo se processava em estações costeiras, o acondicionamento das baleias na zona do mar de Ross era feita a bordo de navios-usinas que exerciam as suas atividades além do limite das águas territoriais, por vêzes a cem ou cento e cinqüenta milhas das costas continentais antárticas.

Desde 1913, as autoridades britânicas concedem licenças de pesca a duas companhias norueguesas, e cobram um direito de 2s 6d por barril de óleo extraído, se bem que a caça fôsse efetuada no alto mar, em área que se estendia de 500 milhas de leste a oeste e 600 do norte ao sul. Êsses recursos fiscais foram posteriormente transferidos à Nova Zelândia.

Em virtude dos podêres conferidos pela Ordem-em-Conselho de 30 de julho de 1923, o Governador-Geral da Nova Zelândia, na qualidade de Governador da Dependência de Ross, emitiu, em 4 de novembro de 1926, regulamentos relativos à caça da baleia. Essas medidas tornavam aplicáveis à Dependência o *New Zealand Fisheries Amendment Act*, de 1912. Foram completadas

por novas *Regulations* em 24 de outubro de 1929. Estas prescreviam a compra de uma licença e previam multas pesadas em caso de não observação dos regulamentos. Funcionários da Dependência deviam acompanhar os navios a fim de controlar a caça e a utilização dos animais.

Se bem que diversas companhias, atuando no alto mar, hajam sido submetidas à exigência de licenças, foi anunciado que os regulamentos de 1929 só seriam aplicados dentro dos limites das águas territoriais que, para a Nova Zelândia como para o Reino Unido, estão fixadas a três milhas das costas. A legalidade constitucional dêsses regulamentos foi aliás contestada. Com efeito a Ordem-em-Conselho de 1923 fôra editada em virtude *do Bristish Settlement Act* de 1887, que não confere à Coroa em Conselho a faculdade de delegar os seus podêres estatuários e o *Territorial Waters Jurisdiction Act de 1878* não prevê a competência das côrtes de territórios de além-mar para delitos cometidos além das águas territoriais. Segundo essa interpretação, não sòmente o Governador não tinha competência para editar tais regulamentos, como ainda as côrtes neozelandesas não podiam tomar conhecimento de infrações cometidas no alto mar.

Contestação do Título Britânico

Tais controvérsias apresentam aliás menos interêsse do que a própria contestação do título britânico formulada por alguns Estados. Foi do setor de Ross que partiram as primeiras grandes expedições à conquista do Pólo Sul. A Noruega, malgrado as descobertas e tomadas de posse de Amundsen, deixou de formular reivindicações nessa zona. Os Estados Unidos, apesar de não endossarem certas proclamações de posse formuladas por seus cidadãos, combateram as pretensões britânicas.

Desde 13 de maio de 1924, o Secretário Hughes declarava que não podia reconhecer a chamada Dependência de Ross, porque era desprovida de população permanente. As atividades das diversas expedições Byrd, que se exerceram em parte nos limites do setor neozelandês, e cujas bases eram situadas no mesmo território, foram objeto de muitas discussões.

Em 17 de novembro de 1928, a Embaixada do Reino Unido em Washington, ao recordar os limites das reivindicações britânicas na Antártida, assegurou que as autoridades competentes receberiam instruções no sentido de prestar ao Almirante Byrd tôda a assistência enquanto a sua expedição se encontrasse nas Dependências das Falkland ou de Ross. Os Estados Unidos só responderam em 15 de novembro do ano seguinte, limitando-se a acusar recebimento.

Quando da segunda expedição Byrd, no momento em que os norte-americanos acabavam de deixar a Nova Zelândia em direção da Pequena América, o Embaixador britânico em Washington protestou contra o projeto de estabelecer uma agência postal norte-americana na Dependência de Ross, sobrevôos de territórios antárticos britânicos e instalação de emissoras radiofônicas (nota de 29 de janeiro de 1934), só podendo tais atos serem considerados como violações da soberania britânica e dos direitos de administração da Nova Zelândia.

Tendo respondido o Departamento de Estado, em 24 de fevereiro e 14 de novembro de 1924, no sentido de reservar todos os direitos norte-americanos e de rejeitar títulos baseados na descoberta, por contrários ao Direito Internacional, replicou o Reino Unido que:

"Seria interpretar mal a situação de fato, supor-se que a reclamação de soberania britânica sôbre a Dependência de Ross é apenas baseada na descoberta, e, mais ainda, na descoberta de sòmente parte da região. A Depen-

dência foi estabelecida e colocada sob a administração da Nova Zelândia pela Ordem-em-Conselho de 1923, que determina com precisão os limites geográficos. Regulamentos têm sido feitos para a Dependência pelo Governador Geral da Nova Zelândia, e o título britânico foi adquirido pelo exercício na Dependência de podêres de administração e de govêrno, por exemplo no que diz respeito à concessão de licenças de caça da baleia e a designação de um funcionário especial para agir como magistrado no que diz respeito à Dependência" (24 de dezembro de 1934). Essa nota foi aliás seguida de novas reservas do Departamento de Estado, em 7 de fevereiro de 1935.

O Território Antártico Australiano

A imensa extensão de costas situada ao ocidente da Dependência de Ross, até à Terra Enderby, com exceção da Terra Adélie e das regiões reconhecidas por Wilkes, foi em grande parte descoberta por exploradores e navegadores britânicos. Navegando por conta dos irmãos Enderby, que se dedicavam à utilização industrial das focas, o capitão John Biscoe descobre, sem poder efetuar desembarque, a terra Enderby por 44° E ..... (1830-32). Em 1833, Kemp acha a Terra que recebeu seu nome, por 59°5,E. Em 1839-1840, John Ballenly, ao serviço de Biscoe, visita a ilha Balleny e avista o pico Freemam (165°E). Após longa interrupção, reiniciaram-se as explorações britânicas nessa região, com a expedição antártica australiana do Dr. Douglas Mawson (1911-1914), que estabeleceu uma base na Baía Commonwealth, na Terra Adélie, e descobriu as Terras Rainha Mary, Wilkes e Jorge V.

O primeiro ato oficial britânico relativo a essas regiões está contido nas *Naval Forces Regulations*, de 31 de dezembro de 1940, que definem os limites de ação

da Estação Naval Australiana, controlada pelo Govêrno federal por intermédio do *Naval Board*. Êsses limites, na região austral, constituíam um setor delimitado pelos meridianos 160ºE., isto é, da Terra Oates inclusive (futura fronteira da Dependência de Ross) até à atual Terra Leopold-Astrid (com exclusão das costas Enderby e Kemp). À diferença do verificado nas cartas Patentes e Ordens-em-Conselho, o Pólo Sul é explicitamente citado. Não se trata, aliás de uma anexação, mas apenas de delimitação de competência das autoridades navais.

Após a criação da Dependência antártica da Nova Zelândia, parte da opinião australiana, sob a impulsão do *Australian National Research Council*, passou a pedir ao Govêrno que reivindicasse o setor situado entre os meridianos 90° e 160° E., sem levar em conta as pretensões emitidas pela França, em 1924, no que diz respeito à Terra Adélie. Falou-se igualmente em envio de novas expedições e estabelecimento de estações no Continente Antártico.

Foi em conseqüência de pedido da Austrália que a ata final da Conferência Imperial de 1926 incluiu regiões ainda não incorporadas na Dependência de Ross e nas Dependências das Falkland e descobertas por exploradores e navegadores britânicos (especialmente pelo Dr. Mawson) na relação de territórios reivindicados pela Coroa. Reza a ata final:

"A questão das explorações antárticas foi discutida entre os representantes dos Governos interessados. Em certas partes dessas regiões, a Grã-Bretanha já possui títulos em virtude da descoberta. Essas áreas compreendem: 1) a parte exterior da Terra Coats, isto é, a que não está incluída nos limites das Dependências das Ilhas Falkland; 2) a Terra Enderby; 3) a Terra Kemp; 4) a Terra da Rainha Mary; 5) a região que se estende a oeste da Terra Adélie e que foi denominada Terra

Wilkes quando foi descoberta pela expedição Antártica Australiana em 1912; 6) a Terra Jorge V; 7) a Terra Oates".

Tais reivindicações correspondiam a 12 000 km. de costas, além dos 6 000 das Dependências das Falkland e dos 3 000 da Dependência de Ross. Não foram tôdas seguidas de anexações, já que a "parte exterior da Terra Coats" foi incluída em 1939 na reivindicação norueguesa, com o consentimento da Grã-Bretanha. Notar-se-á ainda que o título reivindicado em 1924 pela França, sôbre a Terra Adélie, embora não expressamente reconhecido nesse documento, ficava respeitado, já que, apesar de parte da opinião australiana desejosa de aproveitar-se das explorações de Mawson e porventura do princípio do setor *lato sensu*, essa região não figurava entre as reivindicações britânicas.

Nova expedição australiana, ainda dirigida por Sir Douglas Mawson, de novembro de 1929 a março de 1930, entre o Mar de Ross e a Terra Enderby, preparou a anexação definitiva. O Primeiro Ministro australiano S. M. Bruce, em 1.º de fevereiro de 1929, em relatório apresentado à Câmara dos Representantes, expressou a vontade do Govêrno de, com a ajuda da *Commonwealth* e do Império, explorar e aproveitar o Continente Antártico.

A Ordem-em-Conselho de 1933

Em 7 de fevereiro de 1933, uma Ordem-em-Conselho colocou formalmente sob a soberania britânica dilatado setor antártico: "A parte dos territórios situados nos mares antárticos, compreendendo tôdas as ilhas e terras outras que a Terra Adélie situados ao sul de 60° S entre 160° E e 45° E, constitui área sôbre a qual Sua Majestade possui direitos soberanos".

Êsse setor, que ultrapassa largamente, a oeste, a projeção meridiana da costa australiana, foi atribuído à Austrália pelo *Australian Territory Acceptance Act*, de 13 de junho de 1933. O Governador-Geral ficou revestido dos podêres necessários para emitir regulamentos aplicáveis à região. Atos do Parlamento australiano vieram completar em 1933 e 1936 êsse estatuto. Como no caso da Dependência de Ross, a anexação deixou de ser seguida de estabelecimento de bases permanentes, como teria desejado Sir Douglas Mawson.

Em 1947, o Govêrno australiano aprovou um plano de utilização do seu território antártico para fins diversos. Foi criado um organismo conhecido sob o nome de ANARE (*Australian National Antarctic Research Expeaitions*), controlado pelo Departamento de Relações Exteriores. O ANARE realizou expedições nas ilhas subantárticas e, em 1954-1955, no continente. Foram instaladas bases em Macquarie, Heard, Macdonald, e, na costa antártica, em Mawson, a cêrca de 2 300 milhas a oeste do Cabo Denison. Em 1953 e 1954 medidas legislativas foram tomadas pelo Parlamento de Camberra para a administração das ilhas e do território antártico australiano (Leis n.° 7, de 1943, e 42, de 1954).

A POLÍTICA DA NORUEGA

O interêsse da Noruega pela Antártida traduziu-se pelo lugar predominante dêsse país na indústria baleeira e por numerosas expedições. Sabe-se que o Pólo Sul foi atingido pela primeira vez, em 14 de dezembro de 1911, por Roald Amundsen, que tomou posse formal da zona e de outras regiões descobertas em 1910-1912. As explorações do baleeiro C. A. Larsen são igualmente conhecidas. Essas descobertas, se bem que não tivessem motivado reclamação de soberania por parte do Govêrno

de Oslo, foram tomadas em consideração em nota dirigida ao Departamento de Estado norte-americano, a propósito dos vôos efetuados por Byrd em 1929. Com o fim de prevenir possível reclamação de direitos soberanos ou pelo menos de título de prioridade para a aquisição das regiões sobrevoadas, o Ministro da Noruega em Washington declara, em 15 de abril de 1929: "Em caso algum admitirá o Govêrno norueguês que reivindicações dessa espécie possam incluir parte dos territórios imediatamente vizinhos do Pólo Sul, que, como é sabido, foram objeto de posse formal, em nome do Rei da Noruega, pelo Capitão Roald Amundsen em novembro de 1911, sob o nome de Planalto Haakon VII, ou ainda territórios situados dos lados da rota seguida pelo mesmo capitão em direção do Pólo Sul, ao S da Terra Eduardo VII, como, por exemplo, a cadeia de montanhas Rainha Maud."

A partir de 1929-1930, Lars Christensen, com a ajuda de pilotos especializados, explora grande parte do litoral antártico. Começa, com o Capitão Riiser-Larsen, cartografando 1 000 quilômetros de costas, descobrindo as Terras da Rainha Maud e Princesa Real Martha. O *Norvegia* descobre a região situada a leste da Terra Coats, e seu capitão iça o pavilhão norueguês entre a Terra Enderby e a Terra Kemp. Em 1930-1931, uma segunda expedição sobrevoa a Terra Princesa Regnhild, que é visitada ainda no ano seguinte, com o auxílio do Govêrno norueguês. Em 1933-1934, A. Gunnestad sobrevoa ainda essa zona, assim como a Terra Rei Leopoldo e Rainha Astrid, a Terra Lars Christensen, por volta de 80° E, e a barreira de gêlo entre 13° e 137° W. Os navios de pesca noruegueses abordam em outras partes ignotas do Continente. Em 1936-1937, N. Romnaes e Lars Christensen, pilotados por V. Widderoe, fotografam e cartografam 2 000 km de costas e 80 000 km²

de terras entre 81° 50' e 26 E, descobrindo a Terra Príncipe Harald. Em 8 de fevereiro de 1937, a bandeira norueguesa é lançada sôbre novo território, entre 35° e 40° E, isto é, entre a Terra Rainha Maud e a Terra Princesa Regnhild.

As descobertas norueguesas anteriores a 1939 situam-se por conseguinte em diversas zonas: a primeira, imediatamente a oeste da Dependência de Ross, reivindicada pela Nova Zelândia; a segunda, dentro dos atuais limites do Território Antártico Australiano, da Terra Enderby à Terra Guilherme I; a terceira, em região que se estende da Terra Coats à Terra Enderby, isto é, entre as dependências das Falkland e o setor australiano. É sòmente essa última zona que será formalmente reivindicada em 1939. Não será inútil, entretanto, examinar prèviamente os casos de duas ilhas, Bouvet e Pedro I, anexadas anteriormente pela Noruega, que fornecem precedentes interessantes para o estudo da política antártica dessa potência.

As ilhas Bouvet e Pedro I

A ilha Bouvet, terra vulcânica com costas talhadas a pique, e que jaz por 54° 2,S e 3° 26'W, foi descoberta em 1739 pelo francês Lozier Bouvet, que não conseguiu nela desembarcar. Apesar dos esforços de diversos navegadores, inclusive Cook, só foi achada de novo, em 1825, pelo capitão inglês George Norris. Nada foi tentado pela Grã-Bretanha para ocupar a ilha.

Em 1.º de dezembro de 1927, o capitão do *Norvegia*, a quem o Ministro do Exterior da Noruega havia concedido plenos podêres para tomar posse, em nome do Rei, dos territórios não ocupados e dos direitos de pesca, reivindicou formalmente a ilha Bouvet e nela estabeleceu

um depósito. Em 23 de janeiro de 1928, um decreto real autorizou o Ministro da Justiça da Noruega a determinar as necessárias providências para assegurar a manutenção da ordem e a extensão do seu poder de jurisdição sôbre a ilha.

Desde antes da publicação dêsse decreto, alarmado por artigos da imprensa, segundo os quais o Departamento das Colônias do Reino Unido havia outorgado a uma companhia de pesca norueguesa direitos exclusivos para utilizar as ilhas Bouvet e Thompson como bases de pesca, o Govêrno norueguês avisou o *Foreign Office* (nota de 19 de janeiro de 1928) que o título norueguês era perfeitamente estabelecido, já que a ilha Bouvet só não fôra incluída nas reivindicações da Agenda da Conferência Imperial de 1926 para evitar complicações, em vista da já projetada expedição do *Norvegia*. Na segunda, pretendia-se que a ilha fôra abordada e tomada em posse, em nome do Rei Jorge IV, pelo capitão britânico do *Sprightly*, fato que fundamentava a reivindicação britânica.

É principalmente a resposta norueguesa de 24 de abril de 1928 que esclarece a posição do Govêrno de Oslo, nessa altura, no que diz respeito aos problemas de apropriação. Essa nota negava que Norris tivesse desembarcado na ilha e declarava que um ato formal, não acompanhado por tomada de posse efetiva, constituía base insuficiente para uma reclamação de soberania. De qualquer modo, mesmo se um título *inchoate* houvesse sido adquirido em 1825, quando do alegado desembarque, o mesmo já teria perdido a sua validade pelo fato da inatividade britânica durante mais de um século.

A Grã-Bretanha acabou cedendo. Em 13 de novembro de 1928, o Subsecretário de Estado do *Foreign Office* levou ao conhecimento do Ministro norueguês em Londres que o Reino Unido renunciava à sua soberania e que

não elevaria objeções à anexão pela Noruega da Ilha Bouvet. Em seguida (27 de fevereiro e 29 de março de 1930), medidas executivas e legislativas definiram o estatuto do território.

Um ano mais tarde, a Noruega anexou igualmente a Ilha Pedro I, vista por Bellingshausen em 1821 e por Charcot em 1909, e sôbre a qual invocava títulos análogos aos que pretendia possuir sôbre a ilha Bouvet. Em 1.° de maio de 1931, um decreto proclamou a soberania norueguesa sôbre essa ilha do quadrante americano, que é situada por 90° 35' W e 68° 50' S.

O Setor Antártico Norueguês

Foi a necessidade de proteger a sua indústria baleeira — ameaçada pelas exigências fiscais britânicas e as proibições francesas — que levou a Noruega a reivindicar certos territórios antárticos. Como foi visto, desde .... 1929-1930, êsse país, sob a impulsão de Lars Christensen, realizara grandes esforços no campo da descoberta e da exploração, especialmente em zona ainda não reivindicada (com exceção de parte da Terra Coats, incluída da Agenda da Conferência Imperial de 1926), situada entre as Dependências das Falkland e o Território Antártico Australiano. O Govêrno norueguês pôs em relêvo que essa região — circunavegada por Bellingshausen em 1820 e pelas expedições inglêsas de 1831 e 1843, sem descobertas de terras — fôra principalmente explorada, fotografada e cartograda por noruegueses e tornara-se uma das partes mais conhecidas do Continente Antártico.

Em tal base, o decreto real de 14 de janeiro de 1939 proclamou a extensão da soberania norueguesa sôbre "a parte da costa do Continente Antártico que se estende dos limites das Dependências das Ilhas Falkland (fronteira

da Terra Coats) a Oeste, até os limites da Dependência Antártica Australiana a Leste (45° E), juntamente com a região que se estende para o interior e o mar adjacente". O Ministro da Justiça foi autorizado a estabelecer regulamentos relativos ao exercício da autoridade de polícia sôbre essa região.

O decreto foi notificado a diversas potências que, na maior parte, conservaram o silêncio. Entretanto, os Estados Unidos reservaram por duas vêzes os seus direitos e os dos seus cidadãos nas regiões em aprêço (nota norueguesa de 14 de janeiro de 1939, e notas norte-americanas de 16 de janeiro e 6 de março do mesmo ano).

A base da reivindicação norueguesa é a descoberta, como consta de documento oficial anexado ao texto do decreto de 14 de janeiro de 1939. Tal princípio não se harmoniza com doutrina diversas vêzes invocada pelo Govêrno norueguês. Em 12 de novembro de 1924, uma nota do Ministro da Noruega em Washington, relativa à interpretação de outra nota de 25 de fevereiro do mesmo ano, relativa aos vôos árticos de Amundsen, declarou que aquêle país só invocava direito de prioridade para futura aquisição de soberania pelo estabelecimento ou outros processos sancionados pelo Direito Internacional. Na já citada nota de 24 de abril de 1928, relativa à ilha Bouvet, a Noruega declarava igualmente que a descoberta não acompanhada de posse efetiva não pode fundamentar título válido de soberania. Evolução análoga pode ser notada no que diz respeito ao princípio dos setores: a Noruega era um dos adversários do mesmo, e o decreto de 1939 constitui a primeira manifestação de evolução.

Em 1.º de março de 1930, com efeito, o Ministro da Noruega informava o Secretário Stimson que "a Noruega não tinha intenção de anexar os territórios descobertos pelo *Norvegia*, e que era contrária à aplicação do princípio dos setores às regiões polares austrais, em razão

da liberdade dos mares que devia ser salvaguardada." Além disso, no que diz respeito às regiões boreais, essa potência afastava o mesmo princípio. Ao reconhecer, por nota de 8 de agôsto de 1930, o direito do Canadá sôbre as ilhas Sverdrup, salientava que "seu reconhecimento da soberania de S.M. Britânica sôbre essas ilhas não era, de maneira alguma, fundamentada em sanção qualquer do chamado princípio dos setores". Entretanto, a Noruega, desde 1933, declarava ao Reino Unido que não reivindicava terra alguma já apropriada, parecendo destarte reconhecer as reivindicações britânicas sôbre os setores Falkland e Ross.

O decreto de 1939, se bem que não faça referência ao sistema dos setores, adota-o implìcitamente, em virtude dos limites escolhidos. A Noruega teria, por conseguinte, passado de posição vizinha à norte-americana, baseada na regra do estabelecimento efetivo e da rejeição do sistema dos setores, à política análoga à da Grã-Bretanha e da França. Deve-se observar, contudo, que a Noruega nem sempre se ateve ao estrito princípio da ocupação efetiva no que diz respeito às suas aquisições anteriores a 1939 e, de outro lado, que o setor da Rainha Maud não é limitado ao norte por um paralelo, mas simplesmente pela costa antártica e "águas adjacentes". Tal fato é sem dúvida devido ao desejo do Govêrno de Oslo de evitar qualquer acusação de desrespeito ao princípio da liberdade dos mares.

A expedição alemã do Capitão Ritscher

Antes mesmo do decreto real de 14 de janeiro de 1939, as pretensões norueguesas estavam ameaçadas pela Alemanha. Com a finalidade de assegurar ao *Reich* bases necessárias para a pesca da baleia, uma expedição foi organizada, sob os auspícios do Marechal Goering,

pela *Luftwaffe*, e colocada sob a direção do Capitão Ritscher. A técnica adotada foi a do envio de navio munido de catapultas para lançamento de hidroaviões. Dessa maneira, foi realizado um trabalho considerável em curto espaço de tempo (fins de janeiro — início de fevereiro de 1939). Entre 11° 30' e 20° E, até 75° S, as aeronaves alemãs fotografaram 350 000 km², fornecendo material para a elaboração de mapas.

A posse simbólica do território foi manifestada pelo lançamento de placas decoradas da *swastika*, a intervalos regulares, e de bandeiras alemãs. Em 29 de janeiro, um grupo de exploradores içou o pavilhão a duzentos metros da costa.

Em 12 de abril de 1939, um decreto delimitou o Neu-Schawadenland da seguinte maneira: 4° 50 W, 16° E, ao sul de 72° S. Em razão dos acontecimentos mundiais, não chegou a haver controvérsias entre a Noruega e a Alemanha sôbre a soberania da região, integralmente incluída no setor da Rainha Maud.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha desenvolveu certa atividade nos mares austrais, capturando a frota baleeira norueguesa, em janeiro de 1941, e agindo com bastante sucesso na zona do Oceano Índico, utilizando as ilhas subantárticas como esconderijos.

A Terra da Rainha Maud depois da Guerra

Apesar do grande trabalho efetuado na zona por noruegueses e alemães, a primeira expedição terrestre no setor reivindicado pela Noruega só foi realizada em ... 1950-1952. Tratou-se de expedição conjunta organizada pela Noruega, a Suécia e o Reino Unido, com finalidades puramente científicas.

RESENHA

OPERAÇÃO PAN-AMERICANA

Em dias de maio do corrente ano, o Dr. Juscelino Kubitschek, Presidente da República, enviou uma carta ao Presidente Dwight Eisenhower, na qual, em face de aparentes desentendimentos entre povos e governos da América, propôs uma revisão fundamental da política do Hemisfério e sugeriu "um exame do que se está fazendo em favor das idéias pan-americanas em tôdas as suas implicações". Em resposta, o Presidente dos Estados Unidos propôs que os dois Governos entrassem em entendimentos, no mais breve prazo possível, "no tocante às consultas a serem dirigidas aos demais membros da comunidade pan-americana e à adoção imediata de medidas que determinem, através de todo o Continente, uma reafirmação de devotamento ao pan-americanismo e um melhor planejamento na promoção dos interêsses comuns e do bem-estar dos nossos diferentes países."

A iniciativa do Govêrno brasileiro teve ampla e favorável repercussão nas Américas, e foi objeto de extensa correspondência diplomática e de largo debate na imprensa continental. Para as providências preliminares do lançamento do que se veio a chamar Operação Pan-Americana, o Presidente dos Estados Unidos enviou ao Brasil, como emissário especial, o Sr. Roy Rubottom, Assistente do Secretário de Estado, que aqui manteve entendimentos com o Chefe do Govêrno e com o Ministro Negrão de Lima.

Nos primeiros dias de agôsto, o Sr. John Foster Dulles, Secretário de Estado, veio ao Rio de Janeiro, em visita oficial, tendo, nessa oportunidade, empenhado o apoio do Govêrno Americano ao plano brasileiro. Decidiu-se, então, que, por ocasião do início da XIII Assembléia Geral das Nações Unidas, os Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas se reuniriam em Washington, para, em conjunto, aprovarem a Operação e assentarem as medidas de execução que julgassem adequadas.

Essa reunião de chanceleres realizou-se a 23 de setembro, na sede da Organização dos Estados Americanos, e constituiu

um acontecimento diplomático da mais alta significação. Ela consagrou, sem discrepância, a iniciativa brasileira e deu início à Operação Pan-Americana, nos têrmos de um Comunicado Conjunto divulgado no encerramento dos trabalhos.

A *Revista Brasileira de Política Internacional,* em sua edição de setembro (Nº 3, página 138), publicou a correspondência trocada entre os Presidentes do Brasil e dos Estados Unidos, juntamente com o discurso pronunciado pelo primeiro, em cerimônia realizada no Palácio do Catete, a que estiveram presentes os Embaixadores das Repúblicas Americanas.

Para documentação do desenvolvimento da Operação Pan-Americana publicamos a seguir: a) a Exposição feita às classes armadas pelo Presidente Juscelino Kubitschek, em reunião realizada a 17 de agôsto, no Palácio Itamarati; b) notícia do debate de que a Operação Pan-Americana foi objeto na Câmara dos Deputados; c) a Nota e o *Aide-Mémoire* transmitidos pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil aos Governos das Repúblicas Americanas; d) o Comunicado Conjunto da Reunião dos Ministros das Relações Exteriores, expedido em Washington, a 24 de setembro; e) declaração do Ministro Negrão de Lima, divulgada a 1º de outubro.

Ainda na presente *Resenha* publicamos: a) os discursos pronunciados por ocasião da visita do Secretário de Estado dos Estados Unidos da América; b) a conferência pronunciada em Assunção pelo Ministro Negrão de Lima; c) a correspondência trocada entre os Presidentes Juscelino Kubitschek e Alberto Lleras Camargo.

EXPOSIÇÃO DO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK ÀS CLASSES ARMADAS

"Encontra-se o Brasil empenhado, como todos o sabeis, em uma ação internacional, que reputo da maior relevância e à qual tenho dedicado o melhor dos meus esforços. Os primeiros resultados dessa cruzada constituem prenúncios encorajadores e não há negar que conseguimos colocar na ordem do dia dos magnos problemas internacionais o debate sôbre a revisão da política continental nos quadros de uma Operação Pan-Americana.

Julguei agora de meu dever congregar-vos, como ilustres representantes das Fôrças Armadas nacionais, para proporcionar-vos um conhecimento mais direto e mais preciso a respeito da

gênese e finalidades dessa iniciativa. As Fôrças Armadas constituem o cimento da unidade nacional e o sólido baluarte da nossa segurança. Em seus quadros de terra, mar e ar, em seus oficiais e soldados, vemos representadas tôdas as classes que compõem a nossa nacionalidade. O seu esfôrço, nobre e diuturno, não se limita aos objetivos próprios da defesa do País. Dirige-se, também, ao estudo dos nossos grandes problemas e à valorização do homem brasileiro, mercê de uma ação formadora e educativa que se difunde proveitosamente por todo o nosso território. Eis porque me parece oportuno dar-vos conhecimento pleno da obra continental que estamos encetando, no sentido de fazer confluírem as energias da América para uma revitalização do pan-americanismo, em face das exigências da presente conjuntura mundial.

Neste conturbado após-guerra, encontra-se o mundo sob o signo do gigantesco conflito ideológico, político e econômico travado entre as nações democráticas, defensoras dos princípios de liberdade e respeito à pessoa humana, e as oligarquias que se servem de uma concepção pseudocientífica da vida em sociedade para subjugar, gerações inteiras a uma organização coletivista.

O estudo das relações internacionais, nesta fase da história, mostra-nos que, se, por várias vêzes, estêve iminente o risco de uma conflagração armada geral, sempre puderam os focos de propagação ser localizados, graças a uma ação firme e paciente, que, sem sacrifício de princípios inalienáveis, jamais se tem recusado aos esforços de negociação.

Parece, assim, afastado, de imediato, o perigo da guerra total, não só graças à tenacidade das democracias unidas em uma organização defensiva e coesas na sua ação política em prol da paz, mas também pela convicção geral de que, duma contenda onde se empreguem todos os formidáveis recursos da técnica moderna, só resultariam vitórias de Pirro, a unir no sofrimento e na destruição vencidos e vencedores.

Sem que, por um momento sequer, possam ser abandonados os aspectos pròpriamente estratégicos da situação atual, também se voltam agora as atenções para uma ameaça mais sutil, porque menos espetacular e mais difusa. Refiro-me à tomada de posições com o aproveitamento das fraquezas estruturais, quer políticas, quer econômicas, que se notam em certos pontos sensíveis de atrito entre as fôrças antagônicas. A técnica da insídia e da penetração lenta, os ardis da conquista das opiniões públicas, a manipulação hábil das legítimas aspirações nacionalistas, o

cultivo dos germes de insatisfação e revolta, a cuidadosa sondagem dos pontos vulneráveis, o aproveitamento dos ódios raciais e de classe não constituem novidade no arsenal das fôrças desagregadoras. Tornam-se, agora, porém, atividades de eleição, que cada vez mais tendem a substituir a agressão direta.

É velha a lição da história. Se Tróia — para usarmos do exemplo clássico — resistiu impávida a dez anos de cêrco, verdade é que se entregou num átimo por ter aceito e recebido dentro dos seus muros o cavalo e o que trazia em seu bôjo. A imagem vetusta e tão usada vale ainda hoje em dia, convidando à reflexão. Os sistemas defensivos mais perfeitos não conseguirão proteger fortalezas interiormente solapadas. A unidade de ação política, em conjugação com o mais cuidadoso preparo da defesa militar, constituem fatôres imprescindíveis, mas não bastam para eliminar o perigo.

Sabemos que a antiga tática vem sendo usada repetidamente, surtindo efeitos por vêzes maiores que a ofensiva dos exércitos. Em nossos dias, temos visto, como precursor do ataque frontal, o trabalho sôbre os espíritos, com a criação de estados de ânimo coletivos que servem às finalidade do agressor externo e quebrantam as energias indispensáveis à defesa. A estratégia ideológica, a elaboração e execução de grandes planos de campanha, em que a propaganda clandestina e aberta, a persuasão individual e a obra de proselitismo são empregadas sistemàticamente, demonstraram a sua eficácia e muita vez alcançaram êxito integral. Nas comunidades modernas, o isolamento cedeu lugar a intercâmbios intensos e multiformes com o mundo exterior, tornando-se permeáveis as barreiras entre os povos. Se isso veio multiplicar as possibilidades de compreensão entre os homens, trouxe igualmente um processo de nivelamento psicológico das coletividades diversas, uma tendência à criação de um denominador comum das aspirações sociais. Na era da técnica, a preocupação com o bem-estar social, a procura de formas de organização menos imperfeitas, o desejo de igualamento aos mais favorecidos, são constantes que aparecem em cada povo. Daí a facilidade da introdução de ideologias e da sua utilização com propósitos bem definidos de enfraquecimento dos organismos nacionais. Aprendemos na última guerra mundial que, graças a tais processos de infiltração, pode um país estar vencido antes de iniciar a luta. Não preciso insistir convosco neste ponto, versados que sois na conceituação ampla da segurança nacional.

Para que logre resistir à infiltração lenta e persistente que o conduziria à impotência final, deve o Ocidente apresentar-se como um conjunto de nações sòlidamente estruturadas, que assentem em firmes bases de sadia organização política e próspera atividade econômica.

Não é êste, infelizmente, o quadro que se nos defronta. Não que faltem os meios. A ciência colocou ao alcance do homem, em poucas décadas, recursos incontáveis e poderosos. Em aceleração geomètricamente progressiva, a tecnologia moderna, em todos os campos, veio possibilitar realizações nunca dantes sonhadas. Os meios de produção em massa tornaram possível uma vida mais confortável, mais liberta das servidões que nos impunha a natureza. Os sistemas de transmissão de idéias e imagens tornam fácil a difusão dos conhecimentos e aprazível a utilização do lazer. Os progressos da Química e da Medicina são hoje de ordem a afastar do homem um sem-número de males que o afligiam. As fontes de energia podem ser mais bem aproveitadas e novas fontes foram postas à nossa disposição. Em teoria, está o homem aparelhado para viver mais e melhor.

Na prática, contudo, os avanços tecnológicos não aproveitam igualmente a tôda a Humanidade. Antes, acentuam-se de modo alarmante os abismos que separam os povos mais providos daqueles mais carecedores de riquezas e recursos técnicos. Os que levam a dianteira, cada vez mais se distanciam dos que não chegaram ainda a mobilizar os seus recursos naturais e o seu potencial econômico e demográfico. Formam-se assim, progressivamente, no mundo, comunidades cujos problemas econômicos e sociais se resolveram harmoniosamente, ao lado de populações impedidas de satisfazer as suas necessidades mais vitais, incapazes de dar combate eficiente à miséria e à doença. Nações econômicamente poderosas e subdesenvolvidas convivem no globo. Trata-se de um fenômeno que decorre de causas múltiplas e complexas, que demandam análise cuidadosa. Quero apenas deixar aqui assinalado um aspecto dos mais importantes e que muito deve preocupar-nos: para os países do Ocidente, a solução do problema do subdesenvolvimento interessa vitalmente à segurança coletiva.

Em face dessas considerações, cabe situar certos fatos recentes, que vieram pôr à mostra um elo vulnerável na cadeia ocidental e patentearam a necessidade de que algo se faça para reforçar a nossa capacidade de resistência. Tais fatos desenvolveram-se no nosso próprio continente. Constituíram a eclosão de

um latente estado de coisas. Foram sintomas, signos aparentes de uma situação larvada. Ninguém ignora as manifestações agressivas de que foi alvo um estadista do nosso Hemisfério em visita a países sul-americanos amigos. Ninguém ignora que êsses incidentes foram provocados e canalizados por uma minoria interessada em fomentar discórdias na família continental. Ninguém de boa-fé lhes poderá atribuir a importância de verdadeiras e espontâneas manifestações populares dirigidas contra uma nação na pessoa de um dos seus mais altos representantes. Que ninguém, no entanto, pretenda fechar os olhos à realidade e considere possível continuarmos serenos o nosso caminho, sem atentar para sinais precursores de tanta monta. Seria êrro profundo, de conseqüências certas e funestas. Se aos agitadores foi dado deslustrarem as cerimônias de acolhida ao ilustre visitante, se conseguiram achar quem lhes desse ouvidos e apoio, certo é que a má semente começa a encontrar terreno propício. Nem isso escapou à clarividência daquele estadista que, regressando ao seu país, deu alta demonstração do seu objetivismo e espírito público, não se deixando dominar por compreensível indignação, mas, ao contrário, ressaltando que cumpria interpretar de maneira construtiva a desagradável experiência. Coube-lhe, dêsse modo, a primazia no procurar ensinamentos face ao acontecido. Confortadora foi a reação de todos os setores responsáveis nos países em foco e em todo o continente. A agressão injustificada mereceu geral repulsa e não se fizeram esperar os desagravos. Não se desfez, contudo, uma penosa impressão de estremecimento nas relações interamericanas.

A reflexão sôbre essas ocorrências, que repercutiram desfavorávelmente na opinião pública mundial, conduziu-me à convicção de que cumpria às nações americanas algo mais que dissipar um simples mal-entendido. Pareceu-me necessário um esfôrço no sentido de preservarmos e reforçarmos a unidade do continente. Impunha-se para tanto, a meu ver, nada menos que um reexame das bases em que assentam as relações entre os países desta região, um estudo acurado da fisiologia do sistema pan-americano.

Levado por essas considerações e de conformidade com os dispositivos constitucionais que me atribuem a direção da política externa do País, tomei a iniciativa de dirigir ao presidente dos Estados Unidos da América a carta de todos conhecida e na qual se contém a idéia de um exame de consciência coletivo sôbre o que se tem feito e o que caberia fazer em prol do pan-americanismo, com vistas ao fortalecimento da unidade continental. No discurso que pronunciei em 20 de junho, perante

os embaixadores de tôdas as Repúblicas americanas, acreditados junto ao meu Govêrno, procurei definir melhor as idéias que inspiraram essa missiva.

Ao assumir essa posição, ao lançar êsse brado de alarma, não teve o Brasil qualquer pretensão de assumir liderança no continente. Animou-nos tão-sòmente a idéia de dar uma expressão atuante a um sentimento que pertence a tôda a América.

Pareceu-nos também que o Brasil tinha, como tôdas e cada uma das nações irmãs, o direito de exprimir a sua opinião sôbre o esfôrço comum em que estamos empenhados. O nosso País já atingiu um grau de maturidade política e de importância demográfica, econômica e cultural que lhe permite assumir, no concêrto das nações, o papel afirmativo que lhe compete. As determinantes geográficas, a nossa formação histórica, os imperativos econômicos e as tradições políticas, religiosas e culturais que nos cumpre resguardar, os próprios interêsses da nossa segurança delimitam o nosso campo de ação na esfera internacional e indicam o caminho a seguir. Pertencemos à grande comunidade americana e estamos ligados aos demais países do hemisfério por laços indestrutíveis. Na luta comum pela defesa do Ocidente, reconhecemos aos Estados Unidos a pesada incumbência que lhe foi confiada pelo destino e que essa grande nação tomou a si com plena consciência dos altos valores morais da nossa civilização. Sempre estivemos dispostos — como o estão os outros países do continente — a trazer a nossa colaboração à grande tarefa de preservar a paz e a segurança internacionais. Sentimo-nos integrados em uma só atitude fundamental face aos perigos com que se defronta a humanidade nesta hora. Por isso mesmo, e porque está em jôgo um patrimônio comum de civilização, não desejamos ser simples elementos secundários. Nossa contribuição só terá valor na medida em que refletir o nosso desejo de analisar com franqueza os grandes problemas de interêsse comum, de manifestar livremente os nossos pontos de vista, de buscar de modo ativo as soluções mais adequadas às exigências de cada momento. Queremos levar a cabo um trabalho em conjunto, e não permanecer indefinidamente confinados em passiva adesão.

Desejo, porém, reafirmar que a nossa iniciativa só terá significado e ganhará momento, só conseguirá dar os frutos almejados, se compreendida como uma resultante da opinião unânime do continente. Em minha mensagem ao presidente norte-americano, ressaltei que não tinha planos rígidos para apresentar. O meu propósito era chamar a atenção para uma atmosfera de insatisfação

e propiciar um amplo debate sôbre o fortalecimento das relações interamericanas.

Êsse propósito deve considerar-se alcançado, em vista das reações encorajadoras de numerosos países que compõem a família americana. Posso hoje afirmar, sem sombra de dúvida, que estamos todos convictos da necessidade e da urgência de um detido exame da conjuntura pan-americana. Mais ainda, encontramo-nos de acôrdo sôbre um ponto essencial: a obra de revisão que vamos empreender deve necessàriamente dirigir-se a um objeto central da mais alta importância, qual seja o combate ao subdesenvolvimento econômico que assola a América Latina. Consideramos ser êsse o cerne da questão. Os países latino-americanos têm feito tudo ao seu alcance para cooperar na tarefa de defesa do Ocidente, mas não estarão em condições de atuar com a necessária eficácia enquanto frações consideráveis de suas populações não forem libertadas do espectro da fome e da miséria. O problema não é de caridade ou de filantropia. Não se trata de mendigarmos precários auxílios, tendentes ao alívio momentâneo de situações insuportáveis. Trata-se de encarar de frente o problema do subdesenvolvimento em todos os seus aspectos, de caracterizá-lo perfeitamente, apontar-lhe as causas e de dar-lhe remédio graças a providências concretas, cuidadosamente assentadas de comum acôrdo. Êsse esfôrço deverá processar-se num alto plano de cooperação continental, não devendo confundir-se com as negociações bilaterais ligadas aos interêsses específicos de cada país.

É preciso que nos compenetremos da idéia de que a luta contra o subdesenvolvimento na América Latina importa em promover a segurança do continente e, nessas condições, deve inserir-se no programa estratégico da defesa ocidental. Algo de concreto e positivo deve ser feito para minorar os sofrimentos de milhões de homens, para elevar o nível de vida das nossas populações e facultar ao maior número o acesso a uma existência material condigna, sem a qual ninguém encontrará alento para dedicar-se de corpo e alma às grandes causas morais e espirituais. O necessitado e o abandonado não podem resignar-se à injustiça da sua sorte, nem ligar-se fraternalmente ao que vive na fartura. As excessivas desigualdades econômicas são geradores de ressentimentos e inquietação. Incontentadas, as massas procuram explicações para seus males em raciocínios simplistas e tornam-se receptivas às propagandas ilusórias. A existência do subdesenvolvimento equivale à "própria presença do adversário em nossa casa". Não podemos por mais tempo permitir que se instale êsse inimigo, sob pena de conseqüências irremediáveis.

No presente estágio das consultas entre os países americanos, seria prematuro fazermos prognósticos quanto à maneira por que se vai processar a Operação Pan-Americana. Estamos concordes em substância, mas, por isso mesmo que visamos a resultados concretos e duradouros, não desejamos reunir conclaves internacionais sem preparação adequada. A idéia está lançada, e por certo se destina a frutificar. Gradativamente, graças aos contactos constantes entre os países do hemisfério, pela via diplomática e pela troca de pontos de vista entre os homens de Estado, vai sendo preparado o terreno e em breve poderemos chegar a uma conclusão sôbre os melhores caminhos e os melhores métodos para alcançarmos o objetivo.

No Brasil, os diplomatas, os técnicos e os estudiosos já se dedicam ao grande problema, em todos os seus aspectos, para que possamos, em tempo oportuno, exprimir pontos de vista e apresentar sugestões. No desenvolvimento dos temas ligados à Operação Pan-Americana, como em todos os assuntos que interessam à segurança nacional, disponho da valiosa contribuição das Fôrças Armadas, através dos seus órgãos especializados.

Antes de terminar, pretendo, em têrmos de sincera definição, fixar o que julgo deva ser a política do Brasil em relação aos Estados Unidos da América.

Impõe-se, primeiramente, manter indestrutíveis, com a grande e poderosa república norte-americana, as relações que já vieram a constituir um patrimônio comum que não é justo se dilapide ao sabor de paixões ideológicas, de intrigas, de maquinações de tôda a ordem. As nossas ligações com os Estados Unidos não são apenas ditadas por interêsses de ordem material. Resultam de afinidades mais profundas, e, nesta hora principalmente, da comunhão na defesa dos mesmos princípios de liberdade e respeito às prerrogativas da pessoa humana e do direito de escolha e conservação, por parte de cada povo, do estilo de vida que desejar ou que lhe fôr mais natural. Aliados antigos, quer em conferências diplomáticas, quer nos riscos e sofrimentos da guerra, não vemos motivos para nos afastarmos de um país que arca com as maiores e mais graves responsabilidades na direção política do mundo.

Nossa união no plano espiritual e político é reforçada pelos laços de natureza econômica. Temos, nos Estados Unidos, o nosso maior cliente, o escoadouro natural para boa parte da nossa exportação, o grande mercado para os nossos produtos básicos. O vínculo não é de subordinação, mas de interdepen-

dência. Oscilações acentuadas na procura ou nos preços dos nossos principais produtos no mercado norte-americano têm reflexo imediato e desastroso sôbre a economia brasileira. Os Estados Unidos, por seu lado, não podem prescindir daqueles produtos, como o demonstrou a experiência do último conflito mundial, quando se tornou necessário um planejamento de emergência para assegurar aos nossos aliados o prosseguimento e intensificação das exportações brasileiras.

Além dessas asserções, acentuou também que, no próprio benefício dessa preciosa ligação de estima e interêsse mútuo, é de nosso dever não hesitar em exprimirmos aos Estados Unidos as nossas mais sinceras reações, tôdas as vêzes que o ensejo se apresentar. Por isso mesmo que somos amigos leais, o respeito à amizade e também a nós mesmos, obriga-nos a apresentar as razões do nosso desacôrdo sempre que houver desacôrdo, ou de nosso aplauso à conduta norte-americana na causa que é igualmente nossa.

Há uma solidão para os países pobres de economia deteriorada, em que o subdesenvolvimento constitui chaga permanentemente aberta; mas há também uma solidão para as nações isoladas pelo seu próprio poder, pelo excesso dos seus bens materiais, isoladas na sua visão unilateral dos problemas. A primeira obrigação do amigo é a de transmitir verdades. É falar a linguagem capaz de remediar os males e prejuízos decorrentes da solidão. Uma crescente amizade exige um grau sempre maior de independência, de franqueza. Não há amizade sem diálogo. Eis o que se impõe estabelecer. Não queremos marchar na retaguarda incaracterística em matéria de política internacional. Dizendo isto, repito o que, aliás, já afirmei em declarações feitas e discursos proferidos recentemente. Não pretendo que o Brasil assuma posição descabida, pretenciosa ou excessiva em relação às suas reais possibilidades, mas que use de um direito próprio aos países soberanos — o de revelar o seu pensamento, o de fazer ouvir a sua opinião. Se a nossa solidariedade tem um valor positivo, a nossa opinião deverá ter forçosamente êsse mesmo valor. Podemos divergir de processos, considerar que uma certa política não oferece a segurança operacional necessária, sem que isso quebre a solidariedade ao amigo. Nenhum dever é maior que o da fidelidade ao nosso País, ao nosso povo, aos nossos interêsses vitais. Antes de mais nada, temos que velar pela nossa segurança. Êste é um princípio sagrado. Se a política dos nossos aliados importar em prejuízo

à nossa segurança, é de nosso dever discordar e pôr em prática o que se apresentar como mais conveniente.

Não necessitamos agitar palavras proclamando continuamente a nossa independência, mas havemos de agir sempre como País independente que desejamos ser.

Ao agradecer a vossa presença nesta ocasião, estou seguro de que me secundareis com vosso entusiasmo e vossa experiência, para que seja coroada de êxito esta arrancada das Américas para um futuro melhor, na união, na prosperidade e na paz.

Já tinha sido redigida esta exposição em que procurei resumir de forma sumária o espírito da operação pan-americana, quando se verificaram os acontecimentos do Iraque, pondo novamente em perigo a segurança dos povos. Só Deus poderá dizer se o temor de uma destruição parcial do mundo será capaz de conter as duas fôrças que se ameaçam e se observam atentamente.

À luz do que está ocorrendo neste momento — a simples perspectiva de passarmos a considerar que de uma hora para outra a guerra fria poderá transformar-se em guerra efetiva — com o emprêgo de todo potencial técnico aplicado à destruição, êste momento, enfim, extremamente crítico, em que há poucas horas acabamos de penetrar, valoriza a idéia da *Operação Pan-Americana*. Somos talvez uma das poucas áreas do mundo em que se pode organizar uma resistência ativa à desordem que está procurando envolver a humanidade. Somos quase que a única região do mundo em que ainda é cabível pensar em têrmos de precaução, de prudência e de defesa. É que a conjuntura se tornou inexoràvelmente severa e nada mais resta à grande maioria da humanidade senão esperar que mais uma vez a violência seja detida, que a própria hesitação, diante de uma tragédia de conseqüências imprevisíveis, impeça o deflagrar de uma nova tormenta, que não é certa mas se pode verificar, pois elementos vitais aos países democráticos europeus estão ameaçados. Não nos iludamos, porém, com o muro de proteção que a distância coloca entre nós e os acontecimentos gravíssimos que tanto preocupam os homens em quem a razão e os sentimentos de equilíbrio continuam predominando sôbre os instintos depredatórios. Todos sabemos que o mundo se intercomunica hoje com uma rapidez fulminante; que as zonas de conflito se aproximam cada vez mais das zonas supostamente protegidas pela distância. Sabeis perfeitamente que, se o momento não é de alarma, é pelo menos de alerta. Nunca foi tão gravemente de alerta. Temos — muito embora sem perder a esperança de que mais uma vez se encontrará forma de fugir à

catástrofe —, de agir dentro de um rigoroso espírito de prudência e decisão.

Nossa posição é de expectativa serena — mas temos de convir que estamos vivendo num mundo interdependente, como também temos princípios e sentimentos em jôgo e na dependência da decisão de uma luta que infelizmente pode travar-se de forma violenta e que já se está processando sob a forma denominada de guerra fria. Estamos numa posição nítida, embora extremamente delicada. Somos um País de formação cristã, e queremos viver livres de tutelas, no regime que acolhemos, que é o da Liberdade e da Democracia, outrossim, um país americano e isto tem implicações em que é preciso pensar com atenção consciensiosa.

O que vos quero dizer neste estado de alerta e que amanhã se poderá modificar sensìvelmente, apresentando novas esperanças, é que se impõe um estado de espírito novo ao nosso País, uma atenção mais acurada para os problemas internacionais, certos de que êstes repercutirão em nós de maneira fatal e decisiva. Não estamos sòzinhos no mundo, vivemos dentro de um sistema, seremos de uma forma ou de outra comprometidos. No discurso que pronunciei em 20 de junho reclamei maior audiência para a opinião brasileira na elaboração de uma política internacional que nos acabará comprometendo. Não podemos e não queremos, disse eu, então, continuar como componentes de um fundo coral. Temos o que perder, temos o que preservar, temos medidas acautelatórias e defensivas a tomar. Nação de mais de sessenta milhões de habitantes, em pleno desenvolvimento e, por isso mesmo, cheia de problemas, é nosso direito e nosso dever seguir e estar na plena confiança do que se pensa e do que vai ser feito. Nada seria tampouco à altura das nossas responsabilidades como sermos surpreendidos ou postos em face de fatos consumados.

Falando aos ilustres representantes das nossas Fôrças Armadas, não preciso ressaltar que a hora suscita um trabalho mais particularmente intenso por parte dos que são responsáveis diretos pela segurança do País. Conheço a capacidade de trabalho, o senso de responsabilidade, o valor profissional dos militares brasileiros e sei que neste instante a preocupação da conjuntura mundial é que está inspirando os trabalhos dos nossos Estados-Maiores.

Nunca se tornou tão necessária a unidade de pensamento, de sentimento e de ação do povo brasileiro. Em face da gravidade da hora, divergências e dissensões privatistas perderam

qualquer significado relevante e os que quiserem aprofundar crises internas, terminarão monologando. O problema da segurança do povo brasileiro é, mais do que nunca, prioritário. O nosso dever indeclinável é o de não apenas aprofundar todos os conhecimentos relativos ao que se está verificando no mundo, notadamente no caso agudo do Oriente Médio, como também estudar e prever tôdas as repercussões possíveis e de qualquer espécie na economia, nas importações de produtos essenciais, tudo enfim o que se enquadra no capítulo da segurança.

A Operação Pan-Americana é mais do que uma palavra oportuna e certa, é um caminho. A tese de que a luta contra o subdesenvolvimento é uma medida estratégica indispensável, de capital importância, tornou-se clara, evidente inegável. Não há outro caminho a seguir senão a união continental para fortificação desta parte do mundo livre. Não podem as fôrças da democracia apresentar-se ao mundo para propor uma fórmula seja lá qual fôr, quando no reduto mais importante da resistência democrática se apresentam índices tão impressionantes de subdesenvolvimento. A nossa tese tornou-se indiscutível, mais atual do que nunca, e será temerário não a transformar numa política segura e certa.

Saberemos, Deus querendo, extrair ensinamentos preciosos dêste novo momento de tensão que a humanidade atravessa. Era isto o que achei que devia acrescentar à minha exposição".

DEBATE NA CAMARA DOS DEPUTADOS

A Operação Pan-americana repercutiu no Congresso Nacional, onde foi objeto de amplo debate. Na sessão de 12 de agôsto, da Câmara dos Deputados, o Sr. Afonso Arinos, líder da Oposição, proferiu sôbre a matéria longo discurso, a que respondeu, no dia 18, o Sr. Hugo Napoleão, em nome da Maioria.

Discurso do Sr. Afonso Arinos. O líder da minoria iniciou o seu discurso com uma exposição doutrinária sôbre o pan-americanismo. Analisou a posição do Brasil em face da política continental, em suas três fases evolutivas: a fase histórico-geográfica, a fase jurídica e a presente fase econômico-social. Sustentou que, por sua importância territorial, demográfica e cultural, o Brasil está fadado a desempenhar papel decisivo na realização do pan-americanismo, para o que o Ministério das Relações Exteriores deveria ter o apoio de todos os partidos.

Isso não é possível, entretanto, porque o atual Govêrno não segue "uma linha de conduta acessível, verdadeira, sincera e real", em correspondência com o que o povo espera dos seus governantes. A seu ver, a oposição não pode emprestar solidariedade a uma política de confabulações secretas, "de que participam, como vozes dominadoras, figuras obscuras, estranhas e desconhecidas", que atualmente imprimem diretrizes às decisões governamentais. Nesse sentido observou:

"Dizia eu que a *interpretação das correntes políticas em* tôrno de um ideal internacional depende da existência dêsse ideal, da sua formulação concreta, da sua apresentação positiva da sua divulgação em têrmos de boa-fé e, sobretudo, do seu acêrto, da sua correspondência com os verdadeiros interêsses nacionais.

Inútil, completamente inútil será o esfôrço que façam os dirigentes dêste País e o nosso esfôrço de dirigentes da Oposição para justapor duas linhas em tôrno de um nada, para tentar reunir duas fações em tôrno de um vazio, em tôrno de cochichos, de intrigas, de emulações, de cavilações, de lutas intestinas que se desenrolam ainda neste momento, no seio das próprias agremiações oficiais incumbidas de velar sôbre a situação internacional do nosso País.

O que tem faltado ùltimamente ao Govêrno é o contrôle de uma orientação definida, tanto quanto possível coerente; é a união das diferentes peças do organismo administrativo e político no sentido da coordenação dessa linha de conduta; é principalmente, a autoridade dos personagens políticos incumbidos de decidir, de tomar aquelas resoluções que devam ser adotadas em nome da soberania nacional.

Temos duas Casas onde essas decisões devem ser tomadas, possuímos dois gabinetes onde êsses assuntos devem ser tratados em caráter definitivo por alguém que esteja imbuído do senso de responsabilidade e da consciência da própria autoridade: um é o Gabinete do Presidente da República; outro o Gabinete do Ministro das Relações Exteriores.

O que tem ocorrido, entretanto, é uma confusão. E apresso-me em dizer que não tenho preocupações pessoais na crítica que faço. Estou sentindo a responsabilidade da emissão dêsse pensamento, que não é meu, dêsse pensamento que é coletivo da nossa bancada. Fui instruído para trazê-lo ao conhecimento da Nação. Conseqüentemente, no momento em que falo em nome de representantes de mais de 2 000 000 de votos brasileiros, não posso ter preocupações pessoais, devo falar como

quem está trazendo uma contribuição verdadeiramente oposicionista, a do desvendamento da verdade a da cauterização da crítica, da advertência quanto aos caminhos que, no nosso entender, devem ser trilhados pelo Govêrno da República."

Salientou ainda o Sr. Afonso Arinos que não houve o devido preparo para a recente visita do Sr. John Foster Dulles, Secretário de Estado dos Estados Unidos, criticando a dispersão das entrevistas com êle mantidas, o que atribuiu ao fato de que "dois ou talvez três grupos se disputam o privilégio de orientar intelectual e pòliticamente o Govêrno da República em matéria de política internacional." A respeito das relações entre a América Latina e os Estados Unidos disse êle:

"Sr. Presidente, sou daqueles que não se desconvenceram ainda de que os Estados Unidos devem mudar de orientação no que diz respeito à apreciação do desenvolvimento do Brasil e dos outros países da América Latina, quanto à sua industrialização e ao progresso das suas riquezas básicas. Porque as razões concedidas ou formuladas pelo Sr. Foster Dulles são razões que correspondem, não há dúvida, a uma unidade de pensamento filosófico e a uma visão coerente no panorama mundial. Mas os Estados Unidos são um País que se tem revelado ao mundo, em seus melhores momentos e em seus contornos mais favoráveis, precisamente pela capacidade de ajustar a sua filosofia política e a sua moral internacional à mutação sucessiva dos ambientes históricos.

Dizer-se que é da filosofia política americana o não atendimento das necessidades continentais em matéria, digamos, de petróleo, porque os Estados Unidos consideram que as inversões neste terreno devem ser de natureza particular, é posição que corresponde, como dizia há pouco, a uma coerência filosófica e de pensamento econômico.

Mas, Sr. Presidente, não devemos esquecer as linhas com que se cose a nossa realidade. Os Estados Unidos despendem por ano quase 90 vêzes, em despesas militares, daquilo que gastam em auxílios econômicos aos países que pretendem atender. Os estudos feitos pela ONU chegaram à conclusão de que o conjunto da ossatura democrática ocidental precisaria de uma inversão de cêrca de 11 bilhões de dólares por ano. Êsses 11 bilhões de dólares por ano correspondem a uma quantia ínfima, em relação às despesas militares efetuadas pelo Tesouro americano.

Dirão V. Exas. e dirão êles, com razão, e eu mesmo me digo a mim que essas despesas militares não são de iniciativa

dos Estados Unidos, mas formadas pela contingência internacional. É certo. Mas também deve haver um ponto em que se calcule, com evidente liberdade de risco ou de êrro, mas com grande possibilidade de acêrto, até que ponto o desenvolvimento dêsses países torna desnecessário o aumento das despesas militares. A verdade é que, se houvesse uma política diferente, no que toca às inversões maciças de caráter militar e ao melhor atendimento às despesas de desenvolvimento, esta filosofia política do Sr. Dulles pecaria pela base."

Discurso do Sr. Hugo Napoleão. No discurso que proferiu em defesa do Govêrno, o Sr. Hugo Napoleão também analisou a evolução da política pan-americana, quer em sua "fase de esperanças", quer pròpriamente na fase de estruturação jurídica, iniciada na Primeira Conferência Interamericana, de 1889. Destacou as duas constantes do pan-americanismo — o estabelecimento da convivência pacífica e a união para a defesa continental — sustentando que, em nossos dias, êle reclama novos meios de ação, como os que se relacionam com a superação do subdesenvolvimento, que é o objetivo colimado na Operação proposta pelo Govêrno brasileiro. A êsse propósito declarou:

"Deixando de lado as mencionadas explanações de ordem geral, sôbre as quais não há divergência, procurarei, na medida das minhas fôrças, refutar os ataques feitos ao Govêrno em tôrno da sua aludida iniciativa. Antes do mais, seja-me lícito, com as próprias palavras do eminente Presidente Juscelino Kubitschek, dar as razões da sua conduta em relação ao assunto: "Não se poderá, em conseqüência, prestar maior serviço ao ideal Pan-Americano do que o de tentar eliminar a sua grande chaga: — o Subdesenvolvimento. Não se trata de resolver uma simples situação econômica nem ùnicamente de colocar a questão em têrmos de reclamação de auxílios, a pretexto de uma determinada política para as zonas desamparada do continente. O que representa o estado de miséria e de ausência de um mínimo confôrto para sêres humanos não é um fenômeno apreciável sòmente em têrmos econômicos. Há uma definição política, e ética, também, para o subdesenvolvimento. Difícil é difundir o ideal democrático e proclamar a excelência da iniciativa privada no mundo, quando em nosso Hemisfério predominam condições econômico-sociais, reflexo do subdesenvolvimento, conducentes ao estatismo. E também não é justo nem concebível que nos intitulemos defensores e nos declaremos dispostos a lutar pela moral cristã: — se não fizermos um esfôrço no sentido de erradicar o sofrimento que pesa sôbre tantas vidas. Não creio

que haja alguma possibilidade de êxito em fundarmos uma sólida união, se diversos elos da cadeia continuarem tão desigualmente resistentes.

A luta contra o subdesenvolvimento, sem excluir a justiça e a lei moral, que condenam como impiedosos a coexistência da miséria e do excesso de riquezas, representa investimento a longo prazo, de rentabilidade segura, para a defesa das Américas. Consentir que se alastre o empobrecimento neste hemisfério é enfraquecer a causa ocidental. Não recuperar, para um nível de vida compatível com os foros da dignidade humana, criaturas que englobamos na denominação de povos irmãos — é semear males em terreno propício para as mais perigosas germinações.

Ninguém se iluda: é impossível empenharem-se numa mesma campanha, integrarem-se no mesmo combate, povos de condições de vida tão díspares e fazê-los adotar os mesmos valores, e experimentar as mesmas reações diante de certas ocorrências e doutrinas".

Estou convencido, Sr. Presidente, que essa iniciativa do Sr. Presidente Juscelino Kubitschek, alça a política externa do Brasil àquele ideal que para ela reclama o nobre Líder da Minoria. Na verdade, tudo quanto se pode desejar, como necessário à atuação do Brasil na vida internacional do Continente, está compreendido na iniciativa do Govêrno brasileiro: a luta contra o subdesenvolvimento econômico, o interêsse das Américas de se prepararem para a eventualidade de um conflito entre as duas fôrças, em que se divide o mundo, o sentimento cristão em face das fôrças materialistas, a necessidade de progresso dos povos, do Hemisfério, a clara concepção de defesa nacional, de necessidade da união efetiva dos povos americanos.

Ainda assim, essa iniciativa, que põe em relêvo um estado de fato que traduz o sentimento de todo o Continente foi considerada pelo nobre Líder como um *golpe internacional.* Golpe? Golpe, por quê? Golpe que visa o bem-estar, o desenvolvimento dos povos latino-americanos, de maneira a que, além de lhes propiciar paz social e alegria de viver, os habilite a cooperar com eficiência na defesa contra eventuais agressões ao continente! Tenho a impressão de que o meu nobre colega, desde a pregação da União Nacional, não se despregou da idéia do *golpe*. Mas, explica o nobre colega, golpe, porque além de visar sucesso pessoal, o Presidente, com sua iniciativa, visou também a obtenção de recursos de que necessita o seu govêrno

para consertar as suas finanças. Mas, Senhores é o próprio Presidente quem afirma: "Quanto à operação Pan-Americana em vista, desejo ressaltar o que já foi por todos compreendido: O Brasil pretende apenas colaborar na medida das suas fôrças para um entendimento geral e efetivo entre os países irmãos do Continente. Nada pleiteia para si, isoladamente, nem haverá, nas gestões específicas da operação iniciada cabimento para conversações bilaterais. Não há nesta comunidade das nações livres pretenção à *liderança que logre resultados fecundos e duradores"*.

Além dessa declaração expressa do Govêrno brasileiro, de não pretender confundir as suas relações com os Estados Unidos com os objetivos da Operação Pan-Americana, convém assinalar que a obtenção de recursos tem sido fruto da confiança que inspira o Govêrno brasileiro no cenário internacional, especialmente nos meios americanos. Assinale-se, ainda que os empréstimos agora obtidos pelo Govêrno brasileiro vinham sendo tratados, muito antes de se cogitar da Operação Pan-Americana.

A Operação Pan-Americana foi prèviamente estudada pelo Sr. Presidente da República e dela tomou conhecimento o ilustre Ministro Macedo Soares, a quem foi presente a carta do Presidente brasileiro ao Presidente americano, antes da sua remessa a êste. Prosseguirá o seu caminho sob as vistas do ilustre Sr. Negrão de Lima. Foi ela, como disse, iniciada com a carta do Presidente do Brasil ao Presidente dos Estados Unidos, levada a êste pelo nosso Embaixador em Washington, na qual o que se propôs, foi simplesmente, uma coordenação de esforços, uma colaboração fraternal entre nações que se olham em pé de igualdade, para a solução de um problema de interêsse comum."

NOTA DO GOVÊRNO BRASILEIRO

"O govêrno brasileiro tem a profunda convicção de que o movimento pan-americanista ora iniciado sòmente alcançará resultados tangíveis e concretos se contar com o decidido apoio de tôdas as Repúblicas americanas, mediante a mais ampla e irrestrita troca de pontos de vista sôbre assuntos de fundamental interêsse para a causa da fraternidade continental.

O govêrno brasileiro consulta agora os governos das Repúblicas irmãs do Hemisfério sôbre se estariam de acôrdo com que se efetuassem contactos informais e entendimentos preli-

minares em Washington, através das Missões diplomáticas acreditadas junto ao govêrno dos Estados Unidos da América, com vistas a um primeiro exame e análise do problema do subdesenvolvimento na América Latina. Êsses entendimentos em Washington, dos quais também participariam as Missões acreditadas junto à Organização dos Estados Americanos, poderiam eventualmente assumir uma forma e uma articulação mais coordenada se se constituísse um Comitê de 21, destinado a assentar as bases de acôrdo a serem consagradas em uma reunião final. A questão do nível, local e data de tal reunião sòmente seria definida e resolvida à luz dos progressos realizados no seio do referido Comitê de 21.

No incluso "aide-mémoire" sugere o Govêrno brasileiro que os primeiros contactos em Washington poderiam realizar-se na segunda quinzena de setembro ou na primeira quinzena de outubro, caso êsse prazo fôsse julgado adequado para o necessário e indispensável trabalho prévio de documentação e levantamento de problemas de desenvolvimento econômico. O govêrno brasileiro concebe a Operação Pan-Americana como um movimento de caráter multilateral e não apenas como um entrelaçamento ou justaposição de operações bilaterais. Por outro lado, o govêrno brasileiro é o primeiro a reconhecer que cada país americano apresenta características próprias e peculiaríssimas de que sòmente o govêrno, os estadistas e os técnicos dêsse mesmo país podem ajuizar com segurança e com autoridade. Ao mesmo tempo, será indispensável que cada República americana exponha o seu ponto de vista individual sôbre a maneira mais adequada e mais prática de consideração do problema multilateral.

Ao formular a presente proposta, o govêrno brasileiro exprime o seu firme pensamento de que a luta pela democracia no Hemisfério se confunde com a própria luta contra o subdesenvolvimento econômico. E essa luta não poderá ser levada a bom têrmo sem o esfôrço conjugado de tôdas as Repúblicas americanas, mediante a mais ampla utilização do sistema de consultas mútuas em tôrno de problemas que são comuns aos nossos povos e às nossas nacionalidades.

No "aide-mémoire" contém-se, outrossim, um anteprojeto de Agenda básica para os entendimentos informais de Washington. Essa Agenda seria modificada ou ampliada de acôrdo com os pontos de vista expressos pelas diferentes Repúblicas americanas e constitui tão-sòmente uma primeira tentativa para o ordenamento e bom encaminhamento dos trabalhos".

"AIDE-MÉMOIRE"

OPERAÇÃO PAN-AMERICANA

I. DEFINIÇÃO E OBJETIVOS

O Govêrno brasileiro considera necessária uma definição mais clara dos propósitos da Operação Pan-Americana, a fim de que não se desvirtue, nem perca o seu impacto, um movimento iniciado em hora justa e sob os melhores auspícios.

a) *Definição geral* — A Operação Pan-Americana não é uma ação delimitada no tempo, com objetivos a serem atingidos a prazo curto, mas uma reorientação da política continental, com o fim de colocar a América Latina, mediante um processo de valorização total, em condições de participar mais eficazmente na defesa do Ocidente, através de um sentido crescente de vitalidade e um maior desenvolvimento das suas possibilidades. A Operação Pan-Americana não é, assim, um simples programa, mas tôda uma política.

b) *Conceito político estratégico* — A Operação Pan-Americana deve ser compreendida como um corolário da estratégia geral do Ocidente, dentre cujos objetivos fundamentais sobressaem os seguintes: preservação do regime democrático, baseado na liberdade política e religiosa e no respeito à propriedade privada e à livre emprêsa; defesa de tôdas as áreas que interessam à segurança do mundo livre. Por causa da sua importância intrínseca, política, econômica, social, estratégica, e porque "uma ameaça à paz em qualquer parte do mundo é agora uma ameaça à paz do mundo inteiro", é oportuno rever, com o objetivo de fortificá-la, a contribuição do poderio do mundo livre que pode ser dada pelas nações signatárias do Tratado do Rio de Janeiro.

c) *Conceito econômico* — O desenvolvimento mais rápido do poder econômico da América Latina se traduzirá num sentido crescente de vitalidade e possibilitará o aumento da sua contribuição para a defesa do Ocidente.

II. CARACTERÍSTICAS

a) *Ação conjugada multilateral* — A Operação Pan-Americana é idealizada sob a forma de uma ação conjugada das vinte e uma Repúblicas do Continente, sendo imprescindível que conserve a sua índole nìtidamente multilateral. As questões de caráter bilateral prosseguirão pelas vias normalmente utilizadas, sem entrelaçamento com a referida Operação.

b) *Luta pela Democracia* — No quadro da Operação Pan-Americana, a luta pela Democracia identifica-se com a luta contra a estagnação e o subdesenvolvimento. O subdesenvolvimento reinante neste Hemisfério compromete moral e materialmente a causa que defendemos. Zonas subdesenvolvidas são zonas abertas à penetração da ideologia antidemocrática. A batalha do Ocidente é, sob muitos aspectos e em tôdas as suas implicações, a luta pelo desenvolvimento. As ideologias materialistas alimentam-se da penúria e da miséria de onde se originaram; o combate a estas constitui o único caminho seguro para o efetivo combate àquelas. Onde houver misérias, a nossa causa estará sempre em perigo. É ilusório esperar atuação convicta, em prol de uma causa que abrange aspectos tão complexos, de povos cujo exílio nos rigores do pauperismo os impede de pensar e sentir fora do âmbito restrito das suas prementes necessidades de sobrevivência.

c) *Participação da América Latina na política mundial* — Na conceituação brasileira, a Operação Pan-Americana traduz a necessidade de que os países latino-americanos participem e colaborem, de maneira mais viva e mais atuante na política internacional, e revela, por parte dêsses países, uma plena consciência da sua importância moral, política e demográfica. A contribuição da América Latina poderá assumir um valor muito significativo na conquista de um equilíbrio de fôrças.

III. A POLÍTICA OCIDENTAL NO APÓS-GUERRA

a) *Reorientação política interamericana* — O Govêrno brasileiro estima ter chegado o momento para uma revisão da política interamericana com vistas ao fortalecimento da unidade continental, diante do crescente perigo comum. Torna-se urgente, neste momento, uma iniciativa mais forte, mais corajosa, criadora e dinâmica no Hemisfério ocidental.

É imperativo tornar cada vez mais viva no Ocidente a consciência da sua missão no mundo moderno. Esta missão consiste precìpuamente em defender e aperfeiçoar as conquistas espirituais e morais do homem. São as fôrças espirituais e morais que devem orientar e ordenar um mundo aumentado e profundamente transformado pela técnica. Isto é o que importa ao Ocidente e é a sua própria Causa.

b) *Reorientação econômica do Pan-Americanismo* — O fenômeno do subdesenvolvimento obedece a razões numerosas e complexas. Não se poderia de boa-fé particularizar responsabilidades pela anemia crônica da América Latina e conseqüente enfraquecimento orgânico do pan-americanismo. Conquanto se entenda que a prioridade dos esforços pelo desenvolvimento econômico incumbe a cada um dos países em particular, agora está compreendido, melhor do que nunca, que deve haver cooperação em bases internacionais.

IV. PROCESSO DA OPERAÇÃO

a) *Preparo prévio* — O govêrno brasileiro deseja esclarecer que nunca estêve nas suas intenções e nos seus planos a realização de uma Conferência de chefes de Estado americanos, sem que a mesma fôsse precedida da mais cuidadosa preparação. Por outro lado, não se prende o govêrno brasileiro a quaisquer planos rígidos na execução da Operação em aprêço e julga que, sòmente após uma série de contatos e consultas recíprocas entre os países da nossa comunidade, será possível fixar definitivamente os melhores métodos para atingir o objetivo comum.

b) *Sondagem preliminares* — O govêrno brasileiro estaria disposto a tomar, desde já, a seu cargo, a realização de sondagens diplomáticas para a elaboração de uma agenda básica, bem como para apurar se os governos americanos concordariam com a idéia de se efetuarem em Washington, através das Embaixadas acreditadas junto ao govêrno dos Estados Unidos, os entendimentos informais e as negociações preliminares.

c) *Início da operação* — Os trabalhos preparatórios poderiam realizar-se em nível diplomático ou técnico, ficando também prevista a conveniência da participação de membros das Delegações acreditadas junto à Organização dos Estados Americanos. Êsses entendimentos informais assumiriam aspecto mais definido e com melhor articulação se fôsse criado um *Comitê de 21*. Não deseja o Brasil propor nenhuma data, o que não o impede,

porém, de declarar que estaria pronto a iniciar a sua colaboração no referido Comitê, na segunda quinzena de setembro.

d) *Reunião de alto nível* — Uma vez assentadas as bases de um acôrdo e concertados resultados significativos que pudessem ser considerados como um progresso substancial, seria então examinada, através dos competentes órgãos da Organização dos Estados Americanos, a idéia de uma reunião de alto nível entre as Repúblicas do Hemisfério, para aprovar e firmar o conjunto de Resoluções e Proclamações que viessem a constituir os planos de batalha pela unidade pan-americana, nos quais se inclui com grande relêvo, a elaboração de um programa dinâmico e progressivo, visando à luta contra o subdesenvolvimento, o que constituiria o coroamento da Operação Pan-Americana.

V. OBJETIVOS BÁSICOS DA OPERAÇÃO

Poderão constituir objetivos básicos da operação os seguintes pontos:

1 — Reafirmação dos princípios da solidariedade continental.

2 — Definição do subdesenvolvimento como um problema de interêsse comum.

3 — Adaptação de órgãos e agências interamericanos, se necessário, às exigências de um maior dinamismo que promoverá a luta contra o subdesenvolvimento.

4 — Assistência técnica objetivando a melhoria da produtividade.

5 — Medidas para estabilizar o mercado de produtos básicos.

6 — Atualização e ampliação dos recursos dos organismos financeiros internacionais.

7 — Reafirmação da iniciativa privada na luta pelo desenvolvimento.

8 — Revisão, onde fôr necessária, da parte de cada país, da política fiscal e econômica, com o objetivo de assegurar medidas que promovam o desenvolvimento econômico.

VI — AGENDA PARA AS REUNIÕES PREPARATÓRIAS

Em anexo ao presente documento, figuram, a título exemplificativo, alguns temas que poderiam ser analisados nas sondagens, consultas e reuniões preparatórias.

Deve ser aproveitada, no máximo do seu rendimento, a contribuição dos órgãos internacionais de pesquisa ligados à economia latino-americana (Conselho Interamericano Econômico e Social, e Comissão Econômica para a América Latina), como também as agências e organizações privadas que estejam em posição de efetuar contribuições técnicas apreciáveis.

ANEXO

TEMAS A QUE SE REFERE O CAPÍTULO VI DO "AIDE-MÉMOIRE"

1 — Estudo e adoção de medidas que favoreçam a aplicação do capital privado dos países industrializados em áreas subdesenvolvidas ou semidesenvolvidas; e mobilização e utilização mais efetiva do capital privado disponível para as economias subdesenvolvidas;

2 — Aumento de volume e facilitação das condições dos empréstimos das entidades internacionais de crédito público, ou criação, no plano interamericano, de órgãos de financiamento, visando ao mesmo objetivo;

3 — Estudo e execução de outras medidas tendentes a fortalecer as economias internas, principalmente pelo combate à inflação, o estímulo à poupança e aos investimentos;

4 — Estudo e execução de medidas que permitam disciplinar equitativamente o mercado dos produtos de base;

5 — Estudo das medidas conjuntas a serem adotadas para enfrentar os problemas suscitados pela formação de grandes blocos econômicos, tais como o do chamado "mercado comum europeu"; estudos e medidas conducentes ao estabelecimento de mercados regionais no Continente;

6 — Ampliação e diversificação dos programas de assistência técnica, com a utilização de todos os recursos disponíveis nesse campo.

Rio de Janeiro, 9 de agôsto de 1958.

COMUNICADO CONJUNTO DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DAS REPÚBLICAS AMERICANAS

"Os Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas da América reuniram-se nesta capital, a convite do Secretário de Estado dos Estados Unidos, em 23 e 24 de setembro corrente,

de modo informal, e discutiram os assuntos de relevante atualidade, que lhes interessa em comum, em três sessões. Os Ministros das Relações Exteriores trocaram impressões no que concerne às relações e problemas interamericanos, especialmente quanto aos assuntos de caráter econômico, tendo também procedido ao exame do panorama internacional".

"Reconhecem os Ministros que na história do mundo a solidariedade dos Estados Americanos tem tido grande importância e que no atual momento adquire especial significação. Por isso mesmo, reafirmam essa solidariedade, que é fundada nos princípios da Carta da Organização. No atual período de evolutiva transformação da estrutura política, econômica e social da Comunidade, é requerida a renovada consagração aos ideais interamericanos de independência, impondo a reafirmação da fé que têm as nações americanas em sua capacidade de atuar com dinamismo para a realização dêsses supremos ideais".

"Confiam os ministros em que o intercâmbio de opiniões e das conversações informais, entre si, será proveitoso. Estão igualmente concordes quanto a propor aos seus respectivos governos sejam dadas instruções aos seus representantes no Conselho da Organização dos Estados Americanos, para que estudem a conveniência de ser promovida a celebração mais freqüente de idênticas reuniões informais, de ministros das Relações Exteriores e de outros altos representantes dos governos".

"Consideram os ministros que, em consonância com as aspirações e exigências dos povos da América, manifestadas em reiteradas oportunidades, é indispensável seja intensificada a ação para promover o maior desenvolvimento econômico do Continente. Estão os ministros convencidos de que um esfôrço conjunto, harmônica e cuidadosamente preparado para essa finalidade, contribuirá poderosamente para o fortalecimento da solidariedade do Hemisfério e para o bem-estar do homem americano".

"Reconhecem os chanceleres americanos, com profunda satisfação, a afirmação que lhe fêz o Presidente Eisenhower, no sentido de que o govêrno dos Estados Unidos está disposto a prestar a sua mais decidida cooperação para conseguir resultados concretos, no esfôrço comum para fomentar o desenvolvimento econômico dos países americanos, pois considera que a paz, a prosperidade e a segurança são amplamente indivisíveis".

"Consideram que é êste o mais oportuno momento para ser examinada e revigorada a cooperação interamericana, no campo econômico, segundo foi sugerido pelo Presidente Kubitschek e

de conformidade com as iniciativas de vários governos americanos. Sugerem os ministros que no próximo período, antes da Undécima Conferência Interamericana, se dê especial atenção à formulação de novas medidas de cooperação econômica, tomando-se como ponto de partida os seis temas propostos pelo Govêrno do Brasil, em seu memorando de 9 de agôsto de 1958, concernente à iniciativa apresentada sob a denominação de "Operação Pan-Americana", as quais, com outros temas específicos, que os demais governos das Repúblicas do Continente desejam manter em relação com o referido tema geral, estão ligadas com o fomento do desenvolvimento econômico e com o seguinte tema, proposto pelo ministro argentino das Relações Exteriores: elaboração e desenvolvimento imediato de amplo programa continental de formação de técnicos, para o desenvolvimento econômico, principalmente em engenharia, agronomia, engenharia industrial, economia, administração pública e administração de negócios".

"Com êste propósito, e para facilitar outras consultas extra-oficiais, opinam os ministros seria conveniente que o Conselho da Organização dos Estados Americanos estabeleça uma comissão especial, do Conselho, na qual estariam representados os governos das vinte e uma Repúblicas Americanas. À medida que essa comissão chegue a conclusões sôbre as providências que possam ser tomadas, deverá apresentar as suas informações ao Conselho da Organização. Então, poderá ser empreendida a ação necessária, para se pôr em execução tais projetos, ou medidas, por meio dos órgãos da Organização, ou diretamente pelos Governos, segundo se considere mais apropriado".

"Além disso, opinam os ministros sejam por ora tomadas medidas práticas, a respeito de alguns projetos específicos, como sejam:

1) — o estabelecimento de uma instituição interamericana, de fomento econômico, da qual participarão todos os países interamericanos. Para isso, convirá que o Conselho Interamericano Econômico e Social convoque o mais breve possível uma comissão especializada, de representantes governamentais, segundo foi recomendado na resolução dezoito da Conferência Econômica de Buenos Aires. Conviria que essa comissão se reunisse em sessão permanente, até terminar a redação do projeto dos artigos do Convênio, para a instituição que se propõe, convênio que será firmado mais tarde";

2) — Intensificação dos esforços para estabelecer mercados regionais na América Latina. É de desejar que os governos e as organizações internacionais, diretamente interessados, princi-

palmente a Organização dos Estados Americanos, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e a Organização dos Estados Centro-Americanos apressem seus estudos e medidas concretas, encaminhados para o estabelecimento de mercados regionais na América Central e na América do Sul. Sugerem os ministros que, o mais tardar na XI Conferência Interamericana, seja apresentada informação aos membros da Organização dos Estados Americanos, sôbre o progresso realizado nesse importante projeto. Em relação com êste assunto, registram os ministros que o Govêrno dos Estados Unidos fêz saber que está preparado para ajudar econômicamente a estabelecer indústrias solventes, por meio dos organismos apropriados, em têrmos convenientes, com o fim de estimular a realização das vantagens dos mercados regionais, mediante a inversão de capital público e privado".

"Reiteram os ministros a sua constante preocupação quanto aos problemas dos mercados dos produtos básicos. Estão de acôrdo em que a estrutura econômica da maioria das Repúblicas americanas exige que se procure soluções, de modo urgente, para êsses problemas, para o que devem ser realizadas consultas, tanto entre os Estados interessados, da Organização dos Estados Americanos, sôbre bases bilaterais e multilaterais, como também com os países produtores e consumidores, de outras áreas geográficas".

"Terminando êste comunicado, expressam os ministros que prevaleceu nesta reunião uma atmosfera de franqueza, sinceridade e compreensão, o que contribuiu para estabelecer um sentimento de confiança no sentido do bom prosseguimento das importantes tarefas que neste momento se iniciam".

DECLARAÇÃO DO MINISTRO NEGRÃO DE LIMA

"Regresso ao Brasil com a certeza de não ter negligenciado nenhuma providência que se fizesse necessária para o êxito completo da Operação Pan-Americana, idealizada pelo Presidente Juscelino Kubitschek. A missão foi cumprida com atenção desvelada. Encontrei da parte dos vinte Ministros dirigentes da política exterior das Repúblicas americanas a melhor boa vontade e espírito de cooperação. As divergências porventura existentes no comêço das conversações foram completamente desfeitas nas reuniões históricas que consagraram o grande acontecimento diplomático.

Mesmo assim, o trabalho empreendido foi árduo, principalmente tendo em vista a originalidade da política empreendida que fugiu a todos os modos conhecidos no nosso Continente. Pode dizer-se que vinte e um Representantes das Nações livres dêste hemisfério prometeram iniciar, de maneira prática, usando para isto todos os recursos possíveis, uma guerra ao subdesenvolvimento. As propostas básicas brasileiras, que identificam a luta contra o subdesenvolvimento como uma medida de segurança continental foram expressamente aceitas por todos os países membros da comunidade americana.

Ouviram-se, durante as reuniões realizadas no Departamento de Estado, as vozes dos Chanceleres de tôdas as Repúblicas amigas — quero registrar que nenhuma delas ocultou o que tinha a dizer. Um desejo vivo de sinceridade, e de que não se excluíram jamais serenidade e prudência, presidiu a tôdas as fases do encontro. Conforme é do conhecimento público, foi reconhecida a oportunidade e necessidade da iniciativa do Presidente Kubitschek. Os pontos constantes do "aide-mémoire" brasileiro foram integralmente aceitos. Aliás, como medida inicial, criou-se a Comissão Especial dos 21 que deverá tornar efetiva a Operação. Essa Comissão será integrada por altas personalidades e nela colaborarão técnicos categorizados. Adianto ao Brasil que a intenção de todos, a começar pelo Presidente dos Estados Unidos da América, incluindo o Secretário de Estado Foster Dulles, e todos os Chanceleres, é de conduzir de maneira rápida e extremamente prática os trabalhos que darão nascimento ao que ousamos denominar uma nova era para o nosso Continente.

Posso garantir ao povo do meu País que não se planejou em vão, que não se agiu em vão. Deus querendo, os atos positivos corresponderão aos planos. De certa forma, encerrou-se com êxito a fase exclusivamente diplomática da Operação — êxito que pertence coletivamente aos vinte e um países dêste Continente. Caberá, agora, aos órgãos específicos dos diferentes países, inclusive o Itamarati, prosseguir o esfôrço, ainda na fase de planejamento, e transformar em programa positivo a luta contra o subdesenvolvimento. Quero declarar, por conseguinte, que estamos ainda longe dos objetivos colimados, mas já se descortina alguma coisa adiante — o cerrado nevoeiro, que impedia que os países americanos se vissem uns aos outros, parece ter-se desfeito.

Temos a impressão de que os nossos amigos dos Estados Unidos da América estão capacitados, e de que a América Latina

adquiriu receptividade, para um entendimento sólido e durável. Êsse entendimento consagrará uma situação dentro da qual a América Latina, atenta e alerta, consciente também da necessidade de cada vez mais se afirmar, ocupará a posição de maior importância a que já tinha direito.

O Sr. John Foster Dulles presidiu às reuniões de Washington com a maior dignidade, muito se devendo a êle o êxito da Conferência. Predominou, como já disse, uma atmosfera de absoluta franqueza e lealdade. Os problemas continentais passaram por uma revisão lúcida, exprimindo-se todos os Chanceleres sem reticências ou subterfúgios. Não se falou em culpas, omissões ou erros, que de fato inexistem. Falou-se, sim, na necessidade evidente de que o pan-americanismo, que tão belos resultados já produziu nos aspectos político e jurídico, passe agora a uma fase mais dinâmica no campo econômico.

Quando dizemos que, com a Conferência de Washington, se abre uma nova era nas relações intercontinentais, é com êsse sentido que nos expressamos e com êle estão de acôrdo tôdas as Repúblicas americanas. Nas reuniões procuramos lançar a barra mais longe, no futuro, sem nos preocuparmos com o passado".

VISITA DO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Na primeira quinzena de agôsto do corrente ano, o Brasil recebeu a visita oficial do Sr. John Foster Dulles, Secretário de Estado dos Estados Unidos da América. O ilustre visitante chegou ao Rio de Janeiro na tarde do dia 4. No dia 6 viajou a Brasília, de onde regressou diretamente a Washington.

Durante a sua permanência no nosso país, o Secretário de Estado manteve entendimentos com o Presidente da República e membros do Govêrno, tanto sôbre a política pan-americana em geral, quanto, em particular, sôbre vários problemas pertinentes às relações entre o Brasil e os Estados Unidos.

Da importância dêsse acontecimento diplomático, de larga repercussão em todo o Continente, dizem os documentos a seguir transcritos: discursos pronunciados no banquete oferecido no Palácio Itamarati, pelo Ministro Negrão de Lima; discurso do Presidente Juscelino Kubitschek, no jantar de despedida que ofereceu no Palácio da Alvorada; "Declaração de Brasília";

comunicado do Ministério das Relações Exteriores sôbre os assuntos tratados nos entendimentos havidos entre o Secretário de Estado e as autoridades brasileiras.

DISCURSO DO MINISTRO NEGRÃO DE LIMA NO ITAMARATI

"Coincide a viagem de Vossa Excelência a êste País com uma hora sumamente perigosa para a política internacional. Somos, por isso, particularmente sensíveis a que Vossa Excelência tenha encontrado tempo disponível, entre tantos e tão graves quefazeres que reclamam a sua atenção contínua, para vir conhecer o Brasil e entrar em contato direto com o seu Govêrno e o seu povo.

Seria insincero se eu não dissesse que Vossa Excelência fêz bem em escolher êste momento para uma aproximação mais íntima conosco. É que já estava tardando, Senhor Secretário de Estado, um encontro entre nós, uma conversa amiga em que pudéssemos rever alguns problemas de importância vital e de palpitante atualidade para a fomação de um entendimento renovado e mais amplo entre os nossos Países. A amizade entre os Estados Unidos e o Brasil não é uma improvisação para efeitos imediatos. Ela vem de longe, tem raízes sólidas e profundas. Os nossos Países, não só pertencem à mesma família continental, mas também à mesma geração. Como entre os homens, há igualmente uma solidariedade quase que natural entre os países que nasceram na mesma época. No caso especial das nossas pátrias, Senhor Foster Dulles, a vinculação já se tornou histórica, tamanhas provas de compreensão se deram recìprocamente os Estados Unidos da América e os Estados Unidos do Brasil. Importa, pois, que continuemos a cultivar, a vigiar e a manter acesa a estima que sempre nos ligou. A amizade precisa ser alimentada, porque é algo de vivo e, como tal, sujeita aos perigos dos equívocos. A visita de Vossa Excelência é um ato de amigo e uma demonstração de aprêço e cuidado para com um patrimônio constituído por inúmeros pioneiros do nosso entendimento mútuo.

Chega Vossa Excelência a êste País irmão numa hora em que a América Latina começa a dar provas de que desperta realmente, de que deseja acelerar o seu progresso, e de que, mais do que nunca, se preocupa em face da existência, em territórios dêste novo mundo, de extensas zonas subdesenvolvidas.

Ainda há pouco, o Presidente da República, Senhor Juscelino Kubitschek, chamava a atenção para o perigo que representam, em relação à própria causa do Ocidente que todos nós integramos, êsses núcleos de pauperismo extremo, nos quais a mais falaz ilusão pode transformar-se em esperança incendiária.

Se há necessidade de sacrifícios para a proteção de um estilo de vida e daqueles princípios que mais prezamos, como será possível recorrer aos que só conhecem o lado negativo e desesperado da vida? Quero externar diretamente a Vossa Excelência o que já está na consciência de todos os povos da nossa comunidade: as zonas subdesenvolvidas são zonas potencialmente ocupadas pelo inimigo, por fôrças que trabalham contra a paz. O problema não é apenas de solidariedade humana, é também de estratégia. A guerra pela causa do Ocidente tem que ser colocada em têrmos de criação de riqueza e de fortalecimento dos povos identificados pelas mesmas idéias. Não compreender isso importa em servir aos outros, aos que desdenham o que nos é essencial, ou seja, o direito de sermos livres. Ao fazer tal afirmação, quero tão sòmente traduzir uma realidade e apresentar a Vossa Excelência sinceramente o que se está passando na latinidade americana.

Não posso, contudo, deixar em silêncio tudo o que a Liberdade, a Democracia e o Ser Humano devem à pátria de Vossa Excelência. Por certo não estaríamos aqui a dizer livremente tudo quanto julgamos necessário, se os Estados Unidos não se tivessem devotado à luta contra a tirania com decisão inflexível, generosidade e idealismo sem par. Essa devoção não consistiu apenas em transformar o seu poderio para fins pacíficos em poderio bélico, mas na imolação heróica da sua mocidade, a cuja memória os homens livres são eternos devedores de reconhecimento. É exatamente para poupar novas vidas que temos de nos tornar fortes.

Saudando Vossa Excelência, não quero perder a oportunidade de manifestar o respeito que nos inspira uma personalidade tão marcante como a sua, Senhor Secretário de Estado, que vive corajosa e nobremente as suas convicções e as suas idéias, assumindo, diante da História, o papel de um dos principais responsáveis pela preservação da paz e pela defesa da causa de tôdas as nações que são e se querem conservar independentes e habitadas por homens livres".

RESPOSTA DO SECRETÁRIO FOSTER DULLES

"Sinto-me honrado de ser vosso hóspede neste nobre Palácio do Itamarati, com as suas tradições de grandes feitos. É um privilégio para mim participar da sua atmosfera de hospitalidade sinceridade e dignidade. Sou grato também pelas vossas boas e convincentes palavras.

Recebi com prazer e agradeço profundamente o que dissestes sôbre os meus esforços para construir um mundo de Paz e Justiça.

Asseguro-vos que os Estados Unidos estão decididos a desempenhar integralmente o seu papel nas grandes tarefas internacionais que se apresentam diante de nós. Esta é a decisão nacional, bipartidária, do nosso povo.

No que me diz respeito pessoalmente, a ambição de tôda a minha vida tem sido poder contribuir para uma paz justa e duradoura. Espero ser merecedor do que tão gentilmente acabais de dizer.

Êste é, realmente, um momento dos mais oportunos para as nossas duas nações reafirmarem a sua tradicional amizade e discutirem a maneira pela qual podemos servir melhor às necessidades dos nossos povos e de tôda a humanidade. A situação internacional é crítica. As fôrças atéias, materialistas e agressivas que poderiam dominar todo o mundo falam audaciosamente. Elas sugerem que qualquer esfôrço para fazê-las parar significará guerra nuclear.

Nós não acreditamos, realmente, que elas desejem a guerra ou que recorram à guerra. Nenhum povo sensato deseja a guerra. A guerra significaria para todos um desastre inenarrável. A questão é saber se as suas ameaças causarão o nosso enfraquecimento e nos farão ceder, e, portanto, sacrificarão a independência genuína de nação após nação.

Êste não é o caminho da paz. Êste é o caminho da guerra.

É um assunto que interessa a todos nós. E, no entanto, como observais, há tantas questões que reclamam o meu tempo que achei não poder empregar melhor êstes dias do que vir aqui e conversar sôbre os nossos problemas nesta atmosfera tão propícia a um pensamento esclarecido.

Sempre tive na mais alta conta a contribuição das Repúblicas Latino-Americanas para a solução de problemas internacionais e para o progresso do Direito Internacional. Acredito que estejamos atravessando novamente um período no qual podemos

esperar confiantemente outra importante contribuição. É na procura desta contribuição que me encontro aqui. E já posso dizer que a minha busca não foi em vão.

Vossa Excelência empregou uma frase impressionante quando afirmou que "as zonas subdesenvolvidas são em potencial as zonas ocupadas pelo inimigo".

Isso é verídico. Na verdade, poderia ir ainda mais longe. Constatamos que o inimigo ameaça e ocupou, igualmente, zonas desenvolvidas e subdesenvolvidas.

A realidade é que o inimigo age sempre e em tôda parte. Não há uma defesa unitária. Deve haver a todo tempo e em tôda parte a mais estrita vigilância.

Creio, contudo que o mais importante, para todos os povos do Mundo Livre, é aperceberem-se de que vivem em uma sociedade dinâmica, uma sociedade que avança, e aperceberem-se de que o futuro encerra uma nova oportunidade para todos. Também devem entender que essa oportunidade está reservada aos homens e mulheres livres, homens e mulheres que têm o direito de escolha sôbre o que pensarão, sôbre o que farão e sôbre as coisas em que querem acreditar. Homens e mulheres que não lutam e labutam por seus próprios interêsses, ou os do seu Estado, mas em favor da fraternidade mundial.

De fato, enfrentamos um futuro de imenso e estimulante desafio. Aqui, na terra, duas grandes áreas geladas e proibidas — o Ártico e o Antártico — sùbitamente se abrem como novas áreas para o esfôrço humano produtivo. O novo poder do átomo transformará o mecanismo da vida humana. E agora se abre sôbre nós a vasta possibilidade de explorar e desenvolver os espaços siderais. Dentro de cada um dos nossos países, novos aperfeiçoamentos da ciência, das pesquisas e das comunicações revelam novas perspectivas que desafia os esforços humanos. Em parte alguma isto é mais verdadeiro do que nesta grande Nação brasileira.

O essencial não é saber como impedir o comunismo de alterar o *status quo*, mas saber como nós alteraremos o *status quo*, a fim de que possamos tornar o futuro mais estimulante e mais produtivo no interêsse do bem-estar humano — um bem-estar, é preciso lembrar-se, que não deve ser encontrado só em têrmos materiais, mas isto sim, em têrmos espirituais. É neste último campo que os ateus e materialistas fracassam. Podemos estar certos de que o futuro pertence aos homens livres.

Sinto-me feliz, Senhor Ministro, por ter vindo a êste País do futuro colhêr novas inspirações nos vossos sonhos e na vossa

decisão de trabalhar e enfrentar sacrifícios para que êsses sonhos se tornem realidade. Queremos participar de tudo isto, porque é de nossa tradição trabalhar em comum.

Caminhemos lado a lado, movidos pelo espírito de empreendimento e pela coragem dos que não temem a coisa alguma, senão a Deus."

DISCURSO DO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK EM BRASÍLIA

"Não poderia deixar passar êste ensejo sem dizer algumas palavras num instante que considero histórico para as relações de tôda a América. A hora é realmente propícia. Aqui se encontram, não sòmente o nosso hóspede de honra, o Secretário de Estado Sr. Foster Dulles e numerosos elementos da mais alta categoria do Departamento que dirige a política exterior dos Estados Unidos, mas também os embaixadores dos países que compõem a comunidade latino-americana. O cenário é emocionante e, mesmo para mim, que a êle já estou habituado, surpreendente: esta cidade, que mal principia a existir, que não é ainda uma cidade, é já uma esperança e, mais do que isso, uma síntese do esfôrço decidido de integrar-se o Brasil no seu destino de grande Nação. De um lado e de outro, a vastidão que se vai desbravando — uma extensão ainda virgem, e êsse primeiro núcleo humano, êste esfôrço contra a solidão, êste toque de alvorada de um Brasil que não faltará ao seu dever indeclinável de ocupar e utilizar todo o seu território. Aqui está Brasília com as suas primeiras realizações arquitetônicas feitas para durar, aqui estão, vivificadas por um desejo obstinado e altivo, as elevadas ambições de todo um povo.

Diante de tantos homens ilustres, representantes dos países irmãos dêste mundo novo, não me seria possível calar a alegria, o entusiasmo, a fé que me animam. É que às opiniões dos Chefes de Estado dos países latino-americanos, com quem tive a honra de me comunicar se acrescenta agora o fato de têrmos chegado a conclusões idênticas com o responsável direto pela política exterior dos Estados Unidos, a respeito de uma reformulação do pan-americanismo, uma política nova e criadora para a defesa dos princípios de liberdade e de justiça, de independência das Nações e de respeito à lei moral, aos valores do espírito, ao patrimônio de cultura — de tudo, enfim, o que denominamos a causa do Ocidente.

Reunidos aqui nesta hora, é-me lícito proclamar que um trabalho árduo, mas fecundo, começa a ser ordenado. A Operação Pan-Americana obedece a um princípio de igualdade e colaboração mútua entre os povos dêste Hemisfério, e tomará a forma que lhe derem os países nela integrados.

Como já disse, desde o primeiro dia em que começou a tomar figura esta iniciativa, não pode haver, da parte dos que vão executá-la, senão o desejo ardente de servir àquilo que nos é mais precioso: a eminente dignidade do homem.

Considero vitoriosa, desde já, a Operação Pan-Americana de antes mesmo que tenhamos atingido um estágio mais avançado nas negociações que concretizarão os seus objetivos. E porque me antecipo em adiantar essa afirmação? Não poderá haver uma resposta mais pertinente e mais sincera à pergunta que eu próprio formulo do que esta: A minha certeza nasce da fé na magnitude, no desinterêsse, na beleza dêste movimento. A minha convicção decorre da pureza das intenções que nos movem a todos, da conveniência da hora escolhida e da atitude da idéia-sentimento que deu origem a esta cruzada.

Digo e repito que não pertencerá a nenhum de nós em particular a glória do que se vai realizar. Vamos apenas colhêr o fruto amadurecido da nossa consciência continental. É tôda a América que já passou a saber o que deseja. E o que sabem em verdade os povos dêste continente? Sabem que desejam ser livres e querem ser respeitados. Sabem que precisam unir-se, mas que, para se unirem, necessitam de pôr um paradeiro, de imediato, ao crescente desnível de condições de vida reinante entre membros de uma só família.

Nós nos opomos a uma concepção puramente materialista da vida, e não ignoramos que a coexistência da miséria e da riqueza excessiva também faz surgir um problema ético. Ninguém, melhor que os Estados Unidos, reconhece que a terra propícia para a germinação das idéias cuja vitória importaria no fim de tudo quanto reclamamos para a nossa vida, é o pauperismo que devora os sêres, que os priva de qualquer esperança, que os degrada da própria condição insigne a que pertencem. É para servir à causa do homem, é para honrar a nossa espécie, é para fortificar o sistema de defesa da Democracia, que propusemos, inspirados nas continuadas campanhas apostolares dos grandes vultos do pan-americanismo, que a luta pelo desenvolvimento, onde quer que ela se travasse, fôsse a nossa bandeira, o ponto exato da nossa atividade.

Somos pela paz, e é pela paz que vamos agir. Não podemos consentir que sufoquem a nossa causa, que é a da Paz, a da Justiça, a da Liberdade.

Quero valer-me dêste momento para despedir-me do Secretário de Estado Sr. John Foster Dulles, que regressa, dentro de pouco, ao seu país. Tivemos horas fecundas, e é do meu dever declarar que encontrei da parte dêsse homem universal com quem tão intensamente tratei vários problemas, boa acolhida para as idéias mais arrojadas. Estamos diante de um bravo e rijo lutador, de alguém provado em muitas pugnas, de um trabalhador que não tem esmorecido na defesa das suas idéias. Homem que não se poupa, que não economiza as suas fôrças; capaz de aplicar-se incansàvelmente às mais árduas tarefas e também capaz da delicadeza de plantar uma árvore graciosa nesta cidade que amanhece. Algumas vêzes não tem sido compreendido: posso dizer aqui que nos compreendemos bem.

Antes de encerrar estas palavras, peço ao Sr. Foster Dulles que transmita ao Presidente norte-americano, General Dwight Eisenhower — bem como peço aos Sr. Embaixadores que também o façam aos Presidentes dos seus países — a expressão da cordialidade do Brasil para com tôdas as nações dêste lado do mundo e a certeza de que se abre uma nova era nas nossas relações, sob o signo da mais lúcida esperança.

Que Deus vele sôbre a tarefa a que nos estamos devotando."

DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA

"Por ocasião da sua visita ao Brasil, nos dias 4 e 5 de agôsto, o Secretário de Estado John Foster Dulles foi recebido pelo Presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira, e pelo Ministro das Relações Exteriores, Francisco Negrão de Lima. Mantiveram-se extensos entendimentos, com trocas de opiniões sôbre a situação internacional e os problemas relacionados com o movimento pela unidade do Hemisfério, denominado pelo Presidente Kubitschek de "Operação Pan-Americana". No término das francas e cordiais conversações, dentro das linhas gerais das manifestações de pontos de vista que ora se efetuam entre as Repúblicas Americanas, os dois governos:

1. Reafirmam a sua determinação de cumprir tôdas as obrigações assumidas na Carta da Organização dos Estados Americanos, e enfàticamente declaram que as cartas do Presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira, e do Presidente dos

Estados Unidos, Dwight D. Eisenhower, foram extremamente oportunas e úteis, pois advogam a reformulação dos ideais pan-americanos, com a finalidade de fortalecer a unidade continental e preservar a paz.

2. Declaram que, estão de inteiro acôrdo em procurar uma formulação política destinada não sòmente a reforçar a defesa dos valores da civilização ocidental, mas também imprimir um impulso mais criador para as atingir a tal objetivo.

3. Concordam que a América Latina tem um papel importante a desempenhar entre as nações do mundo. É altamente desejável que a América Latina tenha participação ainda mais ativa na formulação das linhas fundamentais da política internacional que orientam o mundo livre.

4. Reiteram a sua convicção de que o fortalecimento da comunidade americana requer, entre outras medidas, esforços dinâmicos para vencer os problemas do subdesenvolvimento. Acreditam que êsse princípio — luta por maior desenvolvimento, que é inseparável da segurança coletiva do Hemisfério — será apoiado por todo o Continente.

5. Reafirmam que se tornou necessário lutar decididamente pelos princípios religiosos e democráticos, pelo direito à liberdade das nações e pelo respeito à dignidade individual do homem, valores êsses que integram o patrimônio da civilização e da cultura ocidental, formadores do espírito e da alma das Américas, que são desafiadas pelo credo do comunismo ateu. Nesse sentido, seriam tomadas, com urgência, providências que garantissem, de forma efetiva, a defesa dêsses objetivos.

6. Reafirmam, assim, os seus propósitos de continuar numa linha de maiores contactos e consultas, já com êxito iniciada, com as outras Repúblicas Americanas. Dessa maneira as Repúblicas Americanas estarão melhor habilitadas a alcançar o seu objetivo comum: um esfôrço coordenado e harmônico para desenvolver as economias dos países do Hemisfério.

7. Concordam em que chegou a hora de se organizarem as Repúblicas Americanas a fim de que se encontrem não apenas para tratar dos problemas de urgência imediata, mas para discutir, em bases regulares, todos e quaisquer problemas de interêsse mútuo, tendo em vista as suas responsabilidades comuns, quando a paz e a liberdade estiverem ameaçadas. Com essa finalidade ficou acordado que ambos os governos sugeririam às outras Repúblicas Americanas que os seus Chanceleres se encontrem, periòdicamente, dentro dos quadros da Organização dos Estados Americanos.

8. Concordam em que as consultas entre os seus dois países deverão prosseguir.

9. Pormenores dessas conversações serão prontamente comunicados às outras Repúblicas Americanas.

Brasília, em 6 de agôsto de 1958."

COMUNICADO OFICIAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

"Além das dissoluções sôbre a situação internacional e sôbre a unidade interamericana, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador F. Negrão de Lima, o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, Sr. Lucas Lopes, e o Secretário de Estado John Foster Dulles, acompanhados de membros dos seus respectivos Ministérios debateram problemas de âmbito bilateral.

Foi registrada satisfação pelo fato de que as medidas governamentais em curso no Brasil para promover o equilíbrio financeiro, assistidas pelo resultado das negociações mantidas com os organismos competentes em Washington, o Fundo Monetário Internacional, o Eximbank e os Bancos privados americanos, permitem ao Govêrno brasileiro prosseguir os seus esforços para promover o desenvolvimento econômico com equilíbrio.

Ambos os grupos reexaminaram a situação do café e as providências já tomadas no sentido de se atingir a um melhor entendimento geral do assunto e no sentido de se obter maior estabilidade para o mercado de café. Ficou acordado que se continuaria a apoiar o Grupo de Estudos do Café, no qual estão representados produtores e consumidores. Foi amplamente reconhecida a valiosa participação dos representantes dos Estados Unidos da América nos debates do Grupo Especial. Essa participação representa um reconhecimento formal, por parte do Govêrno dos Estados Unidos da América, da importância vital do café para a economia de muitos países produtores e da necessidade de ser o problema tratado em âmbito internacional. Acreditam ambos os grupos que os contactos aqui renovados, representam uma importante contribuição para a obtenção de soluções urgentes e ordenadas para o sério problema que afeta a economia brasileira, como resultado do desequilíbrio entre a oferta e a procura do café.

Foram também examinados pelos dois grupos os esforços feitos pelo Brasil para incrementar a sua produção de petróleo, bem como os aspectos do problema que afetam o seu balanço de pagamentos e suas reservas cambiais. Êsse exame foi feito dentro do princípio de que cada país tem os seus próprios métodos para desenvolver os seus recursos petrolíferos e conquanto não se haja chegado a qualquer decisão a respeito, ficou acordado que as discussões prosseguiriam na mesma atmosfera de cordialidade.

Outrossim, alguns problemas ligados à exposição de produtos específicos de importância para a economia de certas regiões do país foram examinados. As conversações prosseguirão por via diplomática para a obtenção de uma solução duplamente satisfatória.

As metas do Govêrno brasileiro e o seu programa de desenvolvimento econômico, bem como o aspecto referente a financiamento dos cursos em moeda estrangeira a longo prazo foram discutidos e ficou acordado que o assunto continuaria a ser examinado com base na declaração conjunta expedida pela Missão Financeira do Brasil em Washington e pelo Import Export Bank, em julho de 1956."

BRASIL — PARAGUAI

A 15 de agôsto do corrente ano, o General Alfredo Stroessner prestou compromisso como Presidente da República do Paraguai, cargo para que fôra reeleito, e entrou no exercício do novo mandato.

O Govêrno Brasileiro fêz-se representar, naquele ato, por uma delegação especial, que foi chefiada pelo Embaixador Negrão de Lima, Ministro das Relações Exteriores.

Durante a sua permanência em Assunção, o Sr. Negrão de Lima recebeu expressivas demonstrações de aprêço, tendo tido a oportunidade de proferir, a convite do Govêrno Paraguaio, uma conferência sôbre a Operação Pan-Americana. Transcrevemos a seguir a exposição feita pelo chanceler brasileiro, na qual se definem os objetivos e o verdadeiro sentido da iniciativa do Brasil para a pleiteada revisão da política continental.

CONFERÊNCIA DO MINISTRO NEGRÃO DE LIMA

"O convite, quase uma cordial intimação que me dirigiu o Govêrno paraguaio no sentido de que a minha primeira viagem de ministro do Exterior do Brasil fôsse feita a êste país, veio corresponder a uma forte aspiração minha. E mesmo que não me tivesse chegado a gestão amável, que não a tivesse formulado o eminente Ministro Sapena Pastor, eu a teria provocado, eu a teria insinuado e, até mesmo, pedido que me recebêsseis aqui nesta terra amiga, nesta fraterna pátria paraguaia. Poupaste-me a iniciativa, e viestes ao encontro do meu desejo de voltar a ver-vos, de conviver com um povo cujas virtudes exemplares de sobriedade, bravura e bondade aprendi a admirar num convívio de quatro anos inesquecíveis, quatro anos em que aqui estive, não apenas ocupando um pôsto de embaixador, mas integrado na vossa vida, sofrendo e rejubilando-me com os ritmos da vossa existência. Reconheço que não me notabilizei por grandes feitos, mas posso dizer-vos, com orgulho que me perdoareis, que nenhum homem de fora admito que tivesse aprendido, mais do que eu, a amar-vos, a compreender-vos, a sentir o que há de precioso e de forte neste povo tão provado, tão indomável e tão discreto.

Neste mundo de nossos dias, nivelado e banalizado pelo alargamento das fronteiras da civilização técnica, soube o Paraguai conservar preciosamente os seus traços característicos mais nobres, viris e construtivos, afirmando-se, de modo ímpar e vigoroso, no concêrto internacional. Aumentando a vossa capacidade de produção, aplicando os recursos da era da máquina em obras de valorização do vosso potencial econômico, soubestes conservar-vos iguais a vós mesmos, coerentes com os princípios que informaram a vossa evolução histórica, respeitosos de um acervo espiritual e cívico que faz assentar em bases sólidas a vossa personalidade coletiva. Terra de heróis e de trabalhadores, terra fecunda pelo sacrifício e devotamento patriótico de gerações voltadas para o futuro, mas justamente orgulhosas de um glorioso passado, o Paraguai másculo e altivo impõe respeito, admiração e calorosa simpatia.

Para os que tiveram, como eu, a satisfação de aqui viver, a experiência direta, o trato diário convosco enriquecem o conteúdo da palavra hospitalidade. Hospitaleiros sois por excelência, por índole nacional e por herança hispânica. Mestres na arte sutil de acolher, sabeis fazer de cada estrangeiro um amigo dedicado,

grato pela vossa sincera e digna afabilidade, reconhecido pelas atenções tão espontâneas, desejoso de proclamar os vossos méritos sem par. Cercado das vossas simpatias, feliz vivi convosco e volto com alegria a visitar-vos, ao assumir as rédeas do govêrno o vosso supremo mandatário, o ilustre Presidente Alfredo Stroessner, cuja recente visita ao Brasil muito nos honrou e desvaneceu.

Como Ministro das Relações Exteriores do Brasil e como vosso amigo devotado, quero formular, ao primeiro magistrado da Nação paraguaia, os meus mais ardentes votos de uma próspera administração, e com êste grande povo, comungar na esperança de um desenvolvimento espiritual e material cada vez mais intenso.

Estamos na hora decisiva das Américas. Com o vosso concurso inestimável, vai o continente lançar-se a novos rumos. Tôda a comunidade americana se apresta a dar ao mundo livre a plena medida da sua contribuição para a causa comum. Legatários da civilização ocidental, não deixaremos que feneça a floração soberba da cultura greco-romana, espiritualizada pela mensagem cristã, transfundida e enriquecida pela contribuição de numerosos povos, singularmente modificada pelo surto, ora aberto, ora insidioso, de fôrças desagregadoras. O Ocidente em perigo, num mundo em perigo, reclama de seus filhos pensamento claro e vontade firme. Paz com dignidade, colaboração internacional dentro do respeito aos princípios sem os quais não nos seria possível viver, aperfeiçoamento social sem abdicação do indivíduo em favor da onipotência do Estado, preservação dos grandes valores do espírito e das conquistas da nossa civilização, eis o catecismo do homem ocidental. Aí está o patrimônio pelo qual nos cumpre velar, como vela o homem avisado pelas riquezas que deve transmitir aos descendentes. Outra não é a tarefa dos povos que se opõem ao triunfo da opressão. Cabe a êste continente novo e futuroso um papel indeclinável nessa missão.

As Américas compreendem vinte e uma nações e mais de trezentos milhões de sêres, que se sentem ligados por vínculos históricos, políticos e econômicos, oriundos, não só das contingências geográficas, mas sobretudo do nosso apêgo àquele patrimônio comum, que nos veio do Ocidente através dos povos ibéricos e que soubemos integrar em nossa vida independente. Cada um dos nossos países seguiu o seu destino autônomo; não raro tem havido entre êles divergências por vêzes sérias, mas

nunca permitimos que esmaecesse o ideal pan-americano, que nasceu conosco. Instrumento precioso dessa comunhão de interêsses e sentimentos é a atual Organização dos Estados Americanos, de modelar estatuto jurídico e operoso funcionamento. Graças à sua existência, conseguimos compor, no âmbito regional, as nossas querelas de família, fomentar o nosso intercâmbio e manter acesa a chama da nossa amizade. Nessas condições, em princípio nada nos falta para que continuemos a oferecer ao mundo o espetáculo confortador de um continente unido e pacífico.

Não vivemos, porém, isolados. O que se passa nos recantos mais afastados do globo pode ter repercussões imediatas sôbre nossa vida. As distâncias nada mais representam, nem constituem obstáculos aos contactos humanos, para o bem, como para o mal. Se nos podemos beneficiar com tôda a facilidade das permutas criadoras, ficamos igualmente ao alcance das ações maléficas. Assumiu significado imprevisto o verso de Terêncio: somos homens, e nada que seja humano pode ser-nos alheio. Dêsse modo, conduzidos a meditar sôbre o que hoje se passa no mundo, não o fazemos por curiosidade acadêmica, mas em têrmos de interêsse vital.

Em tôdas as manifestações da atividade internacional de nossos dias, está subjacente o conflito filosófico que tende a dividir o mundo em dois campos, até agora irreconciliáveis. Defrontam-se duas concepções de vida e uma delas nos parece aceitável. As Américas entendem preservar a sua organização democrática, baseada no respeito à dignidade da pessoa humana. O continente não está, porém, imune à penetração das doutrinas adversas aos nossos princípios. A insidiosa "guerra fria" começa a ter efeitos sensíveis sôbre nós, semeando germes de inquietação e discórdia na família continental.

Preocupado com o quadro que acabamos de esboçar, e tendo em vista certos aspectos recentes das relações interamericanas, o Presidente da República do Brasil, Dr. Juscelino Kubitschek, em 28 de maio último, dirigiu ao Presidente Eisenhower uma carta em que exprimia a sua convicção de que algo devia ser feito para reforçar a unidade continental. Sem ter plano detalhado para êsse objetivo, mas apenas idéias de ordem geral, o Sr. Kubitschek lançava a proposta de uma revisão fundamental da política de entendimento dêste hemisfério.

A iniciativa do presidente brasileiro encontrou eco favorável imediato, não só por parte do Govêrno dos Estados Unidos, como também de vários governos latino-americanos. Desde o

início, frisou o Sr. Kubitschek que o Brasil não alimentava quaisquer ambições de prestígio ou liderança, pretendendo apenas colaborar com os demais países irmãos para o fortalecimento da unidade continental. O movimento, logo denominado "Operação Pan-Americana", teve assim, desde o bêrço, o cunho nìtidamente multilateral que o caracteriza e lhe dá real significação. Foram imediatamente transmitidas aos demais governos americanos a carta do Sr. Juscelino Kubitschek e a resposta do Presidente Eisenhower, trazida pelo Sr. Roy Rubottom, bem como a correspondência trocada com o Presidente Frondizi, no mesmo sentido. Em seu discurso de 20 de junho, perante os embaixadores de tôdas as Repúblicas americanas, o Presidente Kubitschek formulou os conceitos fundamentais que, a seu ver, davam forma concreta a uma aspiração geral do continente. Seguiu-se então uma fase de intensos contactos e trocas de pontos de vista entre os governos interessados, verificando-se feliz convergência de idéias sôbre os pontos básicos. Durante a visita ao Brasil do Secretário de Estado norte-americano, Sr. John Foster Dulles êsse eminente estadista manteve com o Sr. Kubitschek e comigo as mais cordiais e proveitosas conversações, que culminaram, em 6 do corrente, com a publicação do comunicado conjunto intitulado "Declaração de Brasília".

Essa multiplicidade de gestões e de pronunciamentos dos vários governos já permite que se delineiem as coordenadas principais da "Operação Pan-Americana".

O objetivo que temos em mente é, antes de tudo, de natureza político-estratégica. A formulação do pan-americanismo visa consolidar a unidade das Américas, ampliando o valor da contribuição que o continente vem prestando à causa das democracias. Êsse objetivo só pode ser alcançado mediante uma ação conjunta das vinte e uma Repúblicas americanas.

Com plena consciência do importante papel que representam no cenário internacional, os países da América Latina sentem-se no direito de participar mais diretamente da elaboração das grandes decisões do mundo livre. Essa participação será tanto mais efetiva e proveitosa, quanto maior fôr a compreensão das opiniões públicas desta parte do continente no que diz respeito aos princípios que defendemos. A sorte de uma causa depende em grande parte de uma convicção profunda da sua justiça e da sua nobreza. Não só as elites, mas também as massas populares devem estar persuadidas do valor da causa das democracias e do interêsse vital que temos em salvaguardar os princípios da civilização ocidental. Sòmente assim lograrão tornar-se

imunes à falaciosa propaganda dos que desejam o desmoronamento do nosso sistema político e social. Quanto a êste aspecto, a situação na América Latina está longe de ser satisfatória. A existência de numerosos grupos humanos que vivem nas mais precárias condições de existência e constituem pêso morto na economia dos países que habitam, levanta os mais graves problemas sociais e abre terreno à infiltração de ideologias nocivas. O fenômeno do subdesenvolvimento econômico é o responsável por êsse estado de coisas. A despeito dos esforços de cada govêrno, permanecem estagnadas no subdesenvolvimento vastas regiões latino-americanas, algumas de grande riqueza em potencial.

Diante de tão triste fato, impõe-se a conclusão de que não será possível à América Latina dar à causa ocidental a contribuição que seria de esperar, enquanto não fôr travado um decisivo combate ao subdesenvolvimento econômico. A luta pelo desenvolvimento constitui, assim, uma campanha de segurança coletiva do mundo livre. Para atingir o seu objetivo político, a Operação Pan-Americana deve necessàriamente compreender um plano eficaz para o desenvolvimento harmônico e integrado das economias dos nossos países. O que foi impossível realizar pelo esfôrço isolado de cada país, ou por arranjos bilaterais, será certamente obtido mediante um planejamento conjunto de larga envergadura. O sistema de cooperação econômica multilateral é o único realmente capaz de modificar a fisionomia da América Latina em prazo razoável, acelerando o nosso processo de industrialização, racionalizando a nossa agricultura e elevando o padrão de vida das nossas populações.

A Operação Pan-Americana enfrentará o subdesenvolvimento como um problema continental, em cuja solução estão interessados todos os países dêste Hemisfério, independentemente do seu grau de industrialização.

Estão, assim, definidas as grandes linhas do movimento que juntos iniciamos: defesa dos valores da civilização ocidental; reorientação do pan-americanismo; maior participação da América Latina no concêrto das democracias; e cruzada pelo desenvolvimento econômico. Cabe-nos agora prosseguir nos contactos e consultas entre as chancelarias do continente, a fim de fixarmos os aspectos processuais da Operação Pan-Americana. Conforme salientou o Presidente Kubitschek, em seu discurso de Brasília, "a Operação Pan-Americana obedece a um princípio de igualdade e de colaboração mútua entre os povos dêste Hemisfério e tomará a forma que lhe derem os paises nela integrados". Uma coisa é certa: nada poderá deter êste ímpeto criador das Américas.

Desejosos de viver em paz e liberdade, uniremos os nossos esforços e mostraremos que a solidariedade continental não é palavra vã.

Nada vos venho pedir. A Operação Pan-Americana que estamos todos gestionando neste momento, já recebeu aplausos do Presidente Stroessner, em notável manifestação de solidariedade. Na hora em que se inicia o despertar da consciência americana para a realidade, não podemos nós, povos dêste continente, continuar naquilo que o Presidente Kubitschek, vosso amigo, denominou de retaguarda incaracterística. Temos de integrar, todos os países americanos, numa política construtiva, de recuperação do longo tempo em que nos perdemos em fórmulas vazias e nos debatemos nos fatos revolucionários. Nesta hora, exatamente nesta hora, começamos a sair do plano revolucionário para o da ordem. Há um sinal promissor, uma espécie de aviso que consiste e se resume em estarmos impacientes com a pobreza, dispostos a enfrentar a luta pelo desenvolvimento nos têrmos mais claros e decididos. Já não queremos que em nosso continente se verifique o dramático espetáculo de zonas inteiras sem aquêle mínimo de confôrto que o Doutor Angélico refere indispensável até mesmo para a prática da Virtude.

Se temos de lutar contra o inimigo comum, contra os desagregadores das fôrças espirituais, que a luta comece aqui em favor do homem americano, que merece atenção desvelada: primeiro, porque é homem e faz jus ao humano tratamento, compatível com a sua alta dignidade; segundo, porque é de tôda a conveniência fortificá-lo, prepará-lo em todos os sentidos para que seja um verdadeiro paladino da Causa Ocidental, que é a causa da liberdade religiosa, da democracia, da superioridade dos sentimentos cordiais sôbre os impulsos homicidas que inspiram as tiranias sangrentas.

É forçoso que hasteemos uma bandeira de luta comum: a nossa missão de proporcionarmos ao homem americano uma existência digna. A Operação Pan-Americana tem muito a esperar da contribuição do Paraguai".

BRASIL — COLÔMBIA

A 7 de agôsto do corrente ano o Dr. Alberto Lleras Camargo assumiu as funções de Presidente da Colômbia, cargo para o qual foi constitucionalmente eleito com o apoio dos dois grandes partidos políticos da vizinha República.

O Govêrno brasileiro fêz-se representar na cerimônia da posse por uma delegação especial. Aproveitando essa oportunidade, o Presidente Juscelino Kubitschek enviou ao novo Chefe de Estado uma carta em que expôs os objetivos da Operação Pan-Americana e as razões da iniciativa tomada pelo Brasil, no sentido de uma revisão da política continental.

Reproduzimos a seguir o texto dessa carta, bem como da resposta do Presidente Lleras Camargo.

CARTA DO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

"Rio de Janeiro, em 4 de agôsto de 1958. A Sua Excelência o Senhor Doutor Alberto Lleras Camargo, Presidente da República da Colômbia.

Senhor Presidente e meu Grande e Bom Amigo,

Incumbi meu mui próximo colaborador, o Ministro José Sette Câmara Filho, que intregra a Missão especial à sua posse, de solicitar de Vossa Excelência uma audiência especial, a fim de fornecer-lhe certos esclarecimentos sôbre as idéias norteadoras da nova política exterior do Brasil, seus objetivos e os meios que julgo necessário empregar para alcançá-los.

Vossa Excelência me relevará o fugir um tanto, das regras e praxes da conduta diplomática para dar a esta carta tom diverso, bem compreensível pelo ardor que me anima às atuais gestões de colaborar na grande obra conjunta de revisão da política pan-americana.

Em primeiro lugar, rompendo aliás as fórmulas de uma correspondência desta espécie, timbro em manifestar-lhe que, mesmo não fôsse Vossa Excelência o Primeiro Magistrado da fraterna Nação colombiana, reputaria eu indispensável esta troca de idéias entre nós. Com efeito, os méritos de pensador e de estadista que o exornam, somados à sua posição apostolar no movimento pan-americanista, fazem de Vossa Excelência uma personalidade de exceção cujos experientes conselhos e cuja palavra autorizada se revestem de singular importância, independentemente do alto mandato que ora lhe foi conferido. A investidura de um vulto com a projeção internacional de Vossa Excelência como Chefe da Nação colombiana parece-me feliz coincidência sobremodo auspiciosa para a campanha de valorização continental que nos incumbe a todos.

Sabemos, Senhor Presidente, que a Operação Pan-Americana não propõe doutrinas novas. As idéias e sentimentos incorpo-

rados à substância dêsse movimento são assaz conhecidos, pois constituiram matéria de amplos debates nos cenáculos regionais. Fato novo é que essas idéias, que agora se ordenam em tôrno de um núcleo ético, político, estratégico e econômico, passem a mobilizar tôdas as fôrças do Continente em prol da Causa Ocidental, com um novo dinamismo de proporções que, sendo justas são também prudentes. Concebemos a Causa Ocidental, em seu alcance mais largo, como a defesa dos direitos inalienáveis do ser humano, na sua plenitude e eminente dignidade.

Não pretendo repetir nesta altura — nem o fará o meu enviado — conceitos e doutrinas em que Vossa Excelência é mestre proclamado. Afigura-se-me, contudo, essencial colocar em evidência a oportunidade da nossa ação conjunta, nesta fase verdadeiramente crítica que atravessa o mundo, ante duas formas de guerra, uma das quais denominada "guerra fria", já é mais do que uma ameaça, por estar em curso insidioso. Essas duas formas de guerra — uma levada, num lento processo de dissolução e desgaste, e a outra, que pode conduzir a resultados catastróficos — põem em perigo o sistema político-social que consideramos o único à altura de nossa concepção de vida e dos valores culturais da nossa Civilização.

Frente a tamanhas ameaças, cumpre ao Continente inteiro assumir, desde logo, posição que reflita pela consciência da gravidade do momento, colocando-nos, assim, em situação de trabalhar pela paz, ou seja, pela independência e liberdades dos nossos povos.

Partindo, Sr. Presidente, da evidência de não haver meio mais eficaz de fortificarmos uma causa que o de lhe aumentarmos as boas razões, subordinando-a, sempre e cada vez mais, ao *império da lei moral, é que se impõe a idéia de valorizar êste* Continente, libertando da miséria muitos milhões de semelhantes nossos.

Nessas condições, importa privar o inimigo das suas armas principais, em proveito daquele que é do nosso mais sagrado dever servir e preservar.

O ponto mais forte dos que militam contra as liberdades democráticas reside em ser-lhes possível lançar-vos em rosto a incapacidade de resolvermos as grandes desigualdades sociais as injustiças que não conseguimos nem pretendemos ocultar. Enquanto tolerarmos essa dolorosa realidade, estaremos consentindo que o inimigo disponha de tão potente argumento contra nós. Temos que responder à guerra fria, que já invadiu o Hemisfério com o desenvolvimento harmônico das nossas eco-

nomias, de que resultará alívio aos sofrimentos até agora pacientemente suportados por milhões de sêres humanos dêste Continente.

Parece-me, Sr. Presidente, que o combate aos inimigos da democracia não deve ser apenas repressivo, mas, principalmente, criador.

Essa resposta criadora e com tanta ânsia esperada roubar-lhes-ia a única razão de que dispõem contra nós. Tudo o que se fizer com êsse propósito terá sido aconselhado pela mais imediata cautela, prudência e sentido da realidade e não por um idealismo insubstancial, embora generoso.

Peço a V. Exa., que tão profundamente meditou sôbre o destino da comunidade em que vivemos e tanto fêz para melhorá-lo — considere estas palavras como a expressão do meu desejo de trocarmos diretamente opiniões sôbre o plano que se começa a elaborar.

O Ministro Sette Câmara, que tem acompanhado a evolução da idéia no Brasil, fornecerá a V. Exa. outros pormenores. Dir-lhe-á, sobretudo, todo o aprêço que devoto à Organização dos Estados Americanos, que teve em V. Exa. um dos seus grandes fatôres, bem como da minha ambição em contribuir para que ela se torne cada vez mais forte e coesa, como instrumento da unidade Continental.

Queira, Sr. Presidente e Grande Amigo, aceitar os protestos da profunda admiração e estima com que me subscrevo.

De V. Exa., (a) — *Juscelino Kubitschek.*

RESPOSTA DO PRESIDENTE LLERAS CAMARGO

"Tive a satisfação de receber o Ministro José Sette Câmara Filho, na missão especial que lhe confiou V. Exa., de me entregar a sua mensagem e me informar com maior amplitude, sôbre a orientação da política exterior do Brasil e, em particular, sôbre a Operação Pan-Americana, que V. Exa. vem propondo com o objetivo de dar maior vigor e eficiência à cooperação dos países americanos no campo político, social e econômico.

Antecipei ao Ministro Sette Câmara o meu mais vivo agradecimento pela carta de V. Exa., à qual estou respondendo.

Acrescentei que havia visto com o maior interêsse a orientação brasileira, desde o próprio momento em que V. Exa. tomou a iniciativa de promover uma revisão construtiva da política pan-americana.

Em minha grande experiência pessoal sôbre o desenvolvimento das relações dos nossos Estados admirei sempre a contribuição do Brasil para a criação e manutenção do pan-americanismo, e sua absoluta fidelidade à Organização que nossas 21 nações se deram para aplicar um conceito de Direito Internacional que, no resto do mundo, era ainda prematuro. Devo declarar a V. Exa. que, apesar disso, em mais de uma ocasião lamentei que o interêsse do Brasil pelo resto do mundo latino-americano que o rodeava, não se fizesse mais visível, e que a sua participação nos problemas comuns não fôsse sempre proporcional à sua importância demográfica, geográfica, cultural e econômica.

Julguei que, no Brasil, prevalecia a opinião de que o seu caso especialíssimo, a maneira como a sua História transcorreu, e os seus particulares laços com o velho continente, o separavam, involuntàriamente, do restante conjunto americano, ao qual, entretanto, ofereceu amizade e uma colaboração jurídica e política da mais alta transcendência. Em minhas leituras sôbre o Brasil, e em minhas visitas à pátria de V. Exa. surpreenderam-me, entretanto, mais a semelhança de condições e a quase identidade de conformação desta imensa República com as restantes Nações da América Latina, do que as diferenças ocidentais, episódicas e quase superficiais que costumamos salientar. Tenho, portanto, a certeza de que uma política pan-americana como a que V. Exa. promove com tanto vigor e clareza, será saudada, em nossos países, com sincero entusiasmo, porque destaca o fato inegável de que, no hemisfério, há um problema comum de atraso que afeta igualmente o maior e mais povoado dos Estados latino-americanos e as outras Repúblicas, e o de que o não prestar-lhe atenção conjunta e ativa pode criar condições de insegurança e desordem que comprometem a política geral de defesa da civilização ocidental e cristã.

A revolução industrial que se iniciou na Europa e na América do Norte no século passado, e que chegou aos países latino-americanos apenas nas primeiras décadas dêste século, não tem as mesmas características em ambas as partes. O impacto que está causando agora na América Latina é muito grave e perturbador, tanto para a economia como para a evolução social. Fomos, desde os tempos coloniais, povos agrícolas e mineradores, de educação técnica muito baixa, de necessidades escassas, de pequena população para extensíssimos territórios, e não foram nem a nossa civilização nem as nossas necessidades que criaram as máquinas que, importadas de súbito, estão mudando superficialmente o nosso modo de viver e, às vêzes, agravando as

condições de injustiça social e de pobreza de milhões de sêres. Não podemos continuar sendo sòmente produtores de matérias-primas, em competição com os salários mais baixos da África e do Oriente, porque a nossa população que, em meio às bruscas oscilações, tem vivido pollticamente livre, aspira a um melhoramento radical de suas condições, e já provou as vantagens de uma civilização superior, que pagou pesadamente, com a proteção, à sua indústria nascente, importando máquinas nos momentos em que seus produtos agrícolas e minerais obtinham bons preços no mercado mundial e, ainda, submetendo-se ao rigor de processos inflacionários para sustentar o nível de seu desenvolvimento. Nossa produção industrial tem de completar-se; sofre, porém, graves transtornos sempre que os preços de nossos artigos de exportação descem e não se pode importar bens de capital e matérias-primas indispensáveis. Se se detiver esta evolução, quando ainda não tenha produzido todos os benefícios que dela se esperam, as crises econômicas, sociais e políticas serão as suas conseqüências naturais, e a América Latina conhecerá dias mais graves de desordem e mesmo de anarquia. Sòmente uma industrialização que nos liberte da oscilação constante dos preços de nossos artigos básicos nos mercados estrangeiros, uma rápida substituição de importações essenciais e um melhoramento substancial dos métodos, de produção agrícola, podem garantir a paz social e política de 20 nações que viram sua população e suas necessidades crescerem quase tão vertiginosamente quanto se restringiram as posibilidades de atendê-las.

Até agora temos procurado e preferido o desenvolvimento de nossa América Latina dentro das grandes linhas do sistema da emprêsa privada, liberdade econômica e livre competição, a exemplo dos Estados Unidos e de acôrdo com os seus princípios, cuja eficiência não admite dúvidas. O mundo está, entretanto, contemplando com vivo interêsse outro processo de desenvolvimento tecnológico feito contra essas grandes linhas, com o sacrifício total das liberdades e direitos da pessoa humana, para produzir, sob uma direção despótica da economia, resultados semelhantes aos assombrosos obtidos pela civilização material dos Estados Unidos. Esta última nação aceitou o desafio em regiões remotas da Ásia, nas Ilhas da Oceania, na África e na Europa, e tem ajudado a criar com a contribuição generosa do seu povo, as circunstâncias que permitam a defesa do sistema de emprêsa privada e liberdade política onde está mais ameaçado, ou que nasça e se fortaleça onde nunca existiu. Neste esfôrço tem havido prioridades de urgência que ninguém poderia discutir.

Chegou, porém, o momento em que teremos de tomar decisões rápidas para impedir que nossos povos se desiludam ou se desorientem quanto ao seu futuro e pensem que à sua segurança, ao seu bem-estar e à justiça social poderiam fazer o holocausto das liberdades que nem sempre entendem e que não beneficiam igualmente a tôdas as classes sociais. Daí, Sr. Presidente, a oportunidade, a importância da iniciativa de V. Exa. que, em nome do Govêrno da Colômbia, acolho sem qualquer reserva. Cinqüenta anos de cooperação política dos Estados americanos, durante os quais foi resolvida a maior parte dos seus problemas de convivência internacional, são garantia bastante de que o problema atual do seu desenvolvimento, não menos grave que o seu destino, tem de ser estudado e solucionado num grande movimento comum que é uma evidente "operação pan-americana" de salvação desta parte do Hemisfério para a Liberdade e a Justiça.

O subdesenvolvimento latino-americano já é uma carga para o mundo ocidental e pode converter-se num grave perigo. Existe a possibilidade de estimular o desenvolvimento econômico latino-americano e de converter o continente inteiro em uma reserva da liberdade, fazendo a experiência decisiva de transformar as condições de países atrasados sem sacrificar a êste objetivo nenhum dos princípios morais, políticos ou jurídicos da nossa civilização. Eis o que, na minha opinião, significa o apêlo de V. Exa. para uma nova, forte e decisiva cooperação interamericana. Verifiquei com satisfação que, nos últimos tempos, um pensamento semelhante começa a encontrar melhor compreensão na opinião geral do Continente, sobretudo onde é mais necessário que encontre acolhida, na grande democracia norte-americana, cujo formidável progresso técnico e acúmulo de capital facilitam uma contribuição importantíssima ao desenvolvimento continental, não como obra de filantropia, mas com o propósito de estender a todo o Hemisfério um tipo de civilização material e de equilíbrio social que em primeiro lugar, dará ao seu sistema político e econômico maior expansão e, no futuro, também — e certamente — maior segurança.

Qualquer que seja o progresso escolhido para promover a iniciativa brasileira e buscar a unidade de opinião de nossos Estados, meu Govêrno antecipa a sua convicção de que o projeto é indispensável, oportuno e conveniente para o Hemisfério ocidental. Está também disposto a participar das conversações necessárias para promover a unificação do pensamento americano e para facilitar a discussão de formas concretas de ação que

produzam como resultado uma campanha eficaz e rápida contra o atraso dos nossos povos e a instabilidade dos preços dos seus produtos básicos, e pela criação de condições mais equitativas para a população americana, campanha da qual surgirá uma amizade mais sólida entre os Estados, como conseqüência da cooperação que se ofereçam reciprocamente num momento crítico.

A OEA não é nem pode ser senão aquilo que desejam os Governos dos Estados-membros e sua colaboração estará assegurada enquanto cada um dêles quiser dar a êste instrumento de trabalho coletivo todo o valor que potencialmente tem. Seus vários órgãos, dotados de grande elasticidade, poderão atuar para realizar o objetivo comum logo que êste seja definido. Enquanto se processa esta definição, qualquer sistema de contactos internacionais, no nível que parecer mais aconselhável — seja pelas vias diplomáticas regulares, seja por meio de entrevistas ou conferências informais de Ministros das Relações Exteriores, como sugeriu a Colômbia, seja a correspondência entre Chefes de Estado, como a que Vossa Excelência iniciou — é útil e a Colômbia está disposta a valer-se dêstes meios para contribuir para o exame e a solução dêste grande problema americano.

O interêsse em mim despertado pela carta de Vossa Excelência, em declarações públicas anteriores a ela, as comunicações de Vossa Excelência com outros Chefes de Estado, as explicações dadas pelo Govêrno do Brasil sôbre esta iniciativa e o desejo expressado por Vossa Excelência de conhecer a minha opinião, levam-me a declarar a minha conformidade com o pensamento de Vossa Excelência. O Govêrno da Colômbia está disposto a considerar imediatamente as medidas processuais tendentes à concretização de fórmulas de ação interamericana, eficazes e rápidas. Rogo-lhe receber, Senhor Presidente e Grande Amigo, o testemunho da Admiração e do aprêço com que me subscrevo,

De Vossa Excelência, (a) *Alberto Lleras Camargo.*"

BRASIL — FRANÇA

Na segunda quinzena de agôsto, o Brasil recebeu a visita do Sr. Louis Jacquinot, Ministro de Estado da França, que veio à América do Sul em missão oficial do seu Govêrno.

Durante sua breve permanência na Capital da República o ilustre visitante manteve entendimentos com as altas autoridades brasileiras sôbre assuntos relacionados com o fortalecimento das relações políticas, econômicas e culturais entre os dois países.

A êsse respeito foi divulgada, a 27 daquele mês, a seguinte Nota, firmada conjuntamente pelos Ministros Negrão de Lima e Louis Jacquinot:

"No quadro das atividades que, há vários meses, os Governos brasileiro e francês vêm desenvolvendo no sentido de estreitar a solidariedade ocidental, o General De Gaulle tomou a iniciativa de enviar ao Rio de Janeiro o Senhor Louis Jacquinot, Ministro de Estado do Govêrno francês, a fim de entrar em contacto com o Govêrno brasileiro e de trazer à Nação brasileira a saudação da Nação francesa.

O Ministro Louis Jacquinot foi hóspede oficial do Govêrno brasileiro nos dias 25 e 26 de agôsto. Entregou ao Senhor Juscelino Kubitschek, Presidente dos Estados Unidos do Brasil, uma mensagem pessoal do General De Gaulle, Presidente do Conselho francês.

As conversações particularmente sinceras que o Ministro Louis Jacquinot teve, tanto com o Presidente da República como com o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Negrão de Lima, permitiram verificar que, sôbre os graves problemas que confrontam atualmente o mundo livre, a conduta dos dois governos se inspira em preocupações comuns.

Afigura-se desde já necessário iniciar o estudo para um refôrço e um alargamento da cooperação franco-brasileira nos domínios científico e técnico, especialmente no que concerne aos acôrdos de colaboração técnica em vias de conclusão com a Petrobrás, a utilização da energia nuclear e solar, a conservação e a recuperação do solo, a produtividade e os investimentos de caráter misto.

Um programa de cooperação bilateral suscetível de amplas perspectivas no futuro será traçado de comum acôrdo num espírito ao mesmo tempo inovador, dinâmico e realista.

Um contacto entre dirigentes dos dois países no mais alto nível permitirá assegurar à tradicional amizade que os une uma consagração desejada por ambas as partes e trazer assim ao mundo livre uma contribuição necessária à consolidação da paz".

UNIÃO INTERPARLAMENTAR — 47.ª CONFERÊNCIA

Realizou-se no Rio de Janeiro, de 24 de julho a 1º de agôsto do corrente ano, a 47ª Conferência Interparlamentar. Essa reunião, desde a fundação da União Interparlamentar em 1888, foi a primeira que teve lugar em país da América Latina.

Participaram da Conferência delegações parlamentares de 46 Estados, a saber: Alemanha (República Federal), Argentina, Austrália, Áustria, Birmânia, Brasil, Bulgária, Ceilão, Chile, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, Filipinas, França, Gana, Grã-Bretanha, Haiti, Hungria, Indonésia, Iraque, Irã, Irlanda, Israel, Itália, Iugoslávia, Japão, Laos, Libéria Luxemburgo, Noruega, Paquistão, Panamá, Paraguai, Países Baixos, Peru, Polônia, Rumânia, Sudão, Suécia, Suíça, Tcheco-Eslováquia, Tailândia, Tunísia, Turquia, União Soviética e Vietnam.

O Grupo Parlamentar brasileiro fêz-se representar por uma delegação integrada pelos Senadores Apolônio Sales, Cunha Melo, Domingos Velasco, Fernandes Távora, Filinto Müller, Gilberto Marinho, Gomes de Oliveira, Júlio Leite, Juraci Magalhães, Lineu Prestes, Mourão Vieira e Novais Filho, e pelos Deputados Brasílio Machado Neto, Carlos Luz, Castilho Cabral, José Jófili, José Maria Alkmim, Loureiro Júnior, Oliveira Brito, Saturnino Braga, Wagner Estelita, Afonso Arinos, Carlos Lacerda, Herbert Levi, Luís Garcia, Newton Carneiro, Prado Kelly, Josué de Castro, Lutero Vargas, Sérgio Magalhães, Wilson Fadul, Ranieri Mazzilli, Broca Filho, Carvalho Sobrinho, Gurgel do Amaral, José Miraglia, Monteiro de Barros, Rogê Ferreira e Xavier de Araújo. A chefia da delegação coube ao Senador Apolônio Sales, tendo como substituto o Deputado Castilho Cabral.

A Conferência, que funcionou no Palácio Tiradentes, teve como Presidente o Sr. Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil.

Após oito dias de trabalhos contínuos, quer no plenário, quer nas comissões, a Conferência aprovou quatro Resoluções sôbre: 1) Princípios que devem reger o investimento de capitais estrangeiros nos países em via de desenvolvimento econômico; 2) Fortalecimento da paz; 3) Intercâmbios intelectuais entre as nações e liberdade de informação; 4) Desenvolvimento das instituições representativas nos territórios não autônomos.

Reproduzimos a seguir os discursos pronunciados na sessão inaugural *pelo Presidente Juscelino Kubitschek e pelo Deputado* Ranieri Mazzilli. Na seção de *Documentos* publicamos na íntegra as quatro Resoluções aprovadas.

DISCURSO DO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

"É com particular satisfação que, em nome do Govêrno, e do povo do Brasil, dirijo a minha saudação de boas-vindas aos delegados reunidos nesta cidade do Rio de Janeiro, para os trabalhos da Quadragésima-sétima Conferência da União Interparlamentar. O acôrdo, em boa hora assinado entre a União Parlamentar e o grupo brasileiro, veio permitir que, pela primeira vez na longa história dêsse organismo, se realizasse uma Conferência Interparlamentar em terras sul-americanas.

Avulta, entre os temas da vossa ordem do dia, o que diz respeito ao fortalecimento da paz. Vossa ação terá expressivo valor para que se crie uma consciência universal do momento que vivemos e há de contribuir poderosamente para o ideal de um melhor convívio entre os povos.

As dificuldades que a humanidade vem atravessando e que parecem extremas, revestem as minhas palavras, nesta reunião inaugural, de compreensível gravidade. Aqui estão, para amplo debate, parlamentares, de quase todos os países do globo, de procedências as mais diversas, de países com hábitos, estilos de vida e formas de pensar as mais diferentes, filiados a correntes populares as mais antagônicas. Tudo isto me leva a considerar que a Providência me oferece o ensejo de transformar estas palavras — que deveriam ser de simples saudação e boas-vindas a hóspedes tão ilustres — num apêlo veemente por um mais generoso entendimento entre os povos, numa exaltação à paz e, também, numa sucinta meditação sôbre os problemas de hoje.

Nas circunstâncias atuais, não se nos oferece outro tema que não seja o de nos concentrarmos num esfôrço supremo para que desça a tranqüilidade sôbre a nossa espécie que, no curso da História — ao lado de atos sublimes, reveladores de alta capacidade em afirmação de altruísmo e abnegação, não se tem cansado de perseguir-se, de martirizar-se, de transformar-se em algoz de si mesma. Com êsse pendor tão marcado para buscar, na violência, a solução dos problemas, tocamos, insensìvelmente, num dos angustiosos mistérios do homem. O correr do tempo, tem agravado ainda mais tal necessidade de autopunição. Neste

século, talvez o mais carregado de densidade dos tempos modernos e em que tudo se acelerou vertiginosamente, já conheceram as gerações duas grandes conflagrações, numerosos e impressionantes movimentos de desassossêgo, como se faltasse, conforme observou Bergson, um suplemento de almas, ao mundo que a técnica tornou maior. O desajuste parece ter crescido ainda mais com o inusitado crescimento de tudo. Assistimos, em poucos anos, com freqüência, a atentados à justiça e a exibições de crueldade que não podem deixar de preocupar sèriamente a quantos meditam sôbre o destino da humanidade.

Agora mesmo penetramos de novo em inquietações que nos trazem contìnuamente suspensos. Nunca tivemos, mesmo em horas amargas do passado, tantos e tão sérios motivos de preocupação. Nunca o poder de destruir se tornou tão formidável, nem ilimitada a fôrça de promover a ruína. Todos o sabemos, porém, muitos aparentam ignorá-la. Não são apenas exércitos, nem mesmo sequer populações ou cidades que podem transformar-se em pó e cinzas, mas até continentes.

Tenho consciência de que estou repisando o que já se tem dito incessantemente por várias formas e maneiras, o que já foi proclamado em manifestos científicos e literários. Mas sei também que é indeclinável dever, dos que têm a oportunidade de se fazerem ouvidos, repetir, insistir, chamar a atenção para as conseqüências trágicas que advirão se um mais perfeito entendimento não ligar criaturas tão generosamente dotadas de inteligência e razão.

A obra que suprimiu as distâncias e aproximou países e continentes parece que, em vez de estreitar os sêres, aumentou as possibilidades de os afastar.

O potencial de conhecimentos acumulados pelo esfôrço incessante, pela intuição criadora, pelo espírito de pesquisas, pela paciência tenaz e obstinada de tantos sábios, de tantos técnicos — todo êsse patrimônio, que representa o resultado de longa e penosa caminhada no campo da Ciência não deve, sem atribulada humilhação para a espécie, ser aplicado em denegrir e anular o que se conseguiu até aqui de vitórias civilizadoras.

Se fôsse dada à obra dos físicos, dos químicos, dos matemáticos, dos pensadores e descobridores do campo da ciência, apenas uma aplicação tão negativa, antes não tivéssemos saído das florestas, nem construído cidades ciclópicas e elevadas obras espetaculares de que tanto nos orgulhamos. É que tôda construção material necessita ser habitada por um espírito, por uma alma, por uma intenção generosa e fecunda. Desviar os

frutos do saber para matar e arruinar, é uma dolorosa distorção do propósito dos cientistas animados sempre pela intenção de glorificar a criatura racional, atenuando-lhe as dificuldades e penas nesta passagem terrestre. Tudo o que serve para tornar sombrios os dias presentes prestar-se-ia muito mais para melhorar as condições de vida. Não houvesse desarmonia, e teríamos chegado à concretização do mais belo sonho dos homens de fé — a erradicação, por tôda a parte, do subdesenvolvimento e da miséria. O potencial de destruição é também um generoso e imenso potencial de redenção. As novas formas de energia aí estão oferecendo uma oportunidade única às partes menos desenvolvidas dêste planêta. Atingimos e ultrapassamos fronteiras de conhecimentos, até aqui insuspeitados, que seriam capazes de tornar mais amena e mais justa a existência. Tudo depende de um acôrdo entre as nações; êsse acôrdo, simples, embora difícil de ser executado, consiste sobretudo em se respeitarem, mùtuamente, em não se julgarem donas absolutas da verdade, em não ultrapassarem o direito de cada uma viver independentemente. Basta que, pela fôrça, pela violência, não intentemos impor, uns aos outros, as nossas idéias, e cessarão màgicamente as atribulações que nos oprimem. Uma parte dos investimentos empregados em armas e preparos defensivos, se aplicada em produzir riqueza, abalaria em seus fundamentos o mal, a injustiça, a miséria — três denominações de uma só coisa gerada pela ausência de satisfatória solidariedade humana.

Não tenho outra intenção, ao dirigir-vos estas palavras sôbre o problema da paz, que o de apelar para cada um de vós em particular, qualquer que seja o vosso credo, a vossa coloração partidária, no sentido de uma mobilização geral em promover a mudança do estado de espírito que leva à guerra.

A pessoa humana vale bem mais do que as doutrinas e ideologias que o tempo altera, modifica e transforma incessantemente. Esta é a lição inalterável da história. Combatamos, pois, enquanto é tempo, a favor da harmonia, da tolerância.

Não aceitemos que a Humanidade, que tornou tão eficiente o avanço em tôdas as técnicas, se retarde tão lamentàvelmente na técnica da convivência, na política de irmanação dos espíritos.

Ponto importante da vossa agenda é o da fixação dos princípios que devem reger o investimento de capitais estrangeiros nos países em processo de desenvolvimento econômico. Trata-se de um tema que apresenta o maior interêsse para os países da América Latina e todos os outros em condições idênticas, e foi com agrado que verifiquei ter sido o assunto objeto de um

memorando do parlamentar brasileiro, Deputado Saturnino Braga. Temo-nos empenhado, nesta parte do Continente, no esfôrço de elevar o nível de vida de nossas populações, mediante o aumento da produção, o aproveitamento máximo dos recursos naturais, o desenvolvimento das indústrias com os recursos da técnica moderna, o saneamento financeiro e a valorização do homem graças à educação e ao combate à miséria e à doença. A América Latina está consciente de ser depositária de um vasto patrimônio material, demográfico e espiritual, que importa utilizar, não sòmente para nós, mas em benefício de tôda a Humanidade.

Nessas condições, o combate ao subdesenvolvimento econômico é do interêsse vital para o advento da paz e deve ser desencadeado em tôda a parte. A obra é vasta e só poderá ser realizada mediante uma conjugação de esforços de todos, para o assentamento de um programa eficaz.

Não desejo terminar sem uma menção especial ao trabalho do Secretário Geral da União, Senhor André de Blonay, cuja sinopse da evolução dos recentes acontecimentos mundiais servirá de indicação segura para vosso debate. É-me especialmente grato exprimir-lhe agradecimentos pelas referências ali feitas ao Brasil e à obra que o meu Govêrno está realizando.

Faço votos, Senhores Delegados, por uma feliz continuação da obra da União Interparlamentar, cujo ideal universalista corresponde plenamente às aspirações dos povos amantes da paz. O Brasil vos acolhe de braços abertos. Seja fecundo o vosso trabalho e agradável vossa estada na Capital brasileira.

E quando estiverdes novamente em vossos centros de atividade — que sempre vos esteja presente ao espírito a missão que vos incumbe, qual a de fazer que se torne cada vez menos ameaçador o avanço da desordem e da confusão num mundo ávido de paz e de alegria, a fim de que a Humanidade possa fruir as suas próprias conquistas sôbre os meios de comunicação, as fôrças da energia, sôbre a terra e sôbre os mares".

DISCURSO DO DEPUTADO RANIERI MAZZILLI

"Considero uma grande honra a minha eleição para presidir esta Conferência e minhas primeiras palavras, ao assumir a presidência, são forçosamente de gratidão e ao mesmo tempo de orgulho. Agradeço a todos, muito profundamente, a distinção que me é conferida e asseguro-vos que estou bem capacitado da responsabilidade de uma posição que já foi ocupada por tantos

e tão brilhantes congressistas, tais como, nos últimos anos, o Coronel Sir Malcoln Stodart-Scott, o General Phra Prachonachanuk e o Sr. Lennart Heijas.

Na minha nova qualidade de presidente desta Conferência, quero apresentar a todos os delegados e a cada um dêles em particular as minhas calorosas saudações e manifestar a esperança de que tenhamos outra reunião de considerável importância para os objetivos da União Interparlamentar, além do desejo de que seja agradável a permanência de todos vós neste país, ao qual tanta honra traz a vossa presença.

Tal como aconteceu no ano passado por ocasião da Conferência de Londres, a situação internacional requer nossa devotada compreensão e o melhor dos nossos esforços. Uma grande esperança para maior entendimento entre os nossos países e para uma possibilidade mais segura de alcançar uma paz sólida e durável reside no trabalho dos nossos parlamentos. A verdade é que os esforços de estadistas e diplomatas no mesmo sentido a que visamos têm que ser apoiados, senão inspirados, pelos membros dos congressos do mundo inteiro, pois as relações internacionais não podem ser encaminhadas com êxito, pelos que representam seus governos, se não contarem êles com os que representam seus povos. E talvez chegue o dia em que as relações internacionais estarão nas mãos de um parlamento mundial, de que somos agora uma semente.

O Conselho Interparlamentar deu a esta Conferência uma agenda precisa e adequada. Como há muito a lucrar de seu debate sincero e minucioso, vamos segui-la e vamos procurar chegar a resoluções satisfatórias. E esperemos que, cumprindo nosso dever, possamos servir aos propósitos da União e merecer a aprovação dos nossos países e dos nossos compatriotas.

Guiando-nos por essa agenda, passaremos agora ao debate geral, baseado no relatório apresentado pelo Secretário-Geral da União. Como temos muito pouco tempo, peço a todos os delegados que, ao ocupar a tribuna, não deixem de observar os limites de tempos marcados para os discursos".

VISITA DO PRESIDENTE DA ITÁLIA

O Presidente da República italiana visitou o Brasil em setembro do corrente ano, tendo chegado ao Rio de Janeiro no dia 4, viajando por via aérea. Nesta capital o Presidente

Giovanni Gronchi demorou-se até ao dia 8, quando foi a Brasília. Da futura Capital viajou a 9 com destino a São Paulo, de onde seguiu, a 12, para Pôrto Alegre. A 13 visitou a cidade de Caxias do Sul e, a 14, regressou diretamente de Pôrto Alegre a Roma, com breve parada no Aeroporto do Galeão, para a apresentação de despedidas ao Chefe do Govêrno e altas autoridades brasileiras.

Durante a sua permanência no Rio de Janeiro, o Chefe de Estado italiano foi alvo das homenagens do estilo, destacando-se entre estas: o banquete oferecido, no Palácio Itamarati, pelo Presidente Juscelino Kubitschek; a recepção no Supremo Tribunal Federal; a sessão solene do Congresso Nacional, onde foi saudado pelo Dr. João Goulart, Vice-Presidente da República, pelo Senador Benedito Valadares e pelo Deputado Ranieri Mazzilli; o almôço da colônia italiana; a recepção da Universidade do Brasil, que lhe conferiu o título de doutor *honoris causa*. No dia 6, Sua Excelência estêve presente à solenidade realizada no Palácio do Catete, na qual foram firmados cinco Convênios entre os Governos da Itália e do Brasil. No dia 7, assistiu ao desfile militar comemorativo da Independência.

Em São Paulo o Presidente da Itália recebeu calorosas manifestações de aprêço do Govêrno e do povo e, especialmente, da colônia italiana. A Universidade daquele Estado outorgou-lhe igualmente o título de doutor *honoris causa*. No dia 9, os dois Presidentes assinaram ali uma importante Declaração, em que expressaram os propósitos comuns que inspiram presentemente a política externa das duas nações.

O Govêrno e o povo do Rio Grande do Sul, por sua vez, acolheram o eminente visitante com expressivas demonstrações de aprêço. Na visita que fêz à cidade de Caxias, na zona colonial italiana, o Presidente Gronchi teve oportunidade de assistir, em companhia do Presidente do Brasil, à inauguração do Monumento ao Imigrante.

Reproduzimos abaixo os discursos pronunciados pelos dois Chefes de Estado, no Palácio Itamarati, a "Declaração de São Paulo" e a Nota Conjunta firmada no Aeroporto do Galeão, no encerramento da visita. Na seção de *Documentos* publicamos os textos dos cinco instrumentos firmados no Palácio do Catete, a saber: Acôrdo Cultural; Acôrdo de Cooperação Nuclear; Acôrdo sôbre o Serviço Militar Obrigatório; Acôrdo relativo à instituição de um Centro de Estudos e Documentação para a Agricultura e a Economia Rural; Acôrdo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais.

DISCURSO DO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

"Senhor presidente:

Que esta primeira oportunidade que se me oferece de saudá-lo, em nome do Brasil e no meu próprio, eu não a perca com simples palavras formais, com os cumprimentos do estilo. Há muito se vinha tornando necessário um novo e mais íntimo diálogo entre os nossos países. Tínhamos muito que conversar, muito que conferir, muitas impressões que trocar diretamente e a hora longamente esperada chegou enfim. Daí resulta que êste discurso não poderá ser apenas um brinde cortês, ou o panegírico do hóspede ilustre, elogio fácil de fazer, tão merecedor de encômios pela sua vida exemplar de homem de Estado e de pensamento é Vossa Excelência. Seria — poder-se-á objetar — mais compreensível escolher-se outra atmosfera para a espécie de oração que me toca pronunciar aqui. Mas, na verdade, é sempre em tôrno de uma mesa que, desde a antiguidade mais remota, se dizem coisas que são, ou pretendemos que sejam, importantes. A justificação do cabimento de um discurso como êste seria excessivamente rica de exemplos para que a estendêssemos aqui.

Senhor Presidente Gronchi, nesta hora em que Vossa Excelência é acolhido nesta Casa do Itamarati, uma das mais ilustres do Brasil, torna-se necessário que nos identifiquemos nós dois, da maneira mais profunda e diante de todos. Cumpre dizer quem somos nós, homens designados pela Providência para êste encontro. Afirmou Vossa Excelência, ao atingir o supremo grau na hierarquia da República italiana: "Nunca a Presidência estêve tão perto do povo". O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil tem o mesmo privilégio e a mesma responsabilidade de Vossa Excelência, pois está em condições de afirmar que é, e se orgulha de ser, um homem do povo. Aqui neste palácio, nesta noite gloriosa para as relações entre os nossos países, nesta festa em que lhe oferecemos algo do melhor que possuímos, no meio dêste aparato impôsto pela nossa posição e pela dignidade dos cargos que exercemos, apesar de tudo isso, Vossa Excelência e eu, Senhor Presidente, nos reconhecemos e contemplamos, tais quais somos ambos realmente — homens do povo, homens que não nasceram em palácios, nem encontraram, ao chegar a êste mundo, estradas suaves a percorrer. Somos homens de origem modesta, filhos de casais que não conheceram muitas facilidades e cuja glória maior foi a de terem enfrentado, com resignação e ânimo forte, as asperezas da

vida. Pertencemos ambos a essa nobreza de que tanto nos orgulhamos e de que jamais abdicamos, em quaisquer circunstâncias, aqui neste salão e em todos os lugares a que somos chamados a comparecer: a nobreza de sermos filhos do povo, gente do povo, do povo honesto e cristão da Itália e do Brasil. Se há uma graça que ambos recebemos, incomparàvelmente maior que a das nossas carreiras políticas — se há uma graça que nos vem do Céu — é a de têrmos permanecido fiéis aos sentimentos, às idéias, aos princípios hauridos em nosso ambiente familiar; se há uma grande vitória em nossas vidas, Senhor Presidente, é a de nos têrmos conservado solidários com as aspirações e as queixas do povo, com as suas razões e sofrimentos, com as suas esperanças.

Posso dizer-lhe neste momento, Senhor Presidente, que é em nome do povo brasileiro e como um dos seus componentes que venho prestar tributo a um homem do povo italiano, a quem as alturas não perturbaram na sua visão da realidade, nem apagaram a lembrança do comêço de vida. Devemos ao amor pelo trabalho o que somos — e é com um sentimento fraterno que recordo aqui a semelhança das nossas vidas nas suas horas inaugurais, quando tínhamos ambos de trabalhar para podermos estudar, Vossa Excelência, como revisor e eu, como telegrafista. Sabemos o que isto vale, Senhor Presidente, e sabemos que a nossa obrigação está em não nos esquecermos, em momento algum, de que nos devemos à tarefa de sermos intérpretes autênticos das aspirações populares, das aspirações justas, certas, humanas dêsse povo de que somos oriundos.

Chega Vossa Excelência a êste País numa hora de afirmação, numa hora em que iniciamos uma caminhada internacional. As nações da América Latina põem-se em marcha para um melhor entendimento, que lhes permita maior unidade de ação, harmonia mais perfeita, maior fortalecimento e uma integração mais efetiva na causa do Ocidente, que é a causa de todos nós. Em documento público, tive ocasião de afirmar não há muito, em consonância com todo o continente, que não desejamos nós, povos latinos dêste Mundo Novo, deixar de marcar, de forma cada vez mais viva, o nosso pensamento, a nossa intuição, a nossa maneira de sentir os problemas que decidirão do nosso destino.

Somos parte integrante da causa Ocidental, com ela identificados — e não apenas ligados por interêsses materiais, ou considerações estratégicas, mas pela conformação espiritual, pela latinidade que herdamos e incorporamos, que recebemos das raças antigas e veneráveis que nos criaram. A tal respeito, não é

possível omitirmos uma referência direta à *terra mater* de Portugal, que nos legou a língua vernácula, o sentimento familiar, uma tradição multissecular e a fé em Cristo Nosso Senhor; nem à indomável Espanha, que representou o mesmo papel formador em relação às demais nações latino-americanas; nem a países insignes como a Itália e França, que tanto influíram em nossa cultura e a que nos unem afinidades incontáveis. Somos um povo americano enraizado nesta terra, que estava ainda para revelar-se ao Mundo quando a Europa já frutificara em obras admiráveis. Somos um povo do Mundo Novo, mas somos *filhos* do Ocidente e temos consciência dessa filiação, temos essa dupla nacionalidade interior que nos prende à terra carnal, jovem ainda, e à *terra tradicional que existe em nós, pelos efeitos* da cultura e das tradições herdadas, que nos acompanham invariàvelmente. Por isto é que constitui mais do que um *qualificativo, do que uma afirmação* convencional, o nos considerarmos integrantes da causa do Ocidente. Transplantaram-se os nossos maiores para esta Pátria, tão poderosamente atrativa e irresistível nas suas artes de prender e seduzir, que o brasileiro de uma primeira geração ninguém o distingue, no que toca ao patriotismo, às vêzes mesmo exacerbado, daqueles cuja ascendência vem da alba da nacionalidade. Mas mesmo assim, fixados como estamos nesta parte do mundo, não deixamos de conservar no espírito, refletindo-se em nossa índole e em nossas ações, o que há de mais característico nesse Ocidente, que, há dois mil anos, ilumina e plasma o mundo com os seus conhecimentos, o seu poder criador, a sua sensibilidade, o seu gênio inventivo e a sua fôrça espiritual, prodigiosamente ativa. Somos ocidentais pelo amor à Liberdade, que aprendemos ouvindo soarem no tempo histórico os passos dos heróis da Redenção do homem. Somos integrantes da causa ocidental porque temos a entranhada convicção de que o homem é o centro do mundo e que devemos servi-lo e protegê-lo contra a tirania dos seus semelhantes, fascinados pelas paixões funestas. Somos integrantes da causa ocidental, principalmente, porque consideramos que uma das qualidades mais eminentes dessa cultura reside na capacidade de compreender os povos, daí decorrendo a possibilidade de lançar uma ponte sôbre as diferenças que separam as famílias humanas. A honra da cultura ocidental está no apêlo à unidade fundamental da natureza humana, que se esconde sob o mosaico de raças, línguas e costumes. A cultura ocidental recebeu a graça de sair de si mesma, de ouvir as vozes do outro lado. E isto deve ser conservado, vivificado

e mantido até ao ponto extremo, que é o da defesa dos nossos princípios básicos de liberdade, do direito a têrmos o estilo de vida que nos parecer melhor e mais adequado à nossa personalidade, que nos cabe manter nítida e forte.

Ao afirmar que somos integrantes da causa ocidental, Senhor Presidente Gronchi, e dispostos em conseqüência aos riscos dessa posição, que são muitos na hora que corre, temos, não só o direito, mas o estrito dever de saber como está sendo conduzida essa causa e que direção está tomando, para onde vamos e se vamos bem. Em primeiro lugar, é um direito que nos assiste — e que ninguém nos pode recusar — o de podermos contribuir com o que julgamos mais útil para a causa a que pertencemos. Somos um País que principia a desenvolver-se e cujas dimensões geográficas e riquezas naturais terão como conseqüência um destino correspondente. Temos uma juventude, uma possibilidade de grandeza, uma vida já rica de realizações e isso nos obriga, uma vez que soou a hora da consciência plena de nossa presença na terra, a indagar e saber se caminhamos com segurança, se a nossa causa está perdendo ou ganhando terreno. Cumpre-nos — e seria mal se o não fizéssemos — renovar a pergunta sempre oportuna, que é a de saber o que queremos, o fim que colimamos e o que pretendemos. Na verdade, Deus nos preservou, a nós, povos americanos, de sofrimento atrozes, por que passaram, com as guerras, os nobres e antigos povos do Ocidente. Creio, porém, que o desejo comum é um só, o de encontrar o caminho da Paz. Queremos ser fortes, nós, latino-americanos, para servirmos à Paz, para trabalharmos pela Paz. Queremos constituir, nesta considerável região do Mundo Novo, com os nossos quase duzentos milhões de habitantes, um centro de resistência, um centro ativo em favor da causa ocidental. Esta é, mais do que a ambição, a vontade decidida da América Latina. Não é uma idéia do Brasil, não é a idéia ou a iniciativa de nenhum país em particular, mas a aspiração e, mesmo o estado de espírito de tôda a família continental íbero-americana. Estamos todos ligados por um mesmo sentimento, por uma mesma noção de que a hora chegou de nos unirmos com a nossa grande República irmã, os Estados Unidos, com todos os países da Europa Ocidental, para procurarmos juntos um entendimento que preserve e melhore a condição do homem e harmonize os que talvez sejam mais dessemelhantes, do que contrários.

Necessitamos, para que a nossa causa não constitua apenas uma doutrina e um pensamento puro, mas que tenha uma aplicação pragmática, de nos dedicar à cura de um mal que está na

raíz de todos os outros, o mal do subdesenvolvimento. Sabemos que estabelecer um regime de igualdade é qualquer coisa de sobre-humano, mas temos de fixar, como princípio de tôda a luta, que a existência da miséria é um pecado e um estigma, que deve ser apagado da face da terra, na medida do possível.

Agora, estamos no momento histórico em que os muito pobres sabem que o são, em que as populações das zonas subdesenvolvidas refletem sôbre o seu estado e se revoltam ao verificar que a técnica mais rica e mais variada do presente, em lugar de diminuir o desnível entre os povos, ameaça, distanciá-los uns dos outros cada vez mais, estabelecendo muros intransponíveis. Não é puro idealismo vago, mas uma imposição da hora, valorizar as áreas insuficientemente aproveitadas e elevar o padrão de existência dos núcleos humanos privados de qualquer confôrto.

Esta é a tarefa do Ocidente, esta é a doutrina, a devoção e a causa de Vossa Excelência, Senhor Presidente Gronchi, esta é a obra admirável do povo italiano, que está vencendo todos os dias a sua luta contra condições adversas.

A idéia do milagre que é a pátria de vossa excelência nos entusiasma e alvoroça as nossas esperanças. Sois um dos mais antigos povos e uma das mais antigas terras do mundo. Mas sois a própria juventude sôbre a terra, sois um prodígio de juventude. Sois um povo verde, amais a vida, o próximo, as coisas belas, e considerais o trabalho como uma bênção.

Trouxestes para o Brasil e transfundistes em nosso organismo nacional êsse mesmo ardor de vida, êsse entusiasmo pelas grandes obras. Desejo aqui referir-me, apenas de passagem, pois terei outra ocasião de voltar ao assunto, à inestimável contribuição do espírito realizador e do trabalho fecundo dos italianos que encontraram aqui uma segunda Pátria.

Sois resistentes às dores e amantes de tudo o que é bom e belo. Tudo canta na Itália, tudo se mobiliza contra a condição fatal do homem, que é a do sofrimento e da morte. Os próprios santos italianos são fontes de amor e de alegria, sobrepondo-se ao sofrimento. Quem não ama a Itália, não ama também o que há de mais exaltadamente afirmativo no ser humano.

Na luta pelo desenvolvimento, considerada como exigência da causa do Ocidente, tendes um grande papel a desempenhar, pois sois ao mesmo tempo criadores de beleza e detentores de poder técnico, artistas e sábios, engenhosos e fortes no afrontar os problemas concretos.

Vossa Excelência, Senhor Presidente, é um dos homens particularmente talhados para compreender o que queremos neste

momento. Como cristão, sabe o que hoje não é possível esquecer, essa verdade proclamada por Bossuet: a Igreja, no seu primeiro plano, foi construída para os pobres, os verdadeiros cidadãos da bem-aventurada cidade, que a Escritura denominou "a cidade de Deus".

Na luta para que, na cidade terrestre, sejam minoradas as desventuras dos humildes e saneados os males da extrema desigualdade, que constitui a parte frágil e a contradição do Ocidente cristão, devemos empregar-nos a fundo.

Peço-lhe que me perdoe, Senhor Presidente, a extensão dêste discurso. Tinha muito que lhe confiar, o que explica o excesso com que falei.

Que, para terminar, me seja permitido saudar em Vossa Excelência e na ilustre Senhora Gronchi, a gente italiana, a admirável gente da Itália, eternamente reflorindo sôbre a gleba veneranda e para nós a mais sagrada, fonte da cultura e do espírito ocidental, a que estamos todos ligados pelo gôsto de ordem e pela graça de Deus".

DISCURSO DO PRESIDENTE GIOVANNI GRONCHI

"Senhor Presidente.

As normas protocolares das quais vós, como eu, Senhor Presidente, sentis o embaraço, não são tão insuperáveis que me induzam a exprimir em formas convencionais aquela comoção que despertou em mim o vosso discurso apaixonado e humano e, ao mesmo tempo, realístico.

Mas devo agradecer-vos profundamente, em primeiro lugar, pelas palavras por vós dirigidas, na minha pessoa, à Itália tôda e acrescentar a êste agradecimento a minha grata saudação ao Govêrno e ao povo brasileiro que vós, como primeiro magistrado da Nação, representais e personificais de modo tão incisivo.

Com os agradecimento e os votos que me é muito grato apresentar à Nação Brasileira e a vós, exprimo o sentimento do meu país, que neste evento sente renovar-se e consolidar-se a tradicional amizade que o une a êste grande, jovem povo em ascensão.

E certamente, durante vossa ainda que curta visita a Roma, quando a simpatia espontânea que se formou em volta de vossa pessoa, com uma intensidade que não é habitual para o ânimo dos italianos, nem para a sensibilidade da Cidade Eterna, acostumada a encontrar o que a cultura, a arte, a política do mundo

podem oferecer de mais elevado e sugestivo, registrastes o clima de entendimento cordial que os inúmeros vínculos que unem a Itália ao Brasil tinham repentina e vivamente estabelecido.

Quanto a mim, desde a minha chegada a esta incomparável Capital, tive a confirmação dos sentimentos análogos que vivem no coração brasileiro na calorosa intensidade das recepções que me foram dispensadas como representante da Itália.

Deveria dizer que as recepções tiveram também reflexos sôbre a minha pessoa — além dos meus méritos. Mas vós, Senhor Presidente, quisestes falar de uma afinidade espiritual entre nós por experiências sofridas em comum, e acrescentar que essas experiências orientaram, depois, a vida de cada um de nós aproximando o nosso coração e nosso intelecto das massas populares e das suas exigências humanas. Vós me comovestes, sem acentuação retórica, porque me oferecestes a prova exaltadora de que homens de tradição, formação e procedências diversas não falam sòmente uma linguagem comum, mas encontra linhas de ação convergentes diante dos sofrimentos dos homens, pela triste escravidão da necessidade e a indiferente e calculada negação da justiça.

Nesta viagem — a primeira que um Chefe de Estado italiano faz ao Brasil e, idealmente, a todos os paises sul-americanos — não tive a necessidade de procurar os motivos de uma cordialidade tão expressiva e sincera. Vieram-me imediatamente à memória os numerosos atos de amizade com os quais se manifestou o mais sincero espírito de compreensão de parte do vosso País para acompanhar a Itália, após o drama da Segunda Guerra Mundial, no longo e árduo caminho de seu soerguimento. Se a história dêstes últimos lustros, por vós todos conhecida, me consente afirmar com legítimo orgulho que êsse soerguimento foi rápido e vigoroso, desejo afirmar-vos que o Govêrno e o povo italianos não esquecem, nem esquecerão, que o Brasil quis ficar ao lado da Itália naquela crítica contingência de sua vida.

Os tradicionais vínculos de amizade entre a Itália e o Brasil são, pois, uma realidade que tem raízes profundas e remotas. Sob o comum denominador latino e cristão que une històricamente os nossos dois povos, êsses vínculos estreitaram-se e consolidaram-se no tempo e consagraram-se no trabalho que milhares e milhares de italianos realizaram entre vós e convosco nesta terra hospitaleira onde encontraram sua segunda Pátria e onde contribuíram com os seus braços e com as suas mentes para o desenvolvimento da sua grandeza.

Vós hoje, Senhor Presidente, quisestes superar esta realidade que se alimentou do passado, êste ainda que substancial balanço das relações de amizade entre dois povos, e quisestes olhar sobretudo para o futuro. Ousaria, por isso, aceitar a definição de "histórico" para o nosso encontro, porque me parece que o mesmo vem a abrir o caminho, em vários setores, a uma colaboração construtiva dos nossos governos e dos nossos povos. Evolução por mim auspiciada, consenti-me lembrá-lo, desde quando tive a honra e a satisfação de visitar os Estados Unidos e a sede da ONU, e por vós compartilhada desde quando a confiança do povo vos levou ao supremo cargo do Estado.

Ora é evidente para todos, mesmo para os que são os mais lentos e se afastarem dos "status quo" mentais, que tal iniciativa está necessàriamente ligada às orientações que o momento político internacional sugere e, diria, impôs; e, por isso, vossa corajosa ação, Senhor Presidente, e a de vosso govêrno, pode-se dizer que procedem conformando-se ao curso dos fatos, e — se quisermos empregar uma frase solene — ao curso da História.

Enxertando-se no tronco nobilíssimo das pátrias tradições políticas e diplomáticas — e desejaria evocar, entre tantas, as grandes sombras do Barão de Rio Branco e de Rui Barbosa — o novo dinamismo do Brasil reivindica realìsticamente, sobretudo no campo internacional, uma justa apreciação dêste grande e para nós todos indispensável continente latino-americano. É um grande e generoso caminho que se vai abrindo rumo a uma política concreta de trocas e de compromissos no campo internacional, o qual, partindo de interêsses nacionais, se articula e harmoniza em entendimentos superiores.

Quero ora dizer-vos, Senhor Presidente, que meu país tem dedicado uma compreensão amadurecida e uma colaboração efetiva a esta exigência do momento histórico, por que também a Itália sente — como tendes observado — que é o direito de um povo de ser ouvido quando êle aceita como dever de enfrentar riscos para a defesa de uma grande causa comum, grande no sentido político e humano, qual a da defesa da liberdade e da dignidade do homem e das nações. Meu país acompanha com vivíssimo interêsse esta política do Brasil, que olha para o futuro e se liberta do pragmatismo hábil mas perigoso de dia a dia, porque sabe quanto essa política é consubstanciada e guiada pela consciência do equilíbrio imprescindível de direitos e deveres que essa implica. Isto é, o meu país sabe que se essa consciência tem levado e leva, também para o Brasil, a assumir deveres preciosos e, as vêzes, até preocupantes, isto justifica a expec-

tativa de que venha, de parte internacional, o reconhecimento concreto da contribuição que o Brasil, como tôda a América Latina, pode trazer para a construção de uma nova e mais segura convivência entre os povos. Quem ousaria reduzir esta posição a estéril móvel de prestígio, negando que uma visão consciente e larga à prosperidade, à segurança, à paz de cada nação é condicionada por uma interdependência que seria anti-histórico negar?

Partindo dêstes pressupostos que constituem a base da ação política italiana, seja-me consentido aproveitar o feliz ensejo dêste solene, e, ao mesmo tempo, cordial convívio italo-brasileiro, no tradicional quadro dêste Itamarati, nas nobres tradições diplomáticas brasileiras, para afirmar que também o govêrno e o povo italianos estão convencidos de que o problema da Liberdade e da Democracia encontra soluções frágeis e provisórias, caso não se reconheça que o mesmo se identifica com o problema da justiça.

Sòmente o respeito da Justiça na vida internacional e na interna, une o povo ao Estado e ao seu desenvolvimento numa democracia harmônica.

Daí vosso apaixonado apêlo aos ricos, homens e nações, para que ajudem os pobres, não sòmente pelo preceito da caridade, que é, contudo uma nobilíssima virtude cristã, mas pela convicção de reconhecer um direito e de cumprir um dever.

Eis a sábia política com a qual vós, Senhor Presidente, pusestes, nestes últimos tempos, à ordem do dia internacional os problemas — fundamentais para a segurança e a prosperidade do nosso mundo — de um desenvolvimento equitativo e harmônico de todos os povos com relação ao potencial e aos recursos de cada um dêles, e a crescente necessidade de uma participação mais ativa de tôda a América Latina na ação comum.

A gravidade dos problemas que o momento nos impõe — políticos, econômicos e sociais — exige de quem recebeu democràticamente o mandato da direção dos povos, de passar dos problemas fáceis para as obras mais difíceis, e de assentar estas já sôbre bases concretas e realísticas. Por esta estrada, creio que ambos podemos afirmá-lo, está-se encaminhando felìzmente a colaboração ítalo-brasileira. Os acôrdos e os entendimentos que nossos dois Ministros das Relações Exteriores se aprontam a consagrar solenemente, representam, certamente, sua fausta e lógica premissa.

A atmosfera de imediata simpatia que marcou êste nosso novo encontro, Senhor Presidente, e as recepções de que fui alvo nesta estupenda cidade — vigiada, por misterioso privilégio,

pela augusta imagem de Cristo — são o melhor auspício para a minha viagem oficial ao Brasil que aqui se inicia. No imenso panorama desta terra que se descortina à vista do viajante como uma solene sinfonia de arquiteturas naturais e humanas, ser-me-á possível observar alguns dos aspectos mais belos do grande País amigo de que tenho a honra de ser o hóspede.

É neste espírito e com êstes sentimentos que levanto a taça à prosperidade do povo brasileiro, à vossa felicidade pessoal, Senhor Presidente, e à de vossa gentil espôsa".

DECLARAÇÃO DE SÃO PAULO

"Os Presidentes dos Estados Unidos do Brasil e da República Italiana, confirmando o propósito comum de tornar cada vez mais amistosas e atuantes as relações entre os dois Países, afirmam que o Brasil e a Itália — obedecendo também aos seus próprios interêsses fundamentais — devem e podem prestar efetiva contribuição em prol do estabelecimento de um equilíbrio mais durável nas relações entre os povos, e, por conseguinte, para a causa da paz. Assim, os Presidentes concordam na necessidade do que os dois Países envidem todos os esforços para que a sua colaboração se torne um instrumento válido para alcançar tão alta finalidade.

Os dois Presidentes estão persuadidos de que a atual crise nas relações internacionais, motivo de angústia para tôda a humanidade, pode e deve encontrar uma solução pacífica, correspondente ao progresso da civilização e à própria consciência dos povos do mundo inteiro. Mas estão, também, profundamente convencidos de que as justas soluções dos problemas, que causaram e ainda hoje mantêm em aberto esta crise, sòmente poderão realizar-se sob o signo de certos princípios morais diretamente oriundos da concepção cristã da vida, tão válida para os indivíduos, quanto para as Nações: o direito de cada povo à independência e o mútuo respeito das aspirações legítimas que dêle emanam; a faculdade de exercer direitos políticos e civis, liberdades estas que constituem, ao mesmo tempo, condições e expressões da dignidade do homem; o reclamo da justiça, que postula uma distribuição mais equitativa da riqueza e um padrão de vida mais elevado e mais digno das classes populares.

Tais princípios são as premissas imprescindíveis de uma democracia efetiva e de uma convivência internacional, pacífica, uma vez que determinam uma orientação coerente de progresso

social em cada país e uma colaboração solidária dos países mais ricos e poderosos com aquêles que ainda não alcançaram um grau de desenvolvimento adequado às necessidades essenciais dos seus povos. Faz-se, portanto, necessário que todos os que acreditam na verdade perene de tais princípios atuem, com empenho generoso, no sentido de que os ideais que constituem o patrimônio moral e político e a base da solidariedade internacional a que propende o Ocidente se amoldem a êsses princípios com realismo cada vez maior.

Coerentes com essa profunda convicção, os Presidentes e os Governos do Brasil e da Itália, na certeza de interpretarem o sentimento dos dois povos, propõem-se subordinar aos princípios que, de comum acôrdo, aqui reafirmaram, a ação política interna em suas respectivas nações e propugnar sua aceitação e realização nos outros países, sem prejuízo do pleno direito de cada povo a escolher, com independência a liberdade, o estilo de vida e o regime político mais conforme às tradições e mais adequado aos ideais que lhe são próprios.

Desta grande terra brasileira e desta cidade de São Paulo, onde já são visíveis e imponentes os primeiros resultados de uma livre colaboração entre povos de países e tradições diversos, destacando-se mui especialmente os italianos, tenazes realizadores de admiráveis iniciativas pela sua genial e fecunda vontade de trabalho, os dois Chefes de Estado querem dirigir um apêlo, em primeiro lugar às Nações Latinas da América e, também, às irmãs mais velhas da Europa. Umas e outras, se se propuserem fazê-lo responsàvelmente, deixando de lado os particularismos que as dividem, poderão atingir pelos meios mais adequados, um ponto de vista concorde sôbre os problemas internos e internacionais desta época atribulada e definir, concreta e progressivamente, as linhas de uma ação comum tendente a contribuir para a solução dos dramáticos contrastes que põem em perigo o desenvolvimento ordenado da vida livre de muitos países e paz do mundo.

O acôrdo e a ação assim preconizados não aproveitarão sòmente às nações que o vínculo indestrutível da latinidade manteve até agora, e manterá no futuro ligadas entre si, inclusive no sentimento popular, mas, enquadrando-se no campo mais vasto daquela solidariedade que une o Ocidente Europeu às grandes democracias da América do Norte, tornarão mais eficaz e fecunda sua paciente obra de defesa e edificação da paz na segurança e liberdade para todos os povos.

É com plena confiança nesta possibilidade de colaboração para o advento de uma era mais serena, em que as conquistas do engenho e da operosidade do homem do nosso tempo tenham o emprêgo mais útil à evolução moral e material, tanto dos indivíduos, quanto das coletividades nacionais, que os Presidentes dos Estados Unidos do Brasil e da República Italiana assinam esta Declaração, por ocasião do seu encontro, prenúncio e compromisso de solidariedade operante entre as duas Nações Latinas.

São Paulo, aos 10 dias de setembro de 1958. — (a) *Juscelino Kubitschek de Oliveira.* — (a) *Giovanni Gronchi.*"

NOTA CONJUNTA

"Na hora em que o Presidente Giovanni Gronchi põe têrmo à sua visita à terra brasileira, após uma viagem inesquecível cujo relevante alcance começa a ser compreendido e avaliado em tôda a sua extensão e importância, os Presidentes do Brasil e da Itália julgam oportuno reafirmar a grande utilidade dos entendimentos alcançados.

Animados sempre por um espírito de cordialidade e pelo desejo de servir ao fortalecimento das relações entre o Brasil e a Itália, os dois Presidentes reiteram seu propósito de colocar tais relações a serviço da defesa dos altos valores espirituais da civilização cristã e da dignidade da pessoa humana, que constituem a própria base da Causa do Ocidente.

No decurso dos dias festivos desta memorável jornada de confraternização ítalo-brasileira, os entendimentos tornaram-se cada vez mais completos encontrando plena justificação e estímulo crescente na consagração popular, nas entusiásticas manifestações que se repetiram por ocasião dos encontros dos dois Chefes de Estado em diferentes pontos do território brasileiro.

Ao dar-se por finda uma visita de tamanha significação, os dois Presidentes reafirmam a sua profunda confiança de que os inesquecíveis contactos pessoais, as trocas de pontos de vista e as conversações havidas farão com que, dêste encontro, venha a nascer algo de positivo, prático e atuante.

Os dois Governos firmaram acôrdos bilaterais dos quais resultarão uma intensificação de intercâmbio ítalo-brasileiro, a solução de vários problemas de interêsse comum e o planejamento de uma fecunda colaboração técnica em diversos domínios,

especialmente os da agricultura e da indústria, favorecendo a iniciativa privada nos dois países. Além disso, o Brasil e a Itália encontraram-se de completo acôrdo para delinear uma posição internacional e uma ação pacífica correspondente à sua vocação de nações latinas e cristãs, a bem dos dois Países, ligados por vínculos indestrutíveis em prol da causa dos povos que desejam viver em harmonia e em liberdade.

Felizes por terem podido contribuir para essa obra de aproximação e amizade, os Presidentes dirigem aos dois povos comovida saudação e pedem a Deus que vele sôbre os seus destinos."

ONU — A CRISE DO ORIENTE MÉDIO

A revolução deflagrada no Iraque, a 14 de julho do corrente ano — na qual perderam a vida o Rei Faisal, o Príncipe Herdeiro Abdul Illah e o Primeiro Ministro Nuri es Said — derrubou o regime monárquico e instituiu sem demora um govêrno republicano, sob a chefia do Brigadeiro Abdul Karim Qasim. Um dos primeiro atos do novo govêrno foi a dissolução da União Árabe, pactuada entre o Iraque e a Jordânia, a 14 de fevereiro de 1958.

Êstes acontecimentos tiveram ampla repercussão na política internacional e agravaram sensìvelmente a crise em evolução no mundo árabe. Agravando-se, em conseqüência, a luta civil do Líbano, o Presidente Camille Chamoun solicitou o auxílio do Govêrno dos Estados Unidos da América, o qual fêz desembarcar naquele país parte das tropas estacionadas no Mediterrâneo. Atendendo a idêntica solicitação do Rei Hussein, o Govêrno Britânico enviou contingentes militares para a Jordânia.

Para tomar conhecimento dessa conjuntura, que aumentou sobremodo a tensão entre o Ocidente e a União Soviética, a Assembléia Geral das Nações Unidas, por convocação do Conselho de Segurança, realizou, na segunda quinzena de setembro, uma reunião especial, em que a situação do Oriente Médio foi longamente debatida. No final dos debates a Assembléia-Geral aprovou uma Resolução que, pelos seus têrmos conciliatórios, foi votada por unanimidade, inclusive pelos representantes dos países árabes.

Reproduzimos a seguir o discurso em que o Embaixador Ciro de Freitas Vale expressou o pensamento do Brasil, e bem assim o texto da Resolução aprovada em data de 21 de setembro.

DISCURSO DO EMBAIXADOR FREITAS VALE

"Foi com satisfação que a minha delegação tomou conhecimento da decisão unânime do Conselho de Segurança, quanto à convocação de uma sessão de emergência da Assembléia-Geral. Embora lamentemos que a falta de unanimidade entre os membros permanentes haja impedido o Conselho de Segurança de tomar providências imediatas e efetivas, quer no Líbano, quer na Jordânia, nós acolhemos com satisfação a oportunidade de ouvir as opiniões das várias nações aqui representadas e de expressar a nossa própria opinião.

Vivemos em um mundo que foi integrado pela tecnologia e pelos inventos da ciência moderna em tal proporção que nenhuma nação pode permanecer indiferente a acontecimentos de caráter político e militar, que ameaçam a paz internacional e a segurança, mesmo quando ocorrem em áreas que, de acôrdo com os conceitos geográficos, podem ser consideradas remotas. Meu país, e creio que também tôda a América Latina, está profundamente interessado e preocupado com o desenvolvimento da situação no Oriente Médio. Estamos determinados a tomar parte ativa, não só nas discussões que se efetuam neste fôro internacional, mas também nas decisões e ações que possam surgir das nossas deliberações. Com vossa permissão, Sr. Presidente, recordarei a esta assembléia uma frase do meu Presidente, em sua carta ao Presidente dos Estados Unidos, referente à nossa atitude ante os problemas mundiais: "Esta parte importante de nosso continente — a América Latina — deve sair da posição secundária que vem ocupando até agora no cenário internacional, e sua voz deve ser ouvida tôda vez que estejam em jôgo os destinos dos povos. É dentro do espírito dessa declaração que me aventuro a expor, ante esta assembléia, os pontos de vista de meu govêrno sôbre a situação no Oriente Médio.

É algo irrealístico, senão artificial, confinar nossas discussões e restringir nossa ação aos dois países do Oriente Médio que estão em nosso pensamento. Embora a situação no Líbano e na Jordânia dê lugar a considerável preocupação, ela é apenas o ominoso sinal de problemas complexos e interdependentes em que fôrças poderosas, legítimas ou não, atuam livremente. Por isso ela deve ser vista num contexto mais largo.

Existem no Oriente Médio, segundo vejo, quatro fatos diferentes e igualmente poderosos. O primeiro é o nacionalismo. É preciso ser cego para não ver o despertar de um novo espírito

em áreas que até há pouco pareciam adormecidas e apáticas. O nacionalismo não é um fenômeno particular do Oriente Médio. É, antes, uma atitude política que encontra apoio entusiasta em tôdas as regiões do mundo e especialmente naquelas que agora assumem uma posição de responsabilidade no cenário internacional; não há fôrça militar suficientemente poderosa para sufocar o espírito nacional que tão agudamente se fêz sentir no Oriente Médio. Sòmente com sabedoria e com visão será possível canalizar essa fôrça irresistível para um processo ordenado de evolução. É, portanto, com grande satisfação que notamos, tanto nas propostas do Presidente dos Estados Unidos, como nas do secretário-geral, uma compreensão da realidade da situação.

O segundo fator é o de subversão. Seria supérfluo e fora de lugar discutir aqui a definição das diversas formas em que pode ocorrer uma agressão. A "agressão indireta" resiste a tôda definição, mas isso não quer dizer que não possa ser tão efetiva como outros tipos de ação violenta, que são fáceis de definir. Julgo que os desejos de dominação mundial, que parecem ditar a política de certos países, estão tirando vantagem, por meios insidiosos, dos movimentos nacionalistas do mundo inteiro. O problema que se apresenta às Nações Unidas, e que preocupa as mais poderosas nações do mundo, é o de saber distinguir entre as legítimas aspirações dos povos e os interêsses egoístas de certos governos.

O terceiro elemento é a presença do Estado de Israel. A Assembléia conhece a atitude intransigente que parece ser o único denominador comum entre Israel e as nações árabes. Persiste, contudo, o fato de não ter sido encontrada solução duradoura dos problemas da região, da qual depende o estabelecimento de uma forma de coexistência entre Israel e os seus vizinhos árabes.

Já disse, em ocasiões anteriores, que meu govêrno sustenta que os Estados árabes devem ser convidados a discutir cordialmente com Israel todos os problemas comuns. O assunto dos refugiados da Palestina e os projetos de expansão econômica da região, vitais para a solução da atual crise do Oriente Médio, oferecem oportunidade única para tal intercâmbio de idéias. Oxalá estas palavras amistosas sejam ouvidas.

O quarto e último elemento é a presença, na região, de algumas das mais ricas jazidas petrolíferas do mundo e a influência que isso tem sôbre a economia, não só da própria região, como também de todo o mundo ocidental.

Eis como a situação no Oriente Médio se nos apresenta. Duvidamos que qualquer ação que seja empreendida agora pelas Nações Unidas possa resolver, a contento geral, todos os problemas que têm sido abordados. Estamos convencidos, todavia, de que êste é o momento de começar a agir.

O primeiro passo deve ser o de certificar-nos de que medidas são as que aplicariam os próprios países do Oriente Médio. Com êsse fim, respeitosamente, sugiro que a Assembléia-Geral faça novamente uso dos serviços do secretário-geral. Considero que uma visita urgente do sr. Hammarskjoeld ao Oriente Médio serviria para esclarecer a situação e colocar a Assembléia em melhor posição para prosseguir nas suas deliberações. Lembro o êxito obtido pelo secretário-geral em circunstâncias análogas, e estou convencido de que uma série de consultas, em diversos países do Oriente Médio, permitiriam que Hammarskjoeld ampliasse as propostas que apresentará à Assembléia-Geral em sua primeira reunião ordinária.

A atuação no terreno político deve unir-se, sem embargo, a uma forte determinação de ajudar e de participar no processo de crescimento econômico, causa principal do desassossêgo no Oriente Médio e em outras regiões. Jamais houve um abismo tão grande entre as regiões desenvolvidas e as não desenvolvidas. E não esqueçamos que êsse abismo se faz dia a dia maior. É um fato que muitos desconhecem. Não se terá dado nenhum passo de importância para a solução dos problemas do mundo até que a eliminação dêsse abismo seja a preocupação primordial das grandes potências.

A crise do Oriente Médio é um exemplo frisante das repercussões políticas de causas econômicas subjacentes. A êsse respeito os problemas do Oriente Médio são semelhantes aos de outras áreas do mundo onde os fatos econômicos, se ignorados, acarretarão inevitàvelmente a intranqüilidade política e social e prepararão o terreno para as atividades subversivas.

Por isso nos regozijamos com a iniciativa de criar-se uma instituição árabe de desenvolvimento regional, cujo papel seria acelerar o progresso em campos como a indústria, a agricultura, o abastecimento de água, a saúde e a educação. Agrada-nos especialmente que essas disposições sejam levadas em conta para outras regiões. Concedemos especial importância ao fato de o Presidente dos Estados Unidos ter-se referido às consultas que se realizam com países da América Latina, para reforçar o desenvolvimento econômico do Hemisfério Ocidental. Seja-me

permitido, a êsse propósito, citar, uma vez mais, a recente declaração do Presidente de meu país:

"A luta contra o subdesenvolvimento é uma estratégia indispensável e de primordial importância. As fôrças democráticas não poderiam apresentar ao mundo uma fórmula para curar seus males, quando os mais importantes baluartes da resistência democrática apresentam impressionantes exemplos de subdesenvolvimento".

A situação no Oriente Médio, tal como ora se apresenta, dá às Nações Unidas uma grande oportunidade para eficiente assistência. O trabalho do Grupo de Observação, no Líbano, merece nosso irrestrito apoio. Nós aplaudimos a decisão do Secretário-Geral no sentido de fortalecer o Grupo e de ampliar-lhe o escopo. Temos a certeza de que as Nações Unidas oferecem o melhor, senão o único caminho para a solução da atual crise do Oriente Médio, solução baseada no respeito à independência dos países interessados, dentro dos princípios de justiça."

RESOLUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

"A Assembléia-Geral,

Tendo examinado o ponto intitulado "Questões examinadas pelo Conselho de Segurança em sua 838ª sessão, a 7 de agôsto de 1958";

Notando o objetivo da Carta segundo o qual os Estados deveriam "praticar a tolerância e viver em paz uns com os outros num espírito de boa vizinhança";

Notando que os Estados árabes decidiram, no Pacto da Liga dos Estados Árabes, "estreitar os laços profundos e numerosos que unem os Estados árabes, cimentar e estabilizar êsses laços, na base do respeito pela independência e pela soberania dêsses Estados, e orientar seus esforços para o bem comum de todos os países árabes, a melhora de sua sorte, a garantia de seu futuro e a realização de suas aspirações e de suas esperanças";

Desejosa de atenuar a tensão internacional:

"A"

1) Acolhe com satisfação as garantias renovadas que lhes deram os Estados árabes, de observar as disposições do Artigo

8 do Pacto da Liga dos Estados Árabes, nos têrmos do qual "todo o Estado membro se compromete a respeitar o regime de govêrno estabelecido em outros Estados membros, considerando isso como interessando exclusivamente nesses Estados", e "cada Estado se compromete a abster-se de qualquer ação que vise a mudança de um regime estabelecido de govêrno".

2) Convida todos os Estados membros a agirem em estrita conformidade com os princípios do respeito mútuo, da integridade territorial e da soberania de cada um, de não-agressão, de estrita não-interferência nos assuntos internos de cada um, e de vantagens iguais e mútuas, e a proceder de modo a que a sua conduta, em palavras e em atos, esteja de conformidade com êsses princípios.

"B"

Solicita ao secretário-geral adotar sem demora, em consulta com os governos interessados e de conformidade com a Carta, levando em conta a secção "a" da presente Resolução, as medidas de ordem prática que ajudem, de maneira apropriada, a manter os fins e os princípios da Carta, no que se refere ao Líbano e à Jordânia, nas circunstâncias atuais, e facilitando, assim, a próxima retirada das tropas estrangeiras dos territórios dos dois países.

"C"

Convida o secretário-geral a continuar seus estudos em curso, e, nesse sentido, proceder a consultas, segundo lhe convenha, com os países árabes do Oriente Próximo, visando uma assistência eventual referente a uma instituição de desenvolvimento árabe destinada a favorecer o crescimento econômico dêsses países.

"D"

1) Solicita aos Estados membros que cooperem plenamente na execução da presente Resolução;

2) Convida o secretário-geral a apresentar um relatório nos têrmos da presente Resolução, segundo lhe convenha, devendo o primeiro relatório ser apresentado o mais tardar a 30 de setembro de 1958".

ONU — XIII ASSEMBLÉIA-GERAL

A XIII Assembléia-Geral das Nações Unidas instalou-se na sede da Organização, em Nova Iorque, a 16 de setembro do corrente ano.

Logo depois de abertos os trabalhos procedeu-se à eleição da Mesa. Para a presidência foi eleito o Sr. Charles Malik, Chefe da Delegação da República do Líbano e, para as treze vice-presidências os representantes dos seguintes países: Estados Unidos da América, Equador, Grã-Bretanha, França, Uruguai, Paquistão, União Soviética, Austrália, Indonésia, Nepal, Tcheco-Eslováquia, Países Baixos e China Nacionalista.

No mesmo dia as comissões principais designaram os seus respectivos presidentes, tendo sido eleitos: para a Comissão Política, Miguel Rafael Urquia, de El Salvador; para a Comissão Política Especial, Mihai Magheru, da Rumânia; para a Comissão Social, Eina Tsildaris, da Grécia; para a Comissão de Tutela, Frederick B. Boland, da Irlanda; para a Comissão de Orçamento, Claude Correa, do Ceilão; para a Comissão Jurídica, Jorge Castañeda, do México.

A Delegação do Brasil foi chefiada pelo Embaixador Francisco Negrão de Lima, Ministro de Estado das Relações Exteriores, dela fazendo parte, como delegados, os Embaixadores Ciro de Freitas Vale e Gilberto Amado, o Senador Cunha Melo, o Deputado José Jófili e o Dr. Augusto Frederico Schmidt; e, como delegados substitutos, os Ministros Jaime de Barros, João Augusto de Araújo Castro, Eurico Penteado, Carlos Alfredo Bernardes e Dora de Vasconcelos.

No debate geral, realizado logo após a instalação dos trabalhos, o Embaixador Negrão de Lima, como Chefe da Delegação do Brasil, pronunciou o discurso a seguir transcrito.

DISCURSO DO EMBAIXADOR NEGRÃO DE LIMA

"Ao tomar a palavra neste debate geral com que iniciamos a décima terceira sessão da Assembléia das Nações Unidas, julgo oportuno trazer, aos representantes de quase todos os países do mundo aqui reunidos, maiores informações sôbre o novo movimento de política internacional em que está empenhado o Brasil, juntamente com os demais Estados Americanos.

O movimento de revitalização da unidade continental. denominado "Operação Pan-Americana", apesar de constituir originàriamente uma iniciativa de caráter regional, a juízo de meu Govêrno ultrapassa de muito os limites dessa qualificação, para adquirir significado e alcance universal, pois os seus objetivos correspondem às aspirações e às necessidade de todos os povos. É certo que a melhor maneira de alcançar as finalidades que, ano após ano, vêm congregando os Estados nas reuniões desta Organização é a de se atender, de modo mais consciente e eficaz, a problemas que reclamam angustiosamente solução adequada nas diferentes regiões do mundo. É também evidente que se torna mais fácil cuidar de problemas dos quais possuímos conhecimento imediato e direto do que tentar resolver com a mesma proficiência aquêles que se situam fora das áreas a que pertencemos. Pareceu assim, ao meu Govêrno, em consonância com as aspirações e necessidades dos povos americanos, já manifestadas em tantas ocasiões, que o momento era chegado para que fôsse encetada uma ação decisiva e dinâmica no sentido de erradicar o subdesenvolvimento das Américas. Não nos era possível fechar os olhos por mais tempo à situação aflitiva em que se encontram as populações de vastas zonas do nosso continente, atingidas de modo cruel pelos males do subdesenvolvimento. Faltar-nos-ia autoridade moral para o cumprimento efetivo dos deveres de caráter universal que nos impõe a Carta desta Organização, se não pudéssemos, do mesmo passo, dar mostras do nosso propósito de oferecer remédio para aquêles males. Eis por que a Delegação do Brasil se associou, vigorosa e entusiàsticamente, aos Estados que propuseram, durante a Décima Segunda Sessão da Assembléia-Geral, a criação de uma Comissão Econômica para a África. Afigurou-se-nos que deveríamos propiciar aos povos africanos a oportunidade e os meios para uma análise conveniente dos problemas e das soluções que os mesmos estavam a reclamar. Um melhor conhecimento das necessidades daquele Continente contribuirá, por certo, para atenuar as repercussões políticas — cuja gravidade na hora atual não é mister encarecer — de fatôres eminentemente econômicos e sociais.

Não é mais lícito duvidar que existe uma correlação evidente entre o subdesenvolvimento de determinadas áreas e as fricções locais que vêm ameaçando a paz da humanidade. Na miséria e no descontentamento é que fermentam e proliferam as manifestações de uma política de desespêro que poderá invalidar em definitivo as tentativas de implantação da concórdia universal. A experiência de treze anos de existência desta Organização

tornou patente que o subdesenvolvimento é a grande e verdadeira ameaça à segurança coletiva, visto que êle constitui sempre o instrumento das agitações de massa e dos ressentimentos nacionais contra povos mais afortunados. Êsse estado de insatisfação vem conduzindo algumas nações a ingressarem no perigoso caminho da adoção de ideologias contrárias à sua própria formação política e cultural, na ilusória esperança de encontrarem nas mesmas uma resposta adequada a seus problemas. Se aquêles que detêm o poder material de remediar essa situação não se apressarem em fazê-lo, testemunharemos, em breve, o colapso de importantes valores de civilização, indispensáveis à plena realização do conceito de universalidade das Nações Unidas, em conseqüência da ação diluidora do sentimento de desamparo crescente na alma dos povos esquecidos.

O Brasil aderiu com todo o entusiasmo à idéia de um esfôrço conjunto e cuidadosamente planejado pelo desenvolvimento harmônico das economias do Continente, convicto de que assim se rasgariam novas perspectivas para a conquista da paz, e é o fervor que nos animou nos primeiros passos dessa cruzada que nos serve de estímulo, para levantar aqui o problema, em têrmos universais. E fazemo-lo certos de que não tem autoridade para agitar a bandeira de uma nova esperança quem não está atento às angústias e necessidades de seu próprio povo, quem, a pretexto de servir a remotos ideais de tôda humanidade, se descuida de remediar os males prementes e imediatos que lhe dizem respeito. Vale lembrar que aqui se diz e repete, há muito, que o avanço tecnológico acentua e agrava os desníveis econômicos existentes entre certas nações. Foi nesse sentido, e por atentar nessas circunstâncias, que o Presidente Kubitschek dirigiu ao Presidente Eisenhower uma carta que mereceu pronta acolhida e que tantos ecos favoráveis despertou em todo o Continente.

Desejo ressaltar que o Govêrno brasileiro não visou, com essa iniciativa, a colhêr vantagens políticas, econômicas, ou outras, em benefício exclusivo do Brasil, mas apenas a servir aos interêsses de todos os povos do Continente, guardando, ao mesmo tempo, fidelidade aos princípios contidos na Carta das Nações Unidas, cujo fundamento mais relevante é a causa do bem-estar geral dos povos. Creio que ficou bem claro, Senhor Presidente, no que acima disse, que, de acôrdo com o pensamento do Presidente Juscelino Kubitschek, a Operação Pan-Americana, sendo um movimento regional, é também um movimento que se entrosa na luta geral contra o subdesenvolvimento. Os problemas econômicos que a Operação Pan-Americana se propõe solucionar não

são novos, nem estranhos à consideração dos diferentes órgãos das Nações Unidas. Ao contrário, de há muito vêm sendo examinados minuciosamente pela nossa Organização, que sôbre os mesmos se tem externado através de estudos, resoluções e recomendações, contadas por centenas, mas infelizmente não transportadas ainda para o campo da execução efetiva. É que tem faltado até agora, para a sua concretização, o ânimo criador nascido dos reclamos da opinião pública, convicta da necessidade inadiável de vencer a batalha do subdesenvolvimento. Diante da receptividade manifestada em pronunciamentos dos círculos governamentais e através da imprensa nos países que integram a grande comunidade americana, acreditamos poder assegurar a esta Assembléia que já existe, em nosso Continente, aquela disposição capaz de superar a aceitação passiva de uma realidade injusta, substituindo-a por uma ofensiva conjunta e irreversível em prol da valorização econômcia das áreas abandonadas e do bem-estar das suas populações.

Acreditamos, também, que a melhoria das condições gerais de vida das populações em todo o mundo, resultante da efetivação de iniciativas como a que agora esposamos, acarretará, sem dúvida, a diminuição das tensões políticas existentes, com a conseqüente liberação de fundos, estèrilmente empregados na corrida armamentista, para a aceleração do processo de emancipação econômica e social da humanidade. Teremos passado, assim, a uma era em que as energias imensas, ora desviadas para o aumento do potencial de destruição, encontrariam o seu verdadeiro destino na competição pacífica entre os países altamente industrializados que iriam disputar, entre si, a hegemonia na valorização rápida das zonas econômicamente fracas.

Em nossos dias, quando as conquistas da ciência ultrapassam de muito a fantasia dos antepassados, quando as grandes potências se lançam à conquista da imensidão êrma dos gelos e das vastidões espaciais, necessário se faz que o Homem não se esqueça de si mesmo e que se reencontre na sua condição verdadeira de origem, centro e finalidade das suas próprias realizações. Valorizar a existência e respeitar a dignidade do homem, permitindo-lhe a plena afirmação da personalidade, eis o benefício supremo que a redenção econômica há de assegurar à criatura humana.

Falando nesta Assembléia, não desejo deixar perder-se uma oportunidade tão especial para, em nome de meu País, proclamar a nossa firme convicção de que o espírito humano há de encontrar uma forma de equilíbrio, de harmonia e entendimento entre os

povos. Para isso, fôrça é que se reúnam todos os homens de boa vontade em tôrno dos princípios desta Organização das Nações Unidas, que tem sabido evitar tantos males, que se tem portado impávida em horas graves e serena em horas que pareciam marcar a destruição das nossas esperanças".

O MERCADO COMUM CENTRO-AMERICANO

Após sete anos de estudos e de trabalhos, vem de converter-se em realidade um importante projeto: a criação do Mercado Centro-Americano.

Como resultado da V Reunião do Comitê de Cooperação Econômica do Istmo Centro-Americano — integrado pelos Ministros de Economía dos cinco países da América Central — que se realizou Tegucigalpa, de 3 a 10 de junho do corrente ano, os representantes de Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua firmaram, na capital hondurenha, os Tratados por meio dos quais é estabelecido o Mercado Comum Centro-Americano. Dessa forma, uma área de quinhentos mil quilômetros quadrados com uma população aproximada de dez milhões de habitantes, criou a base para uma expansão econômica que jamais seria atingida se cada um daqueles países permanecesse isolado de seus vizinhos.

O programa de integração econômica centro-americano iniciou-se em 1951, sob os auspícios da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e com a cooperação da Secretaria dessa entidade e de diversas dependências das Nações Unidas incumbidas de tarefas de assistência técnica.

Dois são os instrumentos legais básicos sôbre que assenta a nova comunidade econômica: o tratado multilateral de livre comércio e integração econômica centro-americana, e seu complemento — o convênio sôbre o regime de indústrias centro-americanas de integração — que prevê acôrdos sucessivos para o desenvolvimento industrial da região. Desta maneira, as Repúblicas da América Central conseguiram dar expressão prática a uma parte substancial das aspirações que tradicionalmente as animaram no sentido da cooperação internacional.

O compromisso agora estabelecido tende a ampliar as bases do desenvolvimento industrial e enquadra-se na tendência recentemente manifestada para a formação do mercado regional latino-americano. Se bem que os convênios da América Central se

adaptem às necessidades e características especiais dessa zona, são sem dúvida compatíveis com os ajustamentos que mais tarde forem firmados entre os demais países do Continente.

Por meio do tratado multilateral — cuja duração inicial será de dez anos, prevista a renovação por igual período — as Repúblicas Centro-Americanas eliminaram os impostos e outros gravames à importação de produtos agrícolas e industriais originários de seus territórios. A lista inicial compreende mais de 200 rubricas da tarifa alfandegária e abrange cêrca de 1 000 produtos diversos, que constituem atualmente a têrça parte do comércio centro-americano. Essa lista poderá ampliar-se até alcançar, em dez anos, a quase totalidade do intercâmbio entre os países mencionados.

Ao mesmo tempo, estabeleceu o Tratado que os cinco países unificarão suas tarifas alfandegárias para a importação de matérias-primas e de produtos que poderão circular livremente entre êles. O tratado prevê medidas especiais para que certos produtos entrem no comércio livre, gradualmente, ou fiquem sujeitos a reservas transitórias por parte de alguns países.

O Convênio sôbre o regime das indústrias estabelece um conjunto de princípios e critérios destinados a promoverem uma industrialização mais rápida da América Central. Terá êle a duração de 20 anos e tornará possível a instalação, no Istmo, de novas indústrias de dimensão centro-americana, quer dizer, cuja capacidade de produção lhes permita operar em razoáveis condições de concorrência. Os Govêrnos centro-americanos, por meio de uma comissão de integração industrial, anunciarão oportunamente quais as indústrias que serão objeto de acôrdos suplementares.

As emprêsas industriais amparadas por êsse regime gozarão dos benefícios e isenções fiscais concedidas pelo país onde se estabelecerem. Seus produtos terão livre comércio na América Central, unificando-se quanto aos mesmos os direitos de exportação. Além disso, serão unificados os direitos de importação dos produtos similares e sucedâneos, assim como das matérias-primas requeridas para a sua fabricação. O Convênio contém ainda o princípio de que deverá existir reciprocidade e eqüidade na distribuição das novas indústrias entre os cinco países.

Se bem que as indústrias criadas no regime instituído gozem das vantagens acima mencionadas, é de notar-se que não se estabelece, em favor delas, uma situação de monopólio. Conjugou-se o sistema de vantagens previsto no Convênio a um outro que permite às indústrias nêle não integradas competirem

na base de reduções graduais das tarifas (10% anualmente), até obterem, ao fim de um decênio, plena liberdade de comércio para seus produtos. Isso significa que o objetivo fundamental do Convênio é estimular inversões industriais em escala suficiente e com localização adequada, para abastecerem tôda a América Central, sem impedir, porém, que, depois de alguns anos, entrem na concorrência novas indústrias, independentemente dos requisitos de localização ou de outra ordem.

A V Reunião do Comitê de Cooperação Econômica do Istmo Centro-Americano ocupou-se também de outras matérias que fazem parte do programa de integração econômica da região, tendo aprovado importantes resoluções sôbre eletrificação, habitação, indústria têxtil, indústria de celulose e papel, pesos e medidas, coordenação estatística, desenvolvimento agropecuário, indústria da pesca, capacitação profissional e produtividade, aspectos sociais do desenvolvimento e outros. Foi assinado um acôrdo sôbre circulação rodoviária e sinalização uniforme.

O programa de integração econômica da América Central é um dos que receberam, nos últimos anos, maior atenção das Nações Unidas, e particularmente da CEPAL e dos órgãos da assistência técnica internacional. A conclusão dos atos firmados em Tegucigalpa revelou o grau de maturidade atingido pelo projeto e, ao mesmo tempo, demonstrou a clarividência dos governos centro-americanos ao estabelecerem, entre si, uma forma de cooperação permanente para transformar em realidade um movimento unionista de profundas raízes históricas.

CONFERÊNCIA SÔBRE A ARBITRAGEM INTERNACIONAL

Sob os auspícios das Nações Unidas, reuniu-se na Cidade de Nova Iorque, a 20 de maio do corrente ano, uma Conferência Internacional destinada a elaborar uma convenção relativa à execução de sentenças arbitrais em matéria comercial.

A convocação dessa Conferência teve origem numa iniciativa da Câmara de Comércio Internacional que, em 1954, levantou, perante o Conselho Econômico e Social, o problema das sentenças arbitrais, propondo a substituição do Protocolo de 1923 e da Convenção de 1927 — instrumentos negociados e concluídos em Genebra, ao tempo da antiga Sociedade das Nações — que lhe pareciam não mais atender às exigências atuais. À Conferência

foi atribuída uma dupla tarefa: a de elaborar nova Convenção e a de estudar e propor outras medidas tendentes a fazerem da arbitragem um modo mais eficaz de solução dos litígios de direito privado.

Participaram da reunião os 45 Estados seguintes: Albânia, Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bielorússia, Brasil, Bulgária, Ceilão, Colômbia, El Salvador, Equador, Estados Unidos da América, Filipinas, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Guatemala, Hungria, Índia, Irã, Israel, Itália, Iugoslávia, Japão, Jordânia, Laos, Mônaco, Noruega, Paquistão, Panamá, Países Baixos, Peru, Polônia, República Árabe Unida, Suécia, Suíça, Tcheco-Eslováquia, Tailândia, Tunísia, Turquia, Ucrânia, União Soviética, Vaticano. Enviaram observadores: Indonésia, Malásia, México.

Para a presidência da Conferência foi eleito o Sr. C. W. A. Schurmann, dos Países Baixos, cabendo as três vice-presidências aos Srs. Chandra Kisan, da Índia; Constantino Ramos, da Argentina; e Jaroslav Pscolka, da Tcheco-Eslováquia.

Os trabalhos prolongaram-se até 10 de junho, data em que foram encerrados com a assinatura de uma "Convenção para o reconhecimento e a execução das sentenças arbitrais estrangeiras" e de uma Recomendação referente às medidas que podem tornar a arbitragem mais eficaz.

A ata final foi assinada por 40 Estados, porém a Convenção foi firmada apenas por 10, a saber: Bélgica, Costa Rica, El Salvador, Filipinas, Índia, Israel, Jordânia, Países Baixos, Polônia, República Federal da Alemanha.

A Convenção entrará em vigor 90 dias após o depósito do terceiro instrumento de ratificação ou de adesão. Para cada um dos Estados que posteriormente ratificar a Convenção, ou a ela aderir, sua vigência começará 90 dias após o depósito do instrumento respectivo.

EFEITOS DA RADIAÇÃO ATÔMICA

Foi divulgado pela Organização das Nações Unidas, no dia 10 de agôsto do corrente ano, o Relatório preparado pelos cientistas de 15 países (entre os quais o Professor Carlos Chagas Filho, do Brasil) que integraram o Comitê Especial incumbido de estudar os efeitos da radiação atômica.

Trata-se de um problema que vinha preocupando profundamente não apenas os cientistas, mas os homens de govêrno de todos os países do mundo, sobretudo em face do número crescente de explosões nucleares, calculadas em cêrca de 190 nos últimos anos. Essas experiências eram sempre acompanhadas de declarações segundo as quais o risco para a saúde das populações era irrelevante e de que o aumento da radiação resultante dos testes com armas atômicas era, até agora, insignificante.

Na verdade, a radiação natural, quer sob a forma de raios cósmicos, quer a encontrada em matérias terrestres, é assimilada por todos os sêres humanos, numa dose média de 3 unidades em cada 30 anos. No entanto, a sua variação é tão grande que, dependendo da zona em que vivemos, podemos ser obrigados a assimilar uma dose 10 vêzes maior. Em países onde os métodos de exame e cura pela radiação são comuns, os indivíduos estão sujeitos a receber doses de cêrca de 1 a 5 unidades num período de 30 anos. Supondo-se que os testes com armas atômicas fôssem encerrados no fim do ano, a dose média recebida das desintegrações terá sido de 0,01 ou 0,02 na área mais exposta.

O que preocupa sobretudo os governos e os cientistas é o possível efeito futuro das experiências nucleares já realizadas e das provas que ainda serão realizadas. Por exemplo, uma das doenças causadas pelos resíduos radioativos e, até agora, incuráveis, é a leucemia. Com uma população de, aproximadamente, 3 bilhões de pessoas ocorrem na terra 150 000 casos de leucemia por ano, dos quais a décima parte pode ser atribuída aos efeitos dos resíduos radioativos. Se as experiências cessarem êste ano, acredita-se que o aumento dos casos será de 400 a 2 000 durante certo número de anos. Se as experiências continuarem, êsse número poderá aumentar de 5 000 a 6 000 por ano.

Outro fato alarmante é o efeito que as radiações provocarão nos filhos e netos dos que a elas estão sujeitos hoje. Atualmente, levando-se em conta também a radiação natural, cêrca de 4% dos recém-nascidos apresentam defeitos genéticos. Numa população de 5 bilhões, isso significa 700 000 a 3 milhões por ano. Se as experiências cessarem êste ano, poderemos contar com um aumento de 2 500 a 100 000 incidências durante uma série imprevisível de gerações e, em caso contrário, isto é, se as experiências continuarem indefinidamente, o aumento poderá ser de 500 a 40 000 por ano.

O Relatório do Comitê Especial das Nações Unidas mostra, em têrmos gerais e precisos, que a radiação está aumentando. Qualquer medida visando diminuir a intensidade da radiação só pode redundar em benefício da saúde dos sêres humanos.

O capítulo mais alarmante do Relatório refere-se à declaração de que o índice da radiação já se elevou acima daquele que o Conselho de Pesquisas Médicas, da Grã-Bretanha, considerou no seu Relatório de 1956, perigoso e merecedor de sérios estudos.

Outro fato alarmante é o de que a radiação natural (que até agora estivera sempre em plano mais destacado do que a provocada pelo homem) seja relegada a um segundo plano. Podemos concluir ainda: 1) algumas zonas estão expostas a uma radiação natural dez vêzes maior do que outras; 2) nos países mais desenvolvidos a radiação para fins medicinais ultrapassa de longe qualquer outra provocada pelo homem; 3) a principal destas radiações medicinais é a do Raios X para fins de diagnóstico; 4) mesmo nos países onde os indivíduos ficam expostos aos efeitos da radiação durante o trabalho, a dose recebida nunca é maior do que 2% da natural a que todos os sêres estão sujeitos; 5) os compostos mais perigosos da desintegração são constituídos pelo estrôncio-90 e pelo césio-137. Devido aos hábitos alimentares, alguns países consomem 6 vêzes mais estrôncio do que outros e uma ou duas vêzes mais césio; 6) o estrôncio é ingerido em maiores quantidades pelos povos cuja alimentação básica é o arroz. Encontra-se em maiores quantidades no arroz escuro do que no branco, mais na maioria dos legumes do que no leite e laticínios, mais na água da chuva do que do rio e mais em peixes de rio do que do mar; 7) o césio vai produzir efeitos principalmente nos descendentes daqueles que o assimilaram. É encontrado principalmente no leite e, em quantidades menores, nos cereais e no arroz e muito pouco nos legumes e nas frutas; 8) a quantidade dos compostos resultantes da desintegração tem permanecido constante nestes últimos anos; 9) o hemisfério mais exposto é o setentrional, onde se tem realizado a maior parte das experiências nucleares, principalmente entre as latitudes 15 a 55-N; o período de maior intensidade é a primavera e o de menor o mês de outubro; 10) embora seja possível calcular qual a quantidade máxima de radiação suportável, de um modo geral, não se pode dizer o mesmo quanto ao seu efeito sôbre as mutações, ou seja, as transformações permanentes infligidas pelos raios sôbre uma célula.

No entanto, ainda não sabemos se o efeito de pequenas quantidades de radiação durante longos períodos é o mesmo do que o de quantidades grandes durante períodos curtos. Em alguns casos é possível descobrir a quantidade suficiente para provocar certas perturbações, tal como o eritema da pele. De um modo geral, os danos parecem ser cumulativos. São certamente cumulativos no que se refere às transformações permanentes nas células herdadas pela geração seguinte. Não se sabe, porém, até que ponto é cumulativo e nem a quantidade necessária para duplicar a ocorrência normal das mutações.

O Relatório mostra claramente as falhas no conhecimento científico da matéria. Essas falhas referem-se, especialmente, aos danos somáticos e não aos reprodutivos ou celulares. Ainda não se descobriu um tratamento para os danos causados pela radiação. Também ainda não se descobriu um meio de proteção química para tornar o homem menos vulnerável aos efeitos da radiação atômica. A única forma de salvação é a distância entre o homem e a fonte de radiação ou um abrigo protetor adequado.

Quanto ao aspecto genético, não se sabe se um pequeno dano, imperceptível no início, poderá causar perturbações com o correr do tempo. Pequenas exposições a radiações poderão reduzir o tempo de vida das pessoas.

Essa dedução baseia-se no fato de que, segundo estatísticas feitas nos Estados Unidos, os radiologistas parecem ter vida mais curta do que os seus colegas de outros ramos da Medicina. Já não se dá o mesmo, porém, com os radiologistas britânicos.

O Relatório termina com algumas sugestões a respeito dos aspectos a serem estudados: é necessário pesquisar com urgência o campo da radioatividade natural, a aplicação do Rádio na Medicina, a distribuição e comportamento da poeira atômica e os efeitos da radiação sôbre as células.

Em face dos resultados, embora vagos, já conhecidos sôbre a existência do risco da radiação atômica, justifica-se o movimento universal no sentido da cessação das experiências nucleares, movimento que foi reforçado pelas conclusões da reunião de técnicos (ver nota nesta mesma seção) a respeito do estabelecimento de um sistema de contrôle para apurar as violações de acôrdos internacionais para cessação das experiências nucleares.

CONTRÔLE DE SUSPENSÃO DE TESTES NUCLEARES

Durante os meses de julho e agôsto estêve reunido em Genebra um grupo de técnicos americanos, britânicos, franceses, canadenses e russos incumbidos de elaborar um sistema de contrôle capaz de permitir a localização de possíveis violações dum acôrdo internacional para a suspensão de provas nucleares. O Relatório do grupo de técnicos foi publicado a 30 de agôsto "para consideração dos respectivos governos" e a sua conclusão principal é de que seria possível realizar êsse contrôle mediante o estabelecimento de 160 postos de contrôle, algumas aeronaves e a ajuda de vários grupos de fiscalização, tudo isso operado por cêrca de 5 mil cientistas. O sistema não seria capaz de identificar a totalidade das explosões, mas haveria grande possibilidade, no caso de explosões até 1 quiloton, de: 1) acusar e identificar as explosões realizadas entre a superfície da terra e uma altura de 6 1/2 milhas, bem como localizar, mas nem sempre identificar, as explosões que se realizassem dentro de uma altura de 6 1/2 a 32 milhas; 2) acusar as explosões no fundo do mar, embora sua identificação se torne difícil, pois certos fenômenos naturais provocam reações semelhantes; 3) captar sinais de explosões subterrâneas profundas. Êsses sinais poderiam ser confundidos com os dos terremotos; no entanto, tratando-se de explosões de 5 ou mais quilotons, seria possível distinguir-se entre os dois tipos de movimentos.

A base do sistema recomendado pelo grupo de técnicos reunido em Genebra consiste no estabelecimento de uma cadeia de 160 a 170 postos e 10 navios. Dos postos de contrôle terrestres 100 a 110 seriam localizados nos continentes; 20 nas ilhas oceânicas maiores e 40 em ilhas menores. Os postos terrestres distanciar-se-iam cêrca de 1 000 milhas entre si e 600 milhas nas áreas sujeitas a terremotos. A distância entre os postos oceânicos seria de 1 250 a 2 200 milhas geralmente, mas só de 620 milhas nas regiões dos terremotos.

Além dos 60 postos insulares, outros seriam distribuídos da seguinte maneira: 6 na Europa, 24 na América do Norte, 16 na América do Sul, 37 na Ásia, 16 na África, 7 na Austrália e 4 na Antártida. Dos 16 postos de contrôle a serem instalados na América do Sul, vários seriam localizados no Brasil.

Os 30 ou mais homens em cada pôsto manteriam o mesmo em funcionamento 24 horas por dia e mandariam qualquer informação ao órgão internacional de contrôle. Tôdas as rotas sôbre o Atlântico e o Pacífico e as regiões oceânicas situadas longe dos postos de contrôle seriam patrulhadas por aviões.

Grupos de inspeção seriam enviados às zonas suspeitas, tôda vez que o órgão internacional de contrôle não conseguisse identificar corretamente o fenômeno. Êsses grupos apresentariam então seus relatórios ao órgão central e ao govêrno do país em questão.

Seriam usados cinco métodos para captar os sinais de explosões, inclusive as que ocorressem numa altura superior a 32 milhas. No entanto, os 70 cientistas que tomaram parte na conferência foram unânimes em declarar que êsses cinco métodos ainda precisam ser aperfeiçoados. São êles: 1) método acústico: as ondas acústicas (mais do que 100 vêzes mais baixas do que a última a ser percebida pelo ouvido humano) de explosões realizadas em altura não superior a 20 milhas alcançam longas distâncias. No entanto, são afetadas pelos ventos da camada superior da atmosfera; 2) método sísmico: explosões subterrâneas e submarinas causam considerável número de perturbações sísmicas. Terremotos, porém, também causam tais perturbações e é de grande importância saber se a terra se moveu primeiro em direção para baixo ou para cima, pois isso tornará possível identificar a origem. Se as condições atmosféricas forem favoráveis, os postos situados à distância de 650 milhas e também a 1 250 e 2 200 milhas poderão assinalar a "direção do primeiro movimento" quando se tratar de explosões de 1 quiloton. Essas explosões são, porém, muito pequenas, pois a bomba de Hiroshima era de 20 000 quilotons e as de hoje chegam a atingir 10 milhões de quilotons; 3) registro de sinais de rádio: tôdas as explosões acima da terra até uma altura de mais ou menos 650 milhas emitem sinais de rádio que se propagam por tôda a terra. No entanto, seria possível disfarçar, em parte, essas emissões para fugir ao sistema de contrôle. Demais, êsses sinais também podem ser confundidos com os dos raios; 4) produtos radioativos: são o meio mais eficiente para se provar o caráter nuclear das perturbações. Os aviões poderão localizar a região com maior precisão se a sobrevoarem de 2 a 5 dias após a explosão. As estações terrestres poderão recolher material para testar sua radioatividade dentro de 5 a 20 dias depois das explosões; 5) explosões em grandes altitudes: São um caso todo especial e o material para exame poderia ser

colhido por satélites especialmente equipados e também por aparelhos no solo que captam os raios gama e os neutrons resultantes dessas explosões.

A eficiência dos postos de contrôle dependeria do seu número e da possibilidade de identificar corretamente os fenômenos naturais. As explosões mais difíceis de se perceber são as subterrâneas. Qualquer experiência ilegal seria, portanto, feita desta forma, **provàvelmente.**

Durante a reunião foi também discutido o problema de quem deverá operar os postos de contrôle. Os técnicos russos manifestaram a sua preferência pelo princípio de que cada pôsto deva ser operado por nacionais da área na qual são localizados. O ponto de vista norte-americano é de que, embora a maioria dos 30 técnicos de cada pôsto deva ser constituída de cidadãos do próprio país, deve haver também em cada pôsto nacionais de outros países.

O Relatório teve uma grande repercussão em todos os países, principalmente porque demonstra que é possível estabelecer-se um sistema razoável de contrôle, capaz de identificar a grande maioria dos testes nucleares, tornando, assim, possível assegurar o cumprimento, pelos vários países, de qualquer acôrdo internacional para suspensão de provas nucleares que venha a ser estabelecido.

Logo após a divulgação do Relatório, os Governos dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha propuseram ao Govêrno da União Soviética a suspensão, em caráter experimental e por um ano, das provas nucleares, a partir do dia 31 de outubro, data na qual deveria também ter início uma conferência das três potências, para elaboração de um acôrdo permanente de suspensão de provas nucleares.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SÔBRE O USO PACÍFICO DA ENERGIA ATÔMICA

A Segunda Conferência Internacional Sôbre o Uso Pacífico da Energia Atômica, convocada pelas Nações Unidas, realizou-se em Genebra, na segunda quinzena de setembro de 1958. Essa Conferência fôra preparada por um Comitê Consultivo, composto de cientistas nomeados pelos governos de sete países — Brasil, Canadá, França, Índia, Estados Unidos da América,

Grã-Bretanha e União Soviética — sob a presidência do Secretário-Geral das Nações Unidas.

Dela participaram: a) delegações de 63 países-membros da ONU — Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Bulgária, Birmânia, Bielorússia, Canadá, Ceilão, Chile, China, Colômbia, Cuba, Tcheco-Eslováquia, Dinamarca, Dominicana, Equador, El Salvador, Finlândia, França, Gana, Grécia, Guatemala, Hungria, Islândia, Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Líbano, Luxemburgo, México, Marrocos, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega, Paquistão, Panamá, Peru, Filipinas, Polônia, Portugal, Rumânia, Espanha, Suécia, Tailândia, Tunísia, Turquia, Ucrânia, União da África do Sul, União Soviética, República Árabe Unida, Grã-Bretanha, Estados Unidos da América, Uruguai, Venezuela, Iemen, Iugoslávia; b) delegações de 6 países não filiados à ONU — República Federal da Alemanha, Santa Sé, República da Coréia, Mônaco, Suíça e Vietnam; c) representações das seguintes agências internacionais — Organização Internacional do Trabalho, Organização para a Alimentação e a Agricultura, UNESCO, Organização Mundial de Saúde, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, Organização Internacional de Aviação Civil, União Internacional de Telecomunicações, Organização Meteorológica Mundial e Agência Internacional de Energia Atômica.

A Conferência foi presidida pelo Sr. Francis Perrin, da França, tendo os seguintes Vice-Presidentes: Cesar Lattes, W. B. Lewis, Homi Bhabha, V. S. Emelyanov, John Cockcroft e I. I. Rabi, delegados, respectivamente, do Brasil, Canadá, Índia, União Soviética, Grã-Bretanha e Estados Unidos da América. Serviu como Secretário-Geral o Dr. Sigvard Eklund, representante da Suécia.

Foram apresentadas 2 135 comunicações científicas, contra 1 076 na Primeira Conferência, reunida em 1955. O número de participantes elevou-se a 6 300, computando-se 2 700 membros das delegações governamentais e 3 600 observadores de governos e entidades diversas.

Em 77 sessões plenárias e numerosas outras reuniões menores fêz-se ampla permuta de conhecimentos científicos e de resultados até agora obtidos com as experiências no campo da física nuclear. Entre os fatos divulgados no curso dos trabalhos destacam-se os seguintes:

1) As usinas de energia nuclear já produziram centenas de milhões de quilowatts-horas de eletricidade para uso comum. Em 1970 as usinas nucleares terão pelo menos 15 bilhões de

quilowatts de capacidade, ou seja cêrca de 50 vêzes mais do que atualmente. Na Grã-Bretanha o custo da energia nuclear deverá tornar-se mais baixo que o da energia convencional por volta de 1960; em outros países pioneiros, entre 1963 e 1973.

2) Registrou-se uma perspectiva muito favorável à propulsão nuclear na navegação marítima. Já se acha em serviço o quebra-gêlo soviético *Lenin*, e está em construção o cargueiro norte-americano *Savannah*. Quanto à propulsão nuclear nas aeronaves comerciais, é coisa que se espera para época mais remota.

3) Os isótopos radioativos estão sendo utilizados em todo o mundo praa fins de Medicina, Agricultura, Indústria e Ciências Básicas. Informou-se que, de seu uso, já resulta, para a indústria americana, uma economia anual de 400 milhões de dólares e, para a indústria soviética, de um bilhão de rublos. O uso dos radioisótopos na Medicina foi descrito como "um dos mais brilhantes e sensacionais desenvolvimentos da Ciência moderna."

CONFERÊNCIA ECONÔMICA E COMERCIAL DA COMUNIDADE BRITÂNICA

Do dia 15 ao dia 25 de setembro do corrente ano realizou-se em Montreal a Conferência Econômica e Comercial da Comunidade Britânica, na qual estiveram representados onze países independentes da Comunidade e as suas principais colônias. Foi a primeira conferência realizada depois de vinte e seis anos, quando em 1932 teve lugar, também em Montreal, a primeira reunião do gênero.

Entre os representantes presentes destacaram-se os senhores: Heathcoat Amory, Chanceler do Erário da Inglaterra; Mr. Fleming, Ministro das Finanças do Canadá; Mr. McEwen, Vice-Primeiro Ministro da Austrália e Ministro do Comércio; Mr. Noidmeyer, Ministro das Finanças da Nova Zelândia; Conde de Perth, Ministro de Estado para os assuntos coloniais (representando as colônias britânicas); Mr. Ali, Ministro das Finanças do Paquistão; Mr. Desai, Ministro das Finanças da Índia; Dr. Van Rhijn, Ministro para Assuntos Econômicos da União Sul-Africana; Mr. Henry Lee, Ministro das Finanças da Malaia; Mr. Donald Macintyre, Ministro das Finanças da Rodésia e Niazalândia; Mr. Asey, Ministro das Finanças de Quênia; Mr. Gbedemah, Ministro das Finanças de Gana; Chefe Okotie-Eboh,

Ministro das Finanças da Nigéria; Mr. Mustapha, Ministro das Finanças de Serra Leoa; Mr. de Zoysa, Ministro das Finanças do Ceilão; Dr. Lacorbiniere, Vice-Primeiro Ministro das Índias Ocidentais.

O temário aprovado no segundo dia da Conferência compunha-se dos oito tópicos seguintes: 1) a significação para a Comunidade das modificações que se têm verificado no comércio mundial; 2) perspectivas da área da libra esterlina; 3) progresso realizado no sentido da realização do objetivo comum da liberalização do comércio e do sistema internacional de pagamentos; 4) problemas econômicos e comerciais específicos dos produtos agrícolas e de outras matérias-primas; 5) medidas para expandir o comércio entre os países da Comunidade; 6) o progresso e a orientação do desenvolvimento econômico nos países menos desenvolvidos da Comunidade e as fontes de capital e assistência técnica que podem ajudá-los no seu desenvolvimento futuro; 7) perspectivas e conseqüências, especialmente para os países da Comunidade, da existência de uma comunidade econômica européia e da área de livre comércio que tem sido sugerida; 8) mecanismo para realização de consultas permanentes entre os países da Comunidade sôbre os problemas econômicos.

Entre os problemas mais discutidos na Conferência, destacou-se a questão do financiamento para o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, tendo sido sugerida a criação de um Banco da Comunidade. O exame dessa sugestão foi entretanto adiado para uma data posterior à reunião em Nova Delhi do Banco Internacional e do Fundo Monetário Internacional, na qual seria discutida a proposta dos Estados Unidos no sentido de serem ampliados os recursos dessas duas entidades internacionais.

No encerramento dessa Conferência foi distribuído o seguinte comunicado à imprensa:

"A população da Comunidade é de 600 milhões de habitantes e cobre uma área de 12 milhões de milhas quadradas. Todos os países da Comunidade mantém, em comum, um certo número de objetivos econômicos e todos êles esperam ver um rápido desenvolvimento mundial, de vez que, esta é uma condição para a sua própria melhoria. Todos têm interêsse direto no crescimento do comércio mundial.

O tema central ventilado em nossas discussões em Montreal foi de uma "Comunidade em expansão num mundo em expansão". São diversos os problemas comerciais focalizados, no momento,

pelos países da Comunidade. Alguns dêsses países têm sido adversamente afetados pelas repetidas flutuações de preços nas matérias-primas e pelas condições desfavoráveis do comércio. Outros tiveram suas principais exportações enormemente prejudicadas pelo protecionismo.

Já existem entendimentos para a estabilização dos preços de algumas matérias-primas; para outras, porém, concordamos em participar no exame dos problemas na base de produto por produto, a fim de chegar-se a entendimentos sôbre os melhores meios para moderação da flutuação de preços a prazos curtos. Esperamos que, os países não pertencentes à Comunidade aceitem nossos objetivos e a nós se juntem no intuito de com êles colaborar.

Já nos defrontamos com problemas criados pela política de protecionismo, entre os muitos países da Comunidade, no campo da agricultura e produção mineral. Deverá ser urgentemente estudado um meio de estenderem-se as atividades do Acôrdo Geral de Tarifas e Comércio a fim de torná-lo um instrumento mais eficiente na solução dêsses problemas.

Não negamos a importância dos esforços dispendidos no sentido de evitar os obstáculos na exportação de mercadorias manufaturadas dos países subdesenvolvidos da Comunidade. Estamos convencidos de que, uma área do mercado livre europeu, na qual o comércio possa ser um pouco mais dilatado do que simplesmente canalizado, iria contribuir para a expansão do mundo econômico. Esperamos que uma associação econômica mais íntima na Europa não resulte numa diminuição das oportunidades comerciais para os países fora dessa área ou numa extensão da proteção já existente.

Foram discutidos os vários aspectos da nova situação criada pela participação mais ativa de um grupo de países Sino-Soviéticos nos mercados mundiais.

A participação da Comunidade no sistema preferencial provou ser de benefício mútuo e não tencionamos rejeitá-la nem tão pouco enfraquecê-la. Alguns dos tratados comerciais entre os países da Comunidade requerem uma revisão e êsse trabalho já foi iniciado.

Em princípio, concordou-se que seria construído um sistema de telefone co-axial, através de tôda a Comunidade.

A maior parte das transações comerciais nos países comerciais da Comunidade são feitas em Libra Esterlina. Persistimos em nosso objetivo de que a Libra seja inteiramente convertível, tão logo tenham sido alcançadas, para isso, as condições neces-

sárias, e que esta discriminação comercial continue a diminuir gradativamente. A decisão final nos ajustamentos da conversão da libra deve permanecer com o Reino Unido, que deverá, entretanto, levar em consideração os interêsses da Comunidade inteira.

O Presidente Eisenhower anunciou, no mês passado, que os Estados Unidos proporiam fôsse considerada uma substancial ampliação do Fundo Monetário Internacional, o que muito nos alegrou. Endossamos essa iniciativa e daremos, em princípio, inteiro apoio às reuniões que serão realizadas em Nova Delhi. Daremos, também completo apoio à iniciativa semelhante a ser tomada pelos Estados Unidos quanto a um substancial aumento de recursos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

Não podemos ser indiferentes à pobreza de alguns países da Comunidade. Sabemos que, se as esperanças dos países menos desenvolvidos forem proteladas por muito tempo, as instituições democráticas, que todos nós louvamos, correrão perigo. De acôrdo com o estabelecido, devemos fazer todo o possível, até ao sacrifício, para contribuir na solução dêsses problemas vitais. Uma das mais rigorosas limitações no campo do desenvolvimento é a escassez mundial de capital. Recordemos que os países subdesenvolvidos mobilizaram intensivamente suas poupanças a fim de financiar seus programas de investimento de capital, mas nas circunstâncias atuais a assistência governamental é necessária.

Durante a conferência foram anunciadas as medidas adotadas para aumentar o já considerável fluxo de capital àqueles países e êles devem continuar também a olhar para outros países, para as instituições internacionais, especialmente o Banco Internacional, visando ao desenvolvimento financeiro.

Foi também analisado o problema do estabelecimento de uma nova instituição como um Banco de Desenvolvimento da Comunidade que pudesse contribuir para o desenvolvimento dos países da Comunidade. A idéia é atraente, porém, algumas dúvidas surgiram sôbre se a criação de tal instituição, nas circunstâncias atuais, poderia realmente, atrair capital adicional. Concordou-se em considerar novamente esta proposta depois que as decisões relativas a qualquer expansão de recursos do Banco Internacional e do Fundo Monetário Nacional, tenham sido tomadas. Concordou-se com o estudo posterior da questão de métodos de mobilização de recursos para a Comunidade.

Em princípio, foi decidida a criação de um novo esquema de bôlsas de estudo e convocada uma reunião no próximo ano, na qual serão discutidos os detalhes do novo esquema. Também serão consideradas as medidas necessárias à expansão e melhoramento da assistência mútua entre países da Comunidade.

Achamos que, o atual sistema de consulta é eficiente, flexível, sem formalidades e bem apropriado ao caráter de tôda a família da Comunidade. Sugerimos que os mecanismos atuais sejam coordenados sob a forma de um Conselho Consultivo Econômico da Comunidade. Somos gratos ao Govêrno do Reino Unido por nos ter oferecido uma "Commonwealth House" que se encontra à disposição dos órgãos do Conselho e também destinada às reuniões.

Os objetivos delineados no nosso tema básico de uma Comunidade em expansão num mundo em expansão, requerem a cooperação de outros países, especialmente os Estados Unidos da América com seu grande poder econômico. Como uma grande família das nações livres, temos uma parte crucial a desempenhar. Nossa máxima responsabilidade é ajudar a incentivar o progresso da espécie humana a solucionar seus problemas. Êste é um dever que nos impusemos, e que pretendemos cumprir ao máximo de nossa capacidade."

DOCUMENTOS

RESOLUÇÕES DA 47ª CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR *

I — PRINCÍPIOS QUE DEVEM REGER O INVESTIMENTO DE CAPITAIS ESTRANGEIROS NOS PAÍSES EM VIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

"A 47ª Conferência Interparlamentar,

considerando que certos países em via de desenvolvimento econômico e, mais especialmente, aquêles que conseguiram, em data recente, sua independência, não possuem capitais suficientes para cumprir a tarefa que consiste no desenvolvimento pleno de seus recursos econômicos,

consciente desta realidade de que o desenvolvimento de numerosas nações, no sentido da independência econômica exigirá o investimento de capitais estrangeiros consideráveis, no curso dos anos vindouros e, considerando que nenhuma nação isoladamente é capaz de fornecer fundos suficientes ou de financiar a aquisição de mercadorias necessárias para facilitar a execução de um programa que se deveria estender por vários anos, o que seria o melhor de garantir a solidariedade entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos, do mundo,

considerando que a assistência aos países subdesenvolvidos deve sempre estar sujeita ao interêsse dos próprios povos autóctones, não devendo, conseqüentemente, ficar subordinada às limitações ou condições de qualquer natureza que possam restringir a soberania dos povos em questão,

considerando que o capital estrangeiro privado ou governamental não deve desempenhar outro papel senão o de fonte suplementar para o financiamento do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos e que são os recursos dos próprios países que devem ser a fonte principal, e que, sòmente nesse caso, os países subdesenvolvidos poderão garantir a si mesmos um desenvolvimento econômico verdadeiramente independente, correspondente aos interêsses nacionais,

considerando que os empréstimos e o financiamento, quer por meio de recursos internacionais, de governos, ou de investimentos privados a prazos estabelecidos e a taxas razoàvelmente baixas para a constituição de recursos e de facilidades de base, bem como para o desenvolvimento da indústria, constituem o melhor meio de obter-se resultados satisfatórios de um e de outro lado,

apreciando a assistência fornecida, de maneira continuada, pelas instituições especializadas das Nações Unidas e graças a diversos programas bilaterais de assistência ou de créditos, mas lastimando que êsses programas tenham permanecido incertos no que se refere à sua duração e finalidade, o que tornou difícil a planificação a lon-

(*) Resoluções aprovadas pela 47a. Conferência da União Interparlamentar, reunida no Rio de Janeiro, de 24 de julho a 1.º de agôsto de 1958.

go prazo e a prática do financiamento,

considerando que a etapa preliminar essencial aos investimentos em larga escala é a organização de estudos financeiros e técnicos, tanto sôbre os projetos a executar, como sôbre os recursos disponiveis, consciente de que a decisão tomada pelas Nações Unidas na 12ª reunião de sua Assembléia-Geral, em dezembro de 1957, de criar um fundo especial, particularmente tendo em vista tais estudos preliminares, destinados a facilitar novos investimentos de capitais,

consciente da necessidade de dar prosseguimento a tais estudos, em casos apropriados, por meio de fornecimento, em larga escala, de ajuda financeira, bem como de capitais a longo prazo e a taxas de juros pouco elevadas, por meio de mecanismos bancários internacionais, de órgãos auxiliares das Nações Unidas, na base de empréstimos feitos pelos governos a governos ou de qualquer outra maneira, consciente também da necessidade de criar entre os paises mutuantes e mutuários um clima de confiança mútua, tendo a falta dêste, até agora, impedido atingir o nível desejável dos movimentos de capitais aos paises insuficientemente desenvolvidos,

dirige um apêlo aos Parlamentos dos Estados que aderiram à União para que insistam junto a seus Governos no sentido de que

1. seja dado o mais completo apoio à obra realizada nesse campo pelas Nações Unidas e seus órgãos auxiliares,

2. onde quer que se faça necessário, sejam fornecidos aos países menos desenvolvidos relatórios financeiros e técnicos, estudos sôbre os projetos e os recursos, a fim de lhes permitir o desenvolvimento, dentro dos princípios verdadeiramente sadios,

3. o financiamento multilateral de projetos de desenvolvimento a longo prazo nos países subdesenvolvidos seja recomendado de preferência a um financiamento em base bilateral.

4. cada vez que isto fôr possível, seja um tal financiamento organizado pelo Banco Internacional de Reconstrução e de Desenvolvimento e ou por outras instituições bancárias, que convier criar para tal fim, quer como órgãos auxiliares das Nações Unidas, quer de qualquer outra maneira.

5. ao mesmo tempo seja procurado efetuar um acôrdo entre todos os países interessados, instituindo um Código internacional dos investimentos que definiriam as condições de um tratamento equitativo, quer aos mutuantes como aos mutuários, visando à proteção dos investimentos privados.

6. o respeito dos dispositivos dêste Código seja assegurado pelos recursos dos investimentos privados em um tribunal internacional de justiça, em caso de conflitos, e garantido pela instituição de um fundo internacional, constituído sob a égide da ONU."

II — O FORTALECIMENTO DA PAZ

a) *O problema dos armamentos atômicos e das experiências nucleares*

A 47ª Conferência Interparlamentar,

cônscia do desejo imperioso de todos os povos de um acôrdo honrado e durável dos graves litígios aumentando entre as nações a desconfiança, a ansiedade e a tensão,

julgando que o acúmulo contínuo de armamentos nucleares e convencionais representa uma grave ameaça à segurança e à paz,

verificando que o prosseguimento das experiências de armas atômicas e a hidrogênio preocupa profundamente os povos de todo o mundo,

julgando que a energia nuclear deve ser exclusivamente desenvolvida para fins pacíficos,

considerando que é necessário e urgente eliminar qualquer conseqüência nefasta à saúde e vida humanas, decorrente de expressões atômicas e termonucleares,

salientando que os Parlamentos dos diferentes Estados e a União Interparlamentar inteira assumem grande responsabilidade perante o futuro dos povos,

lembrando a resolução aprovada por unanimidade pela 45ª Conferência Interparlamentar, realizada em Bancoc, em 1956,

reafirmando em particular a convicção de que na espera da conclusão de um Convênio Geral sôbre o desarmamento, inclusive medidas de desarmamento convencional e nuclear, bem como a redução dos efetivos militares sob inspeção e fiscalização efetivas de caráter internacional dever-se-ia concentrar a atenção sôbre a possibilidade de se chegar a um acôrdo sôbre a primeira etapa de um desarmamento controlado internacionalmente e que deveria vigorar quanto antes,

lastimando profundamente que nenhuma resolução apresentada na 12ª reunião ordinária da Assembléia das Nações Unidas e contendo propostas em harmonia com essa convicção não tenha recebido apoio unânime,

cônscia de que a cessação das explosões nucleares seria de natureza a provocar uma diminuição da corrida aos armamentos e facilitaria uma solução da totalidade do problema de desarmamento,

dirige um apêlo veemente aos Parlamentos de todos os Estados *membros da União a fim de que* êles recomendem aos seus respectivos governos, em têrmos mais enérgicos possíveis, a necessidade de uma ação rápida para iniciar em vista do reatamento das negociações sôbre o desarmamento, de preferência no quadro das Nações Unidas, e que um dos objetivos mais imediatos dessas negociações seja o de assegurar, sem demora, a cessação das experiências nucleares sob um contrôle internacional adequado.

b) Possibilidade de criação de uma fôrça de polícia internacional

A 47ª Conferência Interparlamentar,

julgando que a instituição de uma Fôrça de Polícia Internacional permanente encarregada de garantir a segurança coletiva e altamente desejável,

é de opinião que tal fôrça deveria ser criada sob a égide das Nações Unidas;

e *dirige* um apêlo veemente a todos os Parlamentos, representados no seio da União a fim de que êles recomendem a seus respectivos governos no sentido de que sejam feitos os esforços para que uma fôrça de Polícia Internacional seja estabelecida em base permanente."

III — OS INTERCÂMBIOS INTELECTUAIS ENTRE AS NAÇÕES E A LIBERDADE DE INFORMAÇÃO

a) Os acôrdos culturais: seu papel para a melhoria das relações entre os povos

A 47ª Conferência da União Interparlamentar,

Considerando a importância e o volume crescente das relações culturais internacionais, bem como *o interêsse que apresenta seu desenvolvimento* a fim de atingir uma melhor compreensão entre os diferentes países e facilitar, assim, o estabelecimento de condições favoráveis a uma paz e uma amizade doradouras entre êstes;

Considerando a necessidade de eliminar os obstáculos que entravam a liberdade dos intercâmbios culturais;

Considerando que os homens que vivem em diferentes regiões do mundo, tomando conhecimento recìprocamente de suas realizações culturais, assimilando o que há de melhor, de mais moderno nas diversas culturas nacionais, aprendendo a compreender mais profundamente e mais amplamente a vida dos outros povos, a respeitar sua originalidade suas tradições nacionais e a se enriquecer espiritualmente uns aos outros,

apoiando as Resoluções da Assembléia Geral da ONU, de 21 de fevereiro e de 28 de novembro de 1957 que dizem que uma cooperação mais ampla no domínio da cultura e da ciência deve ser incentivada por acôrdos e outros meios e que é necessário não poupar esforços para atingir a essas nobres finalidades;

considerando a resolução da 44ª Conferência Interparlamentar sôbre as condições de estabelecimento de relações verdadeiramente pacíficas entre os Estados e a Resolução da 9ª Conferência Geral da UNESCO,

lança um apêlo a todos os Grupos parlamentares em favor da realização do projeto da UNESCO referente à "apreciação mútua dos valores culturais dos países do Oriente e do Ocidente",

convida todos os Grupos parlamentares a contribuir para o prolongamento dos intercâmbios intelectuais regulares entre os Estados por meio da celebração de acôrdos bilaterais, regionais e plurilaterais sôbre as relações culturais e científicas, bem como por outras formas de intercâmbios culturais, por exemplo, visitas e permanência de estudantes, alunos e jovens operários,

recomenda a criação, nos países onde ainda não existirem, de órgãos administrativos e de Grupos parlamentares especializados para a promoção dessa política recíproca de acôrdos culturais,

e espera que os Grupos da União Interparlamentar lançarão mão de sua influência junto a seus governos respectivos no sentido da presente Resolução.

b) A liberdade da imprensa e da informação, seus aspectos nacionais e internacionais

A 47ª Conferência Interparlamentar,

desejando salvaguardar o direito à liberdade de opinião e de expressão tal como se encontra definido no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos do Homem,

lembrando as resoluções anteriormente aprovadas a êste respeito pela União Interparlamentar, bem como aquelas tomadas pela Assembléia Geral das Nações Unidas, notadamente a 3 de novembro de 1957 e pela 9ª Conferência Geral da UNESCO,

declarando que esta liberdade implica o direito ativo e passivo à informação pelo rádio, o filme e a televisão, bem como pelo livro, o disco e a imprensa pròpriamente dita;

considerando que é preciso garantir mais eficientemente o livre intercâmbio das notícias objetivamente exatas e não deformadas, a proteção das fontes de informação, a liberdade de movimento dos correspondentes estrangeiros, e a segurança física, social e espiritual do pessoal de informação,

julgando que é necessário remediar a insuficiência e a deformação das notícias pela repartição mais equitativa dos meios que garantirão o pleno exercício do direito à informação, imparcialmente difundida, pelo desenvolvimento de equipamentos técnicos e profissionais e de organismos nacionais e regionais de informação, como

auxiliares muito importantes do progresso econômico e social nos países insuficientemente organizados neste setor, bem como pela criação de conselhos, de contrôles e de arbitragens, quer nacionais, quer internacionais, chamados a fazer respeitar as diferentes tendências da opinião, a eliminar qualquer abuso e a fazer corrigir qualquer inexatidão,

salientando a necessidade de incentivar o desenvolvimento dos intercâmbios intelectuais, a formação de um pessoal especializado, a criação de centros de ensino e a consolidação dos elos científicos, culturais, técnicos, esportivos e outros,

afirmando sua vontade de continuar seu esfôrço para que sejam afastados os obstáculos que se opõem à circulação e à integridade da informação,

condena a utilização de notícias falsas particularmente aquelas de natureza a suscitar o rancor, a provocar a guerra e a acarretar o caso da energia nuclear para fins não pacíficos,

dirige um apêlo a seus membros, a fim de que façam aprovar nos seus Parlamentos, as medidas adequadas ao livre intercâmbio das notícias, das informações e das publicações entre os institutos de pesquisas, bibliotecas e associações culturais, bem como à livre circulação do material educativo e das pessoas que viajam com fins jornalísticos ou educativos,

concita os representantes das diversas nações a intervir junto às autoridades componentes para pôr têrmo às restrições no domínio do intercâmbio de idéias, sobretudo ajudando a intensificar a ação dos organismos das Nações Unidas e das instituições especializadas no domínio técnico e a realizar uma cooperação durável entre os Governos e as profissões em questão,

pede que sejam envidados todos os esforços, quer pela adesão aos acôrdos internacionais, quer pela remodelação das leis nacionais, com o fim de facilitar, nas condições de reciprocidade legal, o intercâmbio de informações capazes de servir à paz universal e a promover uma melhor compreensão entre as nações e os indivíduos,

resolve insistir junto a seus membros a fim de que através de seus respectivos Parlamentos, favoreçam a aprovação das medidas exigidas para que êsses recursos sejam postos ao alcance de todos os setores da opinião, para que a informação não seja um privilégio nem um meio de controlar a opinião pública."

IV — O DESENVOLVIMENTO DAS INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS NOS TERRITÓRIOS NÃO AUTÔNOMOS

A 47ª Conferência Interparlamentar,

Acreditando que o desenvolvimento progressivo de instituições democráticas representativas em territórios não autônomos é da mais alta importância para a emancipação dêsses territórios,

Acentuando a importância das obrigações estabelecidas no capítulo 11 das Nações Unidas, em que os Estados que administram tais territórios são solicitados a "estimular o govêrno autônomo, levando na devida conta as aspirações políticas dos povos, assistindo-os no desenvolvimento progressivo de suas livres instituições políticas",

Convicta de que o objetivo de se estender o sufrágio universal a todos os territórios não autônomos está diretamente em consonância com os ideais e finalidades da União Interparlamentar,

Apela para os grupos parlamentares nacionais dos Estados responsáveis pelo govêrno de tais territórios a promoverem e encora-

jarem, dentro dos respectivos parlamentos, legislação que teria como objetivo a formação de assembléias verdadeiramente democráticas em territórios não autônomos,

E propõe:

1) Rejeição de tôdas as formas de domínio colonial e sujeição exercida pela fôrça sôbre a independência e liberdade de um outro país;

2) Solidariedade com todos os países colonizados que já tenham obtido a sua liberdade, bem como com todos aquêles que ainda lutam por sua autonomia;

3) Estabelecimento de um processo internacional que garantiria a todos os povos desejosos de se tornarem livres da tutela estrangeira a certeza de que a substituição de autoridades estrangeiras por um govêrno autônomo não redundaria em detrimento de direitos humanos e formas institucionais de co-existência;

4) A necessidade de tais governos, particularmente seus parlamentos, que se formaram à custa do resultado de eleições livres — única maneira de se conferir poder legítimo e obter-se verdadeira representação do povo."

ACÔRDOS BRASIL — ITÁLIA *

ACÔRDO CULTURAL

"O Govêrno da República dos Estados Unidos do Brasil e o Govêrno da República Italiana,

Cônscios da comunidade de tradições sôbre as quais se baseia a vida cultural dos seus dois países, e animados do desejo de tornar ainda mais estreitas e fecundas as relações literárias, artísticas, científicas e técnicas já existentes entre os seus dois povos;

Acordaram no seguinte;

Artigo I

Cada uma das Partes Contratantes permitirá a criação e favorecerá, com tôdas as possíveis facilidades, o funcionamento e o desenvolvimento no seu próprio território, de Instituições Culturais do outro país, autorizadas pelos respectivos Governos, cuja atividade se destine à efetivação dos fins gerais do presente Acôrdo, por meio de cursos, conferências, concertos, manifestações de arte, serviços de biblioteca, discoteca, filmoteca etc. e permitirá que instituições ou particulares os ajudem com meios financeiros ou de qualquer outra natureza.

As duas Comissões Mistas, de que trata o Artigo 8º, determinarão quais dos organismos já existentes nos dois países poderão ser reconhecidos como Instituições Culturais para os efeitos do parágrafo precedente e determinarão as diversas facilidades (fiscais, alfandegárias etc.) de que se poderão beneficiar.

Artigo II

Cada uma das Partes Contratantes favorecerá junto às Universidades, aos outros Institutos Superiores e aos Institutos de Instrução Média situados no próprio território a criação de cátedras, leitorados e cursos livres de lín-

(*) Instrumentos firmados pelos Governos do Brasil e da Itália, a 6 de setembro de 1958, em cerimônia realizada no Palácio do Catete, com a presença dos Presidentes Giovanni Gronchi e Juscelino Kubitschek.

gua, literatura, história e arte do outro país.

Em particular:

a) o Govêrno italiano compromete-se a recomendar que, nas cátedras de língua e literatura portuguêsa existentes na Itália, seja dado tratamento especial ao ensino da literatura brasileira e às suas particularidades lingüísticas;

b) o Govêrno brasileiro compromete-se a introduzir o estudo facultativo da língua italiana nos estabelecimentos oficiais de ensino médio e a reconhecer a sua validade nos programas de exame em posição de paridade com a língua estrangeira mais favorecida, entre aquelas para as quais é previsto o mesmo tipo de ensino, bem como a manter e desenvolver o estudo do italiano nas Universidades e Institutos Superiores.

Artigo III

As Partes Contratantes comprometem-se a facilitar, dentro das respectivas legislações, o funcionamento de cursos especiais que sigam os programas escolares de ambos os países, sempre que êsses cursos se tornem necessários por exigências particulares (de ordem cultural, concernente à imigração e outras).

Artigo IV

As Partes Contratantes comprometem-se a favorecer os contactos diretos entre as Universidades e os outros organismos de cultura humanística, científica e artística dos dois países, estudando a possibilidade de organizar:

a) intercâmbio de professôres, de conferencistas, de pesquisadores e de estudantes;

b) intercâmbio regular a bolsistas;

c) intercâmbio regular de publicações oficiais e das que provenham de Universidades, Academias, Sociedades Científicas e Instituições culturais em geral.

Será, além disso, favorecida a constituição e o desenvolvimento de Instituições e Fundações que tenham por fim a criação e a manutenção de bôlsas destinadas a estudantes brasileiros e italianos.

Será particularmente encorajada a colaboração cinematográfica ítalo-brasileira.

Artigo V

As Partes Contratantes procurarão fazer com que seja melhor conhecida a sua cultura por meio da organização, no outro País, de cursos de conferências, concertos, exposições e exibições artísticas e teatrais, mostras editoriais e quaisquer outras manifestações relacionadas com a divulgação do livro, bem como por meio do filme, do rádio, da televisão, da fotografia e do esporte, concedendo-se, recìprocamente, com tal fim, tôdas as facilidades fiscais, alfandegárias etc..

De um modo particular fica estabelecido que a organização de mostras de arte, no quadro do presente Acôrdo, será facilitada pelas Partes Contratantes, substituindo por garantia idônea o depósito alfandegário que deve ser efetuado em relação à importação e exportação temporárias.

Artigo VI

As Partes Contratantes concederão tôdas as possíveis facilidades à entrada nos seus respectivos territórios, de livros, jornais, revistas, publicações musicais, reproduções artísticas, destinados a instituições de caráter educativo e cultural, sob condição de que tais artigos não sejam objeto de operações comerciais.

Além disso, os livros, as revistas, os jornais e as publicações periódicas, bem como a música manuscrita ou impressa, não estarão sujeitos a outras taxas ou direitos do que os previstos para os artigos referidos no presente dispositivo.

Serão enfim, sempre que necessário, adotadas medidas oportunas para tornar o mais rápido possível o encaminhamento aos destinatários do material acima mencionado, e particularmente dos jornais e das revistas.

ARTIGO VII

As Partes Contratantes examinarão, de comum acôrdo e no espírito das respectivas legislações, a possibilidade de adoção de normas, meios e critérios suscetíveis de facilitar e simplificar o reconhecimento recíproco dos títulos de estudos intermediários e finais, com o objetivo de estabelecer a sua equivalência, seja para fins acadêmicos, seja para fins de exercício profissional.

ARTIGO VIII

Para os fins da aplicação do presente Acôrdo, bem como da formulação de qualquer proposta destinada a adaptar o próprio Acôrdo a ulteriores desenvolvimentos das relações entre os dois países, serão constituídas duas Comissões Mistas ítalo-brasileiras, uma em Roma e a outra no Rio de Janeiro. Cada Comissão será constituída por seis membros nomeados metade pelo govêrno italiano e metade pelo govêrno brasileiro. A presidência e a secretaria serão confiadas, respectivamente, na Itália, a um italiano e a um brasileiro, e, no Brasil, a um brasileiro e a um italiano. As Comissões reunir-se-ão, pelo menos, uma vez por ano e tôdas as vêzes que os presidentes considerem necessário.

Em caso de necessidade a Comissão poderá recorrer a peritos, a título de consultores técnicos.

ARTIGO IX

As Partes Contratantes declaram-se dispostas a examinar a possibilidade de adotar, nas suas relações recíprocas, tôdas as facilidades previstas nas recomendações da UNESCO que tenham sido aprovadas pelos delegados dos dois países.

ARTIGO X

O presente Acôrdo é concluído sem limite de tempo e permanecerá em vigor até que seja denunciado por uma das Partes Contratantes. Em tal caso, o Acôrdo cessará de vigorar seis meses depois da notificação da denúncia. As facilidades concedidas aos Institutos, de que trata o Artigo I, serão, entretanto, mantidas reciprocamente por seis meses.

ARTIGO XI

O presente Acôrdo será ratificado no mais breve prazo possível e entrará em vigor no primeiro dia do mês subseqüente àquele em que fôr efetuada a troca das ratificações que terá lugar em Roma.

Em fé do que, os abaixo-assinados, devidamente autorizados pelos seus respectivos governos, assinaram o presente Acôrdo e a êle apuseram os respectivos selos.

Feito em duas vias na cidade do Rio de Janeiro, a seis de setembro de mil novecentos e cinqüenta e oito, nas línguas portuguêsa e italiana, sendo ambos os textos igualmente autênticos."

ACÔRDO DE COOPERAÇÃO NUCLEAR

"O Govêrno da República dos Estados Unidos do Brasil e o Govêrno da República Italiana, desejando colaborar entre si, no quadro dos organismos internacionais e dos acôrdos de que são partes para o desenvolvimento dos empregos pacíficos da energia nuclear em seus respectivos Países.

Acordaram no seguinte:

ARTIGO I

Para aplicação do presente Acôrdo são adotadas as seguintes definições:

a) "Material físsil especial" — por essa designação se compreendem: o plutônio 239; o urânio 233; o urânio enriquecido nos isótopos 235 ou 123; qualquer material que contenha um ou mais dos materiais supracitados; qualquer material físsil que venha a ser subseqüentemente classificado como material físsil especial por entendimento entre as Partes Contratantes, em aditamento ao presente Acôrdo. A expressão material físsil especial não se aplica porém ao material fértil.

b) "Urânio enriquecido nos isótopos 235 ou 233" — é o urânio que contém isótopo 235, o isótopo 233 ou ambos, em tal quantidade que a razão entre a soma das quantidades dêsses isótopos e a do isótopo 238 seja superior à razão entre a quantidade de isótopo 235 e do isótopo 238 existente no urânio natural.

c) "Material fértil" — por essa designação se compreendem: o urânio natural; o urânio cujo teor em isótopo 235 é inferior ao do urânio natural; o tório: qualquer um dos materiais anteriormente citados sob a forma de metal, liga, composto químico ou concentrado; qualquer outro material que contenha um ou mais dos materiais supracitados em concentração que venha a ser estabelecida por entendimento entre as Partes Contratantes em aditamento ao presente Acôrdo; e qualquer outro material que venha a ser subseqüentemente considerado como material fértil as Partes Contratantes em aditamento ao presente Acôrdo.

d) "Minério nuclear" — todo mineral contendo elemento ou elementos férteis e físseis em proporção e condições estabelecidas em comum pelas Partes Contratantes em aditamento ao presente Acôrdo, que permitam seu aproveitamento industrial para obtenção de materiais férteis.

ARTIGO II

As Partes Contratantes trocarão, recìprocamente, dentro dos limites e nas condições permitidas pelos seus respectivos compromissos internacionais, as informações científicas e técnicas não classificadas como sigilosas que possuam, com relação à utilização pacífica da energia nuclear e aos problemas sanitários e de segurança a ela pertinentes.

A transmissão de informações, possuidoras de valor comercial, será efetuada no modo e nas condições a serem estabelecidos, tendo-se em conta o interêsse das pessoas das quais provenham tais informações.

A Parte Contratante beneficiária da informação terá a faculdade:

a) de usá-la livremente para seus próprios fins, salvo com respeito a eventuais direitos de invenção;

b) de comunicá-la a terceiros, salvo expressa indicação em contrário da Parte da qual provenham tais informações e ressalvados os direitos dessa última, de pessoas sujeitas à sua soberania e de terceiros.

Qualquer das Partes Contratantes terá responsabilidade exclusiva da aplicação e emprêgo das informações que receber. Fica, portanto, excluída qualquer responsabilidade, direta ou indireta, da Parte de que provenham tais informações quanto à exatidão, suficiência e utilidade dos dados fornecidos.

ARTIGO III

As Partes Contratantes se prestarão, dentro dos limites fixados por seus compromissos internacionais, assistência recíproca na pesquisa científica e técnica relativa à utilização pacífica de energia nuclear:

a) colaborando no projeto e execução dos planos de pesquisa científica e técnica, empreendidos por qualquer das Partes e nos quais se revele oportuna a participação de outra Parte;

b) projetando e realizando, conjuntamente, no interêsse de ambas, planos de pesquisa científica e técnica, em que se revele útil a ação comum.

ARTIGO IV

Além dos casos previstos no artigo anterior, as Partes Contratantes manterão intercâmbio de pesquisadores e técnicos para ciclos de aulas, conferências e seminários, assegurando hospitalidade em seus centros de pesquisa a estudantes, técnicos, especialistas e docentes da outra Parte Contratante. Para a efetivação prática do previsto no presente artigo, as entidades citadas no artigo VIII do presente Acôrdo procederão, de quando em quando, a entendimentos mútuos.

ARTIGO V

Qualquer das Partes Contratantes consentirá, sempre que possível, que técnicos, pesquisadores e especialistas da outra Parte participem, na qualidade de observadores, do estudo, do trabalho de planejamento e de instalação de estabelecimentos industriais e laboratórios para utilização pacífica da energia nuclear, assim como do funcionamento dessas instalações de modo a facilitar à outra Parte a formação de seu próprio pessoal técnico especializado.

ARTIGO VI

Compativelmente com os compromissos atualmente em vigor entre os Estados Unidos do Brasil e outros Países, cientistas e técnicos italianos colaborarão com cientistas e técnicos brasileiros na prospecção e na pesquisa de jazidas de urânio e tório em território brasileiro.

Os resultados dessas pesquisas serão apresentados a ambos os Governos, mas não serão divulgados pelo Govêrno Italiano senão mediante concordância prévia do Govêrno brasileiro.

No caso de resultado positivo das prospecções realizadas no território brasileiro como conseqüência do presente Acôrdo, o Govêrno brasileiro e o Govêrno italiano consultar-se-ão sôbre a utilização eventual do material referido, dentro do quadro das respectivas legislações e dos compromissos internacionais assumidos anteriormente.

ARTIGO VII

Compativelmente com a Legislação Italiana e com os compromissos internacionais atualmente em vigor, o Govêrno italiano se declara disposto a negociar com o Govêrno brasileiro acôrdos visando à transformação de minérios, materiais férteis nucleares e materiais físseis especiais, por conta do Brasil, à condição que seja obtida

se necessário, a autorização da Eurotom.

ARTIGO VIII

A execução concreta dos programas de colaboração científica, técnica e industrial de que trata o presente Acôrdo será confiada às entidades, órgãos e autoridades competentes, segundo a legislação de cada uma das Partes Contratantes, e, em particular no Brasil, à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), e na Itália, ao "Comitato Nazionale per le Richerche Nucleari" (CNRN).

ARTIGO IX

As disposições do presente Acôrdo obrigam as Partes Contratantes sòmente na medida em que sejam compatíveis com os dispositivos legais internos dessas mesmas Partes e com os compromissos anteriormente assumidos por qualquer das Partes com outros Países, ou com organizações internacionais, de que participem ou venham a participar.

As atividades que as Partes Contratantes e as pessoas sujeitas à sua soberania desenvolverem com base no presente Acôrdo, serão estritamente limitadas à utilização pacifica da energia nuclear. As Partes Contratantes, sempre que necessário, estipularão as cláusulas relativas aos contrôles atinentes às atividades efetuadas com base no presente Acôrdo.

ARTIGO X

a) O presente Acôrdo terá a duração de três anos, podendo ser renovado, tàcitamente, por períodos sucessivos da mesma duração.

b) Êste Acôrdo vigorará até seis meses contados da data em que uma das Partes Contratantes houver notificado a outra da sua decisão de denunciá-lo.

c) Na eventualidade de denúncia do Acôrdo, os contratos ou acôrdos firmados em decorrência da aplicação do mesmo, terão sua vigência mantida pelo período nêles estabelecidos, salvo entendimentos em contrário entre as Partes Contratantes.

ARTIGO XI

O presente Acôrdo será ratificado pelas Partes Contratantes na conformidade dos respectivos preceitos constitucionais e entrará em vigor quinze dias depois da troca dos Instrumentos de Ratificação a ser efetuada em Roma, o mais breve possível.

Em fé do que os abaixo-assinados, devidamente autorizados pelos seus respectivos Governos, firmaram o presente Acôrdo e a êle apuseram os respectivos selos.

Feito em duas vias, na cidade do Rio de Janeiro, aos seis de setembro de mil novecentos e cinqüenta e oito, nas línguas portuguêsa e italiana, sendo ambos os textos igualmente autênticos. — a) Francisco Negrão de Lima, a) Giuseppe Medici."

TROCA DE CARTAS

"Senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar recebimento da Carta de Vossa Excelência desta data e do seguinte teor:

"No ato da assinatura do Acôrdo de Cooperação Nuclear, hoje concluído entre a República Italiana e os Estados Unidos do Brasil, apraz-me levar ao conhecimento de Vossa Excelência, em nome do meu Govêrno, a seguinte comunicação:

Em virtude do Tratado assinado em Roma, a 25 de março de

1957, e que entrou em vigor a 1º de janeiro de 1958, tornou-se a Itália um dos Países-Membros da Comunidade Européia de Energia Atômica. Havendo os Estados Membros reconhecido também a essa Comunidade certos direitos, no que se refere às relações com outros Estados, conseqüentemente estão os Estados Membros sujeitos a certas obrigações, para as quais desejaria chamar a atenção do Govêrno brasileiro, dado que o Acôrdo hoje assinado estabelece, em seu Artigo IX, serem as suas disposições vinculativas, apenas na medida em que forem compatíveis com os acôrdos internacionais anteriormente assumidos por cada Parte.

Em virtude do Artigo 29 do Tratado da Euratom, certa categoria especial de conhecimentos científicos ou industriais não pode tornar-se objeto de troca com terceiro Estado, organização internacional ou cidadão de um outro Estado, a não ser mediante acôrdo concluído pela Comissão da Euratom, ou por ela explìcitamente autorizado. No caso de se reconhecer a oportunidade de troca de conhecimentos dessa natureza, o Govêrno italiano declara-se, desde já, dispôsto a recomendar à Comissão da C. E. E. A. a concluir acôrdo a êsse respeito com o Govêrno brasileiro, ou autorizar o Govêrno italiano a fazê-lo. Estou certo de que, caso fôsse conjuntamente reconhecida a oportunidade de se realizar troca de conhecimentos, além dos previstos no Artigo II do Acôrdo firmado nesta data, a Comissão da Euratom consideraria com a màxima atenção a possibilidade de chegar a um acôrdo, ou de autorizar êsse intercâmbio.

Em virtude dos artigos 77 a 85 do citado Tratado da Euratom, a Comunidade Européia estabeleceu um sistema de contrôle de segurança, baseado nos princípios do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, cujo exercício é assegurado de maneira autônoma pela Comissão da Euratom. Tal sistema de contrôle estende sua competência a todo o território da Comunidade, inclusive ao território da República Italiana. No caso de aplicação da Alínea 3ª do Artigo IX do Acôrdo de Cooperação hoje assinado, em virtude do qual as duas Partes devem estipular, conjuntamente, o contrôle internacional a que submeter certas atividades que poderiam decorrer do próprio Acôrdo, o Govêrno italiano proporá ao Govêrno brasileiro a conclusão de um acôrdo com a Euratom (caso isso já não tenha sido feito em conseqüência da proposta da Comissão Atômica Européia, que tive a honra de transmitir em data de hoje), para regular — assim como ocorreu em casos análogos com outros Países — essas questões.

Muito agradeceria, a Vossa Excelência a fineza de comunicar-me haver o Govêrno brasileiro tomado na devida consideração o que acima ficou exposto.

A presente Carta e a resposta de Vossa Excelência constituirão parte integrante do Acôrdo de Cooperação Nuclear hoje assinado."

2. Apraz-me levar ao conhecimento de Vossa Excelência haver o Govêrno brasileiro tomado na devida consideração o conteúdo da Carta acima transcrita.

3. A Carta de Vossa Excelência e esta resposta constituem parte integrante do Acôrdo de Cooperação Nuclear hoje assinado.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração. — a) Francisco Negrão de Lima."

ACÔRDO SÔBRE O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

"O Govêrno da República dos Estados Unidos do Brasil e o Govêrno da República Italiana,

Desejando, em um espírito de amizade, que as pessoas que estejam ou venham a ficar, sujeitas a prestar, de acôrdo com as leis do Brasil e da Itália, serviço militar obrigatório nas Forças Armadas de ambos os países, recebam uma consideração especial,

Acordaram no seguinte:

ARTIGO I

Êste Acôrdo será aplicado às pessoas que estejam, ou venham a ficar, sujeitas a prestar serviço militar obrigatório de acôrdo com as leis vigentes sôbre a prestação dêsse serviço no Brasil e na Itália.

ARTIGO II

As pessoas a quem se aplicar êste Acôrdo serão consideradas como havendo cumprido as obrigações militares impostas pelas leis vigentes no Brasil, caso hajam cumprido suas obrigações ou prestado serviço equivalente nas Fôrças Armadas da Itália, e apresentem, como prova dêsse fato, um certificado devidamente autenticado, fornecido mediante requerimento, pelas autoridades competentes da Itália.

ARTIGO III

As pessoas a quem se aplicar êste Acôrdo serão consideradas como havendo cumprido as obrigações impostas pelas leis vigentes na Itália, caso hajam cumprido suas obrigação nas Fôrças Armadas do Brasil e apresentem, como prova dêsse fato, um certificado devidamente autenticado, fornecido, mediante requerimento, pelas autoridades competentes do Brasil.

ARTIGO IV

As pessoas a quem se aplicar êste Acôrdo que venham a ser inabilitadas para o serviço militar por motivo de incapacidade física ou dêle isentadas de conformidade com as leis sôbre serviço militar obrigatório em vigor no outro país, serão consideradas, para os efeitos do presente Acôrdo, como havendo cumprido suas obrigações militares, caso apresentem, como prova de inabilitação ou isenção, um certificado, devidamente autenticado, fornecido pelas autoridades competentes do mesmo país.

ARTIGO V

As pessoas a quem se aplicar êste Acôrdo, às quais tenha sido concedido um adiamento ou suspensão de convocação pelas autoridades competentes de um dos dois países, não serão convocadas para prestação de serviço militar no outro país até que o período de adiamento ou suspensão tenha expirado. Deverá ser aceito, como prova de tal adiamento ou suspensão, um certificado, devidamente autenticado, fornecido pelas autoridades competentes do país que concedeu o adiamento ou suspensão.

ARTIGO VI

As pessoas a quem se aplicar êste Acôrdo que, durante o período de serviço militar em um dos dois países, tenham obtido licença oficial para ausentar-se para o outro país, não serão convocadas para prestar serviço militar neste último país, se apresentarem um certificado, devidamente autenticado, fornecido, mediante requerimento, pelas autoridades competentes do país que concedeu a licença.

Deverão constar do certificado em aprêço o sobrenome, nomes de batismo, graduação, unidade ou serviço e o número de identificação do interessado, bem como as datas de início e término da licença. Ao interessado poderá solicitar-se a

exibição dêsse certificado, a qualquer tempo, durante sua permanencia no outro país.

ARTIGO VII

Nenhum dispositivo do presente Acôrdo impedirá, em caso de emergência, as autoridades competentes de qualquer das Partes Contratantes de convocarem para o serviço militar as pessoas referidas neste Acôrdo, ou de colocarem seus nomes nas listas de reserva. As pessoas convocadas por qualquer das Partes Contratantes de conformidade com o presente artigo deverão receber, ao completar o período de serviço de emergência, ou antes dêsse prazo, um certificado do qual constem informações completas sôbre a data e natureza da convocação.

ARTIGO VIII

Quaisquer dúvidas quanto à aplicação e à interpretação dêste Acôrdo deverão ser resolvidas por via diplomatica, ou, caso falhe êste recurso, pelos meios que as Partes Contratantes venham a adotar.

ARTIGO IX

O presente Acôrdo regulará a prestação de todo serviço militar iniciado depois da sua entrada em vigor.

ARTIGO X

O presente Acôrdo será ratificado pelas Partes Contratantes na conformidade dos respectivos preceitos constitucionais e entrará em vigor na data da troca dos instrumentos de ratificação, a ser efetuada em Roma, o mais breve possível.

Êsse Acôrdo vigorará até seis meses contados da data em que uma das Partes Contratantes houver notificado a outra da sua decisão de denunciá-lo.

Em fé do que os abaixo-assinados, devidamente autorizados pelos seus respectivos governos, firmaram o presente acôrdo e a êle apuseram os respectivos selos.

Feito em duas vias na cidade do Rio de Janeiro, aos seis de setembro de mil novecentos e cinqüenta e oito, nas línguas portuguêsa e italiana, sendo ambos os textos igualmente autênticos".

ACÔRDO RELATIVO À INSTITUIÇÃO DE UM CENTRO DE ESTUDOS E DOCUMENTAÇÃO PARA A AGRICULTURA E A ECONOMIA RURAL

"O govêrno da República dos Estados Unidos do Brasil e o govêrno da República Italiana,

desejando reforçar — no quadro da amizade tradicional e das relações cordiais que unem os dois Países — o conhecimento recíproco dos problemas agrícolas e dos seus reflexos econômico-sociais, mediante uma colaboração mais completa no setor dos estudos e da documentação da agricultura e da economia rural no Brasil;

tendo a presente a participação que o trabalho e a técnica italianos deram ao Brasil, com resultados fecundos recíprocos, reforçando os vínculos que, no espírito duma civilização comum, unem os dois Países;

considerando que o Instituto Agronômico de Ultramar de Florença (Instituto Agronômico per l'Oltremare di Firenze), desde 1950 vem estudando a agricultura e a economia rural de numerosos Estados do Brasil, colaborando com diversas entidades científicas e técnicas, e recolhendo vasto material documentário, que representa

patrimônio de notável relêvo para o melhor conhecimento do País;

considerando que, do lado brasileiro, numerosos técnicos e estudiosos *se vêm dirigindo ao referido* Instituto, a fim de se dedicar a pesquisas de caráter científico, econômico e sociológico.

Acordaram o seguinte:

ARTIGO I

As partes contratantes resolvem instituir, junto ao Instituto Agronômico de Ultramar (Instituto Agronômico per l'Oltremare), com sede em Florença (Itália), à rua Cocchi, 4, "um Centro de Estudos e Documentação para a Agricultura e Economia rural no Brasil" (Centro di Studi e di Documentazione Sull'Agricoltura e Sull'Economia rurale in Brasile).

ARTIGO II

O "Centro" propõe-se a intensificar, por todos os meios ao seu alcance — valendo-se da experiência adquirida pelo citado Instituto — o estudo e o conhecimento das possibilidades que o Brasil, tendo em vista o seu vasto e rico território, pode oferecer, no setor agronômico, ao progresso e ao bem-estar do mundo civilizado.

Em particular:

a) funcionar como escritório de informação científica, técnica e econômica para os que — italianos ou estrangeiros — se interessam pelo desenvolvimento econômico do Brasil e, também, como meio de difusão dum melhor conhecimento dêsse País nos centros culturais e econômicos italianos;

b) favorecer o intercâmbio cultural no setor da ciência agronômica e veterinária, intensificando as relações entre institutos brasileiros e italianos;

c) despertar o interêsse dos estudiosos para os problemas agronômicos do Brasil, sob as formas que julgarem mais convenientes;

d) organizar, periòdicamente, no Instituto Agronômico de Ultramar (*Instituto Agronômico per* l'Oltremare), após entendimentos com as autoridades competentes brasileiras e italianas, reuniões de estudiosos e de técnicos, relativas à agricultura e à economia rural no Brasil;

e) tomar qualquer outra iniciativa útil para o melhor funcionamento do "Centro".

ARTIGO III

O govêrno brasileiro, através da "Universidade Rural" do Ministério da Agricultura e de outras suas Instituições especializadas, providenciará a remessa de publicações, documentação, material fotográfico e de qualquer outra natureza, indispensáveis ao bom funcionamento do "Centro".

ARTIGO IV

O "Centro" para melhor realização de suas finalidades, manterá, diretamente ou por intermédio da Embaixada do Brasil em Roma, correspondência com as entidades interessadas brasileiras, e desenvolverá, na Itália, qualquer ação, *tendente à divulgação e ao conhecimento* mais exato da economia rural e dos problemas agrícolas brasileiros, inclusive através da realização de convênios, intercâmbio de bôlsas de estudo etc..

ARTIGO V

O "Centro" e os órgãos competentes brasileiros e italianos, examinarão, de comum acôrdo, qualquer iniciativa que importe ônus financeiro.

ARTIGO VI

O presente acôrdo é concluído sem limite de tempo e permanecerá em vigor até que seja denunciado por uma das partes contratantes. Em tal caso, o acôrdo cessará de vigorar seis meses depois da notificação da denúncia.

ARTIGO VII

O presente acôrdo será ratificado no mais breve prazo possivel e entrará em vigor no primeiro dia do mês subseqüente àquele em que fôr efetuada a troca das ratificações que terá lugar em Roma.

Em fé do que, os abaixo-assinados, devidamente autorizados pelos seus respectivos Governos, assinaram o presente acôrdo e a êle apuseram os respectivos selos.

Feito em duas vias na cidade do Rio de Janeiro, a seis de setembro de mil novecentos e cinqüenta e oito, nas línguas portuguêsa e italiana, sendo ambos os textos igualmente autênticos".

ACÔRDO PARA A SUPRESSÃO DE VISTOS EM PASSAPORTES DIPLOMATICOS E ESPECIAIS

"Em 6 de setembro de 1958 — Senhor Secretário de Estado, Tenho a honra de acusar recebimento da nota nº 4017, desta data, pela qual Vossa Excelência me comunica que o Govêrno italiano está disposto a concluir com o Govêrno brasileiro um acôrdo para a supressão de vistos em passaportes diplomáticos e especiais, nos têrmos seguintes:

I — Os titulares de passaporte diplomático brasileiro, válido, ficarão dispensados de visto para entrar na Itália e nela permanecer em trânsito ou por tempo indeterminado.

II — Os titulares de passaporte diplomático italiano, válido, ficarão dispensados de visto para entrar no Brasil e nêle permanecer em trânsito ou por tempo indeterminado.

III — Os titulares de passaporte especial brasileiro ou documento equivalente, válido, ficarão dispensados de visto para entrar na Itália e nela permanecer até o máximo de três meses.

IV — Os titulares de passaporte de serviço italiano ou documento equivalente, válido, ficarão dispensados de visto para entrar no Brasil e nêle permanecer até o máximo de três meses.

V — Não se aplicará ao pessoal das respectivas Missões Diplomáticas e Repartições Consulares a limitação estabelecida nos itens III e IV.

VI — Ressalvadas as isenções do item anterior, a supressão do visto constante desta nota não dispensa os titulares de passaporte especial brasileiro (ou documento equivalente) e de serviço italiano (ou documento equivalente) da observância das leis e regulamentos em vigor concernentes ao ingresso, permanência e saída nos respectivos países.

Em resposta, cabe-me levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o meu Govêrno aceita a proposta do Govêrno italiano, considerando a presente nota e a de Vossa Excelência a que acima me referi, como um acôrdo entre nossos dois Governos, a entrar imediatamente em vigor.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração".

LIVROS

O GIGANTE E O RIO — AÇÃO DE MAUÁ NO URUGUAI E NA ARGENTINA (1851-1878) *Álvaro Teixeira Soares* — Rio de Janeiro, 1957.

A figura de Mauá — Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de Mauá — não se projetou apenas nos quadros nacionais enchendo com a sua atividade um largo período da nossa História, sobretudo no campo do desenvolvimento econômico. A sua presença começa a projetar-se além das fronteiras brasileiras na década de 50-60, que foi, aliás, consagrada como o período áureo do Império. Foi a fase do surto econômico que se seguiu ao término das lutas que vão da Independência à Revolta Praieira.

A partir de 1850 abrem-se novos rumos ao progresso do Brasil, com a pacificação dos espíritos; serenam as paixões partidárias. O sentido nìtidamente ascensional então verificado sòmente iria sofrer solução de continuidade com a Guerra do Paraguai, comêço do declínio do Império. Naquela década, extinto o tráfico de escravos, os recursos financeiros que eram utilizados na compra de negros na África, desviaram-se para oportunidades progressistas e adequadas ao desenvolvimento nacional. Abrem-se estradas de rodagem; começa a funcionar a ferrovia; incrementa-se a navegação a vapor. A nada disso é estranha a presença, ou seja a participação, de Mauá.

A sua figura, porém, não foi apenas de projeção nacional, porque ultrapassou as fronteiras do Brasil, na obra a que se dedicou, quanto ao programa de desenvolvimento econômico, a grande preocupação da sua vida. Irineu Evangelista de Sousa tem o seu nome ligado a atividades também continentais. Se outros fatos não documentassem a sua ação na Argentina e no Uruguai, bastaria lermos o livro recente do Embaixador Teixeira Soares em que é estudada a atuação de Irineu Evangelista de Sousa no Prata. É obra em cujas páginas se recolhem suficientes informações capazes de evidenciar o papel então desempenhado por Mauá, levando o espírito progressista do Brasil daquela época além dos nossos limites territoriais.

O Gigante e o Rio é o título da obra do Embaixador Teixeira Soares. Está ela dividida em duas partes. Na primeira, mais geral, analisa aspectos do ambiente brasileiro em que viveu Mauá; a sua ação interna, a sua presença no sistema bancário nacional, na ferroviação, na navegação amazônica, no desenvolvimento das comunicações, são indicadas. Assinala o Embaixador Teixeira Soares o entusiasmo de Mauá pela Inglaterra, só comparável ao de Tavares Bastos; o desenvolvimento industrial da Inglaterra despertava-lhe interêsse, acompanhando seu crescimento econômico através das perspectivas novas que abria à economia mundial. A influência inglêsa estimulava-lhe o espírito empresarial; e ei-lo interessado na construção da estrada de ferro Recife — São Francisco e na Estrada de Ferro da Bahia, pensando na construção de ferrovias em São Paulo, Paraná e Mato Grosso ou planejamento a Santos — Jundiaí.

Na segunda parte o A. aborda especìficamente a ação de Irineu Evangelista no Rio da Prata. É sem dúvida nesta segunda parte que se encontra todo o sentido do trabalho diplomático, financeiro e político realizado por Mauá. Para escrevê-lo utilizou o A. farta documentação, não apenas a da bibliografia existente, mas ainda a de peças e MSS históricos, elementos êsses que revelam, de par com a natureza do problema em face, as realizações do brasileiro que se inscreve, hoje, entre os grandes nomes do nosso progresso econômico.

Desde os antecedentes da ação de Mauá, tanto na Argentina como no Uruguai, a diplomacia de Sinimbu e Silva Pontes, vai o Embaixador Teixeira Soares fixando os principais pontos da atividade de Mauá no Prata. Foi justamente a partir de 1850 que Mauá começou a acompanhar a política do Brasil naquela área. Tornou-se colaborador financeiro na Defesa de Montevidéu. Em abril de 52 chegou à capital uruguaia. Aí auxiliou financeiramente o govêrno de Giró, através de contrato do empréstimo de 84 000 pesos, assinado a 9 de maio de 53, modificado por outro em 10 de novembro do mesmo ano. Do que foi o papel de Mauá no Uruguai, pode-se resumi-lo citando o escritor uruguaio Mora Otero, em trecho transcrito pelo Embaixador Teixeira Soares: "inmensa figura en la Historia de nuestro país". O primeiro estabelecimento bancário que teve o Uruguai foi o Banco Mauá & Cia., autorizado a funcionar por Lei nº 527, de 1 de julho de 1857.

Em seus títulos principais os capítulos da segunda parte do livro são os seguintes: ação do visconde do Uruguai; Mauá em contacto com as realidades políticas do Uruguai; explorações políticas com o Tratado de Aliança; projeto de amortização da dívida; Mauá auxilia o govêrno de Giró; o Banco Mauá; a consolidação da dívida uruguaia; o panorama político do Prata e a "diplomacia do patacão", os "blancos" no poder, Mitre e o mitrismo; Mauá criador de riquezas no Uruguai; investidas contra o Banco Mauá; prestígio de Mauá e do seu Banco; a decepção de Mauá, atitude do govêrno imperial, crise em 1875, queda de Mauá. Sòmente por êstes titulos já se pode ter uma idéia dos assuntos abordados; e mais do que isso, principalmente, a importância da obra que aqui vimos apreciando.

Essa importância, todavia, mais avulta quando passamos à leitura das páginas do Embaixador Teixeira Soares. É, na realidade, um estudo sério, documentado, preciso nas afirmações feitas. À paciência da pesquisa de aspectos tão interessantes da obra de Mauá no Prata, acrescentou o A. a maneira de saber expô-los. O historiador completa o pesquisador, ao analisar as raízes do tema, a discuti-los e encará-los em face do Brasil de então, a procurar sentir a sua intimidade. A posição da diplomacia brasileira em face do problema político-diplomático, que representava o Prata, fixou-o nìtidamente o Autor.

Em *O Gigante e o Rio* encontramos, portanto, uma obra de história, que traz a sua contribuição — a valiosa contribuição de um diplomata moderno para compreensão das relações diplomáticas, econômicas e políticas do Brasil na área platina, através da ação, principalmente financeira, de Irineu Evangelista de Sousa. Fixando-se na figura de Mauá, o Embaixador Teixeira Soares não se restringe a projetá-la ou estudá-la; as páginas do seu livro vão além, por isso que estudam todo um problema, a que não foi estranha a diplomacia brasileira no campo das relações internacionais. Por meio de uma figura, e no caso a de Irineu Evangelista de Sousa, Barão de Mauá, o A. estudou um problema em uma época. Êsse, sem dúvida, mais um mérito a acrescer à obra do Embaixador Teixeira Soares.

MANUEL DIÉGUES JÚNIOR

THE TURN OF THE TIDE — *Arthur Bryant* — Collins — Londres, 1957 — 766 páginas, 30 s.

A mais recente guerra mundial tem sido objeto, como era de se esperar, de volumosa série de livros, alguns já de referência obrigatória, quer do ponto de vista estritamente histórico, como *The Second World War*, de W. S. Churchill, quer no ângulo de depoimentos pessoais, como os diários de Ciano, Goebbels e Rommel ou *A Cruzade in Europe*, de Eisenhower e *I Was There*, de Leahy, quer finalmente, na qualidade de análises de aspectos particulares daquela conflagração: a guerra aérea (*Bomber Offensive*, de Sir Arthur Harris), o julgamento de criminosos de guerra (*The Trial of Major War Criminals Before The International Military Tribunal, Nuremberg Documents*), a tática das divisões blindadas alemãs (*Panzer Leader*, de H. Guderian), a influência do exército prussiano na orientação da política interna alemã (*The Nemesis of Power*, de John Weeler-Bennett), ou o papel da Marinha Mercante na determinação de objetivos estratégicos globais (*Merchant Shipping and The Demands of War*, de C. B. A. Behrens).

The Turn of the Tide não passa de um estudo, baseado no diário e nas notas autobiográficas do Field Marshall Viscount Alanbrooke, do desenrolar dos acontecimentos que precederam a memorável retirada de Dunquerque, no começo de 1942, até aos preparativos finais para o desembarque dos aliados na Normandia, em 1944, vistos pelo Chefe do Estado-Maior-Geral do Império Britânico.

Na mesma noite de setembro de 1939 em que as tropas alemãs completavam a conquista da Polônia, Alanbrooke, então tenente-general, começou o seu diário, um misto de válvula de escape e de correspondência com sua espôsa, a quem remeteria os pequenos cadernos de couro, onde escrevia, na medida em que iam sendo completados. As páginas iniciais traçam os temores e esperanças de um oficial graduado inglês servindo na França, com o grosso do Exército Regular Britânico — cêrca de 250 000 homens — e a espera da "blitzkrieg" alemã. Durante cêrca de oito meses, a Fôrça Expedicionária Britânica, destacada para combater em solo francês, estêve em perigo de destruição ou captura total. Isto teria sido fatal, pois, comandando-a, em escalões diversos, estavam os homens que mais tarde conduziriam as fôrças de Sua Majestade à vitória sôbre o Eixo — Ritchie, Alexander, Montgomery e que constituíam a nata da

oficialidade britânica. Que aquela fôrça, com equipamento reduzido e antiquado, pudesse ter resistido ao ataque das divisões alemãs altamente mecanizadas, blindadas e com apoio de fôrça aérea, evitando serem cercadas e possibilitando a retirada de Dunquerque, constituiu um verdadeiro milagre, o qual se deveu à *extraordinária habilidade com que o* General Brooke *orientou* as operações durante os dias cruciais decorridos entre a queda da Bélgica e o comêço da evacuação.

Naquela época, Brooke completava 57 anos de idade e estava, portanto, a apenas 3 anos da sua reforma. A maneira pela qual se portara durante a retirada tornou-o indicado para comandar as fôrças encarregadas de repelir a invasão da Inglaterra. E, pouco mais tarde, em 1941, foi convocado pelo Primeiro Ministro para o pôsto de Chefe de Estado-Maior-Geral do Império Britânico. O seu diário deixa então de ser, predominantemente, um acumulado de impressões a respeito dos acontecimentos, que se sucediam diàriamente nos teatros da guerra onde trabalhava, para tornar-se o registro de considerações feitas de uma nova perspectiva. Cabia-lhe, agora, a direção de tôdas as campanhas do Exército britânico; ocupava-se, assim, não mais com tática, mas com estratégia em grande escala. A guerra, até então limitada à Europa e à África do Norte, passara a ser global, com a entrada no conflito de um Japão integralmente mobilizado e dos Estados Unidos da América quase inteiramente desarmados. Como Presidente do Comitê dos Chefes de Estados--Maiores das Fôrças de Terra, Mar e Ar, Brooke passou a ser a cabeça da organização central através da qual o Ministério de Defesa inglês conduzia a conflagração no seu conjunto, e transformou-a num instrumento de precisão, que funcionava com a consistência e rapidez de uma só vontade, para dirigir uma vasta e complexa máquina de guerra.

A par da presença dominante de Churchill como Primeiro Ministro, foi a existência dêsse Comitê que distinguiu o contrôle, nos altos níveis, da Segunda Guerra Mundial do da Primeira. *Embora os membros* daquele triunvirato pudessem ser demitidos *ad nutum* pelo Primeiro Ministro, a quem cabia, na qualidade de Ministro da Defesa, a responsabilidade suprema pela segurança da Nação, jamais, a partir do momento em que Brooke se tornou o Presidente do Comitê, uma decisão tomada com fundamentos puramente militares e estratégicos foi reformada por *considerações de ordem política. É a história dessa parceria* — Churchill e Alanbrooke —, produto da sábia tradição britânica de consultas e debates, que o livro de Sir Arthur Bryant retrata.

As virtudes do Primeiro Ministro, como líder em tempo de guerra, eram imensas. Maiores os perigos, maior ainda a sua coragem. Tinha a imaginação para prever as ameaças e as oportunidades desapercebidas para outros, energia sem limites, um sentido de história que não falhava e, acima de tudo, a capacidade de *tocar* as pessoas. As suas falhas, naquela mesma qualidade, eram impaciência e impetuosidade. Muitas vêzes, por não levar em conta as conseqüências que determinada operação poderia ter sôbre os demais teatros da guerra, insistia em projetos que, caso executados, terminariam certamente em desastre. De temperamento oposto, Alan Brooke foi o seu complemento ideal. Treinado para adaptar meios existentes a fins visados, tinha a capacidade de ver o que era o possível e a experiência prática para saber quando, como e onde o seria. Não raciocinava em têrmos parciais, mas sempre tendo em vista o conjunto das operações. Assim, apesar dos podêres ilimitados que a Nação e o Parlamento haviam conferido a Churchill, para a condução da guerra, êste, mesmo quando, acreditando-se sincera e integralmente com a razão, discordava de Alan Brooke e seus colegas de Estado-Maior, teve sempre a sabedoria e magnanimidade de preferir seguir a orientação dêstes últimos. Permanecendo um líder, recusou-se a ser um ditador. Dessa forma, a figura de Brooke toma maior vulto tanto dentro do Conselho de Guerra Britânico quanto nas conferências com os aliados, na determinação da estratégia que iria levar as Nações Unidas à vitória.

Sua concepção, como a de todos os grandes comandantes da história inglêsa, dependia do mar. Com a sua capacidade de assenhorear-se dos dados essenciais de um problema, percebeu que o transporte marítimo seria a chave da ofensiva. Desprovidos daquele tipo de transporte, os aliados nada poderiam fazer para reduzir a pressão alemã sôbre a Rússia, ou para tirar ao inimigo, firmemente entrincheirado na sua posição terrestre, a iniciativa das ações. No comêço de 1942, os aliados estavam perdendo tonelagens excepcionalmente elevadas de embarcações devido à guerra submarina. De um modo, apenas, poderiam reduzir aquelas perdas e auxiliar o Exército Vermelho. Não seria, como pretendiam os russos e os americanos, através de um assalto prematuro contra as fortificações alemãs na costa ocidental da Europa, mas sim mediante um ataque à região em que, devido ao mar e à geografia, a logística possibilitaria às fôrças, ainda comparativamente diminutas das Nações Unidas, exercer uma pressão inteiramente desproporcional ao seu tamanho.

Expulsando os alemães e italianos do Norte da África, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América poderiam reabrir o Mediterrâneo e, encurtando assim a rota de suprimentos para a Índia e o Oriente Médio, movimentar imediatamente mais de um milhão de toneladas de transporte marítimo, para a cobertura de operações de ofensiva. Em seguida, ameaçando o inimigo no outro lado daquele mar e forçando-o a dispor tropas em tôda a extensão de um litoral até então seguro, poderiam os aliados atacar, através da Sicília e da Itália, exatamente no ponto da fortaleza continental do adversário em que as suas linhas de abastecimento e comunicação estavam mais estendidas. Em continuação, após haverem obrigado a Alemanha a deslocar suas divisões de reserva para aquela zona de onde, devido aos péssimos meios de transporte, elas seriam dificilmente retiradas, poderiam os aliados, atravessando a Mancha, atacar a muralha ocidental de Hitler, sem correrem o risco de um contra-ataque poderoso, estabelecer uma cabeça de ponte e iniciar o avanço para Leste, enquanto os russos, igualmente aliviados da ameaça de uma reserva central de fôrças, utilizando as magníficas comunicações Leste — Oeste alemãs, poderiam avançar em segurança contra o Reich, da direção oposta. Esta foi a orientação que, por influência de Brooke, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América adotaram até que, vencidas a Itália e a Alemanha, as Nações Unidas puderam voltar-se contra o Japão, o parceiro do Eixo remanescente no Pacífico.

Baseado no diário e em notas autobiográficas que, uma década mais tarde, Sir Alan Brooke escreveu à guisa de comentários às suas anotações quotidianas, o autor, usando muitas vêzes aquêle material *in extenso,* tentou mostrar quanto a causa da Grã-Bretanha e dos aliados deveu ao Chefe do Estado-Maior-Geral, naquela primeira fase de falta de preparo e desastres, particularmente nos 19 meses que decorreram entre a queda de Cingapura e a rendição da Itália. Uma continuação, *The Triumph of The West,* ainda por publicar, relatará o período que vai do desembarque na Normandia à vitória final, incondicional.

O livro é, portanto, uma mistura de três redações diferentes. A do diário, um registro às vêzes impulsivo e pouco equilibrado dos acontecimentos anotados às pressas. A dos comentários, refletida e cuidadosa, corrigindo freqüentemente asperezas daquelas anotações. E a parte de Sir Arthur Bryant, fornecendo os antecedentes e o contexto histórico para as duas primeiras. Sofre, sobretudo no início, de um excesso de transcrições de

trechos do diário, repletas na maior parte de pormenores irrelevantes. De acôrdo com o que reconhece o autor, muitas das anotações e comentários de Sir Alan Brook não puderam ser utilizados por atingirem pessoas ainda em vida. Parece-nos que, a abandonar justamente a parcela mais interessante e controvertida, teria sido preferível não empregar de todo aquêle material e limitar-se à narrativa inteligente e fluente de Sir Arthur Bryant.

RONALD SMALL

HUMANITÉ ET SUBSISTANCES — *André Guerrin* — Editions du Griffon — Neuchatel, 1957.

O trabalho de M. Guerrin representa mais uma importante mensagem sôbre um tema bem velho e ainda de plena atualidade. É o que se relaciona com a desproporcionalidade entre o crescimento da população do Globo e o aumento da produção de alimentos. O assunto já constitui, há mais de dois milênios, fonte de preocupação para filósofos e estadistas. Segundo o próprio autor, a prioridade talvez caiba ao Imperador Chinês Han-Fei-Tson que, no 4º Século A. C., já afirmara: "A riqueza de uma nação depende, não do número dos seus habitantes mas da quantidade de alimento de que êles dispõem". Aristóteles e Platão tiveram também a sua atenção voltada para a necessidade de equilíbrio entre as populações e os seus meios de subsistência.

No entanto, parece ter sido Malthus quem, pela primeira vez, procurou encarar o problema por um prisma científico, através de seu "Essay on Population", publicado em 1798. Apesar da simplicidade, da quase candura com que tirou as suas conclusões, foi Tomas Robert Malthus, dentre os que se preocuparam com o problema, quem mais serviu de alvo à crítica e à revolta dos adversários. A condenação sesqui-secular da obra de Malthus não tem prejudicado o aparecimento dos seus numerosos adeptos os quais, estranhamente, sem causar tanta irritação, têm pintado quadros muito mais negros e apontado remédios muito mais ousados do que os do seu mestre.

Embora devotada a um assunto velho e bastante explorado, encerra a obra de Guerrin algo de novo. É o tratamento quantitativo que êle procura dar ao problema. Além disto, é difícil encontrar em trabalhos anteriores tamanha riqueza de

documentação. M. Guerrin divide o objeto do seu trabalho em três partes. Na primeira, contida no Capítulo I, procura saber se o mundo se alimenta na medida das suas necessidades. Na segunda, abrangendo os Capítulos II e III e IV, indaga se a expansão demográfica e o aumento da produção agrícola permitirão que o homem se alimente adequadamente no futuro. Na terceira, compreendendo o Capítulo V, êle examina os remédios cuja aplicação poderá proteger a humanidade contra o advento de uma situação calamitosa.

A fim de responder à pergunta "Le monde actuel manget-il à sa faim?", M. Guerrin procura definir o conteúdo dos alimentos usuais do homem em glucídeos, lipídeos, protídeos, sais minerais e vitaminas. Paralelamente, passa em revista as idéias de diversos autores sôbre as necessidades alimentares do homem, em função da idade, do porte, do sexo, do tipo de trabalho, do clima etc.. A seguir examina as estatísticas de produção dos principais produtos agrícolas: cereais, grãos leguminosos, tubérculos e raízes, frutas, plantas sacarinas e oleaginosas, e verifica as quantidades dos fatôres alimentares existentes nestas produções, após deduções devidas a perdas por ataque de insetos, roedores, criptógamos, quantidade reservada para semente etc.. Em função dêstes totais e daqueles teores computa as disponibilidades em elementos nutritivos contidos nos alimentos de origem vegetal e animal.

Ainda no primeiro capítulo, examina a evolução da população do Globo, a partir dos primeiros registros de alguma confiança e, apesar das limitações apresentadas por êstes levantamentos, admite os seguintes números nas diferentes épocas:

Em 1650, 515 milhões; em 1800, 908 milhões; em 1850, 1 187 milhões em 1900, 1 642 milhões; em 1940, 2 150 milhões e em 1950, 2 510 milhões.

Os aumentos de 1650 a 1950 foram variáveis nas diversas partes do Globo, parecendo maiores nas áreas povoadas pela raça branca, com os seguintes *fatôres de multiplicação*: Globo 4,9; América 25,0; Oceania 6,5; Europa 5,9; Ásia 4,6 e África 2,0.

As maiores densidades demográficas atuais encontram-se nas áreas temperadas, compreendendo quatro centros principais:

Oriental (China, Mandchúria, Japão) 92 hab. por quilômetro quadrado, Europeu 60, Indo-Malaio 65 e Americano (Leste dos Estados Unidos e do Canadá) 200.

Após examinar a distribuição das populações pelas diversas áreas do Globo, o autor multiplica as necessidades alimentares

pelos efetivos demográficos encontrados em cada continente. Chega, assim, a necessidades totais em calorias 13% mais altas do que as disponibilidades. Em lugar de dispor em média de 2 260 calorias *per capita*, a humanidade tem apenas 1 910. No caso dos protídeos as deficiências globais eram de 18% em 1949, e de 15% em 1954. O deficit de lipídeos era de 37% em 1949 e de 34% em 1954. O de glucídeos, de 8% em 1949 e 6% em 1954. Foram verificadas, em 1954, deficiências em todos os demais fatôres nutritivos estudados — fósforo (12%), cálcio (78,5%), ferro (52%), vitaminas (A) (95%), (B) (43%), (B2) (72%), (C) (54%), (D) (58%).

A resposta à pergunta inicial é portanto negativa. O homem não se alimenta satisfatòriamente. O estado de fome é endêmico na humanidade. As deficiências variam conforme o constituinte, sendo maiores no caso dos lipídeos, do cálcio, do ferro e das vitaminas. A carência, entretanto, não é generalizada, pois a situação é satisfatória em muitos países. Embora não haja um continente inteiramente livre da subnutrição, os deficits mais acentuados parecem encontrar-se em algumas regiões da Ásia, da África e da América do Sul.

Depois de concluir que "le monde ne mange pas à sa faim" o autor procura ver se o homem se alimentou suficientemente no passado. A êste respeito não há documentação disponível, senão em relação a períodos relativamente recentes e para apenas uma parte dos elementos nutritivos. O aprovisionamento de calorias, por exemplo, parece ter sido melhor há meio século do que é hoje. O deficit, segundo o autor, era de 2% em 1913, 8% em 1939, atingiu a 13% em 1949 e declinou para 10% em 1955.

À vista da falta de dados, o autor extrapola o crescimento mais rápido das populações do que dos suprimentos e admite que deve ter havido uma fase em que os últimos eram plenamente suficientes para as primeiras. Vai mais longe e admite que a curva das populações partiu de zero, o que não se deve ter dado com a dos aprovisionamentos, pois o primeiro homem deve ter encontrado abundante provisão de alimentos fornecidos pelos recursos vegetais e animais selvagens.

O autor explica que êste é um raciocínio puramente teórico e sujeito a algumas limitações. O que êle não deixa bem claro é que nos primórdios da humanidade as curvas da população e dos abastecimentos devem ter sido antagônicas. Enquanto a primeira crescia, os segundos, de origem puramente extrativa, eram decrescentes.

No Capítulo II o autor passa a analisar as possibilidades de aumento dos recursos alimentares mundiais. Aponta que estas possibilidades dependem da ação de dois grupos opostos de fatôres: os que restringem a produção e os que a expandem.

Entre os primeiros citou a redução das áreas cultiváveis, pela erosão. Como preâmbulo à discussão dêste fenômeno, o autor detém-se desnecessàriamente na descrição dos fatôres e processos de formação do solo. Depois descreve os fatôres da erosão: edáficos, climáticos e sociais. A seguir aborda a questão da intensidade e da natureza do fenômeno em cada continente. Fala que na Europa o fenômeno é em geral pouco intenso, em parte por causa do clima ameno reinante, mas também pela atitude mais conservadora da população. Há exceções nas áreas áridas mediterrâneas. Ali a erosão é intensa, na Espanha agravada por superapascentamento dos campos. A êste propósito admite a influência árabe na prioridade dada ao criador sôbre o agricultor. Situação semelhante é encontrada na Turquia, na Grécia e na Ásia Menor. Pràticamente, no Oriente Médio, as devastações causadas pelo homem (pastôres, nômades, guerras etc.) não podem ser restauradas em tempo por deficiência de humidade. Relaciona fenômenos semelhantes na África. Aponta a evolução dos desertos. Admite que o Saara tenha sido úmido há 5 000 anos A. C. Mas a transformação, neste caso, é devida a mudanças climáticas. Relata ainda a erosão na América e na Oceânia. Alude ao decrescimento geral das áreas cultiváveis do planêta, agravado pela erosão, pela urbanização, pelas indústrias, pelas bases aéreas, pelas estradas e assinala o problema do esgotamento dos solos em virtude da retirada de elementos nutritivos pelas colheitas e pela drenagem.

O autor discute então os fatôres benéficos, detendo-se sôbre as práticas de conservação do solo, a adubação, a irrigação, e o melhoramento genético das plantas cultivadas. Examina, em função dêstes fatôres, quais as possibilidades de aumento da área cultivada, chegando a um dado global de 66%. Alude, adicionalmente, a outras possibilidades de elevação da produção, através da tomada de terra aos mares, de culturas em soluções nutritivas, da melhor conservação dos produtos agrícolas etc.. Em um balanço final dos recursos alimentares mundiais, influenciados por fatôres destrutivos e construtivos, o autor conclui que se pode esperar, dentro de um século, um aumento de 65% a 95% das disponibilidades alimentares atuais.

Para saber se as possibilidades de aumento de produtos alimentares satisfarão às necessidades mundiais futuras é neces-

sário saber prèviamente como evoluirá a população do Globo. Êste é o objetivo do Capítulo III. O autor faz a análise dos diversos critérios aplicados à previsão de aumento em vários países e finalmente admite a existência de 4 200 milhões de habitantes no ano 2000 e 4 900 milhões em 2050. Com base nesta expansão demográfica e em função das possibilidades de aumento de produção de alimentos, de 25% a 45% no ano 2000, e de 65% a 95% em 2050, o autor conclui que o deficit calorífico médio da humanidade será de 19% a 24% na primeira data e de 6% a 19% na segunda. Deficits semelhantes são previstos no caso dos demais fatôres da nutrição. Segundo os resultados a que chega o autor, a situação alimentar do homem, no ano 2000, será pior do que a de 1955, já por si deficiente. Em 2050 melhoraria um pouco, caso fôsse atingida a elevação das produções em 95%.

Finalmente, no Capítulo V o autor considera os remédios para o drama. Êle divide-os em Ilusões, Remédios Possíveis e Remédios Heróicos. Entre os primeiros, coloca as possibilidades de aumentos culturais através da melhoria das técnicas agrícolas. A êste respeito invoca novamente a lenda da influência prejudicial dos adubos sôbre o valor nutritivo dos alimentos, já plenamente superada pelos resultados de pesquisas sôbre fisiologia vegetal e animal. Ainda entre as ilusões o autor descreve as esperanças de aumento por meio da restrição das pastagens a favor das culturas; do cultivo apenas de plantas de altos rendimentos e da exploração da fauna abissal. Ainda neste capítulo, entre as "brilhantes fantasias" o autor fala de concepções engenhosas tais como a de Tornier — aumento da evaporação do Mediterrâneo pela sementeira de algas que se desenvolvem na sua superfície, como no Mar dos Sargaços. Isto iria aumentar as precipitações nas áreas litorâneas. E o gigantesco projeto "Atlantropa", que criaria ricas faixas de terras marginais no Mediterrâneo, mediante a retirada da água dêste último para formar dois mares no coração do continente africano: o Mar de Tchad e o do Congo.

Entre os remédios possíveis o autor aborda: 1) a fertilização das plataformas continentais para estimular o desenvolvimento do *fitoplankton* e conseqüentemente da fauna oceânica; 2) procura de novas plantas alimentares (*i. e.*, de maiores riquezas minerais e conteúdo vitamínico) e 3) chuvas artificiais.

Finalmente o autor entra na discriminação dos remédios heróicos, entre os quais considera a colheita de *plankton* para

alimentação direta do homem, a cultura de algas (Chlorella) e a produção de alimentos artificiais.

Um tanto céptico a respeito das possibilidades de prevenção do que êle chama de drama, através do aumento do numerador da fração subsistências/população, o autor encara a possibilidade de contenção do denominador. Aborda então o mais discutido dos remédios heróicos: a restrição da pululação humana. Examina as doutrinas da população e analisa os métodos preconizados em diversas épocas para a limitação da natalidade. Agrupa-os em métodos ativos e métodos passivos e analisa as críticas de ordem moral e religiosa, científica, psicológica e política que lhe têm sido levantadas. Neste exercício deixa transparecer a crença em que, apesar das limitações e riscos que apresenta e da resistência encontrada em poderosos setores da opinião pública, êste último é, dentre os remédios heróicos, aquêle que oferece maiores possibilidades de eficácia.

M. Guerrin chega, finalmente, às conclusões que se expressam através da seguinte cadeia de fatos inter-relacionados: 1º) a possibilidade de utilização agrícola dos solos do planêta não é ilimitada 2º) os recursos alimentares do Globo são limitados; 3º) o balanço alimentar da população mundial é deficitário; e 4º) há portanto necessidade de limitar o crescimento da população.

Esta série de afirmativas não será, de certo, universalmente aceita. Não representarão, portanto, a última palavra sôbre o assunto e a respeito o autor parece não ter dúvida quando sente a necessidade de acrescentar à sua obra um interessante Posfácio, onde são refutados certos argumentos contrários à sua tese.

Pode-se discordar do autor em relação à maneira como trata o seu assunto. Talvez tenha incorrido em demasiada prolixidade. A riqueza da documentação numérica usada nem sempre contribui para a clareza da exposição. É difícil porém rejeitar o espírito das suas conclusões. Parece fora de dúvida que o balanço alimentar das populações do Globo é deficitário e, em face da modéstia dos possíveis incrementos da produção agrícola, para se evitar que aquela situação se agrave, torna-se necessário limitar o crescimento da população mundial.

É lógico que a humanidade poderá resistir, e sobreviver a um balanço alimentar deficitário. Segundo M. Guerrin, esta situação já vem de longe em relação às disponibilidades de protídeos, lipídeos e glucídeos. Ainda de acôrdo com êle,

jamais foram satisfeitas as necessidades médias mundiais em constituintes minerais e vitamínicos. Isto, porém, não privou a humanidade de crescer vertiginosamente, não impediu que o homem se desenvolvesse material e mentalmente, criasse sistemas filosóficos, descobrisse antibióticos e fabricasse bombas atômicas. Mas, um desequilíbrio extremo entre subsistências e populações poderia provocar correções de natureza demasiadamente drástica.

Esta parece ter sido a preocupação principal de Malthus: demonstrar a conveniência de se evitar espontâneamente o crescimento demográfico exagerado, para que o equilíbrio não tenha que ser restabelecido de forma dolorosa, através de epidemias, fome, guerras ou mesmo antropofagia.

A. B. F.

ASIA MAIOR — O PLANÊTA CHINA — *Maria Martins* — Civilização Brasileira — Rio de Janeiro, 1958 — 330 págs. Cr$ 150,00.

Ásia Maior é um livro que apresenta, ao lado de impressões de viagem uma visão geral da China Comunista, quer historiando as transformações políticas recentemente ocorridas, quer apreciando os resultados conseguidos pelo regime ali vigente desde 1949.

Após breve narrativa da viagem que fêz ao antigo Celeste Império, a A. esboça um quadro histórico, social, cultural e econômico do país. Nesse resumo, trata do humanismo e das escolas de filosofia, apreciando a influência de Confúcio, de Buda, do moísmo, do tauísmo e, em época mais recente, do islamismo, do catolicismo e do protestantismo. Êste capítulo termina com uma análise das condições econômicas e sociais da China pré-comunista.

Na parte política o livro narra os antecedente próximos da revolução, destaca o papel exercido por Sun Yat Sen e historia os primórdios do Kuomintang. Dedica outro capítulo à transição do nacionalismo ao comunismo, explicando o malôgro do regime personificado em Chiang Kai Chek. Apresenta a seguir um histórico do movimento chefiado por Mao Tse Tung e traça um esquema da organização da República Popular.

Nas impressões sôbre a nova China o livro destaca, como merece, a posição conquistada pela mulher, graças à igualdade jurídica dos sexos ali implantada. Na análise da vida cultural

informa sôbre as condições do artesanato, da música, do teatro, da arquitetura, da escultura, da pintura e da literatura.

Na última parte encontra-se uma breve notícia das grandes reformas realizadas nos domínios da indústria e da agricultura e bem assim no campo da saúde pública. O livro conclui com uma Meditação algo desalentadora, até certo ponto constrastante com o maravilhoso da narrativa que a precede.

É êste um volume que, de ponta a ponta, se lê com interêsse, não só pela atualidade do assunto como pela vivacidade descritiva e abundância de informações. É escrito em tom jornalístico, que não pretende sair do âmbito da literatura de viagens. Revela uma enorme simpatia pela China e não menor admiração pelos homens e coisas do novo regime, vistos sempre através de lentes róseas e aumentativas. Isso ressalta, logo à primeira vista, da maneira por que são apreciados os figurantes da cena política.

Assim, Chiang Kai Chek "é um homem de forte personalidade, lutador, mas cruel, ególatra, vingativo, mesquinho, implacável e sem cultura." É também "inacessível à piedade, incapaz de perdão, cego aos seus próprios erros" e "adora um deus feroz e distante de tôda a caridade cristã." Ao contrário da "quase unanimidade" dos chinêses, não é poeta nem pintor, e suas obras são pesadas e pretensiosas, e não demonstram valor político-filosófico ou pureza de forma." Quanto à sua mulher, de conhecida atuação política, trata-se de pessoa "de feitio desagradável, de pretensão infinita, de ambição desmedida", que "inspira antipatia geral" e "causa péssima impressão."

Do outro lado estão Mao Tse Tung e Chou En Lai. O primeiro é apresentado como personagem quase fabuloso. Êle é, para começar, "o poeta, soldado e filósofo que ocupa a imaginação e os jornais do mundo inteiro." Mesmo fisicamente é excepcional. Ao vê-lo a autora descobriu que êle tem "uma enorme pinta no meio do queixo, nunca antes percebida em suas fotografias." O líder chinês é assim descrito: "Sua fronte muito alta, côr de marfim, domina uns olhos de brilho intenso e de vivacidade juvenil. Sua bôca, de lábios bem modelados, é bela e expressiva; seu rosto arredondado, sereno e afável, confere a tôda a sua fisionomia um ar de bondade paternal que se transforma, de repente, em suprema energia. Sua atitude, seu porte de imperador, irradiam dignidade e nobreza...". Para a autora, a vida de Mao Tse Tung "mais parece uma lenda épica" e a Grande Marcha ficará na história, ao lado do episódio das

Termópilas e da Retirada dos Dez Mil, "como das mais espantosas e magníficas epopéias da Humanidade." Quando êle atingiu as fronteiras da Mongólia viu, "tal novo Moisés, que ali estava a terra prometida e fundou a Primeira República Chinesa." Sua fôrça de vontade é lendária e, para prová-lo, o livro relembra um episódio ocorrido em pleno inverno, quando Mao se pôs nu debaixo da chuva "para dominar a carcaça." Além de possuir gênio poético, é êle "o mais brilhante, querido e respeitado dos oradores atuais." É ainda autor de um poema "reputado o mais perfeito da moderna poesia chinesa." Em síntese, Mao Tse Tung é "indubitàvelmente a primeira personalidade do comunismo mundial: marxista absolutamente ortodoxo, embora adapte a doutrina às condições de seu povo."

Chou En Lai também aparece como personalidade fascinante: "suas mãos, de beleza excepcional, demonstram vida intensa e grande sensibilidade". E mais adiante: "alto, elegante, com mãos de singular finura e beleza, distinção de maneiras e olhar vivíssimo, lembra os artistas de cinema americano Georges Raft e Glenn Ford, mas com a personalidade de um chefe de Estado." Em suma, é "fino diplomata" e "estadista de envergadura."

A A. de nenhum modo refreia a sua admiração pela China, nem o seu entusiasmo pelo regime que a revolução comunista ali instituiu. Isso naturalmente faz com que ela dê grande ênfase aos êxitos obtidos, mesmo quando êstes se referem a fatos irrelevantes. Por outro lado, essa atitude de espírito leva a generalizações fáceis sôbre as condições de um país extremamente complexo, que os turistas em geral vêem em poucas semanas, e em rápidas visitas a três ou quatro grandes cidades onde, dada a impenetrabilidade da língua, sòmente podem obter as informações fornecidas pelos intérpretes governamentais.

Êsse otimismo permeia todo o livro. Pequim, por exemplo, é "uma tapeçaria côr de mel e rosa e azul e verde" e tem, como cidade, o traçado mais perfeito do mundo. Em todo o percurso feito em terras da China a A. não viu um mendigo nem um maltrapilho. A mortalidade da infância baixou a 17 por mil. Antigamente a China era infestada de môscas, mas agora está "totalmente livre dêste flagelo." As prostitutas, como o perfume do ópio, "entraram para um passado completamente desaparecido." A honestidade, como a limpeza, "faz parte integrante da nova China", e o chinês é hoje "o mais honesto cidadão do universo." O povo está bem vestido, visìvelmente bem alimentado e feliz. A alegria reina por tôda a parte.

Os fatos políticos também são apreciados com benevolência. A "lavagem dos cérebros" parece coisa aceitável e de legitimidade perfeita: "é uma espécie de confissão pública dos primórdios do cristianismo." Em todo o livro não se encontra notícia de êrro ou injustiça porventura praticada pelo regime. Mesmo quando há discreta alusão a fato desfavorável, esta é acompanhada de sugestão justificativa. Por exemplo, quando diz que o Govêrno popular expulsou (não se fala em prisão) missionários católicos e protestantes, acrescenta que isso ocorreu "talvez como represália ao procedimento daqueles que se puseram abertamente ao lado do inimigo, com todo o pêso do seu auxílio."

É deveras interessante o depoimento da A. sôbre o marxismo, que "no País da Estrêla Vermelha vai-se tornando uma ciência exata." "O marxismo, diz ela, conseguiu na República Popular aquilo que nem o Cristianismo nem as colonizações européias, nem mesmo sonharam empreender: a ocidentalização do Oriente." Observa ainda que "o comunismo chinês não fêz mártires e continua evitando de criá-los. Sistemàticamente busca dominar a criatura, dobrar-lhe a vontade e a inteligência, sem a suprimir. Exerce a lavagem do cérebro. Oprime mas não mata."

Asia Maior é um livro de fundo menos erudito do que impressionista, mas isso não lhe diminui o merecimento próprio. Êle ajuda-nos a compreender a Nova China e dá-nos uma idéia da magia da hospitalidade chinesa, que o novo regime tão bem utiliza para conquistar os visitantes de países longínquos. A êsse fascínio os ocidentais, desde Marco Polo, vêm pagando sincero e constante tributo. Por outro lado, o livro ressalta a importância do problema político que o novo regime chinês trouxe para o mundo, e que a opinião brasileira não pode subestimar. A China continental representa por si só a quarta parte da humanidade e está hoje sob um govêrno unificado e forte, que tem conseguido êxitos notórios em seus empreendimentos de recuperação econômica e bem-estar social. O livro de Maria Martins adverte-nos que o Ocidente não pode ignorar essa realidade.

A. M.

EN RETARD D'UNE PAIX — *Jules Moch* — Laffont — Paris, 1958 — 237 páginas, 750 francos.

Neste livro, Jules Moch — líder socialista francês, antigo Ministro de Estado e, há vários anos, representante da França

na Comissão de Desarmamento — dá-nos um conjunto de reflexões extremamente lúcidas sôbre a conjuntura internacional, em face dos perigos da guerra atômica. Alude êle, de início, ao que se costuma dizer dos generais, isto é, que estão sempre em atraso de uma guerra, para lembrar que, já agora, estamos todos na iminência de nos atrasar em relação à paz. É que sôbre esta os homens de Estado e os diplomatas ainda raciocinam à base de conceitos estratégicos inteiramente peremptos.

Durante milênios, explica o autor, a guerra manteve-se na fase da destruição individual: o golpe de um combatente não podia aniquilar senão um adversário. A invenção do obus, nas vésperas da Revolução Francesa, inaugurou a era da destruição artesanal, na qual um projétil podia aniquilar todo um esquadrão. A guerra de 1914, graças à invenção da metralhadora, abriu o período da destruição em pequenas séries. As duas bombas lançadas sôbre Hiroshima, em 1945 — fazendo 225 000 vítimas — iniciaram a fase atual da destruição em grandes massas. A arte da guerra parece ser, assim, a que tem tido, nos tempos modernos, progresso mais impressionante. Basta ver-se que, ainda com as armas do último conflito, a destruição de tôda a França exigiria cem milhões de bombas de uma tonelada: doze anos depois, essa tarefa pode ser realizada por menos de uma vintena de engenhos nucleares. Êstes dados comparativos permitem-nos fazer uma idéia do que aguarda a Humanidade, se a loucura dos homens escolher os caminhos da guerra total.

Jules Moch observa que cada guerra mundial é seguida de amargas desilusões. Após a primeira, a ausência das transformações sociais, que se impunham, levou o Ocidente ao fascismo e a nova conflagração geral. Após a segunda, a falta de um entendimento confiante e durável, entre os dois blocos sociais vencedores, gera a situação de insegurança em que nos debatemos. A êste respeito o autor historia, de maneira acurada, a marcha das negociações em que, desde 1945, se emaranharam as relações entre o mundo soviético e as democracias ocidentais. O malôgro dessas negociações produziu o impasse em que se vê o mundo de hoje, dividido em três blocos demogràficamente equivalentes: 32% da população mundial vivem em países anticomunistas; 33%, em países sovietizados; 35%, em países neutros (convindo não esquecer que os neutros tendem a gravitar na órbita russa).

Um dos capítulos de *En retard d'une paix* apresenta cuidadosa confrontação estatística dos dois "mundos em presença", com uma análise dos níveis econômicos e sociais dos dois campos,

e com a estimativa da capacidade industrial de cada um, para fins de guerra. A conclusão do autor é a de que o bloco soviético produz globalmente muito menos do que a coalisão atlântica, e que o nível de vida das populações da URSS é notàvelmente inferior ao do povo francês e, portanto, muito distanciado do *standard* norte-americano. Pensa Moch que a situação da União Soviética com todo o seu imenso progresso material, é demasiado bela para que os seus dirigentes sejam tentados a disfarçar dificuldades numa aventura de guerra que lhes serviria de *alibi*. Assim sendo, é de crer que êles não se arrisquem a um conflito em que não poderiam resistir por longo tempo.

O livro historia a seguir as atividades da Comissão de Desarmamento, criada pelas Nações Unidas em fins de 1951, e cujo trabalho não tem sido mais que uma transposição, para a cena política internacional, daquele processo estéril e negativo com que era tecida a teia de Penélope. Analisa ainda, minuciosamente, os rumos da política do Ocidente, as dificuldades de harmonização dos pontos de vista das várias chancelarias, e a procura de uma estratégia comum, através da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Em outros capítulos são estudados o problema alemão, o futuro da Europa Oriental e o antagonismo, aparentemente insuperável, entre a solidariedade atlântica e as ambições soviéticas.

O livro faz também o balanço dos lucros obtidos pela União Soviética em conseqüência da guerra, quer em têrmos de ocupação militar, seguida de dominação política, quer em têrmos de expansão de poder, pela adesão ao comunismo de novos regimes de govêrno instalados em vários países. Na Europa essa conquista estendeu-se a uma boa dezena de Estados soberanos — Letônia, Lituânia, Estônia, Albânia, Bulgária, Hungria, Rumânia, Polônia, Tcheco-Eslováquia, Iugoslávia, além de partes da Finlândia e da Alemanha — com uma superfície de mais de um milhão de quilômetros quadrados e cêrca de 120 milhões de habitantes. Na Ásia ela estendeu-se apenas a quatro países — China Continental, Mongólia Exterior, Vietnam Setentrional e Coréia do Norte — mas êstes quatro somam 11 milhões de quilômetros quadrados e 600 milhões de habitantes.

Como seria de prever, as conclusões de Moch são, coerentemente, as de um socialista militante e democrata convicto. Êle não acredita na guerra total: esta guerra não se realizará por que o seu custo é alto de mais para ambos os blocos antagô-

nicos. Mas a continua preparação para essa guerra arruína a todos os Estados, aos capitalistas muito mais do que aos comunistas. Daí a necessidade do desarmamento, a respeito do qual o autor não perde uma esperança fortalecida pelo mais perfeito racionalismo. Êle entende que, para chegar-se a êsse objetivo, o pior caminho é o que cede ao cepticismo e ao pessimismo, na atitude dos que preferem nada tentar porque tudo é difícil. É sua opinião a de que nada é definitivamente impossível quando está em jôgo a sobrevivência da Humanidade. Todo problema político, por mais difícil que seja, admite uma solução, quando os interessados a procuram com vontade de a encontrar.

En retard d'une paix é uma brilhante sustentação do princípio moral, da necessidade política e da viabilidade prática do desarmamento. As razões do autor, no plano teórico, são perfeitas. Mas serão elas por igual convincentes? Aqui cabe reproduzir a crítica de Raymond Aron, para quem não existe apenas o dilema: desarmar ou perecer. Porque existe uma terceira solução: a manutenção da paz armada. Sem dúvida a imaginação dos peritos e dos idealistas aponta-nos meios e modos de realizarmos um desarmamento progressivo e eficaz, que poupe a humanidade dos horrores previsíveis da guerra nuclear. É pouco provável, porém, que os homens de govêrno e os militares repudiem o trágico anacronismo do *"si vis pacem para bellum"*, a que a humanidade deve alguns milênios de insânia destruidora.

O. T.

LIVROS RECENTES SÔBRE PROBLEMAS INTERNACIONAIS E POLíTICA ESTRANGEIRA

SOUVERAINETE SUR L'ANTARCTIQUE — *João Frank da Costa* — Paris, 1958 — 252 págs. 2.800 frs.

LE DESTIN DU COLONIALISME — *Jean Ehrhard* — Paris, 1957 — 236 págs. 880 frs.

LE MONDE ATLANTIQUE — *Claude Delmas* — Presses Universitaires — Paris, 1958 — 120 págs. 180 frs.

GUERRE NUCLEAIRE ET PAIX NUCLEAIRE — *Louis J. Halle* — Minard — Genebra, 1958 — 140 págs. 650 frs.

LA PENINSULE ARABIQUE — TERRE SAINTE DE L'ISLAM, EMPIRE DU PETROLE — *Jean-Jacques Berreby* — Payot — Paris, 1958 — 272 págs. 1.200 frs.

LA STRATEGIE DES FUSEES — *Jacques Bloch-Morhange* — Plon — Paris, 1958 — 192 págs. 1350 frs.

OU VA L'U. R. S. S.? — *Bernard Féron* — L'Inter — Paris, 1958 — 162 págs. 450 frs.

UNE ECONOMIE INTERNATIONALE — *Gunnar Myrdal* — Presses Universitaires — Paris, 1958 — 500 págs. 1.500 frs.

POLITIQUE MONDIALE ET DEMOCRATIE — *Lester B. Pearson* — La Colombe — Paris, 1958 — 500 frs.

L'ISLAM ET LES MUSSULMANS D'AUJOURD'HUI — L'Orante — Paris, 1958 — 376 págs. 1200 frs.

DERRIERE LA RUSSIE: LA CHINE — *Wilhelm Starlinger* — Spes — Paris, 1958 — 160 págs. 420 frs.

LE POIDS DE L'AFRIQUE — *Charles Henri Favrod* — Ed. du Seuil — Paris, 1958 — 416 págs. 990 frs.

L'AFRIQUE, LES AFRICAINS — *Pierre et Renée Gosset* — Julliard — Paris, 1958 — 232 págs. 750 frs.

ALGERIE, L'OISEAU AUX AILLES COUPEES — *Georges Bidault* — La Table Ronde — Paris, 1958 — 750 frs.

CROISSANCE ECONOMIQUE ET STRUCTURE AU MOYEN ORIENT — *Elias Gannage* — Gémin — Paris, 1958 — 146 págs. 1200 frs.

LE MAROC A L'EPREUVE — *Jean et Simonne Lacoutre* — Ed. du Seuil Paris, 1958 — 384 págs. 1200 frs.

L'ETAT D'ISRAEL DANS LE MONDE — *Pierre Paraf* — Payot — Paris, 1958 — 1200 frs.

PROCES DU COLONIALISME — *Jacques Arnault* — Ed. Sociales — Paris, 1958 — 650 frs.

L'ALGERIE OU LA GUERRE DES MYTHES — *Jacques Duquesne* — Brouwer — Paris, 1958 — 220 págs. 600 frs.

L'ALLEMAGNE D'ADENAUER — *Robert d'Harcourt* — Flammarion — Paris, 1958 — 400 págs. 1200 frs.

AUJOURD'HUI L'AFRIQUE — *L. Aujoulat* — Casterman — Paris, 1958 — 400 págs. 1200 frs.

APOCALYPSE DE L'ATOME — *Fernand Gigon* — Del Duca — Paris, 1958 — 271 págs. 870 frs.

SOLDAT AVEC LES ARABES — *Glubb Pacha* — Plon — Paris, 1958 — 467 págs. 1500 frs.

VINGT ANS DE SUSPENSE DIPLOMATIQUE — *Geneviève Tabouis* — A. Michal — Paris, 1958 — 410 págs. 990 frs.

COLOMBIE, PAYS D'ELDORADO — *Comte d'Aumale* — Pensée Moderne — Paris, 1957 — 223 págs. 690 frs.

THE BERLIN BLOCKADE — *W. Phillips Davison* — Princeton University Press, 1958 — 423 págs. $7.50.

THE GREAT ARMS RACE — *Hanson W. Baldwin* — Praeger — New York, 1958 — 116 págs. $2.95.

SOVIET STRATEGY IN THE NUCLEAR AGE — *Raymond L. Garthoff* — Praeger — New York, 1958 — 283 págs. $4.50.

THE MIDDLE EAST IN TRANSITION — *Walter Z. Laqueur* — Praeger — New York, 1958 — 513 págs. $8.75.

INSPECTION FOR DESARMAMENT — *Seymour Melman* — Columbia University Press — New York, 1958 — 291 págs. $6.

NATO AND THE FUTURE OF EUROPE — *Ben T. Moore* — Harper — New York, 1958 — 263 págs. $4.50.

DEFENSE OF THE MIDDLE EAST — PROBLEMS OF AMERICAN POLICY — *John C. Campbell* — Harper — New York, 1958 — $5.

AFRICAN ECONOMIC DEVELOPMENT — *William A. Hance* — Harper — New York, 1958 — $4.95.

INDIA AND AMERICA — A STUDY OF THEIR RELATIONS — *Phillips Talboot* e *S. L. Poplai* — Harper — New York, 1958 — $3.75.

THE RUSSIAN REVOLUTION — *Alan Moorehead* — Harper — New York, 1958 — $5.

POLICY FOR THE WEST — *Ion Ratiu* — Harvill — Londres, 1957 — 202 págs. 16 s.

INTERNATIONAL EQUILIBRIUM — *George Liska* — Harvard University Press, 1957 — 223 págs. $5.

GERMAN-FRENCH UNITY — *Hermann Lutz* — Regnery — Chicago, 1957 — 257 págs. $5.

BIPARTISAN FOREIGN POLICY: MYTH OR REALITY? — *Cecil V. Crabb* — Indiana University Press, 1958 — 176 págs. $4.50.

GERMANY'S NEW CONSERVATISM — *Klemens von Klemperer* — Princeton University Press, 1958 — 250 págs. $5.

THE AUSTRIAN ODYSSEY — *Gordon Shepherd* — St. Martin's Press — New York, 1957 — 302 págs. $6.50.

PORTUGAL AND THE PORTUGUESE WORLD — *Richard Pattee* — Bruce — Milwaukee, 1957 — 350 págs. $7.50.

RUSSIA AGAINST THE KREMLIN — *Alexandre Metaxas* — World Publishing Co. — Cleveland, 1957 — 189 págs. $3.

KHRUSHCHEV OF THE UKAINE — *Victor Alexandrov* — Philosophical Library — New York, 1957 — 216 págs. $4.75.

TITO, MOSCOW'S TROJAN HORSE — *Slobodan M. Draskovich* — Regnery — Chicago, 1957 — 357 págs. $5.

BRITISH FOREIGN POLICY SINCE 1898 — *M. R. D. Foot* — Rinehart — New York, 1957 — 337 págs. $5.

THE AUSTRALIAN COMMONWEALTH — *Brian Fitzpatrik* — Cheshire — Melbourne, 1957 — 337 págs. 30 s.

VENEZUELA: BUSINESS AND FINANCES — *Rodolfo Luzardo* — Prentice Hall, 1957 — 167 págs. $4.95.

BACKDROP TO TRAGEDY: THE STRUGGLE FOR PALESTINE — *William R. Polk, David M. Stamber* e *Edmund Asfour* — Beacon Press — Boston, 1957 — 399 págs. $4.95.

ISRAEL AND THE MIDDLE EAST — *Harry B. Ellis* — Ronald Press — New York, 1957 — 260 págs. $4.

PARTY POLITICS IN INDIA — *Myron Weiner* — Princeton University Press, 1957 — 319 págs. $5.

MODERN INDIA — *Sir Percival Griffiths* — Praeger — New York, 1957 — 225 págs. $5.75.

LOCAL GOVERNMENT IN SOUTHERN NIGERIA — *Philip J. Harris* — Cambridge University Press, 1957 — 248 págs. $5.50.

SOUTH AFRICA: ECONOMIC AND POLITICAL ASPECTS — *Hector M. Robertson* — Duke University Press, 1957 — 192 págs. $3.50.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS

EDITADA SOB OS AUSPÍCIOS DO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS





ASSINATURA ANUAL .... Cr$ 160,00
PREÇO DE CADA NÚMERO .... Cr$ 80,00



PUBLICA-SE SEMESTRALMENTE

REDAÇÃO

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS * BELO HORIZONTE * MINAS GERAIS * BRASIL